

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA

**MAPEAMENTO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: UMA
ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS E A CIDADE DE JUIZ DE FORA,
MG**

JUIZ DE FORA

2014

MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA

**MAPEAMENTO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL: UMA
ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS E A CIDADE DE JUIZ DE FORA,
MG**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, linha de pesquisa: Políticas Públicas e Desigualdade Social, da Universidade Federal de Juiz de Fora, com estadia sanduíche de quatro meses no Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, Portugal, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor.

Orientador: Eduardo Antônio Salomão Condé

Coorientador: Dr. José Machado Pais

JUIZ DE FORA

2014

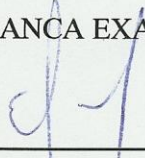
MARCELA FERNANDA DA PAZ DE SOUZA

MAPEAMENTO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL:
UMA ANÁLISE ENTRE AS REGIÕES METROPOLITANAS E A CIDADE DE JUIZ
DE FORA

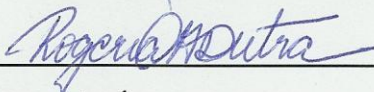
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Área de concentração: Cultura, Poder e Instituições, com o sanduíche de quatro meses no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, como requisito parcial para obtenção do título de doutor.

Aprovada em 03 de abril de 2014.

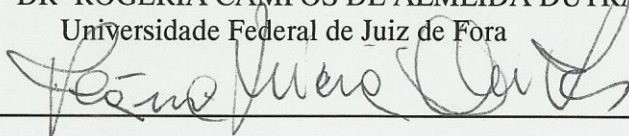
BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. EDUARDO ANTÔNIO SALOMÃO CONDÉ (Orientador)
Universidade Federal de Juiz de Fora




PROF^a DR^a ROGÉRIA CAMPOS DE ALMEIDA DUTRA
Universidade Federal de Juiz de Fora



PROF^a DR^a FLÁVIA LÚCIA CHEIN FERES
Universidade Federal de Juiz de Fora



PROF. DR. MÁRCIO POCHMANN
Universidade Estadual de Campinas



PROF. DR. RICARDO LUIZ CHAGAS AMORIM
Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

AGRADECIMENTOS

Ao tempo.

Ao amor doado incondicionalmente pela minha mãe, Valéria Paz.

Ao meu pai, que em algum lugar me observa neste instante e envia a sua luz me encorajando a prosseguir.

À mesma luz sentida pela presença da minha querida 'vó' Dalila, agradeço.

Ao exemplo de ternura, dedicação e total entrega de Roberta, irmã estimada e amada. E ao seu fruto maior, a Prince, pela alegria que trouxe à minha vida.

Ao apoio das minhas irmãs, dos meus cunhados e da 'família de Viçosa'. Em especial, ao empenho e ao carinho do tio Paulo.

À minha família da pós-graduação da UFJF pelos momentos de regozijo: Faustino Rodrigues, Franklin Soldati, Gabriela Martins, Júlia Reys, Nilo Azevedo, Orcione Pereira.

Às queridas portuguesas Elizabeth e Dona Gil, à brasileira 'aportuguesada' Sarita Mota, do Iscte, pelo carinho. Aos demais brasileiros, com os quais vivi, em Lisboa, momentos preciosos de luta e de vitória.

Aos caros indianos Sagar Pitil, Ramesh Gardas, aos romenos, Viorel Robu, Robu Iulia, Patrick Stefanescu e à porto-riquenha Caroline Herrera pelos momentos de convívio na residência universitária em Lisboa, e aos demais colegas de diversas nacionalidades que passaram pelo "lar" Nossa Senhora da Paz.

Ao meu caro orientador, prof. Dr. Eduardo Salomão Condé, por tornar possível a conclusão deste projeto de vida. Minha eterna gratidão. Muito obrigada!

Ao indescritível professor Dr. José Machado Pais, meu coorientador de Portugal, pela paciência e apoio inestimáveis.

Ao estimado professor Dr. José Alcides Figueiredo Santos, pelo exemplo de dedicação e de disciplina à prática científica. Por ter feito tanto por mim nestes anos.

Ao Francisco, grande Chico, pela paciência e por ter feito muito além do que era sua obrigação. Querido, que a vida o retribua com a mesma generosidade.

Aos colegas Antônio Beraldo e Raphael Saldanha, ambos do Departamento de Estatística/UFJF, Rogério Barbosa, do Centro de Estudos da Metrópole/USP e Mariana Rezende, do Departamento de Economia/UFJF, pelos conhecimentos compartilhados.

Aos estimados médicos Alexandre de Rezende Pinto e José Rosa Paulino Jr., pela presença nestes anos e pelos direcionamentos sempre tão oportunos.

Aos professores Dr. Rubem Barboza Filho, Dr. João Dal Poz Neto e Dr. Dmitri Fernandes Cerboncini pela atenção na coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. E, na pessoa do prof. Dr. Dmitri Fernandes, agradeço ao corpo docente do Programa.

À contribuição dos professores da banca de defesa: Dr^a. Flávia Chein, Dr^a. Rogéria Dutra, Dr. Márcio Pochmann e Dr. Ricardo Amorim.

À Universidade Federal de Juiz de Fora, instituição em que estudei durante os últimos 16 anos. Por toda a estrutura física e, principalmente, pelos funcionários dos diversos setores em que solicitei auxílio e fui prontamente atendida. Foi um tempo precioso da minha vida e que guardarei com muita estima.

Ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Portugal, por ter me acolhido para o doutorado sanduíche.

À Capes, pelo financiamento do meu doutorado e da inestimável importância de ter possibilitado minha estadia no exterior para o aperfeiçoamento acadêmico.

A Deus, meu Pai Supremo, grande responsável e autor de todas estas graças.

RESUMO

No cenário do avanço feminino nas categorias ocupacionais e posições na ocupação no mercado de trabalho brasileiro, subscrito no panorama socioeconômico do país com o aumento expressivo na expansão do emprego, a pergunta central apresentada pela pesquisa é: como encontra-se a disposição de gênero no mercado de trabalho informal? Para atender a esta prerrogativa, o objetivo geral da tese é realizar um mapeamento de gênero (empregado sem Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) assinada; conta própria; sem remuneração; trabalhador doméstico com e sem CTPS assinada. Utilizou-se a categoria com CTPS assinada para fornecer parâmetros comparativos de gênero nos mercados formal e informal de trabalho) no que concerne aos atributos pessoais (raça, idade), aos educacionais, aos rendimentos, à participação em programa de complementação de renda, à contribuição à Previdência Oficial ou Privada e ao recebimento de aposentadoria e pensão. Estas variáveis são possivelmente capazes de condicionarem a presença paradoxal das mulheres no mercado de trabalho, em suas continuidades e mudanças. A partir da avaliação geral do comportamento de gênero nas categorias ocupacionais selecionadas, que resultou no mapeamento do mercado de trabalho informal, buscou-se estudar, de maneira mais detalhada, o entendimento das formas como se dá a inserção de homens e de mulheres nas categorias informais de trabalho através da avaliação de variáveis que condicionam a entrada e a permanência dos mesmos na referida categoria. Para tanto, foram selecionadas algumas categorias historicamente demarcadas pela informalidade e precariedade, a saber: ambulantes; catadores de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis e trabalhadores domésticos. Neste contexto, foi feito um recorte geográfico, que delimitou a cidade de Juiz de Fora, MG, como base para o estudo. A opção ocorreu devido à importância da cidade como polo econômico no Estado de Minas Gerais e, ainda, por permitir a aplicação de uma pesquisa específica para alcançar um dos objetivos da tese. A metodologia baseou-se na análise de dados e na aplicação de testes estatísticos que resultaram na construção de tabelas, gráficos, figuras e mapas. A pesquisa tomou como base as Regiões Metropolitanas que constituem a Pesquisa Mensal Emprego. Foram utilizados os dados do Censo Demográfico do IBGE, PME, Datasus, Informações Demográficas e Socioeconômicas (para diversos anos) e do *survey* aplicado na cidade de Juiz de Fora (2012). Como resultado foram obtidas informações relevantes que permitiram o mapeamento das Regiões Metropolitanas no que se refere a gênero no mercado de trabalho informal e à composição de gênero nas categorias selecionadas na cidade de Juiz de Fora, bem como nas variáveis que condicionam o comportamento dos trabalhadores nas referidas atividades ocupacionais. De maneira geral, confirmando a hipótese principal, observou-se que embora as mulheres apresentem um percentual maior que o grupo masculino no que tange à escolaridade, permanecem em desigualdade quanto aos rendimentos provenientes do trabalho. Verificou-se, também, as disparidades entre as Regiões Metropolitanas (RMs) no que se refere à composição de homens e de mulheres nas categorias ocupacionais formais, ao nível educacional e ao rendimento.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Informalidade. Gênero. Desigualdade

ABSTRACT

In the scenery of the female advancement in the occupational categories and positions in Brazilian work market, subscribed in the country's socioeconomic landscape with the expressive increase in the job expansion, the main question put by the survey is: how is the gender disposition in the informal work market? Aiming to satisfy this prerogative the thesis general objective is performing a gender mapping (Employee off the books, Self-Employed Worker, Worker Without Remuneration, Home Worker on- and off the books. The category "on the books" was utilized to furnish comparative gender parameters in the formal and informal work markets) concerning to personal (race, age), educational, income attributes, participation in income complementation programs, contribution to private or social security and receiving from retirement or pension. These variables possibly are able to condition the paradoxical presence of the women in the work market in its continuities and changes. From the general evaluation of the gender behavior in the selected occupational categories, that resulted in the mapping of the informal work market, one intended to study, in a more detailed way, how men and women insertion happens in the informal work categories by means of the variables evaluation that condition the entry and the permanence of the same ones in the cited category. For such, some categories historically marked by precariousness and informality were demarked, that are: Travelling Salesmen, Catchers of solid recyclable and reused residues and Home Workers. In this context a geographic outline was done that delimited the city of Juiz de Fora as the base for the survey. The option occurred in virtue of the importance of the city as an economic center in the state of Estado de Minas Gerais and, besides, for permitting the application of a specific survey to reach one of the thesis objectives. The methodology was based in data analysis and in the application of statistic tests that resulted in the construction of charts, graphics, figures and maps. The survey took as a base the Metropolitan Regions that constitute the Monthly Employment Survey. Data from Demographic Census of the IBGE, PME, Datasus, Demographic and Socioeconomic Information (for several years) and from the survey applied in the city of Juiz de Fora were utilized (2012). As a result, relevant information was obtained that permitted the mapping of the Metropolitan Regions concerning to gender in the informal work market and to gender composition in the selected categories in the city of Juiz de Fora as well as of the variables that condition workers behavior in the cited occupational activities. In a general way, confirming the main hypothesis, it was observed that, although women present a larger percent than male group concerning schooling, they keep themselves in disadvantage in the income proceeding from the work. It was verified the disparities among the MR concerning men and women composition in the formal occupational categories, at the educational and income level, too.

Key-word: Work Market. Informality. Gender. Inequality.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Dados Gerais – Regiões Metropolitanas selecionadas – Número de municípios, cor ou raça e sexo – 2010.....	113
Tabela 2- Dados Gerais: Regiões Metropolitanas selecionadas – População, Nível de ocupação, PIB <i>per capita</i> , Participação no PIB nacional e estadual	114
Tabela 3- Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Recife – 2010.....	121
Tabela 4- Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Salvador – 2010.....	133
Tabela 5- Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Belo Horizonte– 2010.....	143
Tabela 6- Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010.....	154
Tabela 7- Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de São Paulo– 2010.....	164
Tabela 8- Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2010.....	174
Tabela 9- Síntese dos resultados encontrados - ocupação por categoria e variação nas categorias.....	190
Tabela 10- Síntese dos resultados encontrados- escolaridade, categorias selecionadas e Trabalhador Doméstico.....	191
Tabela 11- Síntese dos resultados encontrados- Renda.....	194
Tabela 12- Síntese dos resultados encontrados- Proporção dos que recebem pensão ou aposentadoria, contribuem para a previdência e recebem Bolsa Família (%).	199
Tabela 13- Proporção de trabalhadores por categoria do trabalho principal, gênero e raça – Juiz de Fora – 2010.....	206

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Famílias residentes em domicílios particulares, por gênero das pessoas de referência da família (%) 2012.....	104
Gráfico 2-	Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) Região metropolitana de Recife – 2003 a 2010.....	123
Gráfico 3-	Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero-Região Metropolitana Recife, 2010.....	124
Gráfico 4-	Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana Recife, 2010.....	125
Gráfico 5-	Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda- Região Metropolitana de Recife, 2010.....	126
Gráfico 6-	Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada na Região Metropolitana do Recife, 2010.....	127
Gráfico 7-	Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Recife, 2010.....	129
Gráfico 8-	Proporção de indivíduos que recebem pensão ou aposentadoria, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Recife, 2010.....	131
Gráfico 9-	Proporção de indivíduos que contribuem para a Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Recife, 2010.....	132
Gráfico 10-	Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de Salvador – 2003 a 2010.....	135
Gráfico 11-	Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Salvador, 2010.....	136
Gráfico 12-	Proporção de trabalhadores domésticos por nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Salvador, 2010.....	137
Gráfico 13-	Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda – Região Metropolitana de Salvador, 2010.....	138

Gráfico 14-	Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais “trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada”, na Região Metropolitana do Salvador, 2010.....	139
Gráfico 15-	Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Salvador, 2010.....	140
Gráfico 16-	Proporção de indivíduos que recebem pensão ou aposentadoria, por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Salvador, 2010.....	141
Gráfico 17-	Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Salvador, 2010.....	142
Gráfico 18-	Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de Belo Horizonte – 2003 a 2010.....	145
Gráfico 19-	Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Belo Horizonte, 2010.....	146
Gráfico 20-	Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo gênero - Região Metropolitana Belo Horizonte, 2010.....	147
Gráfico 21-	Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010.....	148
Gráfico 22-	Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do Belo Horizonte, 2010.....	149
Gráfico 23-	Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010.....	151
Gráfico 24-	Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou Aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010.....	152
Gráfico 25-	Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010.....	153

Gráfico 26-	Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana do Rio de Janeiro – 2003 a 2010.....	156
Gráfico 27-	Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.....	157
Gráfico 28-	Proporção de trabalhadores domésticos por nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.....	158
Gráfico 29-	Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda – Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.....	159
Gráfico30-	Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias Ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.....	160
Gráfico 31-	Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Rio de Janeiro, 2010.....	161
Gráfico 32-	Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Rio de Janeiro, 2010.....	162
Gráfico 33-	Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010.....	163
Gráfico 34-	Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de São Paulo – 2003 a 2010.....	166
Gráfico 35-	Proporção de Trabalhadores selecionados por nível de escolaridade segundo gênero - Região Metropolitana São Paulo, 2010.....	167
Gráfico 36-	Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana São Paulo, 2010.....	168
Gráfico 37-	Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Região Metropolitana de São Paulo, 2010.....	169
Gráfico 38-	Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do São Paulo, 2010.....	170

Gráfico 39-	Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de São Paulo, 2010.....	171
Gráfico40-	Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de São Paulo, 2010.....	172
Gráfico41-	Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de São Paulo, 2010.....	173
Gráfico 42-	Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de Porto Alegre – 2003 a 2010.....	176
Gráfico 43-	Proporção de Trabalhadores selecionados por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana Porto Alegre, 2010.....	177
Gráfico 44-	Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana Porto Alegre, 2010.....	177
Gráfico 45-	Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010.....	178
Gráfico 46-	Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010.....	179
Gráfico 47-	Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou Aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010.....	180
Gráfico 48-	Proporção de indivíduos que contribuem para a Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010.....	181
Gráfico 49-	Pirâmide Etária - Empregados com CTPS assinada por sexo, Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010.....	185
Gráfico 50 -	Pirâmide Etária - Empregados sem carteira assinada por sexo, Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010.....	186
Gráfico 51-	Pirâmide Etária - Trabalhadores Conta Própria por sexo, e Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010.....	187
Gráfico 52-	Pirâmide Etária - Não remunerado (sem remuneração)s por sexo e Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010.....	189

Gráfico 53- Pirâmide Etária – Empregados com CTPS assinada por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG – 2010.....	207
Gráfico 54- Pirâmide Etária – Empregados sem CTPS assinada por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG – 2010.....	208
Gráfico 55- Pirâmide Etária – Empregados Conta Própria por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG – 2010.....	209
Gráfico 56- Pirâmide Etária – Empregados Não remunerado (sem remuneração) por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG – 2010.....	210
Gráfico 57- Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero – Juiz de Fora, 2010.....	211
Gráfico 58- Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero – Juiz de Fora, MG, 2010.....	212
Gráfico 59- Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Juiz de Fora, MG, 2010.....	213
Gráfico 60- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, Juiz de Fora, MG, 2010.....	214
Gráfico 61- Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Juiz de Fora, MG, 2010.....	215
Gráfico62- Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, Juiz de Fora/ MG, 2010.....	216
Gráfico 63-Proporção de indivíduos que contribuem para a Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para Juiz de Fora/ MG, 2010.....	217
Gráfico 64- Proporção de entrevistados por gênero, raça e idade.....	218
Gráfico 65- Número de entrevistados por raça.....	223
Gráfico 66- Tempo de exercício na atividade profissional por categoria profissional.....	226
Gráfico 67- Proporção de ambulantes por gênero e raça.....	230
Gráfico 68- Número de ambulantes por nível de escolaridade e gênero.....	230
Gráfico 69- Número de ambulantes por faixa de renda e gênero.....	231
Gráfico 70- Número de catadores de resíduo sólido reciclável e reaproveitável.....	235
Gráfico 71- Escolaridade do Entrevistado por ocupação – catador de resíduo sólido e reciclável e gênero.....	236

Gráfico 72- Número de catadores por faixa de renda e gênero.....	237
--	-----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Proporção de famílias chefiadas por mulher no ano 2000.....	102
Figura 2- Proporção de famílias chefiadas por mulher no ano 2010.....	103
Figura 3- Mapeamento das Regiões Metropolitanas brasileiras.....	111
Figura 4- Agrupamento dos empregados com CTPS assinada, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão.....	116
Figura 5- Agrupamento dos empregados sem CTPS assinada, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão.....	117
Figura 6- Agrupamento dos empregados Conta Própria, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão.....	118
Figura 7- Agrupamento dos empregados Não remunerado (sem remuneração)s, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão	119
Figura 8- Mapa da Região Sudeste – Destaque Juiz de Fora	205

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Dimensões da estrutura de gênero, pela explicação do processo social	88
Quadro2 - Unidades institucionalizadas como RMs, RIDEs e AUs – Brasil 30/08/2012....	110

LISTA DE SIGLAS

Apares	Associação dos Catadores de Papel e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora
Ascajuf	Associação Municipal dos Catadores de materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Juiz de Fora
CBO	Catálogo Brasileiro de Ocupações
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDG	Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional do Seguro Nacional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PBF	Programa Mensal de Emprego
SAU	Secretaria de Atividades Urbanas
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SNVS	Sistema Nacional de Vigilância Sanitária
Suasa	Sistema Único de Atenção à Sanidade Agropecuária

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	19
1	LEITURAS SOBRE A INFORMALIDADE	36
1.1	Introdução	36
1.2	Formação do mercado de trabalho e as divergências teóricas na construção do termo "setor informal"	37
1.3	Teoria da Marginalidade e a Escola CEPALina	42
1.3.1	<i>Teoria da Marginalidade</i>	42
1.3.2	<i>A Escola Cepalina</i>	45
1.4	Teoria do Desenvolvimento e Teoria da Dependência	48
1.4.1	<i>A proposta neoliberal</i>	50
1.5	Proposta para repensar a desigualdade brasileira	54
2	A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL E PRECÁRIO NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO	58
2.1	Introdução	58
2.2	Formação do mercado de trabalho informal no Brasil: as origens	59
2.3	O mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1930 a 1990: um balanço entre a formalidade e a informalidade	65
2.4	Os comportamentos da informalidade e da precariedade nos anos recentes	70
3	ELABORAÇÕES DE GÊNERO	74
3.1	Introdução	74
3.2	A proposta Interacionista	75
3.3	A institucionalidade de gênero	79
3.3.1	<i>Instituição, status de gênero e trabalho</i>	82
3.4	O conceito de gênero como estrutura social	84
4	GÊNERO E TRABALHO NO BRASIL	91
4.1	Introdução	91
4.2	Entre o repouso e a travessia: um breve relato das mulheres no mercado de trabalho brasileiro	91
4.3	A mulher no mercado de trabalho após os anos 1930-1980	95
4.4	A mulher no mercado de trabalho nos anos 1990-2010: entre continuidades e mudanças	99

5	MAPEAMENTO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS E NA CIDADE DE JUIZ DE FORA/MG.....	107
5.1	Introdução.....	107
5.2	As Regiões Metropolitanas Brasileiras.....	108
5.3	Mapeamento de Gênero nas RMs: análise geral.....	112
5.4	Mapeamento de gênero na Região Metropolitana de Recife.....	120
5.5	Mapeamento de gênero na Região Metropolitana de Salvador.....	132
5.6	Mapeamento de gênero na Região Metropolitana de Belo Horizonte.....	143
5.7	Mapeamento de gênero na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	153
5.8	Mapeamento de gênero na Região Metropolitana de São Paulo.....	163
5.9	Mapeamento de gênero na Região Metropolitana de Porto Alegre.....	173
5.10	Análise comparativa do mapeamento de gênero entre as Regiões Metropolitanas.....	182
6	TRABALHO INFORMAL E PRECÁRIO EM JUIZ DE FORA.....	203
6.1	Introdução.....	203
6.2	Apresentação do campo: Juiz de Fora/MG.....	204
6.3	Categorias ocupacionais selecionadas e posição na ocupação.....	206
6.4	Mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais Ambulante e Catador de Material e Resíduos Sólidos Recicláveis e Reaproveitáveis.....	217
6.5	Trabalhadores da categoria ocupacional Ambulante.....	227
6.6	Perfil da categoria ocupacional Ambulante.....	229
6.7	Categoria Catador de Material e Resíduos Sólidos Recicláveis e Reaproveitáveis.....	232
6.8	Perfil socioeconômico da categoria ocupacional Catador de Resíduos Sólidos Recicláveis e Reaproveitáveis.....	234
6.9	Considerações gerais: Categoria Ocupacional selecionada, Trabalhador Doméstico, Ambulante e Catador de Resíduos Sólidos Recicláveis.....	238
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	242
	REFERÊNCIAS.....	256
	ANEXO A.....	267

INTRODUÇÃO

A participação de gênero no mercado de trabalho está referenciada nas pesquisas como um problema de relevância analítica, pois reflete a construção das relações demarcadoras das posições de homens e de mulheres na estrutura social brasileira. O cenário do país atualmente insere uma perspectiva da agenda sociológica e econômica, em virtude do progressivo aumento da participação da mulher na População Economicamente Ativa (PEA), resultando paulatinamente na redução das assimetrias laborais (SANTOS, 2008). Haja vista o contexto histórico e cultural excludente ao qual o grupo feminino avistou-se condicionado a permanecer durante séculos e o avanço feminino no mercado de trabalho, inclusive em ocupações tradicionalmente com a presença majoritária masculina (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008).

A literatura acadêmica debruça-se sobre o fenômeno objetivando compreender o cenário de reconfiguração do grupo específico no mercado de trabalho, em razão do impacto ocasionado nas diversas expressões da vida humana (MARUANI, 2008; MELO, 2005). Fatores diversos relacionados às conjunturas econômicas favoráveis à expansão do emprego formal; à redução dos índices de desemprego; às políticas sociais de promoção da mulher; aos movimentos genuinamente de gênero e raça e, especialmente, ao aumento dos anos de estudo da escolaridade feminina são exemplos determinantes no estímulo à nova expressão laboral de gênero (ALVES; BELTRÃO, 2009; HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

Mesmo em face aos avanços laborais, estudos demonstram o caráter paradoxal da participação da mulher no mercado de trabalho (BRUSCHINI, 2008). O posicionamento do grupo feminino no mercado de trabalho está alinhado às continuidades da alocação profissional em categorias ocupacionais e posição em ocupações informal e precárias. As contradições se situam no resultado dessa dinâmica, cuja maior presença feminina no mercado de trabalho e melhores níveis de ensino não implicam necessariamente em um avanço também nos rendimentos provenientes do emprego.

Da mesma forma que a inserção feminina no mercado de trabalho se apresenta em um contexto de avanços e de continuidades, a configuração no mercado de trabalho brasileiro, ainda que em franca expansão, mantém fortes traços delineados pela informalidade e pela precariedade das relações trabalhistas e nas condições de exercício da profissão. Conceitos como subemprego, trabalho informal, trabalho precário ou precarização demonstram dinamismos do mercado de trabalho em realidades socioeconômicas e históricas distintas, embora a utilização desses termos analíticos não esgote os contratos atípicos existentes

(DIEESE, 2012; RIVERO, 2009; CACCIAMALI, 1994). A própria natureza do conceito de informalidade é complexa, com dissenso inerente, pois os trabalhadores presentes nessa esfera se apresentam em diferentes categorias e estabelecem relações com o capital conforme a especificidade da ocupação (JAKOBSEN, 2001).

Os dados do estudo do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), “A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000”, demonstraram que embora o emprego protegido tenha alcançado 51,8% no país, permanece uma estrutura heterogênea no mercado de trabalho. Por exemplo, a pesquisa indicou uma proporção de 11,4% de empregados ilegais e 8,3% de subcontratados. As condições heterogêneas salariais de cunho desfavorável alcançam às situações de miserabilidade dos indivíduos participantes no trabalho inseguro e, até mesmo, entre os assalariados. A participação feminina nesse quadro de trabalho demonstra um déficit no emprego decente, pois o grupo se situa de forma mais incisiva em ocupações informais e precárias (CASTELS, 1995; VASCONCELOS et al, 2010; DIEESE, 2012).

Abranger nas pesquisas o fenômeno da informalidade implica no desafio conceitual da multiplicidade analítica para defini-la. Na proposta desta pesquisa, a informalidade não se sustenta no argumento dos rendimentos unicamente de subsistência, ou nas relações de produção precárias para a prática da atividade profissional. As categorias de emprego, nos subgrupos ocupacionais que não possuam vínculo trabalhista, podem abranger condições favoráveis para a prática profissional, sem defasagem salarial e com a escolha individual pela profissão, sem estar relacionada obrigatoriamente a uma condição necessária de subsistência (CACCIAMALI, 1982, 2004, 2007; RIVERO, 2009).

Em face das distintas expressões da informalidade caracterizadas pelo: baixo salário, instrumentos de profissão precários, periculosidade, impacto negativo sobre a saúde, riscos de violência, ausência de direitos trabalhistas como férias, 13º salário e seguro-desemprego, elementos que integram um complexo processo de exclusão social com assimetrias no acesso aos recursos produtores de valor, à educação e ao bem-estar (MATSUO, 2009), realiza-se um recorte nesta dinâmica informal específica pela importância da compreensão do fenômeno para um país como o Brasil, que historicamente é marcado pelas redes de desigualdade em distintas variáveis focais. A caracterização dessas relações assimétricas perpassa por atributos como raça, idade, escolaridade, região, gestão de programas sociais e de promoção do emprego e, na perspectiva central de análise desta tese, gênero.

A pesquisa delimita-se neste contexto, no cenário das modificações de gênero no mercado de trabalho, no panorama socioeconômico brasileiro com avanços expressivos na expansão do emprego, como se encontra a disposição de gênero no mercado de trabalho informal?

A **justificativa** da pesquisa se insere na medida em que historicamente a presença feminina nas categorias ocupacionais, na posição da ocupação, no acesso ao emprego formalizado, às condições de trabalho salubres, com rendimentos que tornam possíveis desfrutar o bem-estar e a qualidade de vida, permaneceu assimétrica em direitos e garantias trabalhistas.

O novo dinamismo econômico brasileiro, marcado pelo crescimento dos postos de trabalho formalizados, cujo grupo feminino figura no progresso da qualificação profissional, aliado ao desenvolvimento profissional técnico, determinou a inserção feminina no mercado de trabalho de forma positiva, impactando na desigualdade de gênero na inserção ocupacional (BRUSCHINI; RICOLDI; MERCADO, 2008; LEONE; BALTAR, 2006; SOUZA, 2010). Tornou-se possível, portanto, uma nova leitura do mundo do trabalho e a reconfiguração do papel social feminino.

De toda forma, em virtude da paradoxal persistência da mulher em ocupações informais e, em condições específicas, precárias, com baixos salários comparativamente ao homem e dentro do próprio grupo feminino, há a demanda de novas estratégias de políticas focalizadas para alcançar a população ainda não inserida nessa nova dinâmica laboral (LEONE; BALTAR, 2006).

É importante verificar as contradições de gênero no mercado de trabalho, a fim de se confirmar o comportamento de gênero das pesquisas anteriores e captar a realidade do fenômeno. O mapeamento das principais características da presença de gênero no mercado de trabalho informal torna possível a produção de informações precisas referentes à permanência assimétrica das mulheres na esfera laboral.

Para realizar a pesquisa selecionou-se as regiões metropolitanas que compõem a Pesquisa Mensal de Emprego (PME): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Selecionou-se, ainda, a cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, onde foi empreendida uma análise comparativa à RM de Belo Horizonte. Conforme Marcelo Neri, o Brasil se torna, cada vez mais, um país de caráter metropolitano. No aspecto econômico, a metade do Produto Interno Bruto (PIB) se encontra nas principais metrópoles. Já no

demográfico, um total de um terço, para cima, da população do país encontra-se nos aglomerados urbanos. Em quantidade, o número de RMs ultrapassa cinco dezenas (NERI, 2013).

Selecionou-se as seis referidas RMs, em razão de a PME produzir os indicadores sobre a força de trabalho para a avaliação das flutuações e das tendências, seja a médio ou a longo prazo, no mercado de trabalho. Esse perfil de pesquisa é capaz de atender necessidades importantes para o planejamento econômico do país. Seu escopo atende às informações relacionadas à condição da atividade e da ocupação, ao rendimento nominal e real, à posição na ocupação, à posse da carteira de trabalho assinada. Nesse contexto, a efetividade da tese se amplia, uma vez que a informalidade de gênero a ser mapeada nas regiões metropolitanas de referência é capaz de demonstrar o cenário socioeconômico do mercado de trabalho, sobretudo, o informal, possibilitando a complementação de informações relacionadas a gênero.

A importância de mapear comparativamente a cidade de Juiz de Fora e a RM de Belo Horizonte é captar as informações referentes às cidades de médio porte, com o perfil de Juiz de Fora, para verificar os atributos da composição de gênero no mercado de trabalho informal. O estudo amplia seu escopo ao abranger uma realidade econômica e social que, embora não faça parte da RM, se situa como importante polo do estado e se torna capaz de sinalizar as assimetrias de gênero no mercado de trabalho informal, em seus diversos atributos. Verifica-se a importância do estudo na cidade à medida que realiza um aprofundamento da composição de gênero em três categorias ocupacionais historicamente marcadas pela informalidade: ambulante, catador de resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis e trabalhador doméstico.

Diante do problema exposto, tem-se o **objetivo principal** da tese:

- realizar um mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais informais selecionadas nas e entre as Regiões Metropolitanas que compõem a Pesquisa Mensal de Emprego: Salvador, Recife, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte e na cidade de Juiz de Fora, MG.

Os **objetivos secundários** são:

- captar nas Regiões Metropolitanas, e na cidade de Juiz de Fora, os atributos pessoais, educacionais e de rendimentos demarcadores de gênero (posição de referência como chefe de família, raça, idade, educação e renda) na composição das categorias ocupacionais selecionadas e na categoria ocupacional do trabalhador doméstico;

- demonstrar a realidade socioeconômica de gênero no que se refere à contribuição à Previdência Privada Oficial e Particular e ao recebimento de Aposentadoria ou Pensão na composição das categorias ocupacionais selecionadas e na categoria ocupacional do trabalhador doméstico;

- verificar a disposição de gênero no Programa Bolsa Família, conforme a distribuição no país, nas grandes regiões, por atributo pessoal de cor e no âmbito socioeconômico do rendimento, segundo as especificidades das categorias ocupacionais selecionadas e na categoria ocupacional do trabalhador doméstico;

- mapear a disposição de gênero em três categorias ocupacionais historicamente caracterizadas pela informalidade e pela precariedade: Ambulante, Catador de resíduos sólido reciclável e reaproveitável e Trabalhador Doméstico, através do estudo de caso na cidade de Juiz de Fora, MG, a fim de verificar os atributos condicionantes da entrada e permanência dos indivíduos no mercado de trabalho informal e precário;

- fornecer instrumentos conceituais e empíricos para a elaboração de políticas públicas direcionadas às mulheres presentes nas categorias ocupacionais selecionadas.

A **hipótese principal** da tese é que a realização do mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais selecionadas entre e nas regiões metropolitanas e na cidade de Juiz de Fora poderão confirmar as permanências na desigualdade de gênero na constituição do mercado de trabalho.

As **hipóteses secundárias** são:

- espera-se verificar nos atributos pessoais (posição de referência como chefe de família, raça, idade, educação e renda) o condicionamento parcial da inserção assimétrica de homens e de mulheres nas categorias ocupacionais selecionadas;

- almeja-se confirmar a presença da alta composição de mulheres negras e pardas; da baixa escolaridade; do alto percentual de jovens e pessoas na terceira idade; da assimetria de gênero e entre as mulheres nas categorias ocupacionais selecionadas e na posição da ocupação da informalidade;

- espera-se verificar a participação do grupo feminino das categorias ocupacionais e de posição nas ocupações informais e no subgrupo ocupacional do trabalhador doméstico, especialmente nas regiões mais pobres, como no Nordeste, como um complemento financeiro para a redução da pobreza e para possibilitar a inserção em cursos de profissionalização de forma facilitada.

No âmbito da **metodologia** é importante ressaltar a adoção do título da tese *Mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal: uma análise comparativa entre as Regiões Metropolitanas e a cidade de Juiz de Fora, MG*. Embora o termo “mercado” implique em compra e venda de trabalho e a “informalidade” indique uma ausência desta relação comercial de compra e venda de mão de obra, utilizou-se a expressão “mercado” em razão de a tese abranger em sua análise categorias formais de trabalho no escopo comparativo.

O instrumental teórico e estatístico adotado na tese para responder o problema proposto, oferecer instrumentos para o desenvolvimento dos objetivos e verificar a validade das hipóteses, operacionalizou os seguintes instrumentos, como explicitado nos parágrafos a seguir.

Primeiramente, realizou-se a revisão bibliográfica para problematizar o tema e fornecer instrumentos analíticos para subsidiar o mapeamento dos dados.

A partir dessa revisão da literatura, foram selecionadas as variáveis para serem tratadas no estudo:

a) Composição etária: 15-19; 20-24; 25-29; 30-34; 40-44; 45-49; 50-54; 55-59; 60-64; 65-69; 70 anos ou mais;

b) Contribuição à Previdência Oficial: sim ou não;

c) Escolaridade: para aperfeiçoar a análise da escolaridade em intersecção com outras variáveis, agruparam-se as faixas de escolaridade disponibilizadas pelo Censo Demográfico do IBGE/2010, nos seguintes níveis educacionais:

1) Creche, Pré-Escola, Classe de Alfabetização (CA): agrupamento das faixas Creche, Pré-Escola (maternal e jardim de infância);

2) Alfabetização de Jovens e Adultos;

3) Ensino Fundamental: agrupamento das faixas antigo Primário (elementar); antigo Ginásio (médio 1º ciclo); Ensino Fundamental ou 1º grau (da 1ª a 3ª série/ do 1º ao 4º ano); Ensino Fundamental ou 1º grau (4ª série/ 5º ano); Ensino Fundamental ou 1º grau (da 5ª a 8ª série/ 6º ao 9º ano); Supletivo do Ensino Fundamental ou do 1º grau;

4) Ensino Médio: agrupamento das faixas antigo Científico, Clássico, etc. (Médio 2º ciclo); Regular ou Supletivo do Ensino Médio ou do 2º grau;

5) Ensino Superior;

6) Pós-Graduação: agrupamento das faixas Especialização (mínimo de 360 horas); Mestrado; Doutorado.

- e) Pensão e aposentadoria: sim ou não;
- f) Programa Bolsa Família: sim ou não;
- g) Raça ou cor: branco, preto, amarelo, pardo e indígena.
- h) Rendimento do trabalho principal: 0 SM-0,5 SM; 0,51 SM-1,0 SM; 1,1 SM-1,5 SM; 1,51 SM-2,0 SM; 2,1SM-3,0SM; 3,1SM-4,5SM; 4,51-SM ou maior.

i) Para mapear as categorias ocupacionais e a posição na ocupação serão utilizadas as seguintes categorias:

1) Empregado com carteira assinada: pessoa empregada contratada com carteira de trabalho assinada;

2) Militar do exército, marinha, aeronáutica, polícia militar ou corpo de bombeiros: pessoa que era militar do exército, marinha, aeronáutica ou das forças auxiliares, como polícia militar ou corpo de bombeiros, inclusive a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório;

3) Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos: pessoa que era empregada de instituição, fundação, autarquia, etc., no poder público (Executivo, Legislativo, Judiciário), desde que regido pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos de qualquer instância (federal, estadual ou municipal);

4) Empregado sem carteira de trabalho assinada: pessoa empregada que não tinha carteira de trabalho assinada, não era militar das Forças Armadas ou Auxiliares e não era regida pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos;

5) Conta própria: pessoa que trabalhava explorando seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado, ainda que contando com ajuda de trabalhador não remunerado (sem remuneração);

6) Empregador: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento com, pelo menos, um empregado;

7) Não remunerado (sem remuneração): pessoa que, na semana de referência, trabalhou sem remuneração, em ajuda na atividade econômica de morador do domicílio que era conta própria, empregador ou empregado do setor privado.

8) Trabalhador doméstico com carteira assinada;

9) Trabalhador doméstico sem carteira assinada.

Após a seleção das variáveis utilizadas no mapeamento, realizou-se uma análise em três agrupamentos da categoria ocupacional e da posição na ocupação: categoria geral; categoria informal e trabalhadores domésticos.

As categorias utilizadas no primeiro agrupamento geral foram:

1) Empregado com carteira assinada; 2) Militar do Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros; 3) Empregado pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos; 4) Empregado sem carteira de trabalho assinada: pessoa empregada que não tinha carteira de trabalho assinada, não era militar das Forças Armadas ou Auxiliares e não era regida pelo Regime Jurídico dos Funcionários Públicos; 5) Conta própria; 6) Empregador; 7) Não remunerado (sem remuneração).

No segundo agrupamento do mapeamento de gênero, realizou-se o detalhamento da análise nas categorias adotadas como informais na tese.

As categorias ocupacionais e a posição na ocupação selecionada foram:

1) Empregado sem carteira de trabalho assinada;
2) Conta própria;
3) Não remunerado (sem remuneração).

No terceiro agrupamento, mapeou-se o subgrupo e a categoria do emprego dos seguintes empregados:

1) Trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada;
2) Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada.

Deve-se ressaltar que a categoria “Trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada” está abrangida na categoria ocupacional trabalhadores sem carteira assinada, e os “Trabalhadores domésticos com carteira assinada” estão incluídos na categoria ocupacional trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

Entretanto, ambas foram analisadas separadamente dos agrupamentos geral e informal, por constituírem um subgrupo ocupacional e pelo fato de um grande contingente de mulheres brasileiras se dedicar à atividade de domésticas

Posteriormente, para a construção dos mapas, tabelas e gráficos, utilizou-se os seguintes pacotes estatísticos e bases de dados:

a) *Microsoft Excel*: construção de tabelas, gráficos e bases estatísticas;
b) *Software Statistical Package for the Social Sciences*: tratamento dos microdados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2010;
c) *Software Philcarto*: construção dos mapas, realizada com os dados do Censo Demográfico IBGE/2010 e da PNAD/IBGE, 2012.

Ao utilizar os microdados da base do Censo IBGE/2010 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)/2012 para o mapeamento da tese, as informações levantadas puderam responder de forma detalhada e com profundidade ao problema e aos objetivos apresentados na pesquisa.

Optou-se em utilizar os dados do Censo Demográfico IBGE/2010 por este se constituir em um retrato de larga escala da população brasileira. Embora a tese realize o recorte em seis regiões metropolitanas, o Censo apresenta, como característica fundamental, a profundidade das informações com as características socioeconômicas da população.

No âmbito de um dos objetivos deste trabalho, que é o de fornecer informações para a utilização dos gestores, o Censo se torna um importante instrumento de dados, pois é a partir dele que os planejamentos de ordem pública e privada serão elaborados e efetivados. Ao indicar pontos essenciais sobre o comportamento brasileiro, demonstra o perfil completo de toda a população. Neste ínterim, serve de orientação para a formulação e aplicação de outras pesquisas de larga escala em regiões específicas e de objetivos distintos (IBGE, 2010).

O objetivo da PNAD é investigar todos os anos, com exceção dos anos do Censo Demográfico/IBGE, as características gerais da população, entre elas: educação, trabalho, rendimento, habitação. Há, ainda, aquelas, de periodicidade variável dos Suplementos PNAD, relacionadas a temas distintos, de acordo com a necessidade de novas informações sobre os assuntos específicos. Constitui-se em um referencial para se formular agendas, validar as políticas, assim como avaliá-las. São importantes ferramentas direcionadas ao desenvolvimento socioeconômico e ao bem-estar da população brasileira, compreendido de uma forma ampla.

Posteriormente, estabeleceu-se o recorte das três categorias ocupacionais referenciadas no estudo sobre a informalidade para serem pesquisadas na realidade local da cidade de Juiz de Fora, MG: Ambulante, Catador de Resíduo Sólido e Reciclável e Trabalhador Doméstico.

O instrumental metodológico aplicado neste estudo para a análise das categorias Ambulante e Catador de Resíduo Sólido e Reciclável apresentou a seguinte operacionalização: seguiu-se, após a seleção das categorias ocupacionais, o levantamento de dados primários na Secretaria de Atividade Urbana (SAU) e na Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS) da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora; na Associação Municipal dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reaproveitáveis de Juiz de Fora (Ascajuf) e na Associação dos Catadores de Papéis e Resíduos Sólidos de Juiz de Fora

(Aparelhos). O objetivo foi verificar os dados disponíveis sobre a população participante da categoria ocupacional dos ambulantes e dos catadores de resíduo sólido reciclável e reaproveitável.

A partir das informações obtidas no levantamento de dados primários, estabeleceu-se a estatística, a fim de determinar a amostra representativa para a pesquisa. Com a amostra delimitada, desenhou-se o questionário semiaberto¹ denominado *O perfil de gênero no mercado de trabalho informal e precário em Juiz de Fora, MG*, cuja aplicação foi realizada no mês de agosto e setembro de 2012. O título do questionário não corresponde ao nome da pesquisa final, em razão de modificação proposta pela banca de qualificação, sugerindo a inclusão de uma análise que abrangesse a realidade brasileira, a fim de enriquecer o estudo, sugestão acolhida pela discente.

Aplicou-se o questionário piloto. Posteriormente, optou-se por realizar modificações relacionadas ao tamanho. Essas alterações se somaram a outras mudanças efetuadas após participação da autora da tese no curso de elaboração e construção de questionários.

A pesquisa *survey* é compreendida como a coleta de dados ou de informações sobre as características, ações e também opiniões referentes a um recorte populacional ou amostra sobre um assunto específico. A amostra representa a população pesquisada, cuja obtenção de informações ocorre geralmente pela aplicação de questionário. Baseando-se em estudos como o de Freitas et al (2000), constatou-se que, para esta investigação, o *survey* apresentou-se como instrumento de pesquisa adequado para buscar compreender o perfil da mulher no mercado de trabalho informal. Esse desenho também foi adotado por ser viável para se “responder questões do tipo “o quê?”, “por quê?”, “como?” e “quanto?”, ou seja, o foco de interesse sobre “o que está acontecendo” ou “como e porque isto está acontecendo” (FREITAS et al, 2000, p. 2). O caráter deste *survey* é *cross-sectional*, corte-transversal, descrevendo e fornecendo instrumentos informacionais para analisar o comportamento de uma ou mais variáveis em um dado momento.

O cálculo da amostragem do questionário para a construção da base de dados obedeceu à seguinte disposição:

- a) Categoria ocupacional dos ambulantes:

¹ Anexo A.

Encontravam-se cadastrados, em julho de 2012, ambulantes distribuídos em 241 pontos nas áreas urbana e rural: Batista de Oliveira, 26; Marechal Deodoro, 30; Getúlio Vargas, 36; Halfeld, 30; Andradas, 8; Rio Branco, 12; Floriano Peixoto, 3; Jarbas de Lery, 6; Santa Rita, 7; Braz Bernardino, 2; Avenida Brasil, 3; Mariano Procópio, 4; Manoel Honório, 3; Granbery (Sampaio), 3; Ibitiguaia (Santa Luzia), 3; Mister Moore, 4; Batista de Oliveira com Espírito Santo, 2; Batista de Oliveira com Santa Rita, 1; Batista de Oliveira com Marechal Deodoro, 2; Batista de Oliveira próximo à esquina da Getúlio Vargas, 11; Rua Halfeld com Batista de Oliveira, 1; Pontos diversos, 44 (abrangendo os pontos isolados em diversas regiões da cidade e área rural).

A amostra pesquisada foi calculada com base em Gil (1995), a partir de uma população finita (abaixo de 100.000):

$$n = \sigma^2 \cdot p \cdot q \cdot N / e^2 (N-1) + \sigma^2 \cdot p \cdot q$$

Em que:

n= Tamanho da amostra

N= População = 241

σ^2 = Nível de confiança de 99%, expresso em desvio padrão: 3.

p= Quando não é possível estabelecer previamente a percentagem com o qual o fenômeno se verifica, adota-se o valor máximo de 50 para p. q= 100-p

e = Erro máximo permitido – 3%

Resultado n= 220

Calculou-se 220 questionários para serem aplicados.

Durante a aplicação do *survey*, diversos endereços dos pontos dos ambulantes não foram encontrados pelas pesquisadoras, o que fez a amostra cair para 129 respondentes.

b) Catadores de resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis:

O desafio da realização do *survey* ocorreu pela dificuldade de encontrar os catadores em pontos fixos, pois aqueles que não pertencem a alguma das duas associações circulam entre os depósitos ou permanecem com o material a ser comercializado em alguma garagem próxima de casa ou na própria residência. No período da pesquisa, a Secretaria de Desenvolvimento Social (SDS), da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, não possuía um levantamento aproximado dos catadores da cidade, apenas os dados das associações: Ascajuf e Apares.

No momento da realização da pesquisa, cerca de 35 catadores participavam das duas associações. Como esses profissionais apresentavam um depósito fixo e um horário mais específico para buscar os carrinhos e/ou levar o material recolhido para a pesagem e venda, encontrou-se como uma das soluções para o problema da aplicação do questionário realizar 30 entrevistas nas associações.

Para quantificar o número de catadores não pertencentes à Ascajuf e à Apares, tomou-se como base os dados fornecidos pela Apares, que indicou um número aproximado de 200 catadores na cidade. A equipe de entrevistadores visitou os depósitos em regiões centrais da cidade, a fim de aplicar mais 30 questionários e somar 60 respondentes.

Foi necessário, contudo, durante a realização do *survey*, uma redefinição de estratégia metodológica. O objetivo na aplicação dos questionários foi realizar o mapeamento do perfil socioeconômico de gênero e os fatores causais da inserção dos homens e das mulheres nas categorias ocupacionais de referência. A elaboração do questionário semiestruturado ocorreu também para conhecer a autopercepção dos trabalhadores sobre a profissão e a interface com as seguintes esferas: família, realização pessoal, preconceito, relacionamento humano e identidade profissional. Entretanto, essa parte do questionário não foi passível de aplicação, diante da resistência dos profissionais em darem a entrevista, em especial, os catadores. Se inicialmente o roteiro de trabalho traçado era entrevistar os trabalhadores nos depósitos centrais, que geralmente funcionam próximos uns aos outros e aglomeram um número maior de catadores, depois, buscou-se entrevistar os catadores no final das feiras e, ainda, aqueles que recolhem papel apenas para a subsistência diária, sem fazê-la de fluxo contínuo. Ainda assim, o número de pessoas dispostas a darem entrevistas foi limitado e, com dificuldade, foram alcançados 59 questionários planejados.

Embora os ambulantes tenham respondido parte das questões abertas, alguns também se recusaram a conceder entrevistas. Deve-se ressaltar que a equipe responsável pela aplicação do *survey* e treinada pela autora retornou aos pontos dos ambulantes para completar o questionário ou marcar um horário para fazê-lo, conforme o movimento das barracas e da disponibilidade de tempo. Mas, como foi possível averiguar em muitos casos, o problema não era o tamanho do questionário ou o tempo para respondê-lo, os trabalhadores apenas alegavam que não gostariam de participar da pesquisa, o que foi respeitado pela equipe de aplicadores dos questionários.

Em relação às questões consideradas "fechadas", os aplicadores foram orientados a fazerem as perguntas sem citarem as opções de respostas, com o objetivo principal de reduzir o tempo da entrevista. Isso explica os porquês de casos de *missing*, de questões do questionário não serem abordados na tese, e do padrão de respostas ser demonstrado na tese de forma distinta àquela indicada no questionário. As entrevistas foram conduzidas de forma clara e sem indução das respostas.

Dessa maneira, somando-se as duas categorias ocupacionais, a pesquisa contabilizou 188 questionários preenchidos e, com os sete casos de *missing*, contabilizou-se um total de 181 questionários válidos.

No período do desenho e da aplicação dos questionários, realizou-se um trabalho de campo com o acompanhamento das atividades de alguns ambulantes e dos catadores. Entretanto, em razão das dificuldades expostas acima, e pela dúvida no que tange à assinatura dos termos de compromisso, optou-se, por uma questão ética, por não citar as declarações dos entrevistados, apenas a própria percepção da pesquisadora acerca da realidade laboral, social e econômica encontrada nos "campos" da pesquisa.

Destaca-se que o *survey* indicou seu valor, sobretudo, pelo caráter qualitativo e informativo, ainda que do ponto de vista estatístico tenha apresentado os desafios assinalados.

Posteriormente, para a construção das tabelas e dos gráficos, utilizou-se os seguintes pacotes estatísticos e bases de dados:

- a) *Microsoft Excel*: construção de tabelas e gráficos;
- b) *Software Statistical Package for the Social Sciences*: tratamento dos dados do *survey*; realização dos testes não-paramétricos de Wilcoxon-Mann-Whitney e de Kruskal-Wallis.

A opção pela realização do teste Wilcoxon-Mann-Whitney, para a comparação de duas populações independentes, e do teste de Kruskal-Wallis, para a comparação de três ou mais populações independentes, deu-se a fim de verificar a existência das assimetrias no interior dos grupos das variáveis selecionadas para a análise: gênero, raça, escolaridade e renda. Assim, foi verificado se uma população indicava valores maiores que a outra sinalizando os comportamentos de desigualdade específicos a cada grupo.

Os dados referentes à categoria ocupacional "trabalhador doméstico", na cidade de Juiz de Fora, foram extraídos do Censo Demográfico IBGE/2010. Optou-se pela utilização desse banco de dados, pois a realização do mapeamento espacial dos trabalhadores

domésticos implica em um espaço temporal e financeiro que extrapola os limites da presente pesquisa. Essa é a justificativa para a adoção diferenciada no que tange aos instrumentos de pesquisa utilizados entre a categoria “trabalhador doméstico” e as categorias “Ambulante” e “Catador de Resíduo Sólido Reciclável”.

Na direção apresentada, a **disposição dos capítulos** da tese se situa da seguinte forma:

O primeiro capítulo apresenta as *Leituras sobre a Informalidade*, e o objetivo é demonstrar as distintas abordagens sobre o tema no que concerne à multiplicidade de interpretações conceituais relacionadas à definição de informal. As questões centrais se apresentam: a) na análise do pleno emprego da força de trabalho; b) no *continuum* ou no dualismo entre a formalidade e a informalidade; c) nas teorias explicativas sobre o posicionamento desigual na estrutura social no Brasil, cujos contributos perpassam a análise sobre a plena composição do mercado de trabalho; d) na perspectiva subordinada dos dois "setores"; e) na Teoria da Marginalidade e na Escola CEPALina e f) nas abordagens que perpassam a Teoria do Desenvolvimento e Teoria da Dependência, com a apresentação, também, da abordagem do Desenvolvimento do Subdesenvolvimento e da Proposta Neoliberal. Posteriormente, o capítulo insere a abordagem da Economia Solidária e a nova direção para repensar a desigualdade brasileira. Nas teorias ou abordagens citadas, procurou-se delinear o debate sobre a formalidade, a informalidade e os condicionamentos socioeconômico, político e cultural, que condicionaram o Brasil a décadas de desigualdade de uma forma ampla e, específica, no mercado de trabalho.

O segundo capítulo, *A formação do mercado de trabalho informal e precário no Brasil: um breve percurso histórico*, apresenta a formação do mercado de trabalho informal no Brasil. Embora se indique a perspectiva teórica que embasa a constituição desse mercado como resultado histórico, cujos primeiros traços delinear-se ainda na colônia, procurou-se, sobretudo, demonstrar, nos interstícios da estrutura social do país, as peculiaridades referentes à composição do mercado informal, no que concerne: a) aos atributos categóricos dos trabalhadores; b) às modificações de cunho demográfico; c) aos processos de expansão e retração de emprego, conforme a política econômica adotada e d) à legislação trabalhista. Delimitou-se a análise em temporalidades distintas, pois cada período indica características distintas do mercado informal no país: a) formação do mercado de trabalho informal no Brasil: as origens; b) o mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1930 a 1990: um balanço entre a formalidade e a informalidade e c) os comportamentos da informalidade e da

precariedade nos anos recentes. O capítulo demonstra como a última década assistiu à retração da informalidade, graças às políticas econômicas e ao crescimento da economia, ao aumento do nível da escolaridade e à qualificação profissional. Entretanto, este estudo também indica que o avanço do setor de vagas formalizadas é simultâneo à permanência das ocupações atípicas e de outros perfis de informalidade resultantes da reestruturação produtiva.

Em sequência, a pesquisa insere as proposições de gênero no mercado de trabalho. No capítulo 3, *Elaborações de Gênero*, o objetivo é apresentar as distintas abordagens sociológicas referentes à construção do conceito de gênero. Parte-se, de uma forma geral, da análise de gênero como produto de uma construção social. A forma como essa construção ocorre é que se diferencia conforme a teoria abordada. Cada uma dessas escolas insere a dinâmica de homens e de mulheres no mercado de trabalho condicionada ao recorte teórico específico. A leitura Interacionista apresenta as relações de gênero na perspectiva da "categorização de sexo", o qual constitui um código de diferenciação entre os grupos, capaz de incidir sobre a alocação e o rendimento no mercado de trabalho e sobre a divisão sexual do trabalho. A proposta de gênero como uma Instituição Social adota a prerrogativa da Instituição sujeita a mudanças e a transformações a partir da ação do indivíduo e de grupos. Por essa razão, o *status* social de gênero e as desigualdades entre os sexos no mercado de trabalho apresentam a possibilidade de superação. A análise de gênero como Estrutura Social, de caráter integrativo, indica quatro eixos de pesquisa: nível interacional, individual, expectativa cultural e domínio institucional, constituindo-se em um sistema de estratificação socialmente construído. Uma das contribuições dessa abordagem é compreender "como" as desigualdades de gênero são reproduzidas e as possibilidades de superá-las.

O quarto capítulo, *Gênero e mercado de trabalho no Brasil*, apresenta o comportamento de homens e de mulheres no mercado de trabalho brasileiro e os conflitos inerentes a esse dinamismo. Em um primeiro momento, focaliza-se apenas o percurso histórico do grupo feminino. Demonstra-se as peculiaridades das ocupações extra-lar das mulheres no Brasil Colônia e Império, as quais forjavam um significado do papel social não reduzido ao trabalho doméstico e à submissão financeira em relação aos homens. Posteriormente, o capítulo demonstra a presença das mulheres imigrantes europeias e os novos parâmetros de conduta apresentados à realidade brasileira. As mulheres pobres auxiliavam no sustento da casa e, muitas vezes, assumiam esse encargo sozinhas. A tese realiza no ponto subsequente o recorte temporal entre os anos de 1930-1980, caracterizados

pelas transformações econômicas, sociais e demográficas que implicaram em alterações na composição feminina no trabalho. O último recorte temporal apresenta a variação de gênero no mercado de trabalho dos anos 1990 até a década de 2010. O objetivo é demonstrar as modificações de gênero na estrutura social brasileira, condicionada por uma inserção efetiva das mulheres no mercado de trabalho, como pessoa de referência da família e, paradoxalmente, no aspecto da permanência feminina no mercado de trabalho informal e com baixo rendimento.

O quinto capítulo, *Mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal*, apresenta a disposição de gênero no mercado de trabalho informal, no contexto da expansão dos empregos formalizados e do avanço feminino no mercado de trabalho. O objetivo é delinear os aspectos de permanência que marcam essa categoria de gênero no âmbito laboral. Apresenta-se, primeiramente, o panorama da composição das RMs e da cidade de Juiz de Fora, segundo as categorias ocupacionais e a posição na ocupação selecionada, pelas categorias das faixas etárias e da raça. Posteriormente, capta-se a disposição de gênero nas ocupações formais e informais nas RMs e na cidade de Juiz de Fora, conforme a escolaridade e o rendimento proveniente do trabalho principal. Tem-se o mapeamento das categorias informais selecionadas, no que se refere à contribuição à Previdência Oficial, ao recebimento de pensão ou aposentadoria e à participação no Programa Bolsa Família (PBF). A presença como beneficiária do PBF abrange a participação por grandes regiões, a verificação dos formais e dos informais que recebem ou não o benefício e a raça.

O objetivo do sexto capítulo, *Trabalho informal e precário em Juiz de Fora*, é realizar o mapeamento da distribuição de gênero em duas categorias profissionais que perpassam os liames da informalidade e da precariedade: os ambulantes e os catadores de resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis. Dessa maneira, serão verificados de forma detalhada os atributos que contribuem para a inserção e a permanência dos indivíduos no mercado de trabalho informal. A esse estudo de gênero será somada a demonstração dos contextos sociais capazes de delinear as desigualdades categóricas, como a raça ou cor, a escolaridade, a renda e os predicativos sociodemográficos na cidade de Juiz de Fora, MG. Apresentar o comportamento relacional de gênero é importante para verificar em qual medida os homens e as mulheres participantes dessas atividades ocupacionais se situam em um espectro de privação. O trabalho precário apresenta consequências de alcance macro, atraindo a atenção de sociólogos, do Estado e dos negócios, de uma forma geral, visto que implica em insegurança e seus efeitos

abrangem a natureza, o ambiente social e as experiências do trabalho. Os resultados se expandem para outros elementos, como os fatores individuais, o estresse e a educação; os fatores sociais, como a família e a comunidade e, finalmente, a instabilidade política (KALLEBERG, 2010).

Para realizar o estudo proposto, foi necessário realizar uma leitura da própria construção do conceito de informalidade, a fim de se compreender em quais contextos ele deve ser aplicado e quais seus efeitos diversos. Segue-se, então, o primeiro capítulo.

1 LEITURAS SOBRE A INFORMALIDADE

1.1 Introdução

O objetivo do capítulo é apresentar as abordagens teóricas que subsidiam os estudos referentes à informalidade no mercado de trabalho brasileiro, em suas diferentes vertentes de análise do processo de "atraso", "marginalidade", "dependência" e "modernidade periférica" no país.

A fim de se alcançar o objetivo do capítulo, serão analisados, no subcapítulo 2.2, "Formação do mercado de trabalho e as divergências teóricas na construção do termo 'setor informal'", o comportamento e a formação das relações de produção e do mercado de trabalho. Serão debatidas a constituição do termo "informal", a análise dualista da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e as características da análise subordinada de Maria Cacciamali. Como contributo teórico tem-se os textos de Márcio Pochmann e de Maria Cacciamali, bem como as proposições da OIT.

No subcapítulo 2.3, "Teoria da Marginalidade e Escola CEPALina", será analisada, na primeira abordagem, uma leitura da dualidade da realidade social e das propostas de José Nun - massa marginal e Aníbal Quijano - polo marginal. Já na segunda escola, há uma interpretação da realidade econômica latino-americanista, na perspectiva do desenvolvimento econômico e da adoção da análise dual. Como referência bibliográfica, tem-se Aníbal Pinto, Aníbal Quijano, José Nun, Mário Theodoro, Raúl Prebisch, Ricardo Bielschowsky e Patrícia Rivero.

No tópico 2.3, "Teoria do Desenvolvimento e Teoria da Dependência", a proposta do desenvolvimento se refere à realidade da sociedade moderna inspirada nas especificidades econômicas norte-americanas e nas europeias, com o subdesenvolvimento como resultado da ausência de desenvolvimento. Já a dependência é analisada como a existência de uma determinada economia diante do crescimento da economia do país ao qual está subordinada. Conta-se com a contribuição teórica de André Gunder Frank, Fernando Henrique Cardoso, Raul Prebisch e Theotônio dos Santos.

Na análise do subcapítulo 2.4, "Uma proposta neoliberal", reflete-se sobre o processo da dinamização das relações internacionais e da necessidade de constituição do Estado Mínimo e da livre abertura do mercado de capital. Como referências, há Eduardo Antônio Salomão Condé, Friedrich Hayek, John Williamson, Milton Friedman e Perry Anderson.

O subcapítulo 2.5, "Proposta para repensar a desigualdade brasileira", apresenta a

proposta do sociólogo Jessé Souza. Ele argumenta que a desigualdade brasileira não está vinculada às noções tradicionais de personalismo, patrimonialismo e familismo e, por isso, não permanece enraizada em resíduos pré-modernos. Souza discorre sobre as noções de *habitus* primário, secundário e precário, e demonstra a ocorrência da ralé estrutural na sociedade periférica. São utilizadas como referências Pierre Bourdieu e Jessé Souza.

1.2 Formação do mercado de trabalho e as divergências teóricas na construção do termo "setor informal"

A mão de obra de qualquer país deve ser compreendida como um termômetro da produção social por uma parcela da população, embora não sejam todos os trabalhadores que tenham condições de estarem inseridos diretamente neste processo de produção. Este dinamismo deve ser analisado sob a dinâmica do acúmulo do capital. O desenvolvimento econômico se torna decisivo para a incorporação tradicional da força de trabalho e a produção social está vinculada, condicionalmente, a este desenvolvimento. Se houver a ampliação das atividades econômicas, o processo de produção e a reprodução das categorias profissionais serão intensificados. Um exemplo de fatores que restringem, na atualidade, a incorporação de toda a força de trabalho é a constituição de novas formas de produção, com as tecnologias e a gestão de trabalho que ocupam o lugar do trabalhador (POCHMANN, 2001).

Deve-se considerar uma exceção, mais do que uma regra, se no percurso da história do capitalismo houve o pleno emprego da força de trabalho. O momento histórico próximo a este fato ocorreu nas três décadas subsequentes à Segunda Grande Guerra, em função das estratégias dos Estados presentes no conflito. Eram necessárias as construções de novos postos de pleno emprego, haja vista a constituição de uma conjuntura econômica e social disponível capaz de atender às necessidades dos trabalhadores e dos próprios países. Diante do pagamento do seguro-desemprego, da aposentadoria, dos investimentos em escolas, da redistribuição de renda dos ricos para os pobres, dos hospitais garantidos pelo Estado com fundos públicos arrecadados com a reforma tributária (que exigia o pagamento de impostos por parte da classe média), uma quantidade excedente de mão de obra deixou de procurar emprego e/ou de ter que procurá-lo a fim de pagar as despesas básicas das necessidades vitais. O setor privado, através da intermediação da esfera pública, também gerou uma quantidade expressiva de empregos. “Assim, os setores vinculados à saúde, à educação, aos transportes, ao lazer, às empresas estatais, entre outros, promoveram uma ampliação substancial do

emprego público, absolutamente fundamental para garantir a quase plena ocupação da força de trabalho” (POCHMANN, 2001 p. 19).

Outro ponto importante para se refletir sobre o pleno emprego da força de trabalho, no modo de produção capitalista, são os arranjos políticos e institucionais - objetos de construção social. Márcio Pochmann salienta que, caso as forças de mercado funcionassem livremente, a força de trabalho permaneceria aos revezes ao sabor da acumulação capitalista.

A entrada no mercado de trabalho deve ocorrer de duas formas:

Por um lado, há as categorias de classe obrigatoriamente necessárias e envolvidas na acumulação do capital, como os diretores, os gerentes, os responsáveis pelas atividades de produção, dos bens e serviços.

Por outro, existe a mão de obra excedente que vai se comportar segundo as necessidades do capital:

a) o desemprego aberto² ou visível, cujos integrantes concorrem diretamente a uma vaga no mercado de trabalho, contribuindo para a resistência a melhores condições de trabalho e condições salariais;

b) o desemprego das ocupações relacionadas com a própria subsistência ou o desemprego invisível, também denominado "parcela não-organizada do mercado de trabalho". Este segmento praticamente não interfere de forma sistemática e direta na acentuação da competição pelas vagas entre os trabalhadores. “Suas estratégias de sobrevivência, ainda que rudimentares, evitam que, recorrentemente, este segmento tenha que depender exclusivamente da venda de sua força de trabalho” (POCHMANN, 2001 p. 20).

A consideração realizada por Pochmann é a de que o excedente de mão de obra é formado pelos trabalhadores provenientes do desemprego aberto ou do desemprego invisível, associado ao capitalismo primitivo, em um mercado de trabalho não-organizado. Mas, o pesquisador pondera sobre a importância de se entender este segmento como parte dependente do sistema econômico capitalista, pois, esta dimensão determina a existência das, e em quais dimensões devem ocorrer as atividades na esfera não-organizada do mercado de trabalho.

Há outra dimensão: o desemprego invisível está condicionado à acumulação capitalista, à capacidade de atuação do Estado sobre a natureza, a qualidade e a dimensão das

² Desemprego aberto: Proporção de pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos últimos 30 dias anteriores ao dia da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos 7 dias. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ped/pedmv98/conceito.html>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

ocupações no universo não-organizado do mercado. Em virtude da intensificação das transformações do capitalismo, além do desemprego aberto, o desemprego invisível também recebeu novas formas de produção e da reprodução da mão de obra excedente. Com a externalização de parte do processo produtivo que levou, como consequência, à terceirização e à subcontratação, além de à organização em redes, houve a simplificação das tarefas que eram exercidas apenas dentro da empresa, tornando a mão de obra em determinados setores e em formas de atividades não organizada. É possível encontrar, nas ocupações de excedente de mão de obra, as profissões relacionadas ao processo capitalista de produção reproduzindo tanto as formas ocupacionais do capitalismo primitivo quanto aquelas vagas acionadas pelas grandes empresas. No caso de economias periféricas, como a brasileira, estas apresentaram ou demonstraram o mercado de trabalho minimamente organizado (POCHMANN, 2001).

Conforme Cacciamali (2004), o termo “informalidade” é utilizado para explicar formas heterogêneas da produção ou de trabalho que não são próprias às empresas capitalistas ou aos serviços prestados pelo Estado. A construção conceitual da informalidade não apresenta um consenso entre os pesquisadores, e as 'racionalizações frágeis e não homogêneas' se originam e, concomitantemente, resultam, nestas diferenças conceituais. Os estudos sobre a informalidade perpassam pelas diversas ocupações e estão relacionados às atividades de baixa produtividade econômica.

Em razão da restrita circulação da utilização do termo “setor informal”, no estudo realizado em Ghana, o mesmo não foi atribuído a quem primeiramente o empregou, Keith Hart³. Entretanto, Cacciamalli ressalta que a interpretação relacionada ao termo ocorreu pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1972, no estudo *Employment, Income and Equality: a strategy for increasing for productive employment*, a partir do Programa Mundial de Emprego (PME), realizado também pela OIT, no ano de 1969. Esperava-se, com o Programa, indicar os estudos que contribuíssem para o crescimento econômico através da criação de empregos e não segundo o crescimento rápido de produtos (CACCIAMLI, 1982, 2004, 2007).

Esse Programa tornou-se, portanto, um marco teórico sobre o setor informal, pois procurava compreender sua definição e natureza assim como sua relação com o conjunto da economia. Com a construção desta categoria de análise, esperava-se verificar quais as

³ Referência em: HART, Karl. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, Cambridge, v. 11, p. 61–89, 1973.

atividades geravam baixas rendas e agregavam um grande contingente de indivíduos mais pobres. Com os "grupos metas" construídos pelas políticas para emprego baseados nestes resultados, se tornaria possível reduzir a situação de desigualdade de renda. Cacciamali (1982, 2004, 2007) explicou que este estudo influenciou importantes missões asiáticas e africanas e estudos do Programa Regional de Emprego para América Latina e Caribe (PREALC), além de pesquisas na América Latina e no Banco Mundial.

O relatório da Organização Internacional do Trabalho (1972) demonstrou que embora o setor informal fosse uma fonte de subsistência no Quênia, muito pouco se sabia deste setor no período da construção do relatório. Havia, naquele momento, apenas uma pesquisa de dados em pequena escala que demonstrava uma grande diversidade econômica em atividades não agrícolas nas áreas rurais. Ainda assim, as estimativas daqueles dados fragmentados demonstravam que, para uma grande parte da população do Quênia, a migração para a área urbana era de valioso aumento da renda, independente de a renda ser proveniente da atividade formal ou informal.

O relatório, logo na apresentação do tema, explica que uma parte considerável do setor informal não está ligada a uma atividade produtiva marginal. Ao contrário, pode ser efetiva do ponto de vista econômico, ainda que em pequena escala, e limitada por uma tecnologia simples e reduzida devido à sua escala. A abordagem do relatório se apresenta, portanto, como dualista, pois tanto a informalidade quanto a formalidade apresentam a modernidade desenvolvida no Quênia, e que não fazem parte da dicotomia moderno-tradicional.

O documento indica, ainda:

Nossa análise coloca grande ênfase na importância penetrante da ligação entre as atividades formais e as informais. Nós enfatizamos, portanto, que as atividades informais não estão confinadas ao emprego na periferia das principais cidades, às ocupações ou mesmo às atividades econômicas particulares.

Ao invés disso, as atividades informais são o modo de se fazer as coisas, caracterizado por:

(a) Facilidade de entrada; (b) confiança em recursos nativos; (c) posse familiar das empresas; (d) operação em pequena escala; (e) tecnologia intensiva de mão de obra e adaptada; (f) habilidades adquiridas fora do sistema escolar formal; e (g) mercados não-regulados e competitivos. As atividades do setor informal são grandemente ignoradas, raramente apoiadas e, às vezes, ativamente desencorajadas pelo governo.

As características das atividades do setor formal são o inverso destas, a saber:

(a) Entrada difícil; (b) confiança frequente nos recursos estrangeiros; (c) posse corporativa; (d) grande escala de operação; (e) tecnologia intensiva de

capital e, às vezes, importada; (f) habilidades formalmente adquiridas, às vezes, expatriadas; (g) mercados protegidos (por meio de tarifas, cotas e licenças comerciais) (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 1972, p. 6).

Cacciamali (1994) afirmou que as condições originais delimitadoras do tema da informalidade devem ser analisadas com o qualitativo da relatividade e não se deve colocar, em termos absolutos, sua análise conjunta frente às discussões e dissensos contemporâneos. De qualquer forma, no Brasil, a opção teórica realizada pelos órgãos oficiais para se estudar a estrutura da pequena produção mercantil, indicou resultados importantes para o amadurecimento teórico e empírico sobre a informalidade. Como exemplo está a constituição dos procedimentos metodológicos para a realização de pesquisas empíricas e comparativas capazes de apreenderem e avaliarem como a entrada no mercado de trabalho informal ocorreu em sociedades específicas, em processos históricos distintos.

Na análise de Cacciamali (1982, 1994), entre as características e os pontos próprios ao espaço econômico informal, o próprio trabalhador é o dono dos meios de produção assim como dos bens a serem comercializados. Isto impede uma clara delimitação entre capital e trabalho, podendo, inclusive, não ocorrer esta separação. Toda a esfera da gestão também fica por conta do produtor; ou seja, ele assume a faceta de produzir, possuir e gerir o empreendimento de pequena escala. Não há um fluxo contínuo no processo de produção, em razão das características do próprio trabalho, do mercado, ou da própria forma de geri-lo. Outro aspecto é que o dono do empreendimento pode contar com o auxílio dos familiares ou ajudantes extra-lar. Mas, neste caso, as relações no trabalho são acentuadamente pessoais. Os vínculos e a forma de controlar a dinâmica produtiva dos outros variará conforme a sua experiência profissional, o seu modo de vida e a renda proveniente do empreendimento. A atividade produtiva ocorre em função do emprego e da necessidade da renda, da comercialização não objetiva e da competitividade. A receita líquida auferida pelo produtor-trabalhador resulta das condições do mercado de bens e serviços em que determinada atividade se insere, e não do mercado de trabalho em si. É este fator que vai determinar sua permanência ou não na atividade autônoma. O valor dos bens e serviços também será influenciado pelos níveis salariais e pela massa salarial dos compradores e/ou clientes. Por sua vez, quem trabalha com o produtor tem a renda condicionada pelo mercado específico, pela renda auferida pelo proprietário e pela sua própria decisão de participar do negócio, bem como da remuneração. A pesquisadora é contrária à tese de que os trabalhadores informais

estão nesta posição apenas como alternativa ao desemprego, e de que nestas ocupações serão encontrados apenas pobres e precários.

As relações e os modos de produção, bem como a inserção nas diferentes categorias do mercado de trabalho são analisados conforme a abordagem teórica estabelecida (RIVERO, 2009). Em razão da multiplicidade de análises sobre o termo setor informal e dos desafios metodológicos de pesquisá-lo, em uma recorrente sobreposição ou contradição terminológica, Rivero explica a presença de uma heterogeneidade de atividades compreendidas sob uma única denominação, tornando questionável a utilização do termo “setor informal”. Em sua obra, a autora apresenta criticamente a abordagem da Teoria Marginal e a Escola CEPALina.

1.3 Teoria da Marginalidade e a Escola CEPALina

1.3.1. Teoria da Marginalidade

Há abordagens teóricas "clássicas" adotadas por pesquisadores para analisar a informalidade. Entre elas estão a Teoria da Marginalidade e o Estruturalismo.

Conforme Rivero (2009), a informalidade lançou raízes no contexto latino-americano na Teoria da Marginalidade e na sua versão otimista, a "Teoria da Modernização". Ambas traziam implícita a ideia de uma sociedade dual, marcada pelo evolucionismo de uma realidade social menos avançada para uma mais avançada, com as dicotomias de tradicional/moderno, integrados/excluídos, entre outras, acentuando a realidade da região. A socióloga ressalta que a definição de setor informal se vincula diretamente ao debate referente ao assalariamento como mecanismo de integração social, e o reverso desta noção é traduzido pela teoria do significado social do trabalho e dos paradigmas de integração social. Contrário às pontuações duais e evolucionistas da sociedade, Rivero apresenta uma realidade social formada por um conjunto de elementos com predominância variável entre si, casualmente integrado em um "devenir não-teleológico", com a existência de diferentes níveis de desenvolvimento no interior da mesma realidade social e do trabalho.

Rivero (2009) justificou a importância de situar a Teoria da Marginalidade no estudo relacionado ao mercado de trabalho informal em razão da sua importância, e de sua adoção pelos governos estatais e pelos organismos institucionais na avaliação e na elaboração de políticas públicas em países de desenvolvimento e, ainda, por ser ela adotada em pesquisas

das Ciências Sociais. A referida abordagem procura embasar a pobreza urbana em países em desenvolvimento, situada na leitura da integração e da exclusão social, e demonstrar outro lado da Teoria da Modernização.⁴ Entretanto, os códigos de operacionalização conceitual desta Teoria foram refutados por muitos pesquisadores.

Na abordagem sobre a Teoria da Marginalidade, um nome é referencial: José Nun. Através do aprofundamento dos estudos de Karl Marx, com o *Grundrisse* e do capítulo XXIII, *A Lei Geral da Acumulação Capitalista*, de *O Capital*, Nun formulou estruturas conceituais referentes à "marginalidade dos indivíduos". Como Patrícia Rivero explica, essa "massa marginal urbana" foi analisada sob uma perspectiva materialista histórica, por meio dos conceitos de "superpopulação relativa" e "exército industrial de reserva". Estas duas noções devem ser analisadas como categorias distintas e estão situadas em níveis de generalidade diferentes (NUN, 1999; RIVERO, 2009).

Nun (1969) cita estas distinções nos seguintes termos:

A tese que quero sustentar nesta parte pode resumir-se assim: a incorreta assimilação das categorias "superpopulação relativa" e "exército industrial de reserva" tem levado a confundir, no estudo do capitalismo, os processos específicos que geram uma população excedente, com os efeitos que provoca no sistema. Pelo contrário, ambas as questões devem diferenciar-se: ao indagar esses processos específicos, obtêm-se as características próprias da "superpopulação relativa" deste modo de produção. O conceito de "exército industrial de reserva" corresponde, ao contrário, ao exame dos efeitos, das relações desta superpopulação com a estrutura global. Posto em termos mais simples: nesta forma produtiva nem toda superpopulação se constitui necessariamente um exército industrial de reserva, categoria que implica uma relação funcional desse excedente com o sistema em seu conjunto (p. 3-4).

Para outro autor referenciado no estudo sobre a Teoria da Marginalidade, Quijano (1972), uma parte da população estava marginalizada em consequência do processo de modernização pós-décadas 1950 e 1960. Outra razão era devido às dimensões culturais e aos atributos étnicos da população. O autor utiliza o termo "mão de obra marginalizada" para se referir a um novo substrato presente no corpo social de todos os setores da atividade econômica, urbana e rural. Nesta análise, se o indivíduo é marginal em um setor, será em

⁴ As teorias das modernização, perspectiva da ciência política, sobretudo nas década de 1960 e 1970, analisa a sociedade como duas unidades independentes: tradicional e moderna. Nesta abordagem a sociedade apresenta um caráter evolutivo. O objetivo é verificar porque uma sociedade consegue sucesso nas atividades econômicas, desenvolvendo técnicas altamente acentuadamente produtivas, distinguindo técnicas tradicionais das modernas (MACHADO, 1970).

outro, não havendo a possibilidade do intercâmbio entre as áreas do mercado de trabalho. Em diversas sociedades do mundo contemporâneo há indivíduos dispersos em pequenos grupos com a dificuldade de inserção no mercado de trabalho e de acesso a bens e serviços. Os que outrora eram denominados *lumpen proletariado*, constituindo-se em um submundo de miséria e anomia, ainda fazem parte desta marginalidade. A análise de marginalidade é gerada por motivações de ordem psicológica individual e pela redução temporal no mercado de trabalho em diversos setores.

Sob uma visão orgânica, na análise hipotética no sistema econômico total, Quijano (1972) a classifica como polo marginal. Ela ocorre ao lado dos mecanismos de diferenciação, das separações no interior da população marginalizada. Variáveis como a idade e a procedência geográfica (urbana ou rural) são relevantes para a constituição de agrupamentos sociais, como a presença de formas subculturais segmentárias. Estas formas de agrupamento social, vertical ou horizontal, se tornam mais importantes, considerando-se a psicologia social do indivíduo e a cultura em geral (THEODORO, 2004; RIVERO, 2009).

A proposta da Teoria da Marginalidade é colocada em xeque por Theodoro (2004), para quem o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro e a dinâmica da exclusão e da marginalidade já estavam presentes no período anterior à abolição. Este grupo estaria próximo ao que Nun (1999) considerou uma "massa marginal" e foi relacionado à noção de superpopulação relativa. Mas, para Theodoro, no país, a massa marginal está presente há séculos, como será analisado no capítulo 3.

Já a análise da abordagem Estruturalista apresenta entre suas linhas de análise o subdesenvolvimento como resultado da desvantagem do valor relativo característico das trocas econômicas entre o centro e a periferia, em especial no que se refere à economia externa. A análise perpassa o subdesenvolvimento e reflete a sociedade em uma perspectiva dual, com setores de subsistência ou de informalidade. Ela caracteriza a dubiedade de um mercado com reduzido capital e com precariedade do nível técnico da produção, sobrevivendo ao lado de um avançado setor moderno, com tecnologia, capitalizado e dinâmico (COSTA, 2010).

1.3.2 A Escola CEPALina

A construção teórica do estruturalismo não está presente no trabalho de uma única escola, mas se constituiu a partir da tradição marxista/shumpteriana⁵ e das teorias keynesianas (MATSUO, 2009). No âmbito do estruturalismo, a CEPAL contribui para a história das ideias econômicas, na medida em que é um instrumento analítico específico construído para ser aplicado nas condições históricas da periferia latino-americana. Seus estudos apresentam uma análise comparativa, sincrônica e composta de fases históricas para se compreender a realidade latina. A força explicativa da CEPAL ocorre em função da interação entre o método histórico e indutivo e a referência abstrato-teórica própria: a teoria estruturalista do subdesenvolvimento periférico latino-americano (BIELSCHOWSKY, 2000; LUSTIG, 2000 p. 83).

A contribuição da CEPAL esteve direcionada, sobretudo, aos *policy-makers* latino-americanos. É possível sistematizar o pensamento CEPALino⁶ nestes 63 anos graças a dois pontos em comum que versaram sobre a instituição: a) em todas as fases houve o mesmo enfoque metodológico com a modificação do substrato da história real e do contexto ideológico e b) adequação das ênfases e renovação das interpretações em cada contexto histórico específico. É possível indicar traços comuns aos decênios da CEPAL: a) método do enfoque histórico-estruturalista (centro-periferia); b) temáticas da análise da inserção internacional e da análise dos condicionantes estruturais internos e c) plano da análise das necessidades e possibilidades de ação estatal (BIELSCHOWSKY, 2000).

Para uma das grandes referências da CEPAL, Prebisch (2000), eram necessárias transformações de ordem estrutural para possibilitar o desenvolvimento latino-americano. Os problemas presentes na economia são graves e não são conjunturais ou transitórios, mas sim resultantes da precariedade do sistema político econômico. Assim, esta precariedade impede que se alcance e se mantenha um ritmo de desenvolvimento apto a corrigir as distorções na

⁵ Conforme Lustig (1988), a matriz clássica do Estruturalismo presente na tradição marxista/schumpteriana ocorre em razão do sistema conflitivo que perpassa o sistema capitalista de livre empresa, cujo desenvolvimento ocorre com fluxos inconstantes e com a geração de diversos desequilíbrios. Por sua vez, a macroeconomia estruturalista do desenvolvimento inicia do pressuposto keynesiano que os principais impeditivos ao crescimento e ao pleno emprego se encontram do lado da demanda, ainda que se reconheça a essencialidade da oferta. Desta maneira, os recursos disponíveis para aumentar a capacidade de oferta do país devem ser potencializados e aproveitados. As influências das escolas ultrapassam a estas primeiras indicações. Estendê-las ultrapassariam os limites deste trabalho (ANDRADE; SILVA, 2010; MATTEI, 2014).

⁶ A sistematização do pensamento cepalino e as influências das escolas poderão ser encontradas na obra BIELSCHOWSKY, R. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL: uma resenha**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

região, causadas pelo crescimento da população e pela necessidade urgente de adequação a esta realidade. Embora Prebisch destaque o fato da saída de um contingente expressivo de indivíduos saindo do campo para a cidade, à procura de trabalho, como contribuindo para a dificuldade de absorção da mão de obra produtiva, ele ressalta os sérios obstáculos presentes na cidade, em um contexto de baixa renda, crescimento exíguo e mão de obra redundante.

Nem toda a mão de obra expelida provém da agricultura e de outras atividades primárias. Geralmente existe nas cidades uma plethora de trabalhadores de renda muito inferior: além dos desempregados, existem todos os serviços pessoais não qualificados, desde o serviço doméstico até o comércio diminuto de rua, bem como as atividades artesanais de caráter pré-capitalista. Toda essa gente encontra-se à margem do progresso técnico, mas, à medida que as atividades absorventes se desenvolvem, também tende a se deslocar para elas o aumento da população ativa e até o da população existente nos grupos inferiores, em busca da menor remuneração (PREBISCH, 2000 p. 464).

Um dos conceitos centrais no estruturalismo é o da heterogeneidade estrutural. Conforme Aníbal Pinto, através da análise das mudanças trazidas pela industrialização a estrutura produtiva da economia pode ser dividida em três camadas: a) a camada primitiva, com os níveis de produtividade e renda semelhantes aos da economia colonial; b) no oposto, o “pólo moderno”, formado pelas atividades de exportação, industriais ou de serviços similares às médias das atividades das economias desenvolvidas e c) a camada intermediária, correspondente à produtividade média no país. Decorrem-se desta análise dois pontos importantes: o primeiro se refere à descontinuidade das camadas, e o segundo às relações estabelecidas entre elas e seu *continuum* na economia interna (MATSUO, 2009; PINTO, 2000).

Em relação à “descontinuidade”, dois elementos estão em relevo: o primeiro são os contrastes entre estas camadas, e o segundo a significação das populações e das diferentes atividades produtivas relacionadas a cada uma delas. É clara a presença de uma descontinuidade, independente dos variáveis âmbitos de comparação. Esta heterogeneidade é perfeitamente contrastada com a homogeneidade das economias industrializadas, constituindo-se o principal fator propulsor de uma integração interna precária e incompleta dos sistemas. Os excedentes comercializáveis ou intercambiáveis de diversos setores são reduzidos, o que pode limitar as relações com outros setores. As relações entre as economias industrializadas, diversificadas no progresso técnico, são mais dinâmicas e significativas se

comparadas à relação entre as economias homogêneas e as subdesenvolvidas. Tanto as atividades quanto as populações e as áreas qualificadas como 'marginalizadas' são, se comparadas às estruturas dos países centrais, porções pequenas e com pouca significância, mas, no contexto latino-americano e de subdesenvolvimento, a tendência é contrária. Essas diferentes camadas não estão em diferentes sistemas, de forma estanque, mas pertencem a um contexto comum (PINTO, 2000).

Para Matsuo (2009), é na perspectiva dualista que se apoia a escola CEPALina, com a explicação causal da informalidade relacionada à marginalidade, à pobreza e à baixa qualidade tecnológica e produtiva; realidades características da qualificação periférica do capitalismo latino-americano, na qual tais fragmentos pré-capitalistas são encontrados. Neste contexto, é possível identificar três formas de atividades informais que coexistem e se relacionam:

1. De sobrevivência: a sobrevivência de uma pessoa ou domicílio, por meio de uma produção indireta de fins de subsistência, ou mera venda de bens ou serviços de mercado;
2. De exploração: as atividades econômicas informais podem estar orientadas para melhorar as atividades da gestão e reduzir os custos trabalhistas das empresas do setor formal, por meio de contratação informal de trabalhadores ou da subcontratação de empresários informais;
3. De crescimento: as atividades econômicas informais podem estar organizadas por pequenas empresas com o objetivo de acumular capital, aproveitando as relações de solidariedade que possam existir entre elas, a maior flexibilidade e os menores custos (MATSUO, 2009, p. 48).

Conforme Rivero (2009), até a década de 1990 a CEPAL apresentou o trabalho informal sob uma perspectiva estruturalista, cuja economia informal não seria uma opção racional do indivíduo, mas sim uma alternativa de sobrevivência involuntária dos pobres e dos marginalizados. Não se constitui, portanto, como uma alternativa para se obter maior ganho em relação ao trabalho assalariado. Os trabalhadores são levados à situação da informalidade por não encontrarem uma estrutura econômica apta a incluí-los. Como condicionantes da pobreza, têm-se o desemprego aberto e o subemprego, determinando sua forma materializada na marginalidade urbana e na larga assimetria social. O emprego informal se torna um indicador em potencial do subemprego, por ser um segmento de tarefas instáveis e de baixa produtividade. Este “setor” é encontrado de acordo com o desenvolvimento econômico dos países, pois esta dinâmica influencia o montante e os modos e chances de vida daqueles que permanecem excluídos. Conforme Rivero (2009), as atividades informais são compreendidas

pelos estruturalistas como de subsistência direta e que se comportam subordinadas ao setor formal e à produção e, também, àqueles empresários autônomos que, embora sejam informais, possuem tecnologia moderna e conseguem acumular certa quantidade de capital. A fim de quantificar o percentual deste setor, o pensamento CEPALino analisa a população economicamente ativa no âmbito das pessoas não "protegidas" pela legislação trabalhista.

1.4 Teoria do Desenvolvimento e Teoria da Dependência

A "Teoria do Desenvolvimento" apresenta, entre suas características, a racionalidade econômica moderna capaz de acumular a riqueza dos indivíduos e das sociedades nacionais soberanas. Este dinamismo só pode ser alcançado através dos comportamentos e dos valores identificados com a prática maximizadora de lucros. Nesta abordagem, ainda que se forjasse uma neutralidade teórica, o ideal sociopolítico da sociedade moderna era inspirado na Europa e nos Estados Unidos, tanto como uma realidade literária quanto como uma necessidade histórica urgente de implantação. Entretanto, após a crise do colonialismo, acentuada no pós-Segunda Guerra Mundial, as interpretações com base na evolução histórica da sociedade, sob o enfoque do estágio civilizatório tecido na dinâmica econômica e social, materializada no mercado e na burguesia nacionais para explicar o desenvolvimento das sociedades, tornaram-se paulatinamente refutadas. O progresso da sociedade era um "fenômeno" universal inerente ao processo democrático, não uma prioridade conjuntural de determinadas regiões e da superioridade racial europeia (SANTOS, 1997).

Uma nova realidade colocou em xeque a perspectiva do subdesenvolvimento como resultado da ausência de desenvolvimento. A contribuição da teoria da dependência, tecida entre as décadas 1960 e 1970, foi procurar explicar, criticamente, como é limitado o desenvolvimento que teve início em um período no qual a hegemonia americana de grupos econômicos e das forças imperialistas já sustentava a base da economia mundial. Neste aspecto, a dependência deve ser analisada como a condição de existência de determinada economia, mediante o desenvolvimento e o crescimento da economia do país ao qual se está subordinado. A relação de interdependência entre dois ou mais países entre si, e no âmbito internacional, ocorre quando os países dominantes se expandem e os dominados só podem sofrer processo como reflexo, o qual pode apresentar um efeito perverso relativo ao momento deste crescimento (SANTOS, 1970).

Para uma compreensão da formação histórica dos países desenvolvidos e subdesenvolvidos, é essencial inserir na reflexão a proposta de Frank (1966). Para ele, é inviável a elaboração de uma teoria do desenvolvimento para a população residente em países subdesenvolvidos, antes de se compreender como o passado econômico e a história social originaram a realidade socioeconômica na qual vivem. É necessário, também, verificar os aspectos econômicos, políticos, culturais e sociais condicionantes para se tornarem, em determinado momento, desenvolvidos. Frank acrescenta que isto não significa que os países colonizados ou subdesenvolvidos se tornarão desenvolvidos.

Para Frank (1966), as relações não se restringem ao nível da relação internacional. Elas são capazes de penetrar e estruturar o estilo de vida, a economia, a cultura e a política das nações colonizadas ou subdesenvolvidas.

Os pesquisadores Cardoso e Falleto (1985), contribuíram para a Teoria da Dependência e a Escola Estruturalista, e defendem uma abordagem dialética para o estudo da sociedade. Do ponto de vista metodológico, a vida social deve ser estudada na existência de estruturas globais relativamente estáveis, mas, que podem ser analisadas de modos distintos. Como as estruturas são produto da ação humana, elas são passíveis de mudança e de serem transformadas por movimentos sociais. Por esta razão, a abordagem é, ao mesmo tempo, estrutural e histórica. Segue o condicionamento estrutural da vida social e a transformação histórica das estruturas a partir dos conflitos, dos movimentos e das lutas de classes. Por esta razão a metodologia é histórico-estrutural.

Na obra *Desenvolvimento e Dependência na América Latina* Cardoso e Falleto (1970) não compartilhavam do simplismo de que todos os países subdesenvolvidos estavam à margem dos ditames das economias dos países considerados "imperialistas". Para eles as relações entre os países subdesenvolvidos e desenvolvidos era específico de acordo com as possibilidades que o movimento da história colocava para cada sociedade, na dinâmica própria da economia e das classes sociais no interior de cada país. Assim, havia modos de se relacionar distintos entre as formas de economias. Os autores argumentaram que não apresentavam uma visão funcionalista ou weberiana, em termos de tipos ideais, mas sim uma abordagem dialética "histórica-estrutural".

A análise histórico-estrutural dos autores requeria lançar luzes às possibilidades de delinear os momentos de mudança estrutural que ocorriam em situações distintas de dependência na América Latina. Em especial, esperava-se criticar o embasamento teórico da

abordagem estrutural do desenvolvimento socioeconômico proposta pela CEPAL. O objetivo era, também, se contrapor aos modelos estrutural-funcionalistas que dominavam nas análises sociológicas. Além disso, havia o intuito de censurar o marxismo vulgar. Como se não bastasse, Cardoso e Falleto (1985) pretendiam censurar a teoria da modernização política.

Para Cardoso e Falleto (1985), as relações entre o exterior e o interior apresentam um todo complexo, em que ocorrem não apenas as forças externas de exploração, mas, estas se tornam possíveis, pois há o enraizamento das coincidências dos interesses das classes dominantes locais e internacionais. No entanto, há o seu revés, na medida em que estas forças são colocadas em xeque pelos grupos e pelas classes locais dominadas. Desta forma, a inserção imperialista é, também, o resultado das forças sociais internacionais de ordens diversas, desde as de mercado, passando pela tecnologia, chegando à esfera estatal e à militar. Estes sistemas de dominação reaparecem, assim, como uma força "interna". Há as práticas sociais dos grupos e das classes nacionais que, por coincidirem seus interesses e valores com aqueles, pertencem ambos aos mesmos grupos.

A proposta política neoliberal concentra uma forma de capitalismo dependente e marcou a adoção de um sistema de governo brasileiro na década de 1990. Há autores que a classificam como a quarta fase da dependência (AMARAL; DUARTE, 2010; SOTELO, 2004).

1.4.1 *A proposta neoliberal*

A elaboração teórica do neoliberalismo se originou no clássico *O caminho da servidão*, do austríaco Friedrich Hayek (1995). O livro tece críticas veementes aos governos coletivistas, ao socialismo de Stalin, à política hitlerista e à condução do Estado Inglês, que se direcionava no sentido dos perigos de uma Alemanha nazista. Conforme Anderson (1995) é a partir desta obra que se define o neoliberalismo como um elemento distinto do liberalismo do século XIX. Ao apresentar um sólido substrato teórico e político contrário ao intervencionismo, ao Estado Social, em especial ao Estado de bem-estar keynesiano, em um contexto econômico do capitalismo, este pensamento ganhou corpo em influentes instituições e governos. O neoliberalismo surgiu após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e na América Norte, e o texto de Hayek (1995), escrito em 1944, se tornou célebre por atacar as demarcações dos mecanismos do mercado pelo Estado.

Conforme Anderson (1995), o modelo inglês se constituiu na primeira e mais completa experiência dos regimes neoliberais. Margareth Thatcher diminuiu a emissão monetária, aumentou a taxa de juros e reduziu a tarifação do imposto e aumentou os fluxos financeiros. Os índices de desemprego tiveram aumento nos períodos sucessivos do governo, e ela impediu duramente as greves, além de criar novas leis anti-sindicais e acabar com os gastos sociais. Thatcher lançou mão do mais amplo, ambicioso e sistemático processo das experiências neoliberais. A hegemonia alcançada pelo neoliberalismo, em matéria ideológica, foi acentuada, ressaltou Anderson. Se inicialmente apenas os governos de "direita" aplicaram as políticas neoliberais, posteriormente os governos que se qualificavam como "esquerda" também incluíram este modelo em seus Estados.

Há um nome importante na abrangência do Mont Pèlerin⁷: Milton Friedman. Em seu clássico *Capitalismo e liberdade*, baseado na realidade política e econômica dos Estados Unidos, Friedman (1962) pontua a respeito do papel do capitalismo competitivo, implicando em maior proporção na organização da atividade econômica pela empresa privada e em um mercado livre. Ele argumenta a favor de um sistema da liberdade econômica como condição essencial para a liberdade política. Neste contexto principal, é inserida a observação referente ao papel a ser desenvolvido pelo governo em uma sociedade vivenciada na liberdade, e com a função do mercado na organização da atividade econômica. Friedman apresenta, entre suas reflexões, a importância da liberdade do indivíduo como a razão essencial da descentralização e da limitação do poder do governo. Este, inclusive, não poderá se aproximar da variação e da diversidade humana. Além disso, ele acentua que as grandes conquistas e progressos da humanidade não ocorreram sob governos centralizadores.

Um governo liberal consistente, com importante papel a desenvolver, deve, sobretudo:

- a) determinar os direitos de propriedade;
- b) ser o responsável em manter a sociedade na lei e na ordem;
- c) reforçar os contratos e estimular a competição do mercado;
- d) ser o instrumento para a modificação dos direitos de propriedade e de qualquer regra inerente ao jogo econômico;
- e) ser o responsável em avaliar as diferentes interpretações de regras e
- f) participar de atividades que evitem o monopólio técnico e os efeitos negativos capazes de "forçar" a intervenção do governo. Neste último aspecto apresentado, a proteção da família e

⁷ Quando a base do Estado do Bem-Estar na Europa havia se consolidado, seus opositores, que compartilhavam da mesma base ideológica liberal, como os críticos do New Deal norte-americano, participaram da reunião em Mont Pèlerin na Suíça, através do convite de Friedrich Hayek. Esta se tornou uma sociedade liberal clássica (ANDERSON, 2003, p. 11). Mais informações: <https://www.montpelerin.org>.

da criança deve ser realizada somente se não houver os cuidados dos responsáveis ou para a complementação da caridade privada. A administração monetária desempenhada pelo governo deve proporcionar a estabilidade monetária através de normas mais eficazes. São elas as normas capazes de formar uma sociedade livre (FRIEDMAN, 1962).

A aplicação dos pressupostos neoliberais ocorreu nos países da América Latina após o Consenso de Washington, embora nem todos os elementos da doutrina estejam listados no documentado. John Williamson (2003), a quem é atribuído o papel de responsável pelo Consenso, apresentou as 10 reformas que foram acordadas na ocasião, e que são consideradas um marco na implementação das práticas neoliberais, à luz das interpretações da Sociedade de Mont Pèlerin: 1) disciplina fiscal; 2) reordenação das prioridades do gasto público; 3) reforma tributária; 4) taxa de juros de mercado; 5) taxa de câmbio competitiva; 6) liberalização do comércio; 7) abertura ao investimento estrangeiro direto; 8) privatização; 9) desregulação e 10) direitos de propriedade.

É possível verificar a ausência da preocupação com a área social e com a pobreza, acentuadamente presente na região da América Latina na década de 1990. No Brasil, a "década neoliberal" é, para alguns pesquisadores, considerada a "década mais que perdida". O início da "década neoliberal" no Brasil ocorreu no período da recessão econômica (1990-1992) provocada pelos planos Collor I e II, que não conseguiram a estabilização monetária do Brasil Novo. O presidente Fernando Collor de Mello apresentou uma política neoliberal e estimulou a abertura comercial, a eliminação de barreiras não-tarifárias, bem como a contínua redução das alíquotas de importação. Ainda no final do governo Sarney, em 1988, estas políticas deram seus primeiros passos e se aprofundaram em 1994. Os acordos do Mercosul, relativos à tarifa externa comum, e a decisão em integrar os requisitos estipulados nos movimentos pró-liberalização comercial da Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciaram-se no período de Collor de Mello (ALVES, 2004).

Collor não conseguiu estabilizar a economia, nem direcionar de forma efetiva as reformas liberais. Além disso, teve seu processo de impeachment em outubro de 1992. Após seu afastamento, Itamar Franco assumiu a presidência, apresentando uma nova ocupação do espaço político na composição neoliberal. Com o ministro da economia e futuro presidente, Fernando Henrique Cardoso, e diante de condições macroeconômicas satisfatórias e conjuntura financeira internacional favorável, foi lançado o Plano Real. O Plano conseguiu reduzir acentuadamente a inflação e estabilizar a moeda. Enfim, a economia brasileira

apresentou sinais de recuperação. Embora tenha ocorrido a estabilização monetária e o controle da inflação com o Plano Real, em 1994, o Brasil foi inserido na dinâmica da mundialização do capital de uma forma subalterna (ALVES, 2004).

Somam-se, também, as considerações de Condé (2014), para quem as reformas estruturais apresentadas a favor da eficiência nos anos 90 não implicaram no aumento do crescimento e nem na solidificação de direitos, mas, ao contrário, impulsionaram o aumento da desigualdade com o projeto de cessar as políticas de redistribuição e reorientar os recursos ao mercado. Este fato, para o pesquisador, implica em “involução com relação ao desenvolvimento”. Como ele destacou, as “Leis econômicas” são vistas como naturais e estabelecidas como autorrealizáveis: “se os grupos e indivíduos agem somente de uma maneira, como poderiam produzir outro resultado que não fosse derivado dessa mesma maneira?” (CONDÉ, 2014, p. 11, no prelo).

Kurz (1993) explica que o neoliberalismo, com a concepção de livre comércio entre as economias nacionais, teceu um modelo teórico em que a desregulamentação era necessária do ponto de vista da economia interna e externa, com a necessidade da abertura dos mercados. O denominado Terceiro Mundo estaria "salvo" e as exportações poderiam trazer benefícios diante de acordos e de "vantagens comparativas recíprocas". Entretanto, o que ocorreu, na realidade, ao contrário dos pressupostos neoliberais, foi a multiplicação da pobreza e a crise progressiva no Ocidente. O grande mandamento neoliberal, o sistema de mercado, encontra-se acentuadamente debilitado e o seu sucesso transita em torno de uma metodologia. No caso brasileiro, a política proposta nos anos 1990 assistiu ao capital apresentar uma lógica mais perversa, cuja distribuição de renda esteve, naquele período, como uma das piores no mundo industrializado. Houve uma concentração ainda mais acentuada entre a riqueza social e a precarização do mundo do trabalho. Entre as incertezas e as rupturas presentes na conjuntura econômica brasileira, durante a "década neoliberal", houve um "*continuum*" de desgaste no mercado de trabalho no Brasil, mesmo nos períodos caracterizados pelo crescimento: houve o desgaste no salário, as condições de trabalho se deterioraram e ocorreu a redução na oferta de empregos, implicando na ampliação da informalidade no trabalho (ALVES, 2004).

A resposta a esta desigualdade reproduzida no Brasil também está no centro da análise de Souza (2006), que cunhou uma perspectiva a fim de se compreender as assimetrias presentes no país.

1.5 Proposta para repensar a desigualdade brasileira

"De onde vem a desigualdade e o que a produz; essa me parece a pergunta inicial de toda a análise que, efetivamente, procure entender a reprodução da desigualdade (e de suas consequências como a marginalidade e a violência) na sua lógica aparente e não superficial" (SOUZA, 2006, p. 141). Esta é questão que Souza coloca para demonstrar a necessidade de se conhecer os mecanismos de dominação simbólica específicos do capitalismo, ou o "racionalismo ocidental", na perspectiva weberiana. Para Souza, o ponto central da reflexão é compreender como é forjada, nas sociedades modernas ou nas sociedades periféricas modernas, a construção de uma hierarquia social legítima capaz de diferenciar os indivíduos. Este aspecto é teórico e é preciso se atentar para o fato de que, se o pressuposto básico da sociedade moderna é a igualdade, a desigualdade precisa ser legitimada. De forma especial, o que leva à reflexão é que há uma questão de ordem genética, histórica e teórica a ser respondida, cujas interseções permitem indicar o que é arbitrário e contingente no contexto de uma realidade que, ao se tornar institucionalizada, é naturalizada nos comportamentos e na vida. Assim, Souza questiona: "como se produz a legitimação da desigualdade em sociedades cuja integração social vive da ilusão da igualdade?" (SOUZA, 2006a, p. 142).

A gênese da hierarquia moral que atua na classificação e na desclassificação de ordem social, tecidas no capitalismo, permite compreender o que está "oculto" nesta suposta naturalização dos princípios sociais que condicionam os comportamentos dos indivíduos. Inserindo o argumento de Santo Agostinho, da oposição entre alma e corpo, a primeira como virtude, a segunda como fonte de vícios, Souza demonstra que, com o desenvolvimento do capitalismo, a disciplina do corpo passou a ser ideia de ter incorporado com algum conhecimento útil, e aqueles sem conhecimento algum são músculos desejantes. Com esta hierarquia social Souza demonstra que com as mudanças de comportamento e de valores em relação à religião, o Estado e o mercado se tornaram os agentes sociais desta hierarquia. A partir de então, ambos controlam o acesso a bens e recursos do mundo e, também, a influência e o poder que a posse do dinheiro permite. Este processo permitirá separar, pré-reflexivamente, as classes com capital cultural daquelas classes que possuem apenas o corpo (SOUZA, 2006a).

É a ideia de disciplina e de controle do corpo que torna possível a incorporação do conhecimento útil e determina as desigualdades entre etnias, gênero e classes sociais.

Se, por um lado, há a luta de classes decidida pelo conflito entre a alma ou a razão e o corpo, há outras hierarquias de superioridade e de inferioridade, de melhor ou pior, que circundam, por exemplo, as pessoas brancas e negras, mulheres e homens, em especial, pois suas oposições os tornam ambíguas em suas posições onde se assentam a corporalidade, a afetividade e a sensualidade, que se situam em oposição ao não ambíguo intelecto e à moralidade do autocontrole (SOUZA, 2006a).

No que concerne à formação da desigualdade no Brasil, Souza constrói uma crítica ao paradigma dominante nas Ciências Sociais do século XX, cuja assertiva é que o subdesenvolvimento social brasileiro é o resultado do pensamento sobre o país em termos de personalismo e patrimonialismo, o que embasa as noções de uma ideia de sociedade pré-moderna. Ou seja, as mazelas, a marginalidade vivenciada por milhões de indivíduos, a ausência de um mercado competitivo em países periféricos, como o Brasil, representam as consequências da expansão pré-moderna dos modelos familísticos em todas as esferas sociais (SOUZA, 2004).

Conceito central em Bourdieu, *habitus*, enquanto um sistema de transposições duráveis e transponíveis, integra as experiências passadas e é uma matriz de percepções, apreciações e ações (BOUDIEU, 1983). Desta forma, é possível realizar tarefas diferenciadas em razão das transferências analógicas de esquemas. Souza propõe não a utilização do conceito de *habitus* em seu sentido sincrônico, como Bourdieu, mas, apresenta uma dimensão genética e diacrônica, ou seja, à medida que a estrutura socioeconômica é transformada, ocorre a mudança do *habitus*. Assim, ocorre a perspectiva plural de *habitus*: primário, secundário e precário (SOUZA, 2006b).

Na dimensão considerada “*habitus* primário”, em países de economia avançada, por exemplo, há o reconhecimento e a definição dos papéis sociais de produtor e cidadão. Por outro lado, nos países caracterizados pela modernidade periférica, o resultado é uma grande desigualdade entre os indivíduos em diversas esferas, socioeconômicas, políticas e também cultural. Há a produção de um subcidadão.

Este fato, por exemplo, é diferente do que ocorre nas sociedades avançadas, em que o “*habitus* precário” é reduzido e limitado, o que delimita, como consequência, a produção social de uma ralé estrutural nas sociedades periféricas. Já o “*habitus* secundário” se refere ao limite do “*habitus* primário”, mas, no sentido de reconhecimento e respeito social. Em um sentido mais forte do termo, pode-se pressupor a generalização do *habitus* para uma camada

forte da população. Instituem-se, ainda, os critérios de classificação da distinção social através daquilo que Bourdieu indica como gosto (SOUZA, 2006b, p. 178).

Souza (2006b) é enfático ao demonstrar que o “*habitus* precário” lança luzes nas sociedades periféricas, sobre uma população de 170 milhões de pessoas, sobre uma vida marginal nas esferas existencial, econômica e política. A opacidade da dominação, também sob condições modernamente periféricas, é autodestrutiva para os grupos afetados com um “*habitus* precário”, na medida em que a autorrepresentação e a autoestima, socialmente construídas, levam, inexoravelmente, àquilo que Taylor (1994 apud SOUZA, 2006b) havia definido como a consequência da ausência de reconhecimento social. [...] Uma destas formas de feridas profundas parece-me a aceitação da situação de precariedade como legítima e até merecida e justa, fechando o círculo do que eu gostaria de chamar de “naturalização da desigualdade”, mesmo de uma desigualdade abissal como a brasileira (SOUZA, 2006b, p. 179).

Pôde-se verificar na análise das abordagens teóricas apresentadas, que um dos grandes desafios no estudo da informalidade é o múltiplo alcance teórico do conceito. Está longe de existir um consenso entre os pesquisadores no que se refere ao dualismo ou ao *continuum* entre a formalidade e a informalidade, à racionalidade de sobrevivência dos indivíduos ao se inserirem nas práticas informais de trabalho e à política econômica adotada pelo Estado, relacionada à dinâmica e às transformações do mercado capitalista. Analisar a informalidade do mercado de trabalho é pensar na heterogeneidade dos meios e das relações de produção, na adoção de políticas governamentais do Estado e nas relações econômicas internacionais, sem excluir os aspectos culturais da vida humana. As abordagens apresentadas retratam, como pano de fundo, o processo de “marginalidade”, “atraso”, “subdesenvolvimento”, “dependência”, “comportamento satélite” do Brasil, tecidas pelos pensadores sociais do país e da América Latina. Demonstrem, também, como estes estudos se diferenciaram entre si na tentativa de explicar os processos de desigualdade que implicaram em formas excludentes e assimétricas de trabalho.

A tese adota uma abordagem sobre o mercado de trabalho informal no Brasil que o analisa como produto de desigualdades socioeconômicas históricas cunhadas ainda na ordem escravocrata. Adota-se como ponto de partida, portanto, o sistema colonial. Embora apresente as variações subjacentes, é importante desvelar as características centrais e a herança legada às décadas subsequentes, à medida que se fincou bases no século XIX incidindo sobre a

dinâmica do capitalismo e da formação das classes sociais no país (KOWARICK, 1975). O próximo capítulo lança luzes sobre o processo de formação do mercado de trabalho informal na realidade da sociedade brasileira, em seus interstícios da vida cotidiana, econômica e no ordenamento político.

2 A FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NO BRASIL: UM BREVE PERCURSO HISTÓRICO

2.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar, na realidade da estrutura social brasileira, a constituição do mercado de trabalho informal frente às transformações históricas de ordem socioeconômica e política.

O subcapítulo 2.2, “Formação do mercado de trabalho informal no Brasil: as origens”, apresenta reflexões sobre a constituição da mão de obra no Brasil colônia e as relações econômicas e políticas com a metrópole, que subsidiavam a ordem escravocrata. Posteriormente, a análise perpassa as consequências da Lei do Ventre Livre e da Abolição da Escravatura, para a reconfiguração laboral no país à luz da posição dos ex-escravos no trabalho e do exercício profissional dos imigrantes. O fluxo migratório interno e a urbanização no eixo centro-econômico Rio de Janeiro e São Paulo atraindo a população em busca de empregos e melhores condições de vida, o avanço da industrialização e a adoção do modelo desenvolvimentista na década de 1930 também serão pontos do subtópico. Serão utilizados como referência, Mário Theodoro (2004) e Patrícia Rivero (2009).

O subcapítulo 2.3, “O mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1930 a 1990: um balanço entre a formalidade e a informalidade”, apresenta o comportamento complexo do mercado de trabalho no país, em um contexto de causalidade pautado, entre outros elementos, nos seguintes fatores: a) no panorama demográfico e na urbanização no período de 1930 a 1980; b) na expansão econômica e produtiva brasileira, especialmente entre as décadas de 1940 e 1970; c) na crise do petróleo no final dos anos 1970 e na subseqüente década "perdida" no país; d) nas políticas econômicas adotadas no decorrer na década de 1990 e nos seus resultados sobre a regulamentação de um mercado de trabalho desestruturado e e) no crescimento da economia brasileira e no aumento do nível educacional da população na década de 2000. O respaldo literário para as reflexões se assenta em Eduardo Noronha, José Celso Cardoso Júnior, Mário Theodoro, Márcio Pochmann, Patrícia Rivero e nos documentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

O subcapítulo 2.4, “Os comportamentos da informalidade e da precariedade nos anos recentes”, demonstra que, embora haja uma abertura notória dos postos de trabalho formais, sobretudo na década de 2000, o mercado laboral no país é marcado por uma heterogeneidade onde convivem empresas com alta tecnologia e grande produtividade ao lado de formas

genuínas de informalidade e precariedade. O texto reflete, ainda, sobre as configurações da informalidade e da precariedade no cenário da globalização e da reestruturação produtiva, cuja flexibilidade e subcontratação tornam-se sintomáticas na esfera laboral. Finalmente, pontuará as primeiras questões referentes ao inter cruzamento da informalidade e da precariedade com outras formas categoriais potencialmente capazes de acentuar as assimetrias sociais, como raça e gênero. Os pesquisadores que delineiam o debate são Anne Kallerberg, Richard Sennett, José Machado Pais. Os dados do Dieese (2012) também foram consultados.

São destacadas, a partir do próximo tópico, as engrenagens econômicas e sociais que estimularam a formação do quadro da informalidade no país.

2.2 Formação do mercado de trabalho informal no Brasil: as origens

Embora tenham ocorrido transformações de ordem política, no âmbito econômico a produção de artigos tropicais permaneceu movimentando a economia latifundiária, sobretudo com a mão de obra escrava. Nas atividades ocasionais e de subsistência, e também como desempregados, era possível encontrar os “livres e libertos”. No Brasil escravista, a população apresentava, logo no início do século XIX, três milhões de habitantes. O número de escravos chegava a 1,6 milhão; só de negros e escravos, 400 mil, e os brancos indicavam um milhão. Aproximando-se o final do século, o número de livres e de libertos cresceu dez vezes e o de escravos caiu para 720 mil indivíduos (THEODORO, 2004).

É interessante situar a observação de Theodoro (2004), para quem existia uma força de trabalho excedente excluída do sistema produtivo no período anterior à Abolição da Escravatura. A análise apresentada é a de que a esfera laboral brasileira está marcada historicamente pela exclusão. E, com o avanço da urbanização, a segunda metade do século XIX assistiu ao aprofundamento da desigualdade.

Em 1850, a transição para o trabalho livre sofreu um importante impulso com a Abolição do tráfico de escravos (THEODORO, 2004). Naquela ocasião, eram necessários novos escravos para oxigenar o próprio sistema escravocrata, uma vez que as condições de vida dos negros eram péssimas e a reprodução da mão de obra cativa estava totalmente comprometida. Somado a estes fatos, é importante ressaltar o papel da Inglaterra que, por interesses econômicos, realizou pressões contra o sistema escravista. Em 1871, foi instituída a Lei do Ventre Livre, cuja proposição era a de que os filhos de escravos nasceriam livres. Esta

lei se originou dos argumentos acerca do trabalho livre e do fim da escravidão. E, finalmente, em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea, o sistema sentiu um duro golpe à sua manutenção.

Desta forma, se os imigrantes recém-chegados ao país foram se dedicar à produção de café, a formação da nova força de trabalho apresentará um contorno da população escrava se agregando aos já livres e libertos nas atividades econômicas, sobretudo de subsistência, em serviços urbanos. Assim, o nascimento do mercado de trabalho livre no Brasil foi acompanhado da inserção dos indivíduos em trabalhos mal-remunerados e de subsistência. Como será explicado em outro momento neste capítulo, esse processo vai dar origem ao que, algumas décadas mais tarde, será denominado de "setor informal", no Brasil" (THEODORO, 2004, p. 82).

Os pesquisadores Theodoro (2004) e Kowarick (1975) ressaltam que a mudança para o trabalho livre ocorreu de forma heterogênea no Brasil, até porque cada região já apresentava suas acentuadas diferenças.

A produção de café e a emergência ainda pequena da indústria estavam, essencialmente, situadas no eixo Centro-Sul: Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais (Zona da Mata). E é o crescimento da atividade cafeeira que vai concentrar um maior número de escravos neste eixo a partir de 1830. Já na segunda metade do século XIX, os imigrantes começam a substituí-los nestas regiões. Se inicialmente o Oeste Paulista recebeu mais imigrantes, posteriormente, após 1874, a chegada dos mesmos se intensificará. Mas, é importante observar o perfil da região Nordeste desde aquele período. A região "exportava" escravos para as áreas de produção do café; além disso, a substituição desta mão de obra já havia se iniciado desde a metade do século XIX. Muitos trabalhadores livres e libertos foram trabalhar no Centro-Sul. Entretanto, sua dispersão a partir da região Nordeste foi limitada por dois fatores, conforme Theodoro. Um deles era a distância geográfica das regiões de fronteira em relação à economia; o outro é que, nas regiões urbanas, o grande fluxo populacional já apresentava problemas. Assim, os trabalhadores livres e libertos, em sua maioria, não se mudaram para o Recife, mas, permaneceram nos antigos trabalhos, em suas condições específicas, o que significa baixa remuneração, independente de serem meeiros, parceiros, etc. (THEODORO, 2004).

Em resumo, existiram particularidades no que concerne à passagem da economia de base escravocrata à economia baseada no trabalho livre (...) No Brasil, a Abolição significará perda de espaço de trabalho para os escravos.

Em sua grande maioria, eles não serão trabalhadores assalariados. Com a imigração massiva, os ex-escravos vão se juntar aos contingentes de trabalhadores nacionais livres que não têm oportunidades de trabalho senão nas regiões economicamente menos dinâmicas, na economia de subsistência das áreas rurais, ou em atividades temporárias fortuitas, nas cidades (THEODORO, 2004, p. 83-84).

Embora a maior parte da população no século XIX se encontrasse em áreas rurais, havia uma parcela em cidades, núcleos com atributos de condições administrativas, como, por exemplo, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, São Luís. Elas eram formadas por uma concentração de negros, com forte mão de obra escrava, que eram os responsáveis pelas atividades realizadas. Dois tipos de trabalhadores dividiam o trabalho urbano em cidades importantes do século XIX. Entre os trabalhadores livres, podem ser citados os brancos, mulatos e negros; havia ainda os "negros de ganho". Estes eram obrigados a repassar uma parcela aos seus donos diante do aluguel dos seus serviços. Também se dedicavam ao trabalho de tropeiros, vendeiros, vigilância ou captura. Existiam os indivíduos que desenvolviam atividades específicas da estrutura produtiva escravocrata. Entre estes livres e libertos, era possível encontrar pessoas de diversas origens sociais, cuja característica comum era a não adequação à propriedade agro-exportadora. Eram considerados desclassificados, pois, no sistema econômico latifundiário, houve a concentração e a monopolização dos recursos produtivos que impuseram barreiras para o crescimento econômico, por meios que fixassem produtivamente esta população específica. A atividade exercida era de subsistência, intermitente e acentuadamente instável. Havia os mendigos, vagabundos desprovidos de um local para morar; os que estavam fora da polaridade senhor-escravo eram denominados vadios e conformados como excluídos (RIVERO, 2009; THEODORO, 2004).

Rivero (2009) explica que estes indivíduos eram considerados inaptos para o trabalho que exigisse regularidade. Outro aspecto possível de encontrar era o trato com violência desta população, seja nas fazendas, ou mesmo entre os indivíduos livres na área urbana. A violência e a ousadia praticadas pelo homem livre como uma virtude era um código de moralidade necessário para a integração social. Entretanto, era possível encontrar escalas de ordem moral diferenciadas, em que a população livre apresentava sua própria ordem de "classificação". Estes brasileiros representaram um papel marginal na economia do país, mesmo com sua inserção nas fazendas, no momento da Abolição - é claro, nas tarefas subsidiárias e nas áreas estagnadas nas quais os imigrantes não se aventuravam a trabalhar.

Entre as razões para a imigração do trabalhador europeu, Rivero demonstra que a

estrutura apresentada levou à importação de mão de obra, inicialmente, pela iniciativa privada, mas, acabou se tornando ação do Estado, que se incumbiu de todos os gastos.

O trabalho cativo e a imigração, portanto, tornaram desnecessário subjugar a mão de obra nacional. O desamor ao trabalho organizado, por parte do trabalhador nacional, serviu para fundamentar a ideologia da vadiagem e reforçar o trabalho compulsório. Ainda assim, os livres e os libertos eram incorporados ao processo produtivo, tão logo ele necessitasse, indo para as áreas estagnadas e desempenhando as tarefas mais árduas (RIVERO, 2009, p. 70).

Theodoro (2004) ressalta que a Abolição e a Imigração Europeia, no último quartel daquele século, forjaram um mercado de trabalho brasileiro com características regionais diferentes e acentuadas. Em São Paulo, com um processo de industrialização diretamente relacionado ao crescimento urbano, em que a mão de obra europeia, proveniente dos cafezais e dos imigrantes, para este fim, ocupou o espaço urbano. Na cidade de importante relevo econômico, a então capital do país, Rio de Janeiro, 43% dos trabalhadores das indústrias eram imigrantes. Dessa maneira, nas duas cidades foi possível perceber mudanças essenciais, como o desenvolvimento industrial e comercial, a formação de um proletariado, além da classe média. Comparando-se à cidade de Recife, o trabalho dos imigrantes foi de pequenas proporções, visto que a população urbana era constituída pelo grande número de ex-escravos que permaneceram na região após a Abolição e com a introdução das práticas econômicas e comerciais caracterizadas como “modernas” na região. Além disso, o Nordeste se encontrava, naquele período, em uma crise econômica de notória envergadura, uma vez que a região assistiu à diminuição na produção e nas vendas do algodão e do açúcar.

De fato, a questão da urbanização, ou seja, os problemas concernentes à excessiva concentração de população em certas cidades, mostra-se de maneira mais complexa a partir de 1930. Contudo, pode-se observar, já no final do século XIX, o início de um processo de aglomeração da pobreza e da exclusão nas cidades, resultante da chegada, em profusão, de contingentes de ex-escravos. Em resumo, nessa época já proliferavam, nas maiores cidades, as favelas, verdadeiros guetos onde se concentravam os pobres (...) Nos anos seguintes, até 1920, assiste-se ao intenso desenvolvimento da industrialização e do crescimento urbano sem maiores alterações no perfil da mão de obra absorvida (THEODORO, 2004, p. 83-84).

O Estado se torna, neste sentido, como uma peça chave tanto para a dinâmica econômica quanto para a formação e as características peculiares do mercado de trabalho no

país. Sobre a ordem escravocrata, o ordenamento jurídico mantinha legal o trabalho cativo assim como sua comercialização (THEODORO, 2004). O Brasil era um Estado independente e escravista, no sentido pleno no termo, o que garantia também sua coesão. Apenas a partir de 1879 o trabalho livre foi regulamentado, com a promulgação da lei sobre alocação de serviços, mas que abrangia somente os imigrantes. E, no período de transição do trabalho escravo para o livre, o Estado foi decisivo com sua intervenção direta. Houve o incentivo à vinda de mão de obra livre de imigrantes e, concomitantemente, a taxaço do comércio dos escravos. Não houve uma política de absorção da população nacional nas indústrias ou de proteção das mesmas, favorecendo ainda mais o processo de exclusão. Formou-se, na análise de Theodoro, o "excedente estrutural de trabalhadores", a semente mais profícua do denominado setor informal.

Rivero (2009) explicou que o assalariamento em massa não era possível no início do século XX, embora houvesse uma população expropriada. E ela explica por duas razões: a primeira é que os indivíduos pobres e livres poderiam deixar de servir de mão de obra para a empresa colonial; o segundo ponto é que só poderia tornar possível uma submissão da mão de obra livre se fossem concedidas vantagens materiais que não eram concomitantes com a dinâmica econômica colonial (mantida na sobre-exploração do trabalho). A autora afirma que, no período da estruturação do mercado de trabalho capitalista, havia uma parcela de trabalhadores não-assalariados por conta própria e, também, independentes. "A informalidade se constitui, portanto, numa característica própria da sociedade brasileira, desde o início do Estado-Nação" (RIVERO, 2009, p. 68).

Se até o final dos anos 1920 a política exportadora dividia seu espaço com a crescente indústria, na década de 1930, ao findar a crise de 1929 e com as rupturas do modelo exportador, a política econômica industrial se tornou a principal alavanca do crescimento da economia; somam-se a estas questões as alterações das ações do Estado promovidas por Getúlio Vargas. As diretrizes do Estado eram, até àquele momento, normativas, e se tornaram, durante este governo, essencialmente intervencionistas. É importante considerar que o Brasil apresentou uma industrialização mais estruturada do que os demais países latino-americanos. Houve, no decorrer dos anos 1930, um processo de transformações sociais e econômicas acentuadas pautadas na urbanização e na modernização econômica. Embora a indústria já estivesse no Brasil antes deste período, foi a partir dos anos 30 que a indústria se torna a base do crescimento econômico. As atividades econômicas privadas ganharam estratégias de

promoção e incentivo, passou-se à ação do “Estado-empresário”, pois este interveio diretamente e condicionou as diretrizes gerais em áreas pontuais para o desenvolvimento do país. Como exemplo, há a comunicação e o transporte, através da construção das rotas inter-regionais, o que otimizou a ligação entre as regiões brasileiras. Theodoro (2004) ressalta que, para alguns autores, apenas no pós 1930 pode-se pensar em uma economia nacional integrada.

A integração econômica e a melhoria nos transportes propiciaram a unificação do mercado consumidor e impulsionaram a produção industrial no eixo Rio de Janeiro-São Paulo, que contou cada vez mais com um mercado extenso. Foi característica deste período a intensificação das migrações internas, as quais ocuparam especialmente a corrente migratória anterior, a européia, que forneceu mão de obra às primeiras indústrias e aos cafezais. A migração ganhou contornos inter-regionais e se constituiu como rural-urbana, com um número acentuado de nordestinos migrando para São Paulo e outras regiões industrializadas, além de se dirigirem às metrópoles regionais (THEODORO, 2004).

Conforme Theodoro, apenas nas décadas de 1920 e 1940 foram realizados recenseamentos demográficos, mas que não apresentavam dados sobre a população empregada e o desemprego. Já sobre a população na década de 1930 não havia registros. Mas, é importante destacar como a região Nordeste se tornou a região menos desenvolvida, pois deixou de exercer o papel de integrar a economia nacional. A produção local não conseguiu ocupar o espaço da centro-sul e as áreas agrícolas do Nordeste continuaram a liberar mão de obra para aquela região. Embora tenham ocorrido avanços significativos na economia brasileira, que impulsionaram o desenvolvimento do país, em razão da migração do campo para a cidade de mais 35 milhões de pessoas entre as décadas de 1950 e de 1980, houve a formação de um expressivo excedente de mão de obra urbana (JAKOBSEN, 2001; NORONHA, 2003).

Na perspectiva desenvolvimentista, o crescimento econômico por si só absorveria a mão de obra e o país não permaneceria no subdesenvolvimento. Com este horizonte em vista, não houve políticas específicas para desemprego ou subempregos, apenas para os indivíduos presentes no mercado de trabalho. Forjou-se, através das leis trabalhistas, uma mão de obra propícia, com uma estrutura complexa, para se dedicar às atividades da indústria. Assim, garantiram-se o 13º salário, férias, aposentadoria, assistência de saúde, regulou-se o funcionamento dos sindicatos, e constituíram-se os tribunais relacionados às questões trabalhistas (THEODORO, 2004).

2.3 O mercado de trabalho brasileiro nas décadas de 1930 a 1990: um balanço entre a formalidade e a informalidade

Theodoro (2004) indicou que o mercado de trabalho brasileiro tem elementos intrínsecos relacionados à desigualdade que perpassa o país em seus diversos caminhos, como a urbanização sem planejamento com a concentração da pobreza, o *gap* de renda, o acesso ao emprego condicionado em função da origem racial e a extensão dos setores informais. Ele argumentou que o comportamento e as características da mão de obra e do mercado de trabalho brasileiros, entre os anos 1930-1980, apresentaram seu cenário com uma inversão da concentração populacional das zonas rurais. A proporção da população na zona rural, em 1940, era de 2/3, e, nas regiões citadinas, de 1/3. Entretanto, o que se verificou, em 1980, foi um cenário em que a população rural estava na ordem de 1/3, e a urbana, 2/3.

É importante perceber que, ao lado desta mudança no fluxo habitacional, houve a formação de uma significativa mão de obra atuante nas atividades produtivas precárias nas cidades: ambulantes, empregadas domésticas, pequeno comércio, serviços cujos instrumentos de trabalho são precários e/ou não garantem a produção aliada ao bem-estar e à segurança do indivíduo. O subemprego alcançou patamares expressivos nas áreas metropolitanas com baixo nível de desenvolvimento. Um percentual de 38,4% da população presente no mercado de trabalho em São Paulo estava no setor informal e, em Recife, este índice alcançava 53,7% (THEODORO, 2004). Theodoro destaca a constituição da legislação trabalhista pelo Estado, entretanto, a normatização não abrangeu todos os setores do mercado de trabalho.

No âmbito econômico, entre o período de 1930 a 1980, houve um crescimento considerável da economia brasileira. Diversificaram-se as indústrias, o número da mão de obra cresceu decisivamente, e o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* aumentou 380%. Neste período do ciclo da industrialização nacional houve uma redução acentuada da informalidade (THEODORO, 2004; POCHMANN, 2007).

Embora o aumento dos empregos, nos setores de serviços e na indústria, tenha reduzido a subutilização da força de trabalho, o subemprego se manteve nas áreas urbanas. Outro ponto é que os mestiços, os negros, a população marginalizada até à década de 1930, foram absorvidos no mercado de trabalho após o fim da imigração em grande escala dos europeus. Mas, esta participação não alterou a situação de marginalidade da população no mercado laboral e em "nós" sociais (BARBOSA, 2008; THEODORO, 2004).

Mas, sub-repticiamente, uma história paralela continuaria se fazendo sentir. A “nacionalização” do mercado de trabalho — engendrada por meio da produção de uma mão de obra nacional via migrações internas, mas também pela sua reprodução interna, parcialmente regulada pelo Estado — relegaria aos nordestinos o papel estrutural desempenhada por muitos dos imigrantes e ex-escravos de ontem. Exército de reserva abundante, vida fora do assalariamento, paternalismo congênito e fraqueza sindical, esses fatores possibilitariam a emergência de um subproletariado amplo e não-residual, que conformaria o traço distintivo do capitalismo brasileiro, mesmo, e talvez até principalmente, no seu núcleo dinâmico (BARBOSA, 2008, p. 106).

No posicionamento de Theodoro (2004), o Estado brasileiro foi co-responsável pela fragilidade que o mercado de trabalho no país apresentou em relação aos informais, visto ter se considerado que apenas o crescimento econômico era a política necessária para absorver e regular o mercado de trabalho assalariado. A ação estatal no período ocorreu pela via da "gestão da pobreza", com uma "modernização sem mudança".

Já no final dos anos 1970, houve o segundo choque do petróleo, que contribuiu para colidir com o modelo de crescimento adotado no país deste a década de 1930. O país entrou na década de 1980 com até 1/3 do total de ocupados em atividades informais. O mercado de trabalho passou por um processo de inflexão com o fim da condição de rápido e sustentado crescimento da economia. A crise ocasionada pelo choque do petróleo alterou as conjunturas internacionais, dificultando o acesso a recursos no exterior a fim de manter os níveis de crescimento e acirrando a dívida externa. Nos anos 1980, o Brasil enfrentou o que seria denominada *a década perdida*, momento em que houve uma crise econômica prolongada, com um declínio acentuado das taxas de crescimento, com um desenvolvimento de apenas 17% durante o período de dez anos. As taxas históricas de crescimento nas décadas anteriores indicavam cerca de 6% ao ano. O Brasil foi marcado estruturalmente nos anos que se seguiram ao primeiro choque do petróleo, em 1973. Entre os problemas ocasionados estavam a alta da inflação, da dívida interna e externa, das taxas de juros, o que, por sua vez, impulsionou a recessão e a redução nas taxas de investimento (POCHMANN, 2007; THEODORO, 2004).

Na análise de José Cardoso Júnior (2000, p. 8-9), alguns pontos culminaram na informalidade na década de 1990: os movimentos dos setores da reestruturação produtiva e da organização ocasionados pela abertura ao exterior e pelas políticas econômicas de orientação recessiva, somados a um arrefecimento da dinâmica do sistema econômico global. A ruptura do mercado de trabalho ocorreu em um contexto de desorganização produtiva, de ajustes nas

finanças governamentais, de inflação alta, da dívida externa em patamares elevados, de política para a contenção da recessão e do ajuste da economia. O desemprego aberto⁸, a retração da mão de obra assalariada, o segmento não-organizado e as ocupações heterogêneas e a nova mão de obra excedente da classe média permearam as décadas de 1980 até à metade da década subsequente (JAKOBSEN, 2001; NORONHA, 2003).

Desta forma, na década de 1990, ocorreu uma precarização nas condições e nas relações de trabalho, e as atividades ocupacionais informais assistiram ao distanciamento entre capital e trabalho. Estes profissionais informais são caracterizadas pela ausência de qualificação, pela falta de perspectiva salarial e de planos ou projetos de quaisquer carreiras, até porque não possuem uma atividade específica, com estabilidade, o que configura uma ausência de qualidade ou de investimentos, de ordem tecnológica ou humana. Este mercado apresentou alguns elementos sintomáticos, como o crescimento da informalidade, dos postos de trabalho precarizados, do índice de desocupação da mão de obra ativa e a piora na distribuição funcional da renda e na distribuição pessoal dos rendimentos do trabalho (CARDOSO JÚNIOR, 2000; SOUZA, 2010, p. 89).

Na avaliação de Pochmann (2001), o novo modelo econômico, em vigor desde o início dos anos 1990, delineou maiores limitações para a criação de empregos e para a produção. Entre os maiores desafios enfrentados pela economia brasileira estava a recessão de 1989-92, somada à repentina abertura comercial, sem nenhum planejamento, que resultaram em uma forma heterogênea de condições de competitividade entre as várias regiões brasileiras e destas com o mercado internacional. O ano de 1993 apresentou o setor produtivo no duplo caminho, desestruturação e estruturação, que foi caro ao mercado de trabalho informal, em razão dos juros reais elevados e de um regime de câmbio *de valorização da moeda nacional*. O setor que se acelerou especialmente no período das transformações alfandegárias foi a especialização produtiva, momento no qual o país já estava no Mercado Comum do Sul (Mercosul).

Outro ponto que dificultou a oxigenação do sistema econômico de incentivo ao aumento das vagas de emprego e de produção foram as guerras fiscais. Somaram-se os vários planejamentos públicos nas áreas fiscais, financeiras e de endividamento público dos governos locais e estaduais, em razão da ausência do apoio do governo federal no avanço de

⁸ Desemprego Aberto: pessoas que procuraram trabalho de maneira efetiva nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum tipo de atividade nos 7 últimos dias. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/ped/pedmv98/conceito.html>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

todas as áreas do país. “O desmonte do setor público, mediante a revisão do papel do Estado, a reforma administrativa, a contenção das políticas públicas e a privatização, culminou com o acirramento da competição entre as interfaces subnacionais” (POCHMANN, 2001 p. 21).

No caso de economias periféricas como a brasileira, estas apresentaram ou demonstraram o mercado de trabalho minimamente organizado.

Na realidade da sociedade brasileira, Pochmann discorre sobre a mão de obra excedente nos seguintes termos:

Apesar de constituir um dos principais traços intrínsecos do desenvolvimento capitalista brasileiro, o excedente de mão de obra resultou da formação de um segmento significativo da população que deixou de ser incorporada pela dinâmica macroeconômica, mesmo quando o país alcançou a fase de expansão invejável de suas forças produtivas, ocorrida nas décadas de 1940 e 1970. Todavia, nas últimas duas décadas do século XX, que são consideradas ‘perdidas’ devido ao baixo desempenho da economia, a manifestação do desemprego aberto da economia, a manifestação do desemprego aberto crescente e de formas renovadas de ocupação, que dizem mais respeito à estratégia de sobrevivência do que à inserção produtiva da força de trabalho, terminou apontando para um novo cenário de produção e reprodução de um excedente estrutural (POCHMANN, 2001, p. 18).

De acordo com os estudos de Noronha (2003), o aumento da informalidade representa uma meia-volta em direção a uma política, a princípio, imponderável, para a equidade no mercado de trabalho. Outro aspecto já mencionado, mas reforçado, pelo pesquisador é a macroeconomia, que não alcançou êxito e, em um contexto de interstício econômico entre os países na década de 1990, na América Latina, o Brasil não passou incólume pela crise; além da internacionalização dos processos econômicos, tais fatores resultaram em diferentes contratos ‘atípicos’, e as novidades do processo de trabalho e de tecnologia exigiram, naquele período, também, formas de contratos renovadas.

Entretanto, ocorreu um direcionamento à regulamentação do mercado de trabalho, sobretudo no final da década de 1990. Como destaca Pochmann (2008a), houve a adoção de políticas econômicas como o abandono do regime cambial e do crescimento externo, o mercado de trabalho assistiu a uma importante expansão da formalização, com a criação de cerca de 4,9 milhões de novas vagas em seis anos, de 1999 a 2005. No período de 1999 a junho de 2001, houve uma oscilação, com a queda dos empregos formais na construção civil e nos serviços industriais de utilidade pública. O contrário ocorreu no espaço de janeiro de 2003 a junho de 2005, quando todos os setores econômicos apresentaram uma expressiva

formalização do emprego. Soma-se ao aumento das vagas o importante aumento do salário, que correspondia a 87% destas vagas geradas. Os empregos também ocorreram em mais de dois terços com carteira assinada, o que restringiu a inserção produtiva precária e levou à diminuição da taxa de desemprego aberto. A reorganização do mercado de trabalho formal ocorreu em um panorama de abertura de dois terços do total das vagas disponíveis no período, com desempenho favorável do setor industrial e terciário e com a ampliação, em um terço, das novas vagas pelo setor secundário no setor urbano do país.

Com relação à política cambial, esta influenciou em duas direções o emprego industrial e a organização do mercado de trabalho: pelo aumento dos empregos através do incentivo à redução da importação de produtos e forçando o cumprimento da legislação trabalhista, à medida que "regularizou a terceirização selvagem" (POCHMANN, 2008a, p. 73). Todos estes fatores incidiram na reversão da desregulamentação do mercado de trabalho.

Sob a ótica de Pochmann (2008a), o dinamismo presente no mundo do trabalho, no Brasil, deve ser compreendido em suas possíveis respostas e diagnósticos segundo o cenário econômico tecido pelas variáveis endógenas e que são respaldadas nas modificações do padrão do desenvolvimento do país, com a inserção internacional do Brasil no exterior e as políticas que a torna viável, as taxas de câmbio e as políticas macroeconômicas. Estes elementos em diálogo na política econômica impactam na configuração e na alocação do mercado de trabalho, como a contratação e o uso da força de trabalho, e condicionam os rendimentos das ocupações. Não é possível pensar na formalidade e na mudança do quadro da desestruturação do mercado de trabalho, com a restrição às formas precárias de atividades, se o setor de exportação e do comércio internacional não receber uma política capaz de subsidiar as formas legais do trabalho e de desenvolver uma política que incida no crescimento dos setores secundários e terciários (SOUZA, 2010).

Na nota técnica divulgada em 2012 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Um panorama do mercado de trabalho brasileiro no período de 1996-2009*, Maurício Reis demonstra as relevantes mudanças ocorridas neste intervalo temporal no mercado de trabalho. A análise estabelecida ocorreu a partir de quatro indicadores: as taxas de participação e a taxa de desemprego, o rendimento médio do trabalho principal e o grau de informalidade. Em seu estudo, Reis explica a importância do aumento do nível educacional que influenciou positivamente as variáveis agregadas, mas estabelecendo uma especial atenção nos casos da participação do mercado e na redução da informalidade. Como o cenário

educacional brasileiro mudou ao longo dos anos, as variáveis citadas e os indivíduos mais escolarizados apresentaram um comportamento afim, o que era realizado anteriormente com as pessoas com menor escolaridade. No que se refere aos rendimentos médios e também à taxa de desemprego, há uma direção cíclica que acompanha o desempenho macroeconômico; por essa razão, o crescimento lento até 2003 impulsionou o aumento do desemprego, comportamento contrário ao da economia no período seguinte (REIS, 2012).

Por sua vez, o estudo publicado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos socioeconômicos (DIEESE), em 2012, *A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*, apresentou um avanço acentuado em vagas no emprego formal no decênio de 1999 e 2009, em uma ordem de 7,6 %; entretanto, estas mudanças não acabaram com a estrutura heterogênea do mercado de trabalho brasileiro. Ao lado do emprego protegido, que abrange 51,8% das ocupações, há a ocorrência de 11,4% de emprego ilegal e 8,3% do emprego subcontratado.

É necessário, entretanto, salientar que as formas informais e precárias de trabalho assumiram novos contornos e novos meios de reprodução com o crescimento do processo de terceirização e com a flexibilidade, em um contexto de reestruturação produtiva desenvolvida com a crise do capital nos anos 1970 (DIEESE, 2012; KALLEBERG, 2009).

2.4 Os comportamentos da informalidade e da precariedade nos anos recentes

A expansão do trabalho precário em sua “roupagem” resultante da reestruturação produtiva se acentuou no Brasil após 1990. As empresas privadas adotaram uma reestruturação que incluiu novas tecnologias e novas gestões do trabalho visando a um aumento da produtividade. A reestruturação produtiva surgiu em um processo social e histórico no momento em que ocorria a crise estrutural do capital em países como os Estados Unidos, o Japão e também na Europa Ocidental na década de 1970. A reestruturação⁹ atingiu a diversas esferas da vida social e abrangeu o mundo do trabalho organizado. A dinâmica da reestruturação esteve presente no âmbito da III Revolução Industrial, cujo comportamento produtivo incide sobre a tecnologia da microeletrônica e das redes telemáticas e

⁹ A tese não se atém ao debate referente à reestruturação produtiva a fim de não fugir ao propósito do tema. Uma leitura mais acurada pode ser encontrada na obra: ALVES, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva**- Ensaios de sociologia do trabalho. Londrina: Praxis, 2007.

informativas, sendo que ela ocorreu à luz da mundialização do capital e de uma modificação das formas de constituição da precarização do trabalho (ALVES, 2007).

As consequências deste comportamento econômico trouxeram, por um lado, a otimização empresarial, mas, por outro, houve a redução da força de trabalho. Tanto Arne Kalleberg (2009) quanto o estudo do Dieese (2012) indicaram que, até o ano 2003, a criação de postos de trabalho ocorreu em ritmo lento. Posteriormente, quando ocorreu a abertura dos postos de emprego, eles também foram caracterizados pela alta rotatividade, dificultando a aquisição da experiência e a qualificação profissionais em uma categoria específica.

A terceirização é um conceito chave neste processo, pois se insere especialmente na realidade de muitas empresas caracterizadas pela reestruturação produtiva. A terceirização consiste na dinâmica em que uma empresa não executa determinadas atividades mediante a contratação direta de trabalhadores, pois opta por transferi-la para uma empresa encarregada daquela determinada função. Embora exista há muitos anos, com a reestruturação produtiva da década de 1990, ela ganhou novo impulso e é considerada por muitos críticos como uma forma perversa de precariedade (DIEESE, 2012).

De acordo com o pesquisador Pais (2005), as transformações no trabalho e sua realidade flexível são avaliadas por muitos como um projeto renovado de sociedade e, caso ocorressem em uma realidade de pleno emprego, ofereceriam um tempo maior para os indivíduos se dedicarem às atividades livres, em razão da possibilidade de redução da jornada de trabalho. Entretanto, o sociólogo pondera que, para outros analistas, o sistema econômico capitalista, ao visar à competitividade e desejar reduzir os custos, provoca o aumento da produtividade, embora cause a *flexibilização do mesmo*. A consequência direta é a redução do emprego fixo, com suas variantes subsequentes de desemprego ou trabalho.

Sobre a flexibilidade¹⁰, Sennett (2005) indica que uma nova caracterização do mercado se traduz na tríade: concentração de poder sem a centralização do mesmo; especialização flexível da produção e a necessidade de as instituições se reinventarem continuamente. A burocracia rígida e a rotinização do trabalho sofreram rupturas; para se

¹⁰ As consequências pessoais da flexibilidade apresentam um forte impacto sobre a ansiedade, e os trabalhadores não têm mais a perspectiva de segurança e carreira. Conforme Sennett (2005), a corrosão do caráter está intrinsecamente ligada a este processo. O caráter está relacionado às experiências emocionais de longo prazo, ao compromisso e às relações sociais e trabalhistas de longo prazo, e o mesmo é colocado em xeque em razão da realidade mais fugaz e incerta do mundo do trabalho. O pesquisador questiona como uma pessoa consegue se decidir pelo que é mais importante e se dedique a projetos se o contexto apresentado à vida é impaciente e imediatista, visto que as instituições estão em contínuo processo de transformação.

alcançar sucesso profissional e/ou emprego é necessário assumir riscos, estar preparado para rápidas mudanças e disposto a se apresentar a uma nova forma de controle social.

Como analisado no decorrer do capítulo, o Brasil apresentou, especialmente durante as duas últimas décadas, modificações importantes do ponto de vista econômico e social, que o inseriram em outro patamar de bem-estar e acesso a bens e serviços. Conforme Bresser-Pereira (2010), não é possível mais analisar o país como "pobre", visto que ele se desenvolveu e apresenta, hoje, sua renda média. Enfim, no pensamento do autor, ele já apresenta sua revolução capitalista. Entretanto, embora estes avanços tenham ocorrido, o mercado de trabalho permanece com sua ruptura.

É uma sociedade na qual a apropriação do excedente econômico não mais se realiza através do controle direto do Estado, mas através dos lucros realizados no mercado pelos empresários; é uma sociedade capitalista tecnoburocrática, porque a classe profissional se tornou igualmente importante na partilha do excedente econômico sob a forma de ordenados elevados. Entretanto, não obstante o razoável grau de desenvolvimento econômico que já alcançou, o Brasil é ainda um país subdesenvolvido. Não porque sua renda por habitante seja muito baixa, mas porque continua a ser um país dual – um país que até hoje não logrou integrar toda a sua população ao mercado de trabalho (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 1).

O impacto da informalidade e da precariedade se potencializa negativamente na análise com o cruzamento de gênero. Embora a década de 2000 tenha assistido a um virtuoso crescimento da escolaridade feminina e da inserção das mulheres nas categorias profissionais privilegiadas, como gerentes, especialistas, qualificadas (SOUZA, 2010). De acordo com o artigo *Crise econômica internacional e o impacto sobre as mulheres, publicado por Vasconcelos et al* (2010), observa-se que parte do universo feminino permanece em condições ocupacionais precárias e com baixo rendimento, o que demonstra a tendência de continuidades e mudanças de gênero no mercado de trabalho, como já havia sido apontado por Souza (2010).

De acordo com Vasconcelos et al (2010), os dados indicaram que há um déficit no trabalho decente feminino, em contextos diversos, salientados pelo fato de que, mesmo possuindo escolaridade mais elevada que os homens, as mulheres enfrentam barreiras na inserção no mercado de trabalho e permanecem com rendimentos baixos. "As mulheres são mais presentes nas ocupações informais e precárias, e as mulheres negras são a grande

maioria no emprego doméstico, uma ocupação que possui importantes déficits no que se refere ao respeito aos direitos trabalhistas" (VASCONCELOS et al, 2010 p. 102).

A reflexão do próximo capítulo se aterá à concepção teórica das dimensões da reprodução da desigualdade de gênero e de suas possibilidades de transformação do *status quo* dominante e suas interfaces com o *status* e o reconhecimento da mulher. As abordagens apresentam pontos de interseção com a análise da distribuição feminina no mercado de trabalho, assunto primordial nos capítulos subsequentes.

3 ELABORAÇÕES DE GÊNERO

3.1 Introdução

O terceiro capítulo apresenta as abordagens de gênero com o objetivo de compreender como as desigualdades são construídas socialmente e reverberam seus efeitos sobre um amplo escopo da vida humana, como as relações entre gênero e mercado de trabalho. Durante décadas os estudos das ciências humanas se dedicaram a desmitificar o embasamento desta assimetria marcada por um suposto determinismo biológico. Assim, compreende-se ser relevante analisar as diferenças entre sexo, sexualidade e gênero, respectivamente, com as características fisiológicas e as capacidades reprodutivas; a sexualidade inerente às capacidades associadas ao sexo e o gênero com uma construção social. As desigualdades entre homens e mulheres e o empoderamento masculino não podem ser analisado de forma universal, pois há variações conforme os contextos cultural e social específicos.

O capítulo apresenta a contribuição teórica das relações de gênero no âmbito da "categorização de sexo" em uma perspectiva interacionista. Os eixos centrais desta análise são: a) etnometodologia – “fazendo gênero”; b) teoria das características de *status* e gênero e c) homifilia. Propõe-se que a categoria de sexo se tornou um código nas interações e nos critérios de diferenciações dos grupos. Como resultado há diferentes apropriações de homens e de mulheres no mercado de trabalho, na alocação de recursos e na divisão sexual do trabalho. As contribuições que auxiliaram na compreensão desta abordagem são de Candace West e Don Zimmerman, Erving Goffman e Amy Wharton.

Uma análise clássica nos estudos relacionados à sociologia do gênero é sua abordagem como uma instituição social. A instituição neste aspecto está suscetível a mudanças e transformações, não com o caráter imutável e não passível de reconstrução como se constituiu teoricamente em meados do século XX. Compreender gênero como uma instituição social capaz de ser transformada implica em considerar que não há uma obrigatoriedade na reprodução das desigualdades entre homens e mulheres nas escolas, no sistema político, nas famílias e no mercado de trabalho. A reflexão vai discorrer sobre doze características das instituições que perpassam as relações de gênero. É possível mudanças sociais em contextos acentuadamente institucionalizados de gênero através da criação de rupturas e conflitos. A referência de expressão nesta análise é Patrícia Martin e sua contribuição será somada a de Amy Wharton e Anthony Giddens.

A instituição implica em consequência sobre o *status* de gênero à medida que os indivíduos são analisados conforme a raça, a etnia, a percepção de sexo, entre outros atributos, que os dimensionam em um determinado *status* distinguindo os indivíduos socialmente e com distinta importância. O termo reconhecimento é fundamental neste aspecto, pois quem não o tem muitas vezes é obrigado a ter uma vida social insustentável. O reconhecimento é uma noção fundamental ao se pensar no posicionamento da mulher nas diversas expressões de *status* social e no mercado de trabalho. Ter o reconhecimento e se autorreconhecer implica em superação de desigualdades pontuais. Erik Olin Wright, Judith Butler, Judith Lorber e Susan Farrel foram as referências utilizadas neste subcapítulo.

Gênero também é concebido como uma estrutura social presente na vida do indivíduo. Esta abordagem é integrativa e abrange quatro eixos teóricos consagrados do estudo de gênero: a) a primeira tradição indica as interpretações com raízes individuais e biosociais; b) a segunda, situa o comportamento dos homens e das mulheres determinados por fatores como a socialização e o controle social; c) a terceira tradição demonstra gênero como o resultado das práticas da interação nas relações sociais, e essa tradição se afasta das prerrogativas da primeira tradição e d) a quarta tradição é a abordagem integrativa com um sistema de estratificação socialmente construído e em um nível de análise das estruturas políticas e econômicas. Engloba o nível interacional, individual, expectativa cultural e domínio institucional. O ponto central de Bárbara Risman nessa abordagem é compreender quais são os mecanismos construtores da desigualdade e, acima de tudo, como desconstruí-los para criar uma vida social justa, como pensar nestas questões da agência e dos movimentos de transformação. Serão utilizadas as referências de Anthony Giddens, Candace West, Don Zimmerman, Judith Lorber, Richard Udry, Robert Connell, Sandra Bem.

3.2 A proposta Interacionista

As pesquisadoras West e Zimmerman (1987, 1991) propuseram o estudo das relações de gênero a partir da abordagem interacionista. A linha central das perspectivas que compõem esta abordagem, etnometodologia ("fazendo gênero"); teoria das características de *status* e gênero e homifilia - é a categorização de sexo. Um ponto essencial para as autoras é a legitimação dos arranjos sociais baseados na formação da categoria de sexo. Conforme Goffman (1977,1956), para sociedades de diversas temporalidades, o sexo, enquanto

categoria, tornou-se a base de um código fundamental, cujas interações e estruturas sociais são construídas. É um código individual que também estabelece as concepções individuais relativas à sua fundamental natureza humana. A categoria é um importante elemento no critério de diferenciação e acarreta importantes consequências para os indivíduos ou grupos. Um exemplo é a alocação assimétrica de recursos e de poder, no universo privado e/ou público, e nas relações interpessoais. A disposição de gênero faz com que os arranjos sociais sejam formas legítimas de organizar a vida social. As assimetrias geradas podem ser visíveis enquanto disposições duradouras. A ordem social é o *locus* de sobrevivência da ordem natural (SOUZA, 2010; WHARTON, 2005).

O gênero é um poderoso artifício ideológico, que produz, reproduz, e legitima as escolhas e os limites que são predicados sobre a categoria sexo. Uma compreensão de como o gênero é produzido nas situações sociais permitirá o esclarecimento do arcabouço interacional da estrutura social e dos processos de controle social que o sustentam (WEST; ZIMMERMAN, 1987 p. 147).

No argumento etnometodológico ("fazendo gênero"), a centralidade da reflexão é analisar gênero em uma realidade rotineira, metódica e recorrente presente nas relações sociais e nas reações dos homens e das mulheres, conforme a realidade cultural e histórica em que estão envolvidos. Ambos são reféns sociais do "fazendo gênero", cujo processo envolve uma complexa percepção socialmente orientada, somada aos processos de interação e à micropolítica. As atividades ganham contornos das expressões da natureza masculina e feminina. Se gênero é uma construção social, então, a atenção deve se ater na interação e, finalmente, no âmbito institucional (WEST; ZIMMERMAN, 1991).

Para West e Zimmerman (1991), a expressão "fazendo gênero" implica na criação de diferenças entre os sexos, aquelas que não são naturais ou biológicas, e reforçam a sua essencialidade. Quaisquer encontros sociais estão potencialmente voltados para a problemática de gênero. Deve-se considerar que os indivíduos apresentam diversas identidades sociais que se sobressaem de acordo com a situação. Uma mesma pessoa também assume distintos papéis ao mesmo tempo e em diferentes momentos, mas, se é sempre homem e mulher e a identificação apresenta um recurso disponível para "fazer gênero" em uma infinidade de conjuntos de circunstâncias. Há situações sociais organizadas rotineiramente que demonstram e celebram os comportamentos condicionados a uma ou outra categoria de sexo e os indivíduos estão situados no processo interacional em que estão inseridos, embora

quando uma pessoa pertencente a uma determinada categoria atua como participante de outra, esta ordem é desafiada. A todo o momento os indivíduos estão em avaliação nos termos normativos que reconhecem seu comportamento como um sexo específico.

Quais são as consequências desta formulação teórica? Se, por exemplo, os indivíduos lutam para atingir o gênero, em encontros com outros, como uma cultura instila a necessidade de consegui-lo? Qual é a relação entre a produção de gênero, ao nível de interação, e tais arranjos institucionais como a divisão de trabalho na sociedade? E, mais importante, como “fazer gênero” contribui para a subordinação das mulheres pelos homens? (WEST; ZIMMERMAN, 1987 p. 140).

A compreensão etnometodológica foi estendida por West e Fenstermaker (1995 apud WEST; ZIMMERMAN, 2009) com o objetivo de se compreender como raça, gênero e classe operam simultaneamente entre si e com outras categorias. A diferença foi conceituada em termos de um "fazer social", um instrumento que organiza as relações presentes nas formas de dominação estabelecidas nas relações individual e institucional. Essas diferenças são criadas por meio das distinções das categorias de sexo, raça e classe. Mas este caráter não é normal, natural ou essencial para aqueles que estabelecem as ligações.

A percepção metodológica do "fazendo gênero" inclui a análise da conversa, a observação sociológica, o autorrelato do informante, as análises das entrevistas não estruturadas, análise dos diários, observações etnográficas e a verificação em arquivos (DULL; WEST, 1991 apud WEST; ZIMMERMAN, 2009; FENSTERMAKER, 1985 apud WEST; ZIMMERMAN, 2009; HERITAGE, 1984 apud WEST; ZIMMERMAN, 2009; KITZING, 2008 apud WEST; ZIMMERMAN, 2009; MOORE, 2001, 2002 apud WEST; ZIMMERMAN, 2009).

Já a teoria das características de *status* implica que o *status* atribuído é transformado em *status* alcançado. Este fato significa impulsionar a masculinidade e a feminilidade naturais, as particularidades essenciais dos indivíduos para o processo interacional, a fala, o social e as propriedades do sistema de relações. A constituição de gênero ocorre como imediatamente interacional e institucional, em razão do seu caráter imbuído nas relações sociais. Há a possibilidade da ruptura da hegemonia de gênero, uma vez que ele está sujeito à mudança social. Esta construção de gênero é encontrada na esfera institucional na qual se desenrola. Embora a linha "teoria das características de *status*" também apresente uma análise interacional, sua metodologia consiste em laboratórios experimentais e as pesquisas estão em

constante processo de ampliação e refinamento, cujo objetivo é verificar em quais momentos as mudanças e outras características de gênero ocorrem e são dinamizadas (WHARTON, 2005; WEST; ZIMMERMAN, 2009; SOUZA, 2010).

Finalmente, a homofilia compreende a atração-similaridade na constituição dos grupos conforme a categoria de sexo. A formação de cada grupo e das suas relações interpessoais, ou laços sociais, denota significado e apresenta impacto diverso, segundo os grupos específicos. Para a formação destes grupos é preciso considerar a dimensão sociodemográfica e considerar que tanto os homens quanto as mulheres tendem a participar de grupos com indivíduos do mesmo sexo. Esta característica da atração-similaridade interfere de forma decisiva na reprodução da desigualdade, pois cada pessoa terá o seu olhar e suas escolhas influenciadas pelos contextos e grupos em que está inserida (WHARTON, 2005; SOUZA, 2010).

Estas 'escolhas' influenciam na segregação na alocação de profissionais no mercado de trabalho e na tendência de determinados estratos serem de característica tipicamente feminina e, por esta razão, contribuem para o aumento e a reprodução da desigualdade entre homens e mulheres. Este mesmo ponto que culmina em atitudes discriminatórias pode ser encontrado na vertente de *status* ou 'fazendo a diferença'. Como a categoria de sexo, as categorias de idade, raça e idade também estão na produção de similaridades ou dissimilaridades de grupos e indivíduos e no acesso desigual a poderes e a recursos (WHARTON p. 52).

Na referência conceitual de gênero, outras autoras comungam da perspectiva interacional. Para Wharton (2005), a interação presente na organização e na rotina marca a vida social, organizando-a. A prática social está relacionada às organizações no que concerne à construção e à reprodução da desigualdade e à diferenciação de gênero. Mas, é necessário ampliar o leque de análise para os indivíduos e, especialmente, as instituições, já que as mesmas são capazes de tecer um panorama mais fiel dos interstícios da vida social, se forem analisadas somente pelo espectro das organizações (SOUZA, 2010).

Nesta abordagem interacional, Wharton (2005) analisa o conceito de gênero; ela, contudo, expande o conceito na operacionalização de outras duas escolas, a individual e a institucional. Desta forma, a configuração de gênero passa a operar em três níveis: individual, interacional e institucional. No nível individual, embora haja discordâncias entre as escolas sobre o modo de ocorrência e a durabilidade das assimetrias, todos os indivíduos apresentam uma vida generada. Já a interação se situa na produção das desigualdades na interação (esfera) cotidiana, recorrente e por meio das relações sociais. No terceiro nível, o institucional, as

discrepâncias de gênero são geradas nos arranjos organizacionais e nas instituições. Neste sentido, as práticas sociais não apresentam um modelo único de atividade, constituindo-se como modelos múltiplos, e conforme estas configurações das desigualdades são reproduzidas. O mundo social reflete, de forma clara, o princípio de poder e gênero na vida social (SOUZA, 2010).

A reflexão a respeito do conceito de gênero como instituição social, sobretudo com as novas denotações conceituais de instituição, implica uma forma renovada de se pensar no comportamento de gênero com possibilidade de mudança e de agregação de valor às mulheres nas diversas esferas da vida social (CONNEL, 1987; MARTIN, 2004).

3.3 A institucionalidade de gênero

A proposta de Martin (2004) é a que analisa o conceito de gênero como uma instituição social. Compreender gênero como uma instituição, sob a ótica creditada por Martin, significa abranger críticas e perspectivas de uma sociabilidade profunda e torná-lo passível de uma mudança intencional, incluindo sua desconstrução (RISMAN, 2009).

Em seu artigo, "Gênero como instituição social" (2004), Martin apresenta diferentes análises referentes ao conceito de instituição. Primeiro, apresenta as vertentes e as mudanças dos séculos XX e XXI e, posteriormente, apresenta sua própria construção do termo. No século XX, as abordagens referentes à instituição caracterizavam a instituição como persistente, resistente e sem efemeridade no curso do tempo. As instituições apresentavam uma perspectiva macro social, sendo exteriores aos indivíduos, e podiam ser exemplificadas com a família, religião, educação, política e economia. Alguns analisavam a sociedade como um conjunto de instituições, necessárias, harmoniosas. Há autores que analisam o que é a instituição; outros, o que a instituição faz. Esta ainda é imbuída por qualidade morais e éticas (BERGER; LUCKMANN, 1966; BELLAH; COLLEAGUES, 1999; SEARLE, 1969, 1995 apud MARTIN, 2004).

A instituição era vista como aquela que controlava, capacitava e facilitava seus efeitos. Em meados do século XX, as instituições eram associadas a normas e a valores, mas, sob uma definição estática, sem processos e práticas que incluíam o indivíduo no processo de formação social. Entretanto, alguns pesquisadores indicavam conflitos inerentes às instituições.

Nisbet criticou a definição de instituições feita pelos sociólogos, que ignorava as pessoas; representava cada instituição como separadas de todas as outras; sugeria um quadro a-histórico; descrevia as instituições como livres de conflitos, inconsistências, e mudanças, e falhava em considerar suas origens. Nisbet pediu mais atenção à agência (ao aspecto) humana (o) ao se criar e mudar as instituições sociais, e que os estudiosos estruturassem (considerassem) as instituições como se pejudicadas de conflitos, incoerências, e mudanças. Conflito *dentro das* bem como *entre as* instituições é pervasivo, ele argumentou (...) e esta dinâmica deveria ser explorada (ver Roscigno 2000, sobre dinâmica interinstitucional) (NISBET, 1953 apud MARTIN, 2004, p. 1254).

Martin (2004) ressalta que as escolas de gênero estiveram na vanguarda da dinâmica inclusiva das pessoas nas práticas e nas interações dos indivíduos que atuam e influenciam na constituição da instituição social. Ela reflete sobre as proposições dos teóricos contemporâneos, que veem as instituições como um conjunto de regras, costumes e rotinas capazes de transformação. Autores como Giddens e Connell a apreendem em termos de repetição, costume e reprodução de práticas sociais. Por sua vez, Acker se concentra nas práticas concretas e nos processos mobilizadores de gênero em vários caminhos, e Ridgeway aponta ligações nas crenças e nas práticas de gênero que culpabilizam (penalizam) as mulheres integrantes de movimentos sociais (GIDDENS, 1984 apud MARTIN, 2004; CONNELL, 1987 apud MARTIN, 2004; ACKER, 1992 apud MARTIN, 2004; RIDGEWAY, 2001 apud MARTIN, 2004).

Único entre os autores revistos até agora, Giddens considera o corpo e o empoderamento na dinâmica institucional, afirmando a significância dos corpos que existem materialmente e, conseqüentemente, fazem coisas, um tema desenvolvido posteriormente por Connell (...) em relação a gênero e sexualidade. As pessoas têm corpos que fazem coisas via ação física e comunicativa e, ao agirem, constituem a si mesmas na sociedade, com a estruturação referindo-se à constituição simultânea de “agentes” e “estruturas”. Giddens reconhece as pessoas como atores situados, que, ativamente, constituem e reconstituem as instituições sociais e, ao fazer assim, sugere “de onde as instituições vêm”, e como elas são mantidas, resistidas e mudadas (MARTIN, 2004, p. 1256).

Em face do cenário teórico apresentado, Martin (2004) elaborou doze critérios para caracterizar um fenômeno como instituição social: a) as instituições são profundamente sociais e são características de um grupo; b) as instituições resistem e persistem através de um tempo extensivo e de um espaço geográfico; c) as instituições requerem distintas práticas sociais que sejam recursivas (GIDDENS, 1984), sejam recicláveis (CONNELL, 1987) ou

sejam frequentes (todo tempo) pelos grupos membros; d) as instituições constroem e facilitam ações e comportamentos pelos membros das sociedades\grupos; e) as instituições têm relações e posições pessoais que são caracterizadas pelas expectativas, papéis\normas e procedimentos particulares; f)- as instituições são constituídas e reconstituídas por agentes corporificados; g) as instituições são internalizadas pelos membros dos grupos como identidades e estes são apresentados como personalidades; h) as instituições têm uma ideologia legitimada; i) as instituições são inconsistentes, contraditórias e abundantes em conflitos; j) as instituições mudam constantemente; l) as instituições são organizadas de acordo com o poder e permeada por ele e m) as instituições e os indivíduos se constituem mutuamente e não se separam dentro de fenômenos micro e macro (MARTIN, 2004; SOUZA, 2010).

Além destas características, Martin (2004) levanta dois pontos relacionados com as instituições sociais. O primeiro é a interdependência das instituições, gênero e família, gênero e trabalho, família e economia, por exemplo. As influências em diversas direções são mútuas e acontecem a todo o tempo. Desta forma, as mudanças nas relações de gênero, no âmbito da segunda onda feminista, apresentam uma insegurança para determinadas instituições, como a família, o militarismo, a religião, entre outras instituições, devido às mudanças na legitimidade da subordinação de meninas e de mulheres. O segundo aspecto é que as instituições são entrelaçadas com o Estado. Este apresenta poder sobre outras instituições quando elas codificam práticas particulares na lei e reforça, por exemplo, a polícia, o militarismo e, informalmente, a retórica, e ajuda a construir o interesse da nação e a ideologia. “Attempts to understand gender without taking into account the state/polity and other institutions will produce flawed results, as will any attempt to understand other institutions without taking gender into account” (2004, p. 1259).

Estudos como os de Wharton (2005) buscaram compreender a mudança social presente nos processos sociais extremamente institucionalizados como o de gênero. Este esforço intelectual produz dois conhecimentos-chave dignos de nota, pois são considerados relevantes para a redução da desigualdade entre mulheres e homens. Concluiu-se que as relações sociais altamente institucionalizadas não são passíveis de imunidade, pois a mudança social é inevitável e contínua, em um crescimento de viés diversificado no mundo. Além da onipresença da mudança social, pode-se compreender que esta modificação quase nunca ocorre da mesma maneira; na maioria das vezes é desigual e seus impactos no tempo e no

espaço abrangem efeitos diferenciados. Esta mudança “cria conflito, tensão, e ruptura, o que tem, às vezes, inspirado tentativas de mais longo alcance e mais conscientes, para se alterar os arranjos institucionalizados” (WHARTON, 2005, p. 226).

3.3.1 *Instituição, status de gênero e trabalho*

As normas sociais ocasionam consequências acentuadas na análise relacionada à maneira de agir do ser humano. Os seres humanos são compreendidos diversamente segundo a legibilidade da raça, a reconhecibilidade da morfologia, a comprovação perceptual do que é o sexo e a compreensão categórica referente à etnia. Com os signos sociais avaliados, alguns indivíduos são aquinhoados com maior relevância social do que os demais, não reconhecidos socialmente em sua plenitude. Em particular, estas últimas pessoas citadas apresentam uma vida social inviável e participam de uma ordem de vida inabitável. O reconhecimento muitas vezes implica na construção ou na desconstrução do outro, momento em que o indivíduo é pensando diferencialmente e assimetricamente (BUTLER, 2004).

As contínuas construção e reconstrução das assimetrias entre as categorias de gênero são explicadas por Lorber e Farrel (1991) como parte de uma estrutura inserida em um grupo social relacional entre dominação e subordinação, divisão do trabalho na economia e na família. A categoria de gênero é situada como um dos maiores, senão o maior, *status* social, pois é o formador de oportunidades para o indivíduo, como nas áreas da educação, do trabalho, da família, da autoridade e com influência sobre a produção da cultura e do conhecimento. Cada sociedade corresponde a uma extensão da desigualdade entre homens e mulheres. Se ocorre a desigualdade, entretanto, as mulheres são essencialmente desvalorizadas e alocadas em postos de trabalho também desvalorizados.

A pesquisadora Lorber (1994), apresentou a seguinte proposta de construção do *status* de gênero: a) posição social ou *status* de gênero; b) divisão do trabalho gerado; c) parentesco gerado; d) “documento” sexual gerado; e) personalidades geradas; f) controle social gerado; g) ideologia de gênero e h) imagem de gênero.

Instituições de controle social denotam homens e mulheres de forma diferenciada, na maioria das vezes conferindo o poder aos homens, excluindo aqueles que fazem parte de grupos sociais étnicos raciais e os da classe trabalhadora. Mulheres em grupos de desvantagem estão sujeitas a um maior controle social. Os homens ou as mulheres presentes

em categorias com maior acesso aos recursos produtores de valor e ao bem-estar detêm mais poder e propriedade se comparados aos membros de categorias menos favorecidas. Mas, em todas as categorias sociais, os homens estão em vantagem em relação às mulheres. Um dos destaques realizados por Lorber e Farrel (1991) é que, ironicamente, em grupos étnicos raciais com menos recursos, ambos os sexos tendem a ser mais simétricos do que nos grupos étnicos em que a distribuição de riqueza é diferencial. Se há um acesso reduzido à educação, à saúde, às oportunidades de emprego e ao poder político, o quê os homens poderão controlar?

Como na análise de Butler (2004), Lorber e Farrel (1991) também situam gênero relacionado com as outras categorias construídas socialmente como raça. As categorias de raça, etnia e classe social são institucionalizadas como um *status* cultural e social. São estes *status* ou localizações sociais que formam o indivíduo desde o nascimento. Os comportamentos em torno desta constituição não são apenas de ordem sexual ou procriativa, mas, também, psicológica, física, identitária, e são influenciados pela localização de classe, grupo étnico racial e categoria de gênero. Deve-se acrescentar que, mesmo havendo uma tendência à homogeneização analítica, em relação à raça, etnia e, em alguns casos, *status* econômico, as sociedades não deixaram de considerar gênero como um importante fator de divisão social. A separação do mundo social entre homens e mulheres é essencialmente enraizada durante a vida, desde o nascimento, momento no qual as pessoas em volta "constroem o gênero" do recém-nascido, a começar pela escolha do nome.

Atendo-se às relações de gênero no âmbito da classe, conforme indicam os estudos de Wright (2001), há uma confirmação empírica de que estas opressões de classe e de gênero podem variar, uma independente da outra, e que ambas refletem e influenciam, de modo notório, na construção de uma estrutura social. Entretanto, as pesquisas mostraram, ainda, o comportamento de gênero e de classe como interações causais mútuas capazes de provocar efeitos no extenso raio social e que constituem um especial interesse de análise - o que pode levar a se pensar no conceito 'Clender'. É no âmbito da "vida vivida" que estes conceitos se incorporam e demonstram os conflitos das relações e o empoderamento de gênero que emerge em diversas esferas sociais, em especial, no mercado de trabalho.

As análises apresentadas fazem coro ao avanço feminino na vida social, no que se refere à capacidade de transformação através dos contínuos processos interacionais nas relações sociais ou nos arranjos institucionais. Entretanto, Butler (2004) ressalta a necessidade

de uma urgente emancipação das mulheres, uma vez que não é possível afirmar o fim ou a superação quase total do preconceito na sociedade impulsionada pela divisão sexual.

Bem, eu certamente não acho que estamos vendo o fim da discriminação econômica contra a mulher, não acho que vimos o fim da desigualdade ou da hierarquia de gênero. Não acho que vimos o fim da violência contra a mulher, não acho que vimos o fim de certas concepções profundamente arraigadas sobre quais são as fraquezas das mulheres ou sobre a capacidade das mulheres na esfera pública, ou sobre uma série de outras coisas. Portanto, essas lutas ainda estão muito vivas [...]. Se a gente olha para diferentes níveis de pobreza, diferentes níveis de escolaridade, vê que o sofrimento das mulheres é incomensurável (BLUTER, 2010, p. 162).

As ‘lutas muito vivas’, às quais Butler (2004) faz coro, são presenças também vivas e urgentes nas práticas sociais das mulheres ávidas por transitar no mundo do trabalho, da família e das relações de poder. O mundo do trabalho se apresenta fundamental para se compreender as lutas e as resistências das mulheres, pelo fato de invocar um amplo significado social que denota poder, dinheiro, autoestima e interesses e condução das relações familiares. A presença feminina na esfera laboral a conduz para a independência econômica, a chefia da família, a voz atuante na esfera pública e a dignificação da pessoa humana.

As abordagens conceituais de gênero apresentadas nos subcapítulos anteriores foram analisadas de forma integrativa pela socióloga Risman (2004) para quem gênero deve ser compreendido como uma estrutura social, à luz dos condicionamentos da estrutura e das possibilidades de reflexividade e de ação dos agentes.

3.4 O conceito de gênero como estrutura social

Risman (2004) apresenta o conceito de gênero como uma estrutura social presente na vida do indivíduo. A elaboração conceitual é organizada de forma integrativa com as demais interpretações de gênero nas tradições das Ciências Sociais:

A primeira tradição¹¹ baseia-se em estudos como os de Bem (1981, 1983) e Udry (1994). Nesta abordagem, a construção de gênero apresenta raízes individuais e biosociais. A perspectiva de Bem, teoria "*gender schema*", integra um corpo de análise na teoria psicológica do desenvolvimento na contribuição do *sex typing*. Este significa a aquisição e a

¹¹ - As tradições 1 e 2 não serão sobejamente descritas para não haver fuga do tema da tese.

apropriação de conhecimento das pessoas, em especial, das crianças, conforme as preferências de sexo, capacidades, comportamentos, atributos da personalidade e autoconhecimento. Três teorias integram este quadro: *psychoanalytic theory*; *social learning*; *cognitive-developmental theory*. Bem apresenta uma quarta teoria, com base no *sex typing*, não situada no universo da psicologia, para tentar compreender este processo cognitivo de formação do indivíduo: *gender schema theory*. Esta teoria propõe que o *sex typing* é resultado, em parte, do processo esquemático com base em gênero, com a generalizada aptidão para a dinâmica de informação sobre a base da associação na *sex-linked* que constituem o esquema de gênero. Conforme Bem (1981, p. 355), "A schema is a cognitive structure, a network association that organizes and guides an individual's perceptions". Um esquema funciona antecipadamente à estrutura; é uma habilidade para conhecer e assimilar informações em termos relevantes. Desta forma, o processo esquemático é altamente seletivo e torna o indivíduo apto a conferir significado a uma vasta gama de conhecimentos e de formação da personalidade, conforme uma determinada cultura (BEM, 1981; 1983).

Já a proposta de Udry (1994) é apresentar um modelo biossocial de comportamento gerado da mulher, cujo modelo integra uma teoria macrossociológica com uma teoria proveniente do comportamento primata. O pesquisador realiza algumas considerações pontuais em relação à concepção de gênero como uma estrutura social: a) para ele, este fato não implica, obrigatoriamente, em normas comportamentais generificadas; b) normas de gênero podem ser resultados, mas não consequências, das diferenças entre os sexos; c) a estrutura social generificada não é evidência da discriminação entre os sexos; d) a socialização da família pode apresentar pouca influência nas distinções do comportamento generificado e e) se os demógrafos e os cientistas sociais não aceitam a relação entre a biologia e os seus modelos analíticos, eles deverão fazer uma análise macrossocial. Entretanto, Udry demonstra a importância de se realizar este entrelaçamento da biologia do gênero com as pesquisas das ciências sociais e verificar como ela pode ser integrada. .

A segunda tradição apresenta o comportamento de homens e mulheres conforme o resultado de fatores sociais, como a socialização e o controle social. Ela é um contraponto à primeira tradição. Um dos grandes nomes é o da Epstein (1998). Um aspecto importante é que a pesquisadora demonstra como nos registros antropológicos das sociedades antigas havia uma igualdade maior entre homens e mulheres. Os papéis sociais eram menos rígidos e não havia tantos estereótipos, embora os *status* fossem separados, os papéis eram mais similares.

Outro aspecto é que os trabalhos alocados estão associados não à biologia, mas aos arranjos sociais. A divisão sexual do trabalho é determinante para privilegiar os homens e, comumente, as leis e as informações a aplicam e, sob a restrição desta barreira, as atividades dos homens e das mulheres podem ser equiparadas. É comum que as organizações guiem seus parâmetros de relacionamento de gênero de forma implícita. Assim, não é possível perceber sob quais aspectos há a distribuição de poder e recursos. As práticas sociais, nestas culturas organizacionais institucionalizadas, estão reproduzindo naturalmente as assimetrias de gênero nos acessos às oportunidades e ao bem-estar nos trabalhos realizados. A socióloga exemplifica ainda com o aumento das taxas de crime cometidas por mulheres em todo mundo, o que demonstra que não são os ditames biológicos que determinam este tipo de comportamento, mas, sim, os fatores sociais. Embora comportamentos humanos restritos tenham causas biológicas, ainda sim, elas são limitadas pela reprodução ou por diferenças no corpo da estrutura (EPSTEIN, 1998; GUEDES, 1995; RISMÁN, 2004).

A terceira tradição, também um afastamento da primeira tradição, reflete gênero como a interação das relações sociais, na prática cotidiana, na proposta interacionista referendada por West e Zimmerman (1991, 2009). Esta tradição foi apresentada explicada no item 3.2.

A quarta tradição é a abordagem integrativa e implica em um sistema de estratificação socialmente construído e deve estar no mesmo nível de análise das estruturas políticas e econômicas. Como precursores há Risman (1998), Lorber (1994) e Connell (2002). É nela que este subcapítulo vai se centrar.

A pesquisadora considera que a teoria da estruturação de Giddens (1982) acrescenta consideravelmente à análise de gênero como uma estrutura social enfática na relação social recursiva entre estrutura e indivíduo. Através da teoria da estruturação, Giddens procurou estabelecer um diálogo entre as diferenças da estrutura e da ação e acabar com o império estabelecido entre ambas. Estes distanciamentos são de ordem epistemológica, mas, também, ontológica. “O domínio básico de estudo das ciências sociais, de acordo com a teoria da estruturação, não é a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no tempo e no espaço” (GIDDENS, 1982, p. 3; RISMÁN, 2004).

Neste aspecto, Risman (2004) considera que a preocupação da agenda consiste em saber por quais razões os atores escolhem determinada opção de vida e esta justificativa, segundo Giddens (1982), deve estar além da justificativa verbal, pois muito da vida social é

rotina e é considerada como certa pelos indivíduos que não se articulam e também não consideram o porquê de atuar. Esta não reflexividade é considerada por Risman como um componente cultural da estrutura social. Ela implica em ações consideradas corretas e as regras da imagem cognitiva presentes no contexto situacional e não apenas para delinear a personalidade do ator. O componente cultural inclui a expectativa que nós apresentamos nos encontros sociais.

Para Risman (2004), é importante conceituar gênero como uma estrutura social, pois este caminho permite investigar sob quais condições e em que dimensão a desigualdade de gênero é produzida. A fim de se realizar uma intervenção sobre os processos de assimetria, deve-se saber o como eles ocorrem e os mecanismos que os tecem. A autora explica a impossibilidade de se encontrar um quadro teórico universal, já que as leis sociais universais foram uma ilusão do empirismo do século XX. Em um determinado momento e em um contexto específico, os processos causais devem ser identificáveis empiricamente e de forma particular. A complexidade de gênero ultrapassa qualquer tentativa de generalização histórica. Há alguns processos particulares causais que se restringem a uma dimensão de gênero mais forte em uma configuração institucional (em casa) e mais fraca em outra dimensão (no trabalho). É importante compreender que o tradicionalismo de gênero é construído de forma diferenciada no tempo e no espaço. E, para Risman (2004), os processos causais têm a probabilidade de serem efetivos em cada dimensão.

Ao se avaliar a dimensão de gênero, em uma esfera interacional/cultural, os caminhos pelos quais as diferenças de *status* formam as expectativas e os caminhos entre os grupos e dentro dos grupos, conclui-se que eles influenciam necessariamente o comportamento e também se tornam um centro importante de análise. É empreendida uma crítica ao se explicar que pouca atenção é direcionada à compreensão de como a desigualdade é formada por cada experiência cultural durante a interação (RISMAN, 2004).

A dimensão institucional se situa nas leis, nas práticas organizacionais e nas regulações formais que diferenciam a categoria de gênero. Os avanços em prol da equidade foram realizados na geração dos direitos civis, com a adequação de leis e práticas organizacionais que ensejam a neutralidade de gênero. Outro ponto criticado pela autora é o de que, embora haja mudanças referentes à socialização dos meninos e das meninas e da neutralidade, no âmbito da dimensão institucional, existem vestígios da estratificação de gênero. A proposta de Risman (2004) é compreender gênero nesta complexidade e buscar

isolar os processos sociais que o criam em cada dimensão. Isso permite refletir como alterar estes processos e transformar os caminhos nos quais se constrói, socialmente, o gênero.

Outro aspecto situado pela autora é o de que as desigualdades de gênero podem estar relacionadas especialmente às expectativas interacionais em um plano cultural. Risman (2004) explica que a revolução de gênero estagnada em algumas configurações pode ser relacionada à dimensão interacional\cultural da estrutura social. Embora as mulheres e os homens que possuam o discurso feminista se insiram em organizações maduras para práticas de mudança e com regras formais de gênero neutro, a desigualdade de gênero é reproduzida ao longo da interação cotidiana. A perspectiva cultural inerente à categoria de sexo, quando identificado simplesmente como homem ou mulher, é, em muitos aspectos, impenetrável para o estudo feminista, que colocou no centro do debate as práticas de socialização sexista e a discriminação legal (Quadro 1).

Quadro 1- Dimensões da estrutura de gênero, pela explicação do processo social

Dimensões da estrutura de gênero			
Processo Social	Interacional Individual	Nível da expectativa Cultural	Domínio Institucional
	Socialização Internalização Identidade de trabalho Construção de identidades	Expectativa de <i>status</i> Propensão cognitiva Othering Trading power for patronage Altercasting	Práticas Organizacionais Regulações legais Distribuição de Recursos Ideologia

Fonte: Risman (2004).

Nota: Estes exemplos de processos sociais são apresentados por Risman na tentativa de explicar a estrutura de gênero em cada dimensão, embora sejam ilustrativas e não esgotem os processos sociais possíveis e os mecanismos causais (2004, p. 437).

A abordagem proposta por Risman (2004) demonstra que a reflexão essencial nos estudos de gênero é pensar quais são os mecanismos construtores da desigualdade e por quais caminhos estes instrumentos podem ser modificados a fim de criar um mundo mais justo. Como críticos e pesquisadores, é preciso estudar gênero com o intuito de vislumbrar a estrutura desigual de gênero em um movimento de transformação. Além de estudar as assimetrias, deve-se pensar na melhoria da mulher, na transformação social e na questão da

agência. Os grupos subordinados se reúnem para a mobilização? Em qual momento? Os grupos superiores se mobilizam contrariamente àqueles? Como é possível compreender e identificar os processos de agência? Risman (2004) explica a necessidade de se compreender o como e o porquê gênero é feito, independente de ser consciente ou não, para oferecer caminhos aos indivíduos que pretendem mudar a postura socialmente discriminatória. “Se nós podemos identificar os mecanismos que criam gênero, talvez nós possamos oferecer alternativas para eles e então usar nosso trabalho de pesquisa para contribuir para a construção de uma utopia feminista” (p. 447).

Como o gênero não se constitui sozinho, mas em relação com o outro, mesmo sendo este outro imaginário, a normatização da vida social pode implicar em um número de mulheres vivendo em condições precárias, inclusive no mundo do trabalho. As normas sociais constituem a existência do indivíduo e tentam implantar desejos que não fazem parte da personalidade individual, assim, a personalidade se torna fundamentalmente ligada às normas sociais. Conforme a tradição hegeliana, o desejo é sempre um anseio de reconhecimento e é através desta experiência do reconhecimento que o indivíduo se torna um ser socialmente viável. Caso não se possua este reconhecimento social, a convivência e a participação se tornam mais difíceis, com a exclusão e as formas diversas de desigualdade. A norma pode implicar na distorção do reconhecimento de si, mas também do outro (BUTLER, 2004).

Pôde-se verificar na leitura das abordagens que, independente das linhas teóricas, a desigualdade ente homens e mulheres no que tange ao acesso aos recursos produtores de valor, às desiguais oportunidades de realizar funcionamentos e participar de forma equitativa dos atributos sociais de bem-estar apresenta seu cenário de reprodução na sociedade, seja nos meios institucionais ou interacionais. Um ponto de reflexão do capítulo é a possibilidade de uma dinamização nas disposições de desigualdade de gênero, a partir da ruptura e da estratégia de superação em ambas as análises. Na análise “Institucional”, gênero é visualizado como uma instituição passível de transformação. No âmbito “Institucional”, a formação de identidades, comportamento e escolhas de ambos os sexos poderá ser forjada na perspectiva contrária à subjacência do grupo feminino ao grupo masculino. Em uma proposta de emancipação, a linha “Gênero como estrutura social”, situa a urgência de compreender as causalidades da reprodução da desigualdade de gênero para viabilizar a ação efetiva de pesquisadores, discentes e organizações sociais, de uma forma geral. Além disso, uma das questões que envolvem a problemática da mulher no mercado de trabalho está relacionada

com uma concepção normativa de gênero capaz de inferir no reconhecimento da mulher nas várias dimensões que a vida comporta, na construção do seu *self* e na capacidade de sobrevivência e perseverança em uma vida de fato vivível.

O próximo capítulo demonstrará como na realidade social brasileira as desigualdades de gênero se reproduziram no âmbito do trabalho, as formas de resistência do grupo feminino subalterno, os progressos e os avanços desta categoria historicamente assimétrica de direitos, mas indicará, sobretudo, as continuidades presentes nesse universo.

4 GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

4.1 Introdução

O objetivo do capítulo é apresentar uma leitura da história de gênero no mercado de trabalho brasileiro, mas ressaltando, sobretudo, o papel da mulher. Será demonstrado como o papel de ambos os sexos na estrutura laboral se modificou conforme os valores sociopolíticos, culturais e econômicos.

No primeiro subtópico, "Um breve relato das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no século XIX", será apresentada a participação do grupo feminino nas atividades econômicas extra-lar, com suas principais características e condicionantes, mas destacando, contudo, o papel das mulheres de reivindicarem desde aquele período seus direitos; ainda que sofrendo sanções morais das mulheres burguesas, no período da passagem do trabalho compulsório para o trabalho livre.

O subcapítulo, "A mulher no mercado de trabalho entre os anos 1930-1980: a caminho da inserção laboral", indicará as mudanças do comportamento de gênero no âmbito laboral como consequência das mudanças de ordem econômica no Brasil, com o milagre econômico, mas, também, a crise da década perdida. Serão apresentadas, ainda, como as transformações ocasionadas por questões culturais, como o movimento feminista, tiveram influência nas modificações no papel da mulher no mercado de trabalho.

Posteriormente, no subtópico "A mulher no mercado de trabalho nos anos 1990-2010: entre continuidades e mudanças", será demonstrada a inserção do grupo feminino nas ocupações formais e de prestígio, anteriormente ocupadas pelo grupo masculino. Será verificada a distribuição geográfica no papel da mulher como chefe da família e, ainda, como nas RMs selecionadas o grupo feminino se diferencia em comparação à média proporcional brasileira na posição de referência da família.

De uma forma geral, a participação feminina no mercado de trabalho apresentou transformações estruturais, ainda que lentamente. As características e a importância destas mudanças serão verificadas nos próximos subtópicos.

4.2 Um breve relato das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no século XIX

Na primeira metade do século XIX, em São João Del Rey, as mulheres livres e as escravas se dedicavam à fiação, à tecelagem e à agricultura. Naquele período, já era possível

encontrá-las no comércio ambulante de alimentos e de diversos produtos de consumo. Havia ocupações diferenciadas que estendiam a reprodução da vida da unidade doméstica na esfera do trabalho extra-lar, como, por exemplo, no caso do magistério. A disposição do ordenamento profissional demonstrava já naquele período a complexidade das atividades econômicas e a inserção feminina nesse mercado profissional.

As mulheres brancas se dedicavam, com a ajuda das mucamas, à criação dos filhos e à participação das atividades religiosas (muitas fazendas tinham sua própria capela). Quando a família acreditava que a adolescente possivelmente não iria encontrar um "bom marido", a colocava em um convento. Essas mulheres não sofriam discriminação apenas em razão da cor da pele, mas em função do sexo. Não podiam participar de nenhuma atividade política e precisavam conviver com a 'natural' traição dos maridos. Entretanto, Samara salienta que muitas mulheres já exerciam o papel de chefe de família e eram as responsáveis pelo próprio sustento e dos filhos (SAMARA et al, 2000).

É possível verificar, nas documentações do início do século XX, que as mulheres que se dedicavam ao trabalho extra-lar eram denominadas "rudes, bárbaras e promíscuas". Este grupo feminino era destituído de direitos: "a rua simbolizava o espaço do desvio, das tentações, devendo as mães pobres, segundo os médicos e os juristas, exercer vigilância constante sobre suas filhas, nesses novos tempos de preocupação com a moralidade como indicação de progresso e de civilização" (SOIHET, 2008, p. 365).

A transição do trabalho compulsório para o trabalho livre, bem como a exigência de disciplina do espaço e do tempo laborais, constituíram uma realidade que a burguesia conduziu segundo seus valores e sua moralidade social, ocasionando muitas barreiras à presença da mulher no mercado de trabalho. O regime capitalista a utilizou como reprodutora biológica da força de trabalho e contribuiu para perpetuar a invisibilidade da importância financeira das atividades domésticas. Em uma dinâmica de moralização, as mulheres eram inseridas na vida familiar de cuidado das crianças e do cônjuge, e, caso trabalhassem, deviam dedicar-se ao magistério, a profissão quase exclusivamente aceita para os padrões do ideal feminino. As mulheres pobres figuravam nesse cenário como se desvelassem o avesso dos projetos da burguesia, pois elas contribuíram com o sustento do lar e com a criação dos filhos. Os papéis sociais, as redes sociais e os trabalhos informais ocupavam seu espaço entre este perfil de mulher. Mas esse aspecto da necessidade financeira e do trabalho extra-lar trazia sérios conflitos sociais para a parcela feminina carente (SOIHET, 2008).

Souza-Lobo (2011), por exemplo, ao retratar o papel da mulher na sociedade, explica que, no final do século XIX e início do século XX, era possível encontrar muitas mulheres em fábricas, trabalhando como operárias. Mas com a guerra e com o avanço tecnológico, os homens avançaram neste setor e as mulheres perderam seu espaço de atuação. Outra questão é que os desafios do universo feminino aumentavam a dificuldade de as mulheres se inserirem em cargos gerenciais. Ainda que fossem ricas, elas sempre eram testadas e credenciadas com diversos fatores que as impediam de assumirem os cargos: assédio sexual; caracterizada como intelectualmente inferiores aos homens; hostilidade atribuída pela família ao trabalho fora de casa; condicionamento que a prioridade da mulher é casar e ter filhos. A justificativa é que as mães não poderiam cuidar dos filhos e não se dedicariam com tanto afinco aos maridos. Muitas mulheres poderiam se desinteressar pelo casamento e por serem mães, o que enfraqueceria os laços fraternos e a raça.

A chegada do mundo moderno trouxe às mulheres, independente da classe social, uma nova proposta de narrativa cotidiana, com o discurso do feminismo e do anarquismo. É interessante notar a influência dos pensadores como Jean-Jacques Rousseau, do pensamento médico vitoriano, da elite formada por intelectuais e ainda as doutrinas religiosas que marcaram as décadas iniciais do século XX, que realizaram um rearranjo, primeiro, teórico, na posição da mulher na sociedade e, em outro momento, refletiram na vida social. Estes fatores se somaram à urbanização e à industrialização, o que possibilitou a mulher um novo condicionamento social, no que se refere às perspectivas de trabalho e de atuação (RAGO, 2008).

Entretanto, pode-se verificar que mesmo as feministas, “responsáveis” pela tentativa de transformar o *status quo* das trabalhadoras pobres, não demonstravam em seus estudos e publicações como esta realidade seria conduzida. Paradoxalmente, em um primeiro momento, as próprias feministas as consideravam incapazes de construir um universo cultural dotado de significado. E, considerando-se a avaliação sob o olhar das elites, a assimetria de tratamento não ocorre apenas entre homens e mulheres, mas no interior do próprio universo feminino (RAGO, 2008).

As trabalhadoras pobres eram consideradas profundamente ignorantes, irresponsáveis e incapazes, tidas como mais irracionais que as mulheres das camadas média e alta, as quais, por sua vez, eram consideradas mais irracionais do que os homens. No imaginário das elites, o trabalho braçal, antes realizado em sua maior parte pelos escravos era associado à sua incapacidade pessoal para desenvolver qualquer habilidade intelectual ou

artística e à degeneração moral. Desde a famosa ‘costureirinha’ [...] as várias profissões femininas eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição (RAGO, 2008, p. 589).

As mulheres trabalhadoras lançaram uso de formas diversas de reivindicação contra o aparato dos valores burgueses. E os movimentos políticos e sociais surgiram como um instrumento decisivo naquele período. Embora seja muito discutida a necessidade de mais mulheres se inserirem no cenário, nas primeiras décadas do século XX, as anarquistas e as socialistas se reuniam em assembleias sindicais e em debates para a resolução dos problemas femininos. A imprensa operária foi fundamental nesse sentido, pois tornavam públicos os desafios das mulheres na linha de produção e na vida de uma forma geral. Mas e o posicionamento social das inúmeras mulheres que trabalhavam precariamente e de forma autônoma? “Num mundo em que as mulheres e homens desfrutassem de condições de igualdade, as mulheres teriam novas oportunidades não só de trabalho, mas de participação da vida social” (RAGO, 2008, p. 597).

Embora tratadas como oprimidas, as mulheres não se permitiram subjugar e, com muito trabalho e compartilhamento pela sobrevivência, construíram um sentido de auto-respeito e de identidade. Se, por ora, as relações sociais femininas com os homens eram analisadas sob o estereótipo da subordinação, Rago reivindica uma vinculação mais simétrica entre ambos (RAGO, 2008; SOIHET, 2008).

Isso significa que lidamos muito mais com a constituição masculina da identidade das mulheres trabalhadoras do que com sua própria percepção de sua condição social, sexual e individual. Não é à toa que, até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência (RAGO, 2008, p. 579).

Amparada por uma metodologia de análise de censos, avaliação das listas da população e levantamento bibliográfico, a pesquisadora Samara (2000) ressaltou que, ao contrário do que se supõe, a teoria sobre a participação da mulher no mercado de trabalho no século XIX e a prática desta inserção são destoantes. As conjunturas regionais e econômicas determinavam o ingresso feminino de determinado grupo populacional mais do que as normas sociais que incidiam sobre o comportamento doméstico.

Em São Paulo, no início do século passado, as atividades femininas permaneciam a todo vapor, mesmo fora das fábricas e dos comércios que se apresentavam maiores e com mais gêneros alimentícios do período histórico anterior. Era possível vê-las trabalhando na informalidade com o cultivo de hortigranjeiros na própria residência, na produção de produtos diversos e no serviço doméstico. Samara (2000) ressalta o exemplo das mulheres que, apesar de se dedicarem ao serviço “legal”, exerciam a atividade de prostituta para complementar o salário.

Uma reflexão é apresentada pela pesquisadora Soihet (2008). As mazelas do sistema político e econômico, e dos atores sociais que se empenhavam na opressão feminina, incorreram em pronta resposta das mulheres contra este caráter multiforme da violência de gênero. Soihet destaca o importante significado conferido ao trabalho pela atuação feminina e explica que a autonomia das mulheres pobres é incontestável, mesmo no início do século passado. Apesar de viverem de forma precária, continuamente forjavam suas fontes de subsistência.

Algumas mulheres exerciam atividades nos comércios da família e na circulação de gêneros alimentícios, trabalhavam em pequenas propriedades para subsistência, essencialmente nas regiões onde predominavam os engenhos e os latifúndios (ESPÍNDOLA, 2013). As imigrantes europeias vieram como mão de obra com o fim da escravidão, a fim de trabalharem em plantações de café e nas fábricas. Com o avanço da industrialização no Brasil, um novo perfil do mercado se ampliou e, na segunda metade do século, as fábricas contabilizaram cerca de 2.000 mulheres na linha de produção. Entretanto, embora tenham sido contratadas para exercerem atividades como as dos homens em fábricas de tecelagem, cigarro e alimentos, a remuneração já era inferior à masculina. Na década de 1920, em São Paulo, cidade cujo processo de modernização era um dos pontos centrais no comportamento e nos papéis sociais, a participação das mulheres na indústria foi significativa, alcançando 29% dos trabalhadores deste setor. No ramo têxtil, este percentual chegava a 58%. Já no Rio de Janeiro, essas taxas estavam em torno de 27%, na indústria, e 39%, no ramo têxtil.

4.3 A mulher no mercado de trabalho entre os anos 1930-1980: a caminho da inserção profissional

É importante compreender como os aspectos econômicos e culturais complexificaram a inserção da mulher no mercado de trabalho e delinearão seu perfil em diferentes ocupações.

A antropóloga Rago (2008) explica a existência da consciência de classe da mulher e a relação conflituosa entre mulher e trabalho no Brasil no início do século XX. O papel social da mulher no mundo do trabalho, inclusive o das mulheres pobres responsáveis por sua subsistência e da própria família, perpassou esse conjunto de fatores e se somou às categorias distintivas femininas, como classe e raça, por exemplo. As primeiras décadas do século passado traziam consigo seu forte traço rural. Recém saído da escravidão, o Brasil era negro. E este fator em si já contribuía para um perfil desagregador das mulheres no mundo do trabalho.

As mudanças decisivas de patamares econômicos e sociais ocorreram essencialmente após 1930. Deste período até os anos 1970, o desenvolvimento econômico se caracterizou pelo crescimento, modernização e urbanização. O enraizamento industrial se tornou uma condição primordial no crescimento econômico do país, em função da queda do setor exportador e das bases da ação estatal apresentadas na primeira era Vargas. De uma postura normativa da ação estatal até 1920, o Estado assume, após 1930, a característica essencialmente intervencionista, com a figura do “Estado-empresário” em áreas estratégicas. A integração e as rotas inter-regionais, através do desenvolvimento dos meios de comunicação e do transporte, permitiram à economia nacional unificar o mercado consumidor e a intensificar as migrações internas. Até o início da década de 1930, as migrações eram, sobretudo, dos europeus que perfaziam o trecho rural-urbano. Posteriormente, os nordestinos se tornaram os migrantes por excelência, ambos procuraram as regiões industrializadas, consideradas promissoras, e as metrópoles. A participação e a absorção dos trabalhadores nacionais, como de negros e de mulatos, se efetivaram quando os setores em surgimento da economia requereram mão de obra (THEODORO, 2004; THEODORO apud KOWARICK, 1975).

É importante considerar a posição de Singer e Madeira (1973), para quem a flutuação da mulher no mundo laboral está relacionada ao desenvolvimento econômico e social do país. Por isso, ambos os processos devem ser analisados conjuntamente. Analisar a participação do trabalho feminino no período histórico de 1930-1970 apresenta seus desafios de ordem metodológica. De acordo com Singer, a agricultura é a atividade com as variações irregulares do número de mulheres na força de trabalho. Entre 1920-1940, o aumento da participação feminina neste setor foi na ordem de 472%, de 607,8 mil para 3.481,1 mil. Uma das explicações para estes dados é a possível subenumeração no censo demográfico, na década de

1920, o que tendia a enviesar os resultados, realidade diferente aconteceu no censo de 1940. Dessa forma, Singer supõe que a participação da mulher na agricultura em 1920 era semelhante a dos homens, cerca de 75%, proporções semelhantes foram encontradas em 1940, 1950 e 1960. Há ainda mais uma hipótese que explica o alto número de mulheres na agricultura. É a mudança na estrutura da propriedade. Torna-se possível adequar as atividades domésticas ao trabalho no campo, com a dedicação em minifúndios, cuidado de pequenos animais e horticulturas. Essas funções são opostas àquelas exercidas em latifúndios, cujo trabalho necessitava de especialização e exigia a atividade em poucos cultivos.

Conforme Bruschini e Lombardi (2000; 2008), os anos da década de 1970 foram marcados por maior vigor econômico, pelo aumento da urbanização e pela intensificação e consolidação do processo de industrialização, embora com a acentuação das desigualdades sociais e da concentração da renda. Esse cenário contribuiu para o crescimento econômico e, aliados aos fatores descritos, o Brasil enfrentou também as mudanças de ordem social, cultural e demográfica, o que acarretou em mudanças no nível e na composição interna do mercado laboral e proporcionou a possibilidade da inserção de mais trabalhadores, entre os quais, aqueles do sexo feminino. No final dos anos 70, o perfil dessas mulheres presentes no mercado de trabalho era o de ser jovem, solteira e sem filhos. Mas, um ponto importante para se refletir a respeito da entrada das mulheres no mercado de trabalho é que, além do cenário econômico favorável, os papéis sociais femininos sofreram uma modificação no padrão de comportamento, em virtude dos movimentos feministas que influenciaram a conduta das mulheres, tanto no Brasil, quanto em outros países, como os europeus e os Estados Unidos. A presença da mulher no espaço público e a queda da fecundidade ampliaram a oferta da mulher no mercado de trabalho, o que, somado à expansão da escolaridade e o acesso das mulheres às universidades, contribuiu para uma nova perspectiva da mulher no mercado de trabalho.

O Movimento Feminista foi fundamental nas transformações de gênero, em especial na segunda metade do século XX. Apresentou-se à sociedade a diversidade de discriminações sofridas pela mulher que perpassava o ambiente doméstico – com a divisão sexual do trabalho, o mercado de trabalho, as situações de guerra, a violência física e sexual, no reordenamento jurídico da sociedade, na difícil inserção na vida política. Já em 1960, o Movimento se insere em temáticas relacionadas à saúde da mulher. Contestou-se o papel biológico reprodutor feminino, a fim de inserir a o papel da mulher como construtora da história (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

A primeira onda feminista ocorreu com a luta pelo direito do voto feminino. Iniciou-se no século XIX e sua conquista se deu em momentos diferentes nos países. O primeiro lugar no qual as mulheres puderam votar foi na Alemanha. A obra de Simone de Beauvoir, “O segundo sexo” (1949), demonstra as raízes culturais da desigualdade sexual e os porquês de as mulheres serem inferiorizadas na sociedade. A segunda onda feminista, no pós 1960, situou as reivindicações na construção social do feminino e do masculino. A categorização de gênero incidiu na reflexão sobre a construção social da diferença sexual (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

Passou-se a refletir como ocorre este ordenamento de assimetria na sociedade, com a interseccionalidade de gênero, com o combate do racismo e da heteronormatividade. No Brasil o feminismo recrudescer com a luta pelo direito ao voto, estendendo sua ação nos inúmeros combates às diversas formas de submissão de gênero no contexto evidenciadas. O mesmo ocorreu na ditadura momento em que as mulheres se dedicavam pela anistia e por um país democrático. Em 1975, considerado pela ONU como o Ano Internacional da Mulher, tem-se o marco do Movimento Feminista no Brasil (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

O tema é recorrente e polêmico, mas agora ganhou mais força na agenda governamental, em razão do movimento feminista e dos estudos de gênero: os direitos reprodutivos e direitos sexuais. O material de base atenta, inicialmente, que o direito à igualdade implica em respeito às diferenças e à diversidade. No âmbito da sexualidade, deve ser garantida a integridade e o respeito ao estilo de vida, a seleção do objeto de desejo e a atração erótica. Essas formas, que não se enquadram a um modelo de heteronormatividade, existem desde as sociedades mais antigas e com os mais variados perfis. A sociedade contemporânea que descortinou e argumentou sobre a legitimidade e a urgência em se respeitar estes diferentes tons de vida. Ocorreu em 1960 a Revolução Sexual, com a contracepção hormonal, permitindo o controle reprodutivo e a possibilidade de viver a sexualidade sem o receio de engravidar. De uma forma direta, o anticoncepcional incidiu sobre a natalidade e as mulheres começaram uma mudança, embora lenta, no papel social, com uma inserção cada vez mais efetiva no mercado de (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

De uma forma geral, Melo (2005) define da seguinte forma o processo da inserção feminina no trabalho:

Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização, a queda das taxas de fecundidade proporcionaram um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. Segundo, a rebelião feminina do final dos anos 1960, nos Estados Unidos e Europa, como uma onda chegou nas nossas terras, em plenos anos de chumbo; apesar disso, produziu o ressurgimento do movimento feminista nacional fazendo crescer a visibilidade política das mulheres na sociedade brasileira. Este sucesso influenciou o comportamento e os valores sociais das mulheres, porque proporcionou alterações na formação da identidade feminina, coadjuvado pela separação entre a sexualidade e a reprodução, proveniente da difusão da pílula anticoncepcional. Esta redefinição dos papéis femininos aconteceu em todas as classes sociais e elevou a taxa de participação feminina no mundo do trabalho e da política (p. 4).

Na análise de Guedes e Alves (2004), entre as décadas de 1970 e 2000, a potencial e efetiva participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro tornou-se uma realidade pesquisada sobejamente no meio acadêmico. A década de 1970 foi um período essencial da entrada do grupo feminino no mercado de trabalho. O período de 1968-1973 – “milagre econômico” – impulsionou a economia brasileira e, neste novo dinamismo, as mulheres se inseriram em diferenciadas funções com uma forma *sine qua non* no processo.

Os períodos históricos posteriores, embora com outro contexto econômico, apresentaram os indícios históricos de longo prazo da entrada das mulheres no mercado de trabalho. A permanência e o desenvolvimento das mudanças apresentadas acima nos padrões de comportamento também explicam o fato da atividade feminina ter avançado nos anos 1980, mesmo com a crise econômica, as altas taxas de inflação e o desemprego. E nessa década o perfil feminino no mercado de trabalho já havia se alterado para as mulheres mais velhas, casadas e mães. Diversos fatores culturais e de comportamento da inserção feminina no mercado de trabalho ligaram as mulheres ao espaço privado (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2000; GUEDES; ALVES, 2004).

4.4 A mulher no mercado de trabalho nos anos 1990-2010: entre continuidades e mudanças

Entre os resultados da estagnação econômica da década de 1980, pode-se citar a deterioração das oportunidades de emprego e desregulamentação do mercado de trabalho. Esse cenário impulsionou a participação da mulher no trabalho extra-lar, em suas linhas formais, informais e precárias. Nos anos 1990, a atividade laboral feminina se constituiu

como questão de sobrevivência familiar, em razão dos percentuais do desemprego masculino. A mão de obra foi caracterizada, na década de 1990, com uma maior parcela adulta e feminina, e a redução dos postos de trabalho para os jovens. Outro aspecto a ser considerado na participação feminina no trabalho é o fator demográfico (HOFFMANN; LEONE, 2004; BRUSCHINI et al, 2006).

Kon (2003) explica que a participação das mulheres no mercado de trabalho destaca-se, ainda, pela ocupação nas profissões tradicionalmente masculinas. Como, por exemplo, a produção direta de bens e serviços e nas atividades administrativas e gerenciais. Bruschini (2006) afirma que a presença do grupo feminino em empregos de prestígio e *status*, como medicina, direito, engenharia, indica um importante passo das mulheres no sentido de romper com barreiras na desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, a expansão da escolaridade e o ingresso nas universidades viabilizaram o acesso delas às novas oportunidades de trabalho. Todos esses fatores explicam não apenas o crescimento da atividade feminina, mas também as transformações no perfil da força de trabalho desse sexo (BRUSCHINI et al, 2006, p. 3-4).

Bruschini (2008) citando Lombardi (1991; 2000) explicou que a ampliação dos postos de trabalho com *status* foi possível com a racionalização e as mudanças próprias das profissões. Houve o processo de especialização e assalariamento, em atividades como medicina, arquitetura e direito, se comparada ao antigo padrão salarial. Dessa maneira, as próprias representações sociais que foram tecidas nas categorias ocupacionais, pela sociedade, modificaram-se, como a própria característica liberal. Assim, tanto o nível de prestígio, quanto o de *status*, referenciado a esses profissionais, sofreram repercussões.

O mundo do trabalho, enraizado nas diversas esferas do espaço social, assistiu a este espaço refletir os novos aspectos comportamentais e os papéis sociais de gênero, configurados continuamente na sociedade. O que Guedes e Alves (2004) colocam em questão não é a necessidade e a ideia de papéis sociais iguais para ambos os sexos, mas, sim, a correta valorização social para os campos de significado do masculino e do feminino. Eles pressupõem, desta forma, retirar o valor intrínseco do trabalho e situá-lo como mais uma área de importância na sociedade.

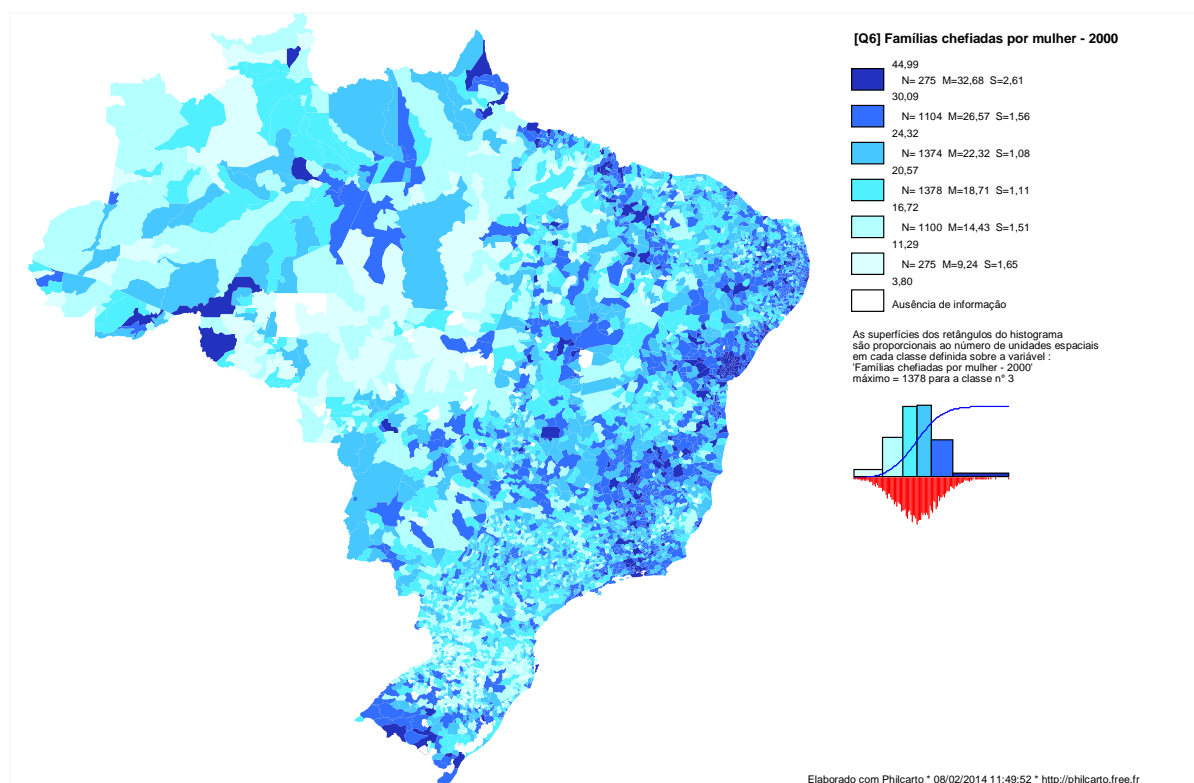
Esta nova colocação da mulher no mercado de trabalho insere-a, também, em um cenário de pessoa de referência¹² na família. Esse fato permite tecer um novo olhar sobre o grupo feminino com a construção do *status*, do reconhecimento e da identidade, capacitando as mulheres com os instrumentos de ordem social, simbólica e material para emanciparem a si próprias, nas desigualdades de gênero e os dependentes, a partir do exercício profissional e da dedicação da mãe-cuidadora.

É importante considerar que, se antes a chefia das famílias era especialmente nas relações monoparentais, nas grandes cidades, nas famílias formadas por casais, a proporção de mulheres responsáveis pelo sustento da casa aumentou nove vezes. Entretanto, a chefia da mulher na família apresenta seu lado de tensão, por se verificar que essas famílias permanecem em situação de maior vulnerabilidade, se comparadas àquelas chefiadas por homens, principalmente se as mulheres são negras. Ainda que as mulheres tenham mais autonomia, representem uma importante mudança do papel social feminino e ocupem uma posição predominantemente masculina, há a reprodução da desigualdade presente em outras esferas da sociedade (BRUSCHINI, 2008; OLIVEIRA, 2004; Ipea, 2011).

No ano de 2000, a proporção das mulheres nessa posição social apresentou um perfil geográfico, notadamente no Nordeste e em parte da região Sudeste (Figura 1).

¹² Informações sobre as diferenças conceituais entre “Pessoa referência de família”, “Chefe de família” no artigo, *O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge - Uma contribuição à discussão da Feminização da Pobreza* (SABÓIA; SOARES, 2004). Na tese, utilizou-se, nas duas primeiras figuras (1 e 2), a abordagem de chefe de família adotada pelo Censo Demográfico do IBGE/2010. E, no gráfico 1, adotou-se o conceito de "Pessoa de Referência na Família", aplicado pela PNAD/IBGE.

Figura 1 - Proporção de famílias chefiadas por mulher no ano 2000

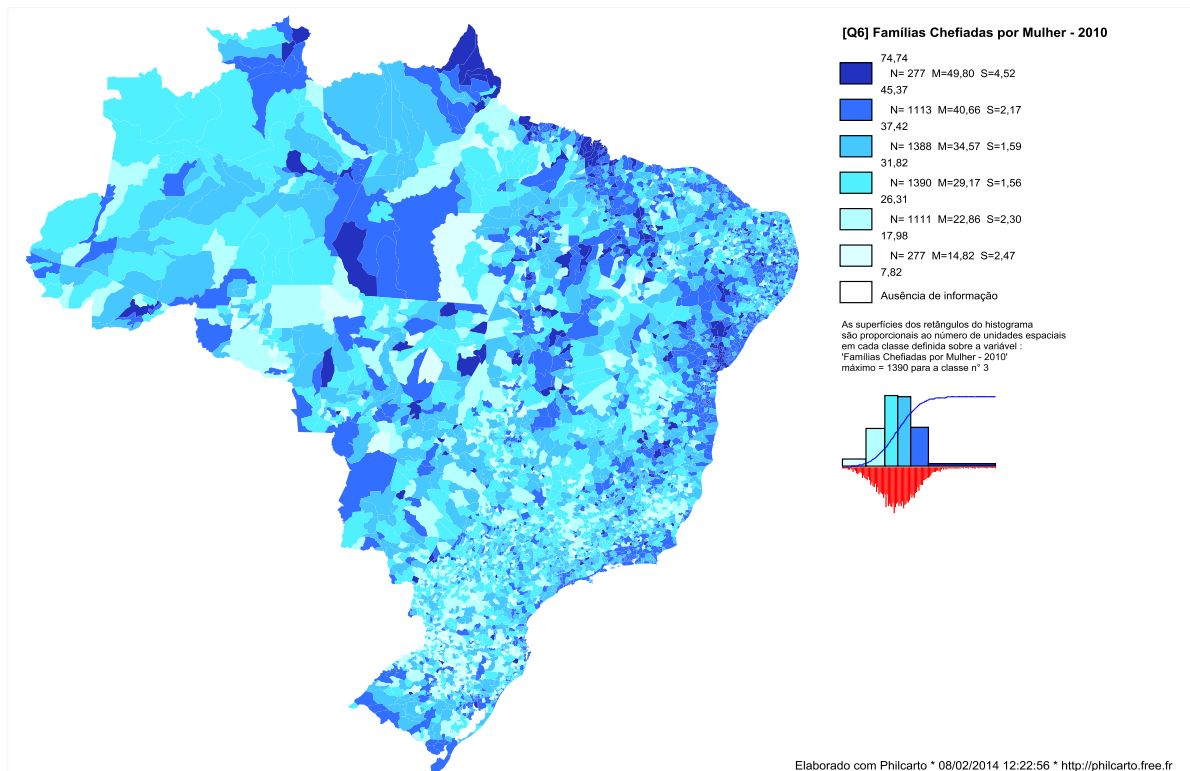


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010 – Programa Philcarto.

Houve pontos de maior presença da mulher como chefe de família em todo o território. Entretanto, foram encontradas as maiores participações do grupo feminino na chefia da família: a) no Rio Grande do Sul, próximo à fronteira com Uruguai; b) Acre e Rondônia e a região da Amazônia, na parte do território que faz divisa com estes dois estados. Amazônia, perpassando a divisa com o Pará e Roraima, perto da divisa com a Guiana. Como o histograma indica, as maiores proporções de municípios não contam com a participação feminina na chefia da família (retângulos centrais).

A comparação dos dados do Censo Demográfico/IBGE do ano de 2000 com as informações coletadas em 2010 indicaram uma diferença territorial na distribuição da mulher na posição de referência (Figura 2).

Figura 2 - Proporção de famílias chefiadas por mulher no ano 2010

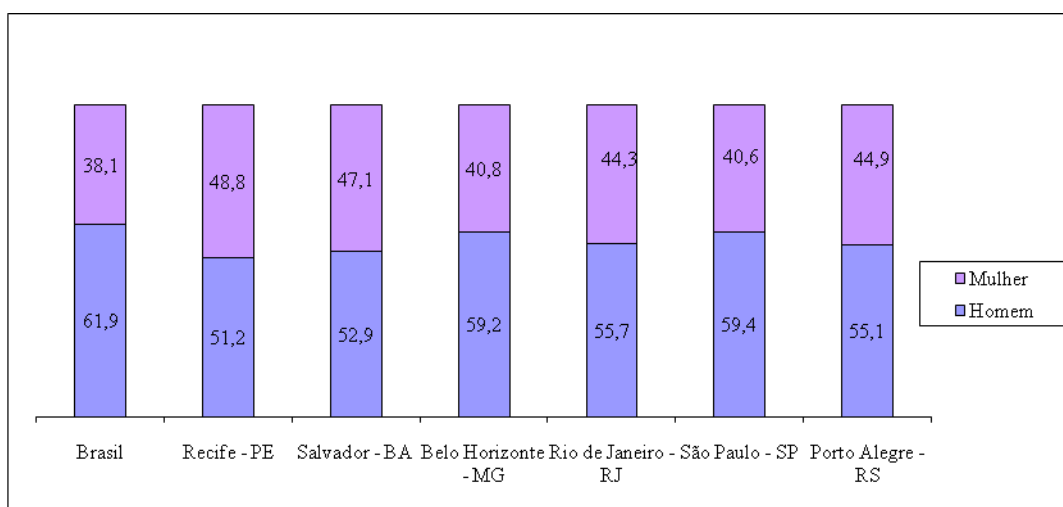


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

O mapa demonstra uma redução na proporção das mulheres como chefes de domicílio no sul do país, São Paulo, Minas Gerais e Goiás. Aumentou a participação no Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. O Nordeste manteve a presença feminina, com exceção da Bahia, que reduziu a proporção. A região Norte indicou um relevante aumento do papel da mulher como chefe de domicílio, nos estados de Roraima, Amapá e Pará.

A pesquisa se ateve, também, à proporção de homens e de mulheres na posição de referência na família, no ano de 2012, nas RMs selecionadas, em comparação à proporção no Brasil.

Gráfico 1 - Famílias residentes em domicílios particulares, por gênero das pessoas de referência da família (%) - 2012



Fonte: PNAD/IBGE, 2012.

O percentual do grupo feminino foi menor em relação à proporção do grupo masculino no Brasil. Este resultado demonstrou que, mesmo com a inserção feminina em ocupações, qualificações e aumento da escolaridade, os homens permanecem em maior percentual.

Comparando-se o percentual do grupo feminino nas RMs selecionadas com a proporção verificada no Brasil, verificou-se que as RMR e RMS apresentam os maiores percentuais de mulheres na posição de referência da família.

Embora as RMSP e RMBH tenham apresentado percentuais maiores se comparadas às proporções de pessoa de referência no país, as proporções indicaram índices inferiores, se comparadas às demais RMs selecionadas.

Um ponto que deve ser ressaltado é que as mulheres de referência da família não se restringem ao protótipo de pobres ou solteiras infelizes (MACEDO, 2012). Elas, muitas vezes, optam pela vida de solteiro, mesmo com filho; não conseguem um companheiro ou são independentes. Mudou-se, ainda, a mentalidade dos respondentes do questionário do Censo. Antes, ao serem questionadas sobre quem era a pessoa de referência, geralmente, se atribuía ao homem este papel, mas, agora, a referência tornou-se compartilhada.

Além dos fatores econômicos, existem aqueles de ordem simbólica: o conjunto de valores, comportamentos e trajetórias familiares que constituem o *status* e o papel social da mulher. A inserção feminina no mercado de trabalho é fundamental para a elaboração da

identidade e da autoestima, de modos e parâmetros de sociabilidade, além do aspecto dos recursos financeiros para a sobrevivência de forma autônoma. Os contextos que impulsionam a inserção feminina no mercado de trabalho informal são distintos, mas todos passam pela necessidade do complemento da renda familiar, pelo fato da ocorrência das famílias monoparentais chefiadas pela mulher e de seu salário serem os principais agentes no pagamento das despesas de casa. Há casos em que as mulheres precisam prover o sustento dos netos e dos genros (BRUSCHINI et al, 2008; OLIVEIRA, 2004; Ipea, 2011).

O aspecto que se encontra em consenso, empírico e teórico, entre os pesquisadores (ARAÚJO et al, 2008; BRUSCHINI et al, 2008; SANTOS, 2008; SOUZA, 2010) é o caráter de continuidades e de mudanças que delinea a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro. Especialmente nas duas últimas décadas, os anos de estudo das mulheres está aumentando, assim como a inserção em cursos técnicos e superiores. Esse fato acarreta a inserção em postos de trabalho de trabalho mais qualificados. Entretanto, um aspecto notório nos estudos é a permanência do grupo feminino em condições de trabalho vulneráveis e em atividades precárias e informais. Pode-se verificar a participação nos setores mais instáveis da indústria, nas atividades que invocam o papel da mulher cuidadora, como o de serviços domésticos, cozinheira e serviços gerais. Os autores demonstraram que, nesse último aspecto, pouco tem se vislumbrado mudanças na estrutura ocupacional. Nas duas faces do mercado de trabalho, seja nas continuidades, seja nas mudanças, um traço inerente à posição feminina é o da dupla jornada de trabalho, indicando a continuidade dos modelos familiares tradicionais. Ainda que haja a ajuda do grupo masculino, as mulheres são as mais afetadas pela sobrecarga de atividades, como os trabalhos remunerados e o doméstico. Como Maruani (2008) destaca:

Tudo é complexo, paradoxal, contraditório: mais mulheres ativas, assalariadas, instruídas, mas também mais desempregadas, assalariadas precárias e subempregadas. Os comportamentos de atividade masculinos e femininos são parecidos, mas as desigualdades profissionais e familiares se enraízam (p. 37).

Picanço (2005) indicou outros elementos da causalidade da presença da mulher no mercado de trabalho informal, cujas motivações ocorreram de acordo com o contexto específico de cada sociedade. Se, por um lado, a inserção das mulheres no mercado de trabalho passa pelas razões de realização individual relacionada à autonomia e à independência financeira – as reivindicações das feministas por igualdade de acesso e

qualidade de vida se incluem neste ponto. Como o movimento da sociedade contemporânea incide na individualização, no culto a si mesmo, as mulheres buscam novas trajetórias de vida. De acordo com outro aspecto destacado pela pesquisadora, contudo, a razão principal para a participação laboral feminina é de ordem econômica, sobretudo em sociedades desiguais, como a brasileira. Há, portanto, o cruzamento destes dois fatores: o trabalho como realização e o trabalho como necessidade.

Verificou-se, no decorrer deste texto, que as mulheres apresentaram, desde o período do Brasil escravocrata, pontos de resistência e de luta contra a cultura ditada pelos padrões patriarcais e pelo próprio comportamento dos demais grupos femininos que indicavam o discurso de uma moral masculinizada. Com o início da industrialização, mulheres imigrantes e brasileiras foram trabalhar nas fábricas, conquistando um novo cenário no mercado de trabalho. Mesmo diante dos preconceitos de uma nova moral burguesa, elas trabalhavam nas ruas, lavando roupa, como domésticas e costureiras. Uma parte, a "elite feminina", habituava-se a exercer atividades femininas de cunho "materno-cuidador", como professora primária e enfermeira. Embora presentes em outros setores da atividade econômica, foi na década de 1960, com os movimentos feministas, a criação da pílula anticoncepcional e a mudança nos padrões culturais nos Estados Unidos e na Europa, que as mulheres brasileiras sentiram um grande reflexo de mudança no seu comportamento de vida. Soma-se a esses fatos o "milagre econômico", que impulsionou a inserção da mulher no mercado de trabalho. Com a crise do petróleo e a estagnação econômica da década de 1980, os homens perderam os empregos e, como questão de sobrevivência, as mulheres passaram a participar ainda com mais intensidade do mercado de trabalho. Nos anos 1990 e 2000, as mulheres atingiram patamares nos níveis de escolaridade maiores que os homens, assumiram a chefia da família e se inseriram em atividades tradicionalmente masculinas e de *status* social. Entretanto, a grande tônica é o caráter de mudanças e continuidades que cercam o mercado de trabalho feminino; como a presença das mulheres em atividades informais e com baixo rendimento.

Com o objetivo de mapear o comportamento de gênero no mercado de trabalho informal, ou seja, em suas continuidades, o próximo capítulo se aterá a captar a presença de ambos os sexos nas atividades informais, em um contexto socioeconômico de expansão das ocupações formalizadas e da maior participação qualitativa das mulheres no mercado de trabalho.

5 MAPEAMENTO DE GÊNERO NO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NAS REGIÕES METROPOLITANAS

5.1 Introdução

O objetivo do capítulo é mapear comparativamente o comportamento de gênero no mercado de trabalho informal nas RMs que compõem a PME, no âmbito das categorias ocupacionais e da posição na ocupação selecionadas: empregado sem CTPS assinada; Conta Própria; Não remunerado (sem remuneração); trabalhador doméstico sem CTPS assinada. Em momentos distintos do capítulo, essas categorias serão analisadas e comparadas, ainda, às categorias ocupacionais formais, com o objetivo de estabelecer parâmetros comparativos e acentuar as informações referentes ao cenário de gênero no mercado de trabalho informal.

Para atender a esse propósito, realizou-se a seguinte disposição das seções:

No subtópico 5.2, “As Regiões Metropolitanas Brasileiras”, são apresentadas as características socioeconômicas e políticas demarcadoras e a classificação das RMs, construídas no estudo “Regiões de Influência das Cidades” (REGIC, 2008).

O tópico subsequente do trabalho, 5.3, “Mapeamento de Gênero nas RMs: análise geral”, apresenta uma análise geral do perfil das RMs selecionadas, no que tange aos percentuais de cor, sexo, número absoluto de municípios, percentual do nível de ocupação, número absoluto da população de cada RM; PIB *per capita* na RM; PIB em relação ao estado e PIB em relação ao Brasil. Esse tópico apresenta, também, o mapeamento geral da participação das categorias ocupacionais selecionadas nos municípios brasileiros.

Entre os subcapítulos 5.4 e 5.9, serão apresentadas, de uma forma particular, as Regiões Metropolitanas selecionadas: Região Metropolitana do Recife (RMR); Região Metropolitana de Salvador (RMS); Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH); Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ); Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPOA), no que se refere: a) às categorias ocupacionais e à posição na ocupação; b) ao gênero; c) à raça; d) à variação da população ocupada, segundo a posição na ocupação e e) à escolaridade e à renda. Serão demonstrados, ainda, os rendimentos do Programa Bolsa Família; Recebimento de Aposentadoria ou Pensão e, também, o ponto referente à Contribuição à Previdência Oficial ou Privada.

A comparação entre as RMs é apresentada no subitem 5.10, “Análise comparativa do mapeamento de gênero entre as Regiões Metropolitanas”. São apresentados os seguintes pontos de comparação: a) análise geral e comparativa dos dados; b) análise comparativa da

categoria ocupacional por gênero; c) análise comparativa da categoria ocupacional por idade; d) ocupação por categoria e variação da população ocupada, segundo a posição na ocupação entre os anos de 2003 e 2010; e) análise comparativa da escolaridade por gênero; f) análise comparativa da renda por gênero; g) outros rendimentos: Programa Bolsa Família e Recebimento de Pensão e Aposentadoria e h) contribuição à Previdência Oficial ou Privada.

No próximo subtópico, será feita a apresentação das características de formação das Regiões Metropolitanas, necessárias para a delimitação do mapeamento de gênero nas RMs selecionadas.

5.2 As Regiões Metropolitanas Brasileiras

A dinâmica da metropolização do país está relacionada à urbanização, a qual possui a capacidade de resultar na concentração territorial e na expansão de atributos de ordem política, econômica e sociocultural, em aglomerados urbanos específicos. A caracterização da metrópole se fundamenta nesses elementos, pois eles são indicados como centros de poder econômico, social e político, cuja prerrogativa de polarização territorial, no âmbito nacional, regional ou local, confere às metrópoles toda a capacidade de exercício da influência e da captação econômica. Tais características, contudo, apresentam-se de forma distinta, conforme: a) a integração do território, que perpassa a organização funcional do espaço; b) a maneira como a população se distribui e se concentra nesse território; c) os produtos e os rendimentos de ordem diversa e d) o processamento das mercadorias e dos serviços. A forma como a infraestrutura urbana é realizada, a dinâmica dos processos de ocupação territorial e o poder articulado com meios diversos externalizam alguns exemplos dessas tais características. Essas metrópoles, em maior ou menor medida, concentram a riqueza do país, constituindo-se em um importante objeto de análise das desigualdades enraizadas no país (RIBEIRO et al, 2012).

Entretanto, verifica-se que nem sempre os aglomerados urbanos, que denotam o processo de metropolização brasileiro, apresentam correspondência com a institucionalização político-administrativa das unidades territoriais, seja por parte da União ou dos estados. No artigo "Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos

territórios políticos"¹³, Christian Lefèvre (2012) insere a perspectiva da problemática da definição do que é a metrópole; passa pela constituição das metrópoles europeias e norte-americanas, como a diluição em alguns países; trata da tentativa de inserção das forças econômicas locais; e demonstra a complexidade multidimensional que a envolve, também, conforme a avaliação e os atores envolvidos.

A metrópole não é uma entidade política, mas, é um território que faz sentido para inúmeros atores e atividades. É também um território que faz sentido para algumas políticas públicas, como os transportes ou a moradia. A literatura econômica e geográfica está repleta de análises mostrando e demonstrando a pertinência da escala metropolitana para abordar e resolver certo número de problemas econômicos, mas, também, sociais (LEFÈVRE, 2012, p. 304).

O processo de metropolização no Brasil se tornou evidenciado após o século XX. As primeiras regiões metropolitanas, 8, no total, foram instituídas em 1973, pela Lei Federal nº 14: Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Porto Alegre. Em 1975, instituiu-se a RM Rio Janeiro. No ano de 1988, com a promulgação da Constituição Federal, no Art. 25, passa a ser do estado a competência de instituir as Regiões Metropolitanas.

No caso brasileiro, as características de funcionalidade do polo não correspondem, necessariamente, à caracterização fundamental para identificar as "Regiões Metropolitanas" nesse estatuto, como no exemplo das 50 unidades territoriais institucionalizadas no país que não se delineiam como Região Metropolitana". (Quadro 2).

¹³ A problemática da definição de metrópoles pode ser aprofundada no artigo LEFÈVRE, C.. Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos. **Cadernos Metrôpole**. São Paulo, v. 11, n. 22, p. 299-317, jul./dez. 2009.

Quadro 2 – Unidades institucionalizadas como RMs¹, RIDEs² E AUs³ – Brasil – 30/08/2012

AL	Arapiraca	RM Agreste	15
AL	Atalaia	RM Vale do Paraíba	13
AL	Maceió	RM Maceió	11
AL	Palmeira dos Índios	RM Palmeira dos Índios	7
AL	União dos Palmares	RM Zona da Mata	16
AM	Manaus	RM Manaus	8
AP	Macapá	RM Macapá	2
BA	Feira de Santana	RM Feira de Santana	16
BA	Salvador	RM Salvador	13
CE	Fortaleza	RM Fortaleza	15
CE	Juazeiro do Norte	RM Cariri	9
DF/GO/MG	Brasília	RIDE Distrito Federal e Entorno	23
ES	Vitória	RM Grande Vitória	7
GO	Goiânia	RM Goiânia	20
MA	Imperatriz	RM Sudoeste Maranhense	8
MA	São Luís	RM Grande São Luís	5
MG	Belo Horizonte	RM Belo Horizonte	48
MG	Ipatinga	RM Vale do Aço	26
MT	Cuiabá	RM Vale do Rio Cuiabá	13
PA	Belém	RM Belém	6
PA	Santarém	RM Santarém	2
PB	Cajazeiras	RM Cajazeiras	14
PB	Campina Grande	RM Campina Grande	17
PB	Esperança	RM Esperança	9
PB	Guarabira	RM Guarabira	18
PB	João Pessoa	RM João Pessoa	13
PB	Patos	RM Patos	24
PE/BA	Petrolina	RIDE Petrolina/Juazeiro	8
PE	Recife	RM Recife	14
PI/MA	Teresina	RIDE Teresina/Timon	14
PR	Curitiba	RM Curitiba	29
PR	Londrina	RM Londrina	16
PR	Maringá	RM Maringá	26
PR	Umuarama	RM Umuarama	23
RJ	Rio de Janeiro	RM Rio de Janeiro	20
RN	Natal	RM Natal	10
RR	Boa Vista	RM Capital	2
RR	Caracaráí	RM Central	2
RR	Caroebe	RM Sul do Estado	3
RS	Caxias do Sul	AU do Nordeste	10
RS	Osório	AU do Litoral Norte	20
RS	Pelotas	AU do Sul	5
RS	Porto Alegre	RM Porto Alegre	32
SC	Blumenau	RM Vale do Itajaí	16
SC	Chapecó	RM Chapecó	27
SC	Criciúma	RM Carbonífera	25
SC	Florianópolis	RM Florianópolis	22
SC	Itajaí	RM Foz do Rio Itajaí 9	
SC	Joinville	RM Norte/Nordeste Catarinense	26
SC	Lages	RM Lages	23
SC	Rio do Sul	RM Alto Vale do Itajaí	28
SC	Tubarão	RM Tubarão	18
SE	Aracaju	RM Aracaju	4
SP	Campinas	RM Campinas	19
SP	Jundiaí	AU de Jundiaí	7
SP	Piracicaba	AU de Piracicaba	22
SP	Santos	RM Baixada Santista	9
SP	São José dos Campos	AU Vale do Paraíba e Litoral Norte	39
SP	São Paulo	RM São Paulo	39

Fonte: Assembléias Legislativas dos Estados (apud RIBEIRO et al, 2012).

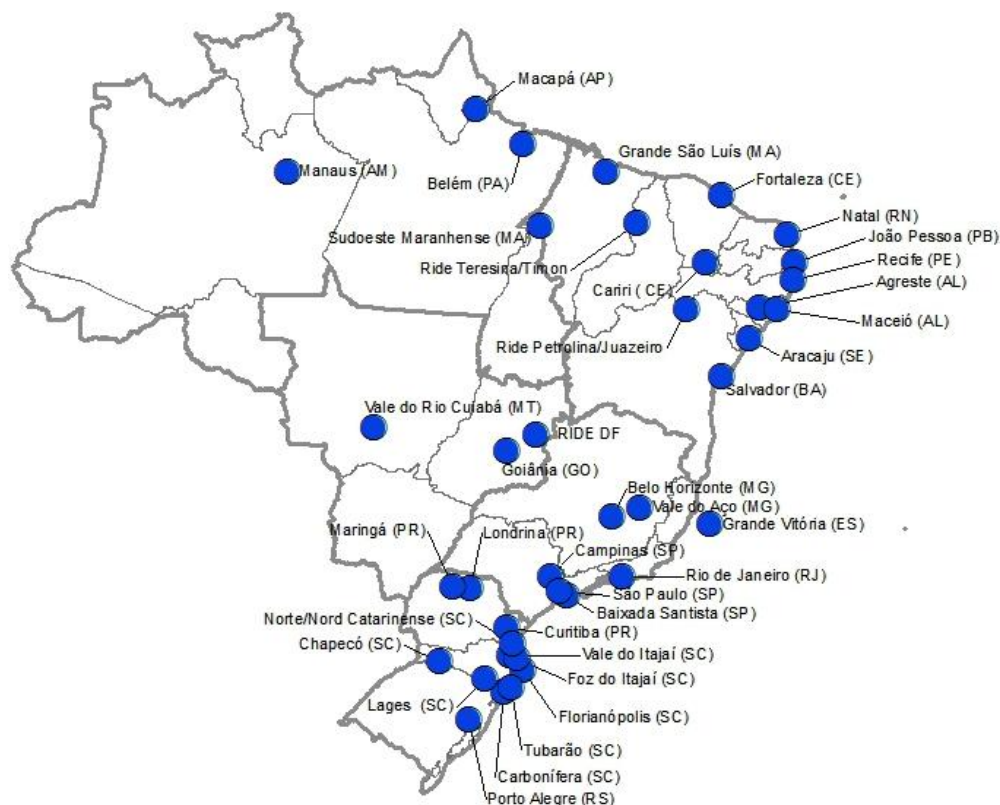
(1) RM: Região Metropolitana.

(2) RIDE: Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico.

(3) AU: Aglomerações Urbanas.

As RMs apresentam-se em todas as macrorregiões do Brasil (Figura 3).

Figura 3 - Mapeamento das Regiões Metropolitanas brasileiras



Fonte: www.observatoriodasmetrosoles.com.br

Nesse aspecto, a presente tese também se utiliza, como o Observatório das Metrôpoles, da classificação construída no estudo "Regiões de Influência das Cidades" (REGIC), de 2008. Há, dessa maneira, uma distinção da natureza das metrôpoles, indicando a existência de 12 RMs, pois as informações levantadas enquadraram essas RMs no conceito de metrôpole: "centros que se caracterizam pelos principais papéis em gestão do território, grande porte, fortes relacionamentos entre seus municípios, e extensa área de influência direta" (OBSERVATÓRIO DA METRÓPOLE, 2012, p. 10 apud IBGE, 2008).

As RMs que integram a classificação apresentada no documento denominado "Regiões de Influência das Cidades", nesses termos, são: São Paulo, considerada Grande Metrôpole Nacional; Rio de Janeiro e Brasília, consideradas Metrôpoles Nacionais e, Belém,

Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Recife e Salvador. No documento REGIC (2008), o IBGE também classifica e hierarquiza as demais aglomerações urbanas e centros não aglomerados, distinguidos nas categorias: Capitais Regionais, Centros Sub-Regionais, Centros de Zona e Centros Locais.

A decisão de instituir uma Região Metropolitana é baseada nos conceitos estabelecidos na Constituição, baseados na avaliação técnica do conjunto dos seguintes dados ou fatores: a) População e crescimento demográfico, cuja projeção é quinquenal; b) grau de conurbação e movimentos pendulares da população; c) atividade econômica e perspectivas de desenvolvimento; d) Fatores de polarização e e) Deficiência dos serviços públicos em um ou mais Municípios, com implicação no desenvolvimento da região (IPEA, 2013).

A função Pública de interesse comum é analisada como "a atividade ou o serviço cuja realização, por parte de um Município isoladamente, seja inviável ou cause impacto nos outros Municípios integrantes da região metropolitana" (IPEA, 2013 p. 10).

Exemplificando, têm-se: transportes, saúde, saneamento básico, desenvolvimento socioeconômico, proteção ambiental e combate à poluição, sistema viário, entre outros.

Como explicado em outro momento da pesquisa, este estudo tomou como base as RMs que compõem a PME: RM de Belo Horizonte, RM do Rio de Janeiro, RM de São Paulo, RM de Porto Alegre, RM de Salvador e RM de Recife.

5.3 Mapeamento de gênero nas RMs: análise geral

Neste subcapítulo, serão apresentadas algumas informações relacionadas às Regiões Metropolitanas (RMs). A caracterização das Regiões Metropolitanas, a partir das informações assinaladas, indica, ainda que de forma restrita e simplificada, o cenário socioeconômico, demográfico e o percentual ocupacional das RMs selecionadas. O objetivo é colocar a Região Metropolitana em intersecção com outras variáveis analisadas na tese, a fim de se compreender a composição do mercado de trabalho.

As variáveis referentes aos atributos pessoais, à escolaridade, à pensão e à contribuição à Previdência Oficial e Privada são afetadas simultaneamente, e condicionam a participação na esfera laboral, inclusive no que se refere à formalidade e à informalidade das condições de emprego. Como o objetivo do trabalho é, no geral, mapear a informalidade dos

postos de trabalho segundo o gênero, nas RMs que compõem a PME, torna-se fundamental a apresentação dos aspectos gerais dessas informações.

As características raciais e de gênero, os atributos da produção econômica e ocupacional são, entre outros, fatores determinantes na composição estrutural do mercado de trabalho e, por isso, são importantes para o atendimento dos objetivos propostos pelo trabalho (Tabelas 1 e 2).

Tabela 1 – Dados Gerais – Regiões Metropolitanas selecionadas - Número de municípios, cor ou raça e sexo – 2010

	Número de Municípios ¹	Cor ou Raça ²					Sexo ³	
		Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Homem	Mulher
RM Recife	14	37,2	8,5	1,1	53,0	0,2	47,0	53,0
RM Salvador	13	17,9	26,8	1,5	53,4	0,3	47,3	52,7
RM Belo Horizonte	34	39,6	10,6	1,2	48,5	0,2	48,1	51,9
RM Rio de Janeiro	19	45,9	12,1	0,8	41,0	0,1	47,3	52,7
RM São Paulo	39	58,7	6,3	1,8	33,0	0,1	47,9	52,1
RM Porto Alegre	32	82,7	7,5	0,3	9,3	0,2	48,0	52,0

Fonte: (1) Datasus – Informações Demográficas e Socioeconômicas, 2010.

(2) e (3) Censo Demográfico 2010/IBGE

A RMPOA apresentou o maior percentual de brancos, enquanto a RMSA apresentou o menor percentual. É interessante verificar o comportamento oposto em relação à constituição de negros nessas RMs: a RMSA apresentou a maior proporção deste grupo de cor, enquanto as RMs de Porto Alegre e de São Paulo apresentaram o menor percentual. O grupo de pardos indicou uma diferença percentual que deve ser ressaltada nas RMs, pois é sintomático da miscigenação no país. Embora Recife e Salvador tenham apresentado uma diferença proporcional acentuada no grupo negro, 8,5% e 26,8%, respectivamente, ocorreu o mesmo percentual entre os pardos, aproximadamente 53%. Verifica-se, ainda, que a RMPOA destacou-se por exibir um percentual de pardos muito abaixo das outras duas regiões acima mencionadas, 9,3%.

No que se refere à composição da população, as RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo são as mais populosas. Ambas apresentam, também, a maior participação no PIB nacional, 7,3% e 18,6%, respectivamente; o que demonstra a importância dessas regiões na determinação da renda dos estados em que estão inseridas, como da renda nacional, apresentando-se, portanto, como os polos agregadores econômicos, culturais e educacionais (Tabela 2).

Tabela 2 – Dados Gerais – Regiões Metropolitanas selecionadas - População, Nível de Ocupação, PIB per capita e participação no PIB do Brasil e do Estado

	População ¹	Nível de Ocupação – Dez/2013 ²	PIB <i>per capita</i> – 2010 ³	Participação do PIB da RM no PIB do Brasil – 2010 (%) ⁴	Participação do PIB da RM no PIB do Estado – 2010 (%) ⁵
RM Recife	3690397	48,5	16.648,80	1,6	64,6
RM Salvador	3573973	52,3	21.154,52	2,0	49
RM Belo Horizonte	5295944	56,3	24.740,93	3,2	34,4
RM Rio de Janeiro	11835708	52,5	23.250,78	7,3	67,6
RM São Paulo	19683975	56,0	35.655,84	18,6	55,3
RM Porto Alegre	3958985	54,7	27.911,28	3	44,1

Fonte: (1) Censo Demográfico 2010 – IBGE

(2) Pesquisa Mensal do Emprego 2013 – IBGE

(3), (4) Datasus, Informações Demográficas e Socioeconômicas - 2010

(5) Elaborado a partir de Datasus - Informações Demográficas e Socioeconômicas – 2010

Os dados apresentados Tabela 2 indicam a importância econômica das RMs selecionadas para o desenvolvimento dos seus respectivos estados, com a dinamização regional. O PIB situa-se como um previsor importante nesse aspecto. Pode-se destacar o PIB da RMSP, que representa 67,6% do PIB do Estado de São Paulo.

Ainda sobre a análise do PIB, verificaram-se os maiores PIBs *per capita* nas RMs de São Paulo e Porto Alegre. A análise indicou que a menor renda *per capita* do grupo analisado é o da RMR, correspondendo a apenas 46,7% da renda *per capita* da RMSP.

Por sua vez, a análise do nível de ocupação apresentou a RMBH com o maior percentual de participação no período considerado, 56,3%. As demais RMs indicaram a proporção de mais de 50% no nível de ocupação, exceto a RMR, com 48,5%.

A participação das categorias ocupacionais selecionadas e consideradas referências no presente trabalho estão apresentadas na pesquisa através da construção de mapas, que demonstram a visualização das variáveis por áreas geográficas. Como a disposição dessas variáveis demonstra a formalidade e a informalidade, de acordo com as prerrogativas apresentadas no trabalho, pretendeu-se, com os mapas, indicar em quais regiões do país cada uma destas categorias ocupacionais se torna mais evidente, ocorrendo com maior frequência: com CTPS assinada, sem CTPS assinada, conta própria, não remunerada.

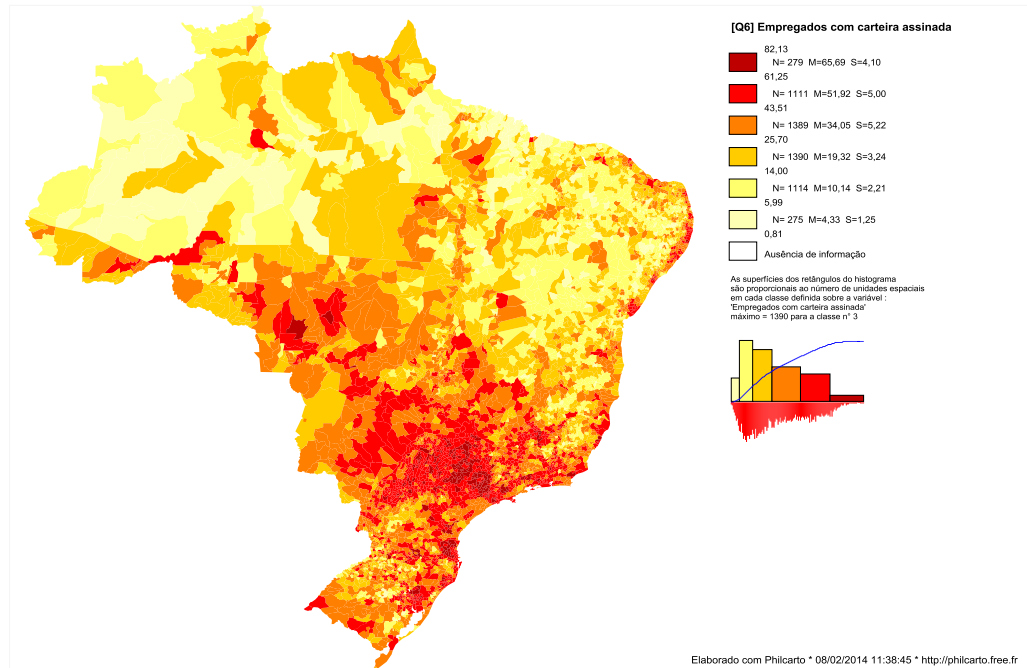
Os mapas foram elaborados com as informações referentes aos percentuais de indivíduos presentes em cada uma das categorias de trabalho por município. Dessa maneira, tem-se a seguinte questão: naquele município, qual é a proporção de indivíduos que integram as categorias-base do estudo?

As regiões mais escuras do mapa indicam a maior proporção da mão de obra presente na categoria selecionada avaliada no município, para o período selecionado.

O mapa¹⁴ 1 representa a categoria ocupacional "com CTPS assinada". Ele indica que, nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, encontram-se os municípios com a maior proporção de trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Verificou-se que o histograma indica uma proporção de municípios com uma baixa concentração de empregados com CTPS assinada (Figura 4).

¹⁴ A legenda dentro do mapa indica: "As superfícies do retângulo do histograma são proporcionais aos números de unidades espaciais em cada classe definida sobre a variável".

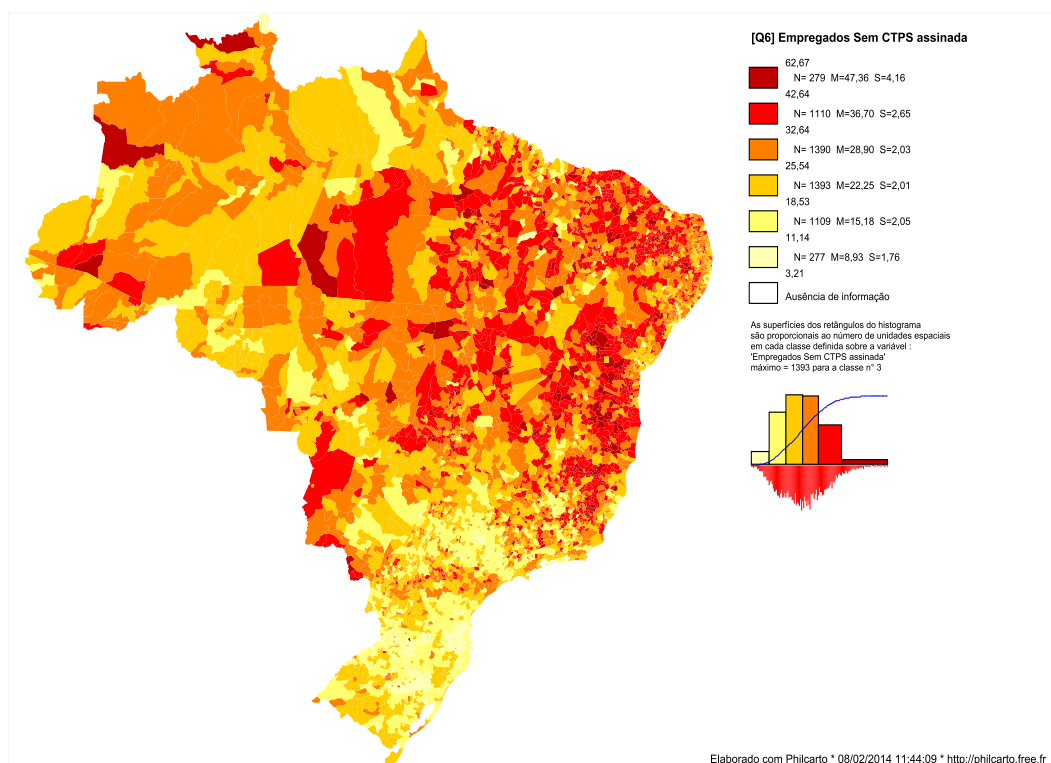
Figura 4 – Agrupamento dos empregados com CTPS assinada, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão.



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010 – Programa Philcarto.

A análise da categoria ocupacional empregado sem CTPS assinada apresenta a maior proporção de municípios com trabalhadores nesse perfil empregatício, com mais frequência nas regiões do Norte, Nordeste e, em menor grau, no Sudeste (Figura 5).

Figura 5 – Agrupamento dos empregados sem CTPS assinada, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão

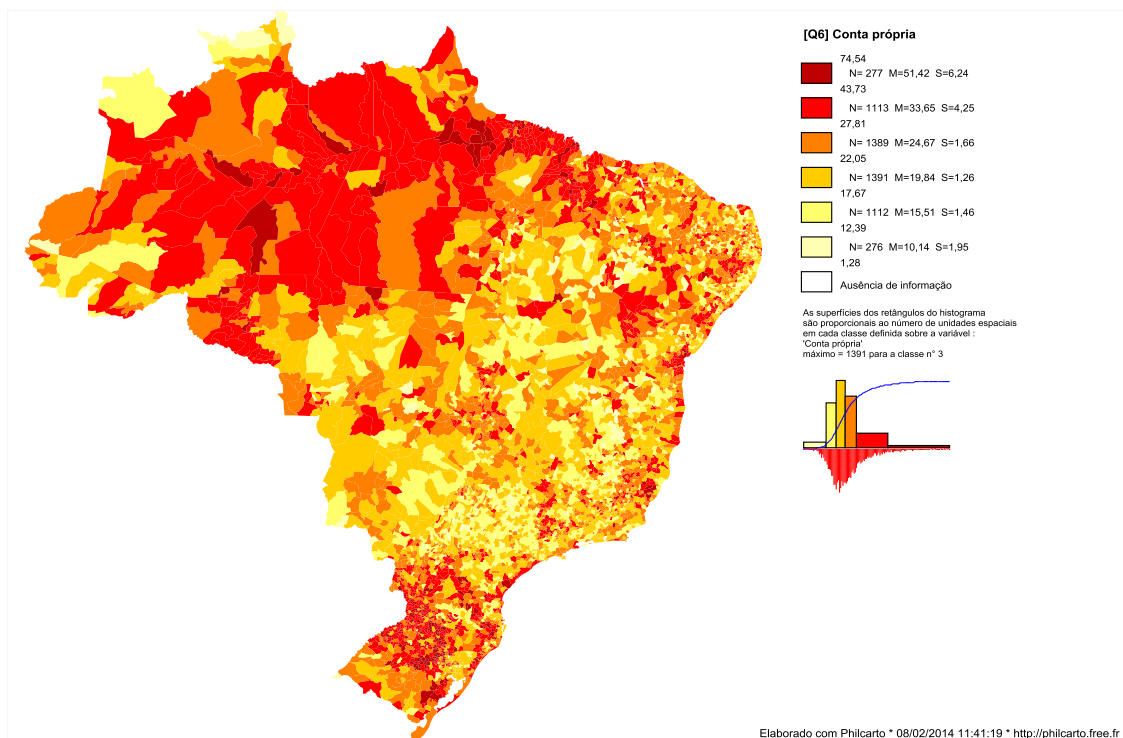


Fonte: Elaborado pela autora da tese , a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010 – Programa Philcarto.

Analisando-se comparativamente as figuras 1 e 2, pode-se verificar uma composição aproximadamente oposta na localização geográfica dos municípios com a maior frequência de trabalhadores com CTPS assinada e sem CTPS assinada.

Verifica-se, na categoria ocupacional conta própria, que os municípios com as maiores proporções de trabalhadores estão fortemente concentrados nas Regiões Norte e Sul (Figura 6).

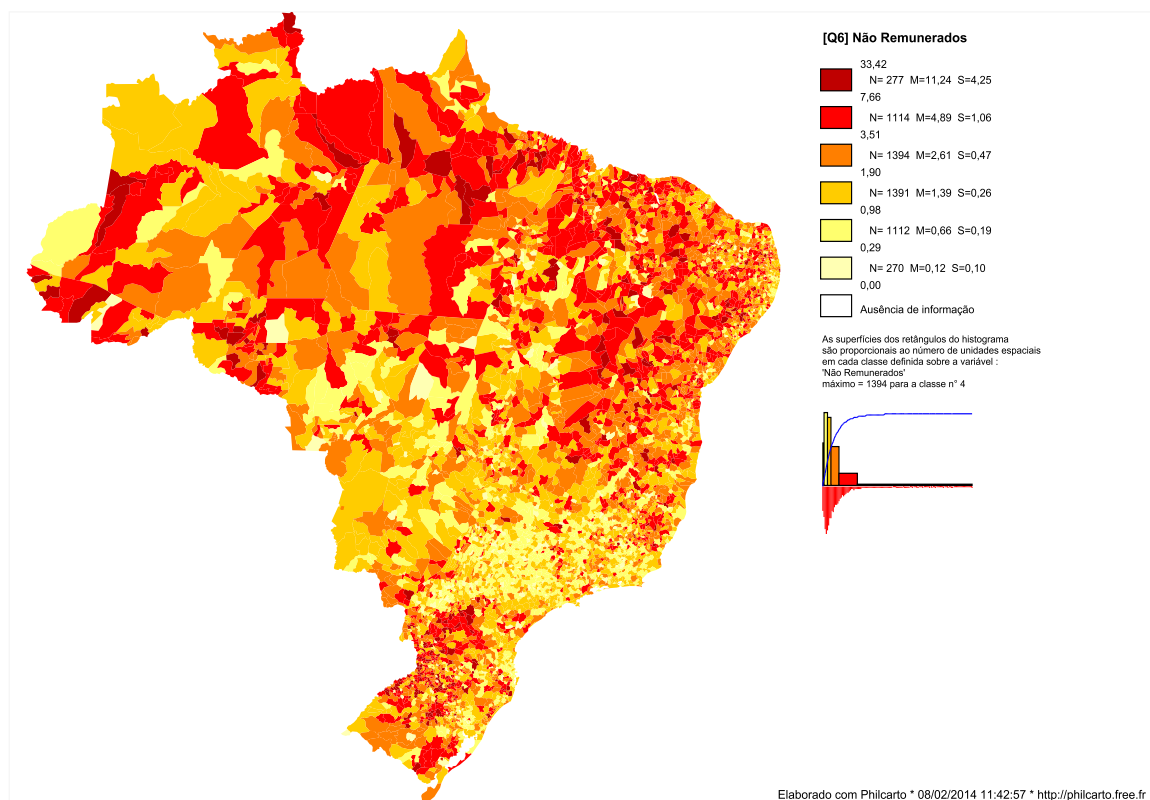
Figura 6 – Agrupamento dos empregados Conta Própria, no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão.



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/ 2010 – Programa Philcarto.

Já o mapa da categoria não remunerado (sem remuneração) indicou uma mancha mais forte em toda a região Norte, Nordeste e parte da região Sul, demonstrando a maior proporção de municípios com trabalhadores sem remuneração (Figura 7).

Figura 7 – Agrupamento dos empregados Não remunerados (sem remuneração), no ano de 2010, por classes ordenadas e faixas de desvio padrão.



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010 – Programa Philcarto.

A categoria ocupacional não remunerada (sem remuneração) apresenta uma baixa frequência de municípios caracterizados por esse perfil ocupacional em sua composição, como indica o histograma. Soma-se a essa análise o fato da categoria ocupacional apresentar uma diferença proporcional relevante em relação às demais categorias analisadas (Figuras 4, 5 e 6).

As maiores frequências no número de municípios apresentaram a seguinte ordem na proporção das categorias ocupacionais: empregado com CTPS assinada, empregado sem CTPS assinada, conta própria e não remunerado (sem remuneração).

Concluída a análise geral das características ocupacionais, socioeconômicas e demográficas gerais das RMs selecionadas, verifica-se a abrangência das informações para a consecução do mapeamento de gênero, o qual será apresentado a partir do próximo item.

5.4 Mapeamento de gênero na Região Metropolitana de Recife

A Região Metropolitana de Recife (RMR) possui 42% da população do estado do Pernambuco, distribuída em 2,81% do território. A capital de Pernambuco, e sede da RM, Recife, apresenta 7,2% da área metropolitana, concentrando aproximadamente 41,6% dos habitantes dessa região.

A RMR apresenta a economia concentrada no setor de comércios e serviços, cerca de 73,99%. Outro setor importante para o desenvolvimento econômico da região é o terciário moderno. Têm-se, ainda, a base logística, a administração pública, os polos de educação e da tecnologia da informação e da saúde. Na agropecuária, o destaque é para a cana-de-açúcar. A indústria ocupa um percentual de 25,58% na economia da RM, nas esferas: transformação, alimentar, química e metalúrgica. O PIB da RMR representa 65,1% do PIB de Pernambuco, segundo a Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (CONDEPE/FIDEPEM, 2014).

No mapeamento foi observado o comportamento de gênero nas categorias ocupacionais nas variáveis: a) categorias ocupacionais e posição na ocupação; b) gênero; c) raça; d) variação da população ocupada segundo a posição na ocupação e e) escolaridade e renda.

a) Categoria ocupacional e posição na ocupação

A análise dos dados do IBGE (2010) indicou que cerca de 51,6% das pessoas ocupadas exerciam atividades com a CTPS assinada, configurando a formalidade do seu trabalho, tendo assegurados, dessa maneira, os benefícios garantidos pela legislação trabalhista (Tabela 3).

Tabela 3 – Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Recife – 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS Assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado (sem remuneração)	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	11,1	8,8	0,4	0	1	1,4	3,1	3,5	4,5	3,2	0,8	0,4	0,1	0,3
Preta	3,2	1,7	0,1	0	0,1	0,2	1,0	1,2	1,2	0,6	0	0	0	0,1
Amarela	0,3	0,3	0	0	0	0	0,1	0,2	0,1	0,1	0	0	0	0
Parda	16,3	9,8	0,5	0	0,8	1,0	4,9	6,0	6,2	3,8	0,4	0,2	0,2	0,3
Indígena	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	31	20,6	1	0	1,9	2,6	9,1	10,9	12	7,7	1,2	0,6	0,3	0,7

Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Notas:

(1) Observou-se, entretanto, uma alta proporção de trabalhadores nas categorias ocupacionais sem CTPS assinada e Conta Própria, totalizando 39,7% ocupados. O percentual de empregador foi reduzido, não alcançando a proporção de 2%.

(2) As categorias de valor igual a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

b) Composição de gênero nas categorias ocupacionais

Verificando-se a estratificação por gênero, 43,1% dos ocupados são do sexo feminino. As maiores proporções das mulheres estão presentes nas categorias: empregado com CTPS assinada e empregado sem CTPS assinada. Entretanto, o percentual feminino na categoria empregado com CTPS assinada, 20,6%, é reduzido se comparado à proporção do grupo masculino na mesma categoria ocupacional, 31%.

O percentual do grupo feminino ocupado só é superior à proporção masculina nas posições: empregado sem CTPS assinada, 10,9%, contra 9,1%, e não remunerado (sem remuneração), 0,7% contra 0,3%.

c) Composição racial nas categorias ocupacionais

A análise dos dados indicou que na categoria empregado com CTPS assinada o percentual de homens pardos (16,3%) foi o maior encontrado em comparação a qualquer outra categoria ocupacional, independente do grupo de cor. Entretanto, o percentual das mulheres pardas presentes na categoria empregado com CTPS assinada foi próximo à proporção de brancas na mesma categoria, respectivamente, 9,8% e 8,8%.

O percentual de mulheres pardas na categoria empregado sem CTPS assinada foi quase o dobro da proporção indicada pelo grupo feminino branco: 6% e 3,5%.

Os dados indicaram uma melhor proporção dos homens pardos na composição das categorias ocupacionais. Entretanto, deve-se ressaltar o alto percentual de pardos (53,0%) na RM se comparado à proporção de brancos (37,2%).

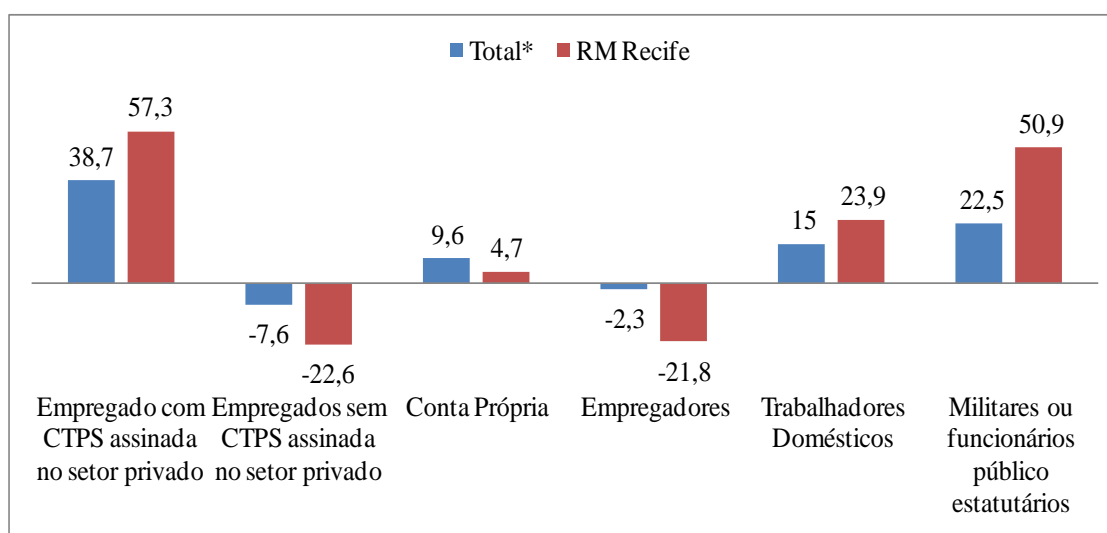
Destaca-se que os estudos do Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), de 2013, indicaram que a população negra, agregada por pretos e pardos, embora apresente um percentual relevante no mercado de trabalho, ainda é subjugada por preconceitos. A Pesquisa indicou, também, que Recife não apresentou uma maior inserção do grupo de negros em relação aos não-negros. Essa pesquisa demonstrou que ainda persistem, de uma maneira geral, nas RMs, diferenças significativas nas condições de trabalho entre os dois grandes grupos.

d) A variação da população ocupada segundo a posição na ocupação

Buscou-se, com o mapeamento, verificar a variação da composição das categorias ocupacionais selecionadas, pois, para se compreender o comportamento de gênero no mercado de trabalho informal, é importante verificar a própria flutuação desse mercado na estrutura social brasileira.

As categorias que apresentaram a maior retração foi a dos empregados sem CTPS assinada, no setor privado, e a dos empregadores, ambos com percentuais de redução bem maiores em relação às médias proporcionais das RMs (Gráfico 2).

Gráfico 2 – Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) Região metropolitana de Recife – 2003 a 2010



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE (2011)

Nota: * Total das RMs que compõem a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre

Foram observados importantes avanços na ocupação do mercado de trabalho formal nas categorias ocupacionais: empregado com CTPS assinada no setor privado, militar ou funcionário público estatutário.

De uma forma geral, os percentuais foram mais altos que a média das RMs que compõem a PME, seja nos aspectos da retração da categoria, seja nos aspectos da expansão.

Com a observação dos resultados da participação de gênero e raça nas categorias ocupacionais, são analisadas as variáveis capazes de contribuir para o entendimento da causalidade da composição do mercado de trabalho nas RMs. Conclui-se, a partir dos dados analisados e da literatura apresentada, sobretudo nos capítulos 2 e 4, que as desigualdades de

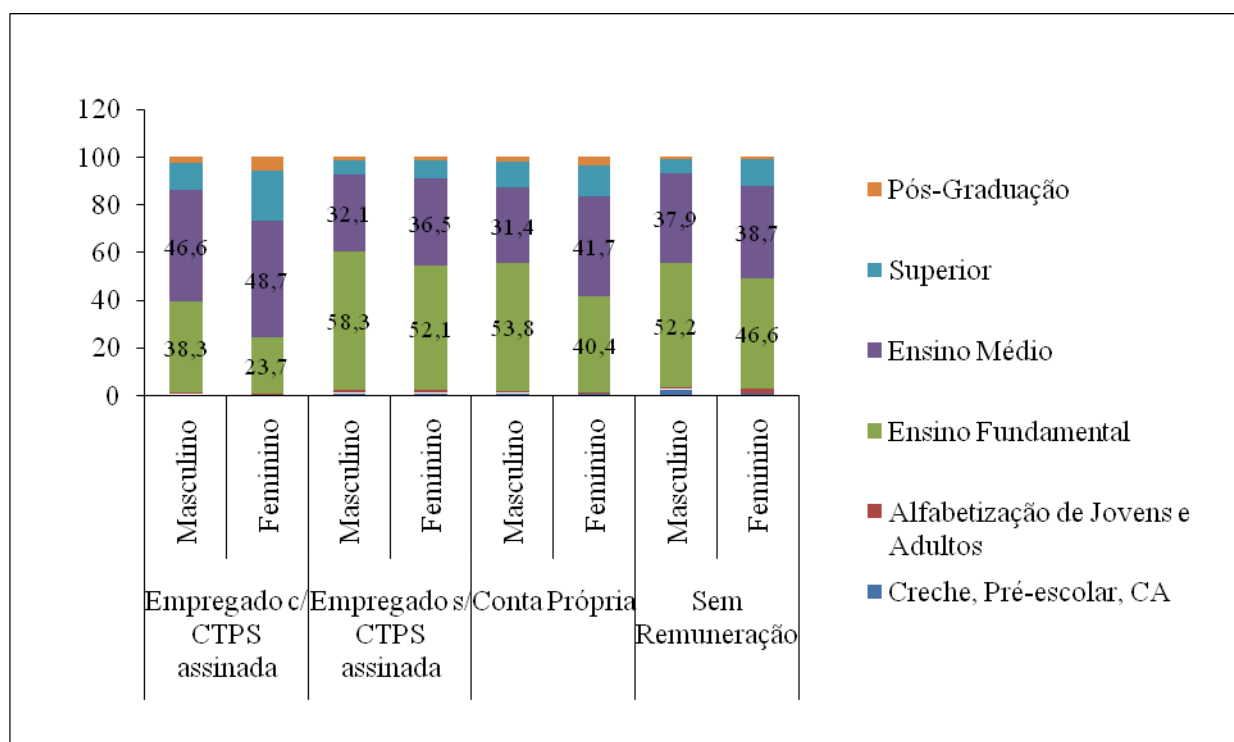
gênero no mercado de trabalho, nesta RM, são também um produto das permanências das questões históricas, que demarcaram essas assimetrias no século passado.

e) Escolaridade por gênero nas categorias ocupacionais

Primeiramente, foram mapeadas as posições na ocupação em categorias selecionadas de homens e mulheres, segundo seus níveis educacionais.

A análise dos dados da **RM de Recife** indicou uma melhor proporção nos níveis educacionais femininos, se comparados aos dados masculinos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Recife, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico 2010, IBGE.

Nas categorias ocupacionais e posição na ocupação selecionada, as mulheres encontram-se em proporção maior que os homens nas faixas de escolaridade mais elevadas,

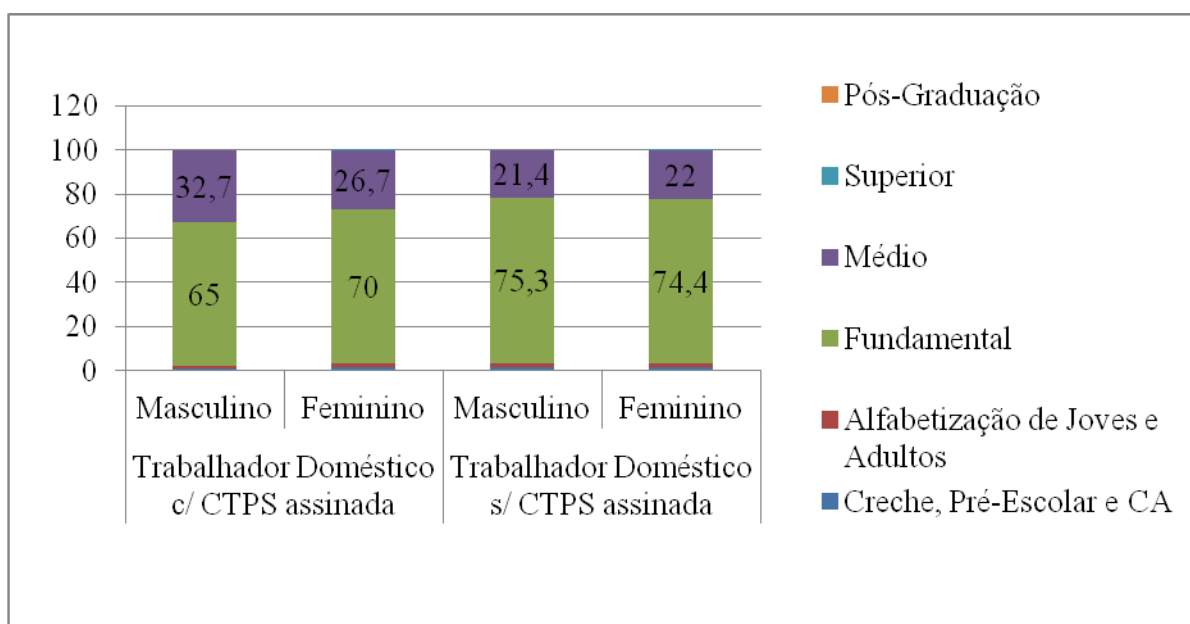
como o Ensino Médio, Superior e Pós-Graduação. A maior participação do grupo masculino ocorre no Ensino Fundamental.

Deve ser destacada, na categoria conta própria, a diferença entre a proporção de indivíduos do sexo masculino na faixa do Ensino Fundamental, 75%, em relação à proporção de mulheres na mesma faixa escolar, 40,4%.

Os “empregados com CTPS assinada”, quando comparados aos percentuais das demais categorias, são os que se apresentam em menor proporção no Ensino Fundamental, indicando que, no mercado de trabalho informal, encontram-se aqueles trabalhadores com os menores níveis de escolaridade.

Já a análise dos trabalhadores domésticos (Gráfico 4) demonstrou que, tanto no grupo dos empregados com CTPS assinada, como no de empregados sem carteira assinada, a maior participação de gênero está situada nos níveis mais baixos de escolaridade, como o Ensino Fundamental. Observou-se uma elevação no Ensino Médio, especialmente entre os trabalhadores domésticos com CTPS assinada.

Gráfico 4 - Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana Recife, 2010

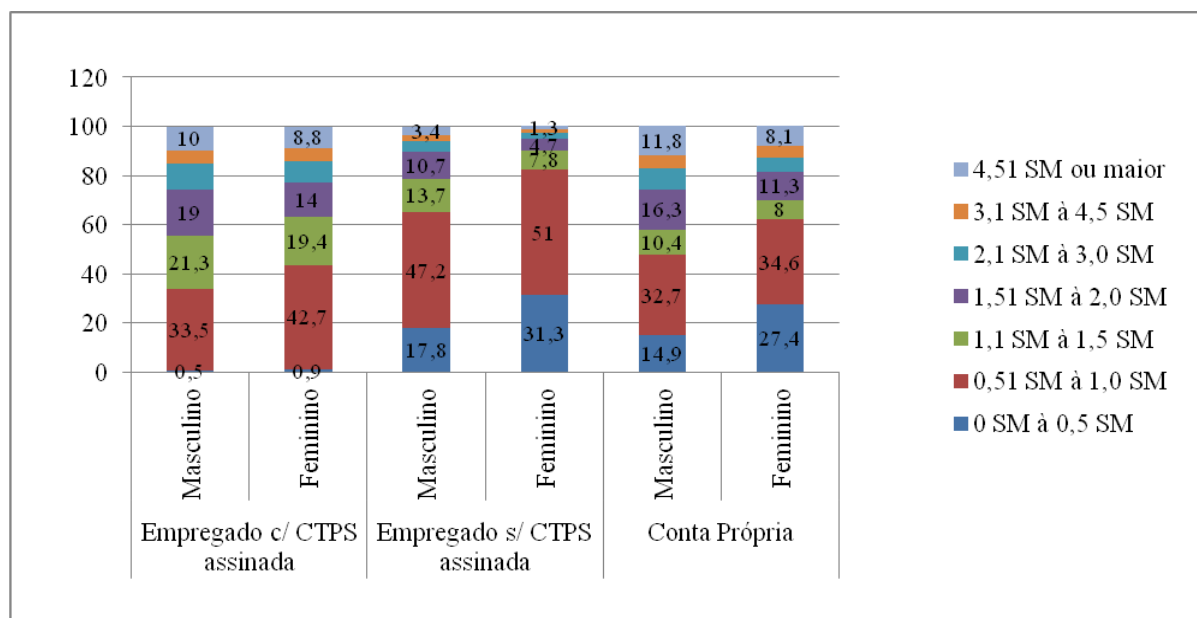


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Dessa maneira, pode-se destacar que, se nas categorias selecionadas analisadas anteriormente a escolaridade das mulheres era vantajosa em relação aos homens, na categoria dos empregados domésticos com CTPS assinada, houve uma inversão desse processo.

No que se refere à análise dos rendimentos provenientes do trabalho principal nas categorias empregado com CTPS assinada, empregado sem CTPS assinada e conta própria, os empregados que exerciam a atividade com a carteira de trabalho assinada não apresentaram casos na faixa salarial inferior à 0,5 SM. Nesse aspecto, foi a faixa que apresentou a melhor condição em comparação às demais categorias (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda – Região Metropolitana de Recife, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

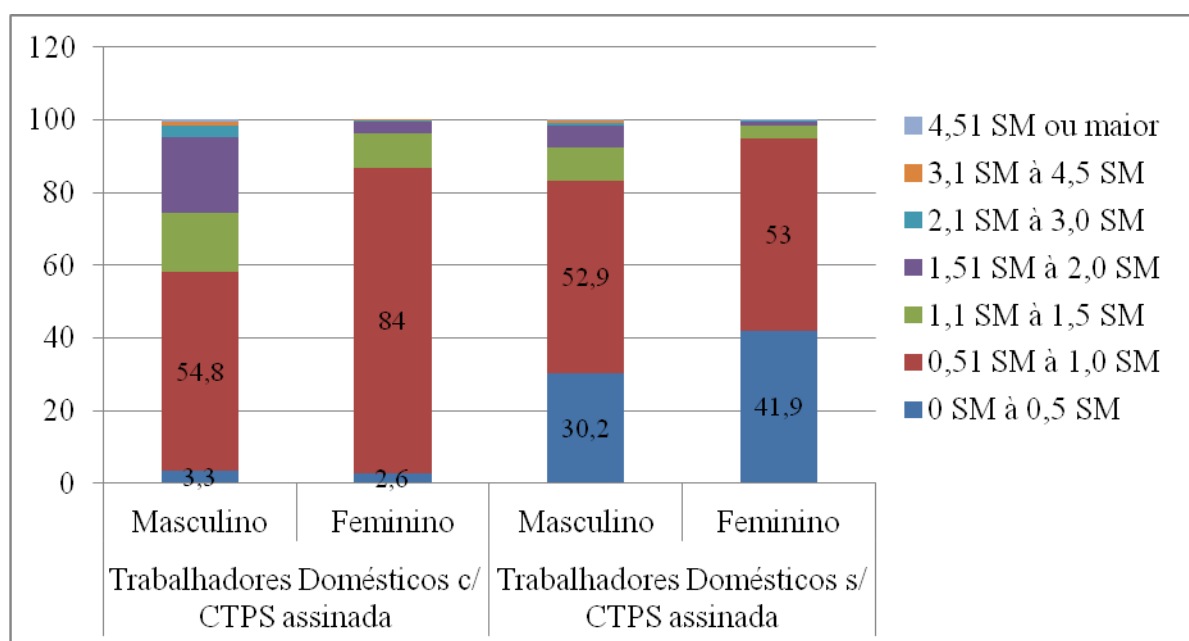
Os dados apresentados indicam, ainda, que a categoria dos empregados sem CTPS assinada é a que apresenta o maior número de pessoas nas faixas salariais mais baixas, que vão desde 0 a 1 salário mínimo.

Nessa categoria, encontra-se a maior disparidade de renda entre homens e mulheres e, também, entre as próprias mulheres, se consideradas todas as categorias. Nela, cerca de 80% das mulheres recebem de 0 a 1 salário mínimo, percentual maior que os homens da mesma categoria e homens e mulheres das outras categorias.

As categorias de empregado com CTPS assinada, e conta própria apresentam, para homens e mulheres, as maiores proporções de remunerados nos níveis mais elevados. Entretanto, para as mulheres essas proporções são um pouco menores, se comparadas aos rendimentos do grupo masculino.

A análise dos trabalhadores domésticos sem CTPS assinada (Gráfico 6) indicou a pior situação de rendimento, pois quase 100% das empregadas e 80% dos empregados recebem menos que 1 salário mínimo. Entre os trabalhadores domésticos com CTPS assinada, houve o aumento decisivo do percentual de empregados que ganham de 0,5 SM a 1,0 SM. Observou-se, ainda, que houve um maior percentual de homens com CTPS assinada recebendo entre 1,51 SM a 2,0 SM.

Gráfico 6- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do Recife, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A situação é ainda pior para as mulheres, comparando-se ambas as categorias avaliadas. Esses resultados são esperados devido às condições precárias, características dessa categoria de trabalho.

Esses resultados da desigualdade nos rendimentos do trabalho principal nas categorias ocupacionais selecionadas e nas categorias e trabalhadores domésticos com e sem CTPS assinada corroboram as observações de Santos (2005), cujo argumento é de que, embora tenha ocorrido um progresso ocupacional feminino, há uma diferença nos rendimentos entre ambos os sexos, viabilizada, também, pelos processos discriminatórios. Dessa maneira, as discrepâncias de renda não estão baseadas somente no número de horas trabalhadas ou na escolaridade dos grupos de gênero. Santos (2005) cita Bruschini (2000) para demonstrar que “no sentido sociológico geral a discriminação ocorre quando as pessoas são tratadas desigualmente, em função das suas características pessoais, que não estão relacionadas ao seu desempenho” (p. 5- 8).

f) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e Recebimento de Aposentadoria e Pensão

f1) Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família (PBF) é um Programa de Transferência de Renda que beneficia 13,7 milhões de famílias no Brasil. O Programa se baseia em três eixos centrais: a) transferência de renda; b) condicionalidades¹⁵ e ações e c) programas complementares.¹⁶ De uma forma particular, as mulheres foram instituídas como as titulares do benefício. Na medida em que são as responsáveis por receber o dinheiro e administrá-lo, há a possibilidade de conferir às mesmas autoestima, relativa autonomia financeira, encorajamento para não aceitar as agressões físicas e/ou morais do companheiro e/ou dos filhos. É importante ressaltar que, embora as mulheres recebam, preferencialmente, o benefício do PBF, isto não implica em uma obrigatoriedade na sua maior autonomia. Os usos que a mulher faz da sua condição e o seu modo de autorreconhecimento também determinam as novas configurações nas relações de casa. Outro ponto é o papel de referência da mulher dentro da família. Suas interações com as demais instituições nas quais ela está inserida influenciam a emancipação feminina (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

Serão apresentadas, por RM, as proporções das mulheres no mercado de trabalho formal e informal que necessitam do complemento da renda do PBF para a manutenção financeira da família.

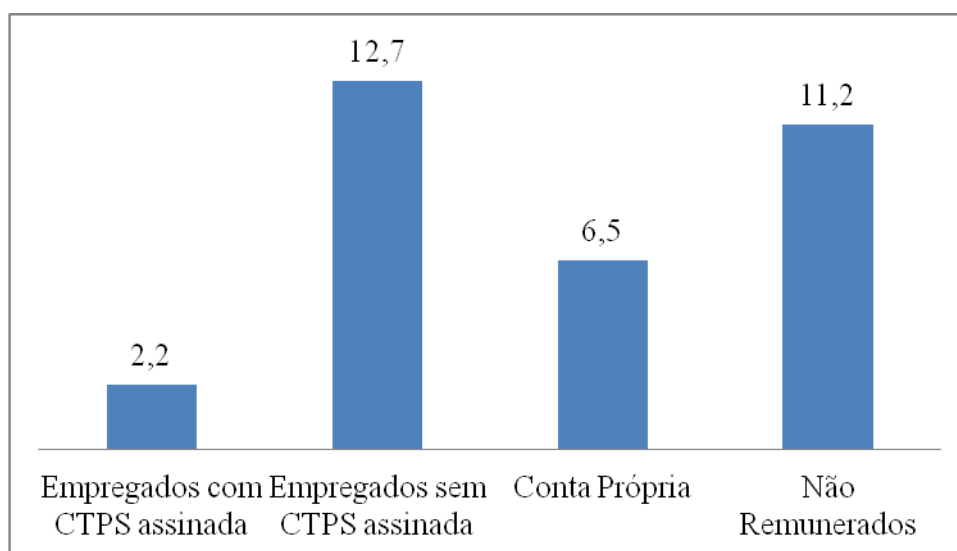
¹⁵ <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/condicionalidades>

¹⁶ Mais informações sobre as características do PBF podem ser encontradas no site www.mds.gov.br/bolsafamilia.

f2) PBF: Região Metropolitana do Recife

Na RMR, verificou-se, na análise do PBF, que as categorias que apresentam a maior proporção de beneficiárias do Bolsa Família são: empregado sem CTPS assinada e não remunerado (sem remuneração) (Gráfico 7). O resultado esperado foi confirmado devido à baixa (ou nenhuma) renda auferida nessas condições laborais.

Gráfico 7 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Recife, 2010.



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nessas categorias, portanto, fica mais acentuada a necessidade de serem buscadas fontes alternativas de renda para a manutenção financeira da casa.

f3) Recebimento de Aposentadoria ou Pensão

Respondendo aos objetivos da tese, outra variável a ser observada se refere ao recebimento, ou não, pelo indivíduo, de pensão ou aposentadoria. O acesso aos benefícios da Previdência implica em reconhecimento feminino de uma forma ampla e, também, impacta as transferências e mobilidades intergeracionais (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

O percentual do grupo feminino foi maior se comparado à proporção do grupo masculino no acesso a essas formas de rendimento. Entre as categorias ocupacionais, os menores percentuais de participação nessa renda ocorreram nas categorias empregado sem CTPS assinada, 6%, e não remunerado (sem remuneração), 13,7%, que recebiam a pensão ou a aposentadoria.

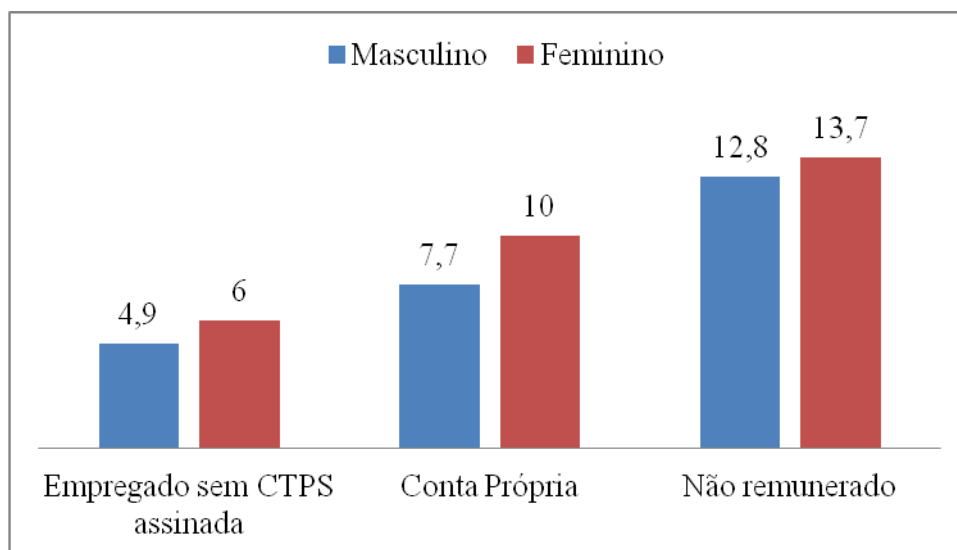
Assim, percebe-se que, em todas as categorias analisadas, a proporção de mulheres que recebem algum recurso é maior que a de homens na mesma situação. Seja no grupo masculino ou no grupo feminino, os empregados sem CTPS assinada e os não remunerado (sem remuneração) são os mais beneficiados.

Em relação ao trabalhador doméstico, tem-se 5,9% das mulheres e 5% dos homens que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria. Esses dados demonstram como, na RMR, um grande percentual das mulheres tem apenas a fonte de rendimento do trabalhador doméstico (e outros complementos de programas sociais e/ou de membros da família) para o sustento da casa.

g) Contribuição à Previdência Oficial ou Privada

A análise da contribuição para a previdência - pública ou privada - (Gráfico 8) demonstrou que uma pequena parcela dos homens e das mulheres presentes nas categorias de empregados sem CTPS assinada e conta própria contribui para a previdência. A proporção das mulheres é ainda menor que o percentual dos homens.

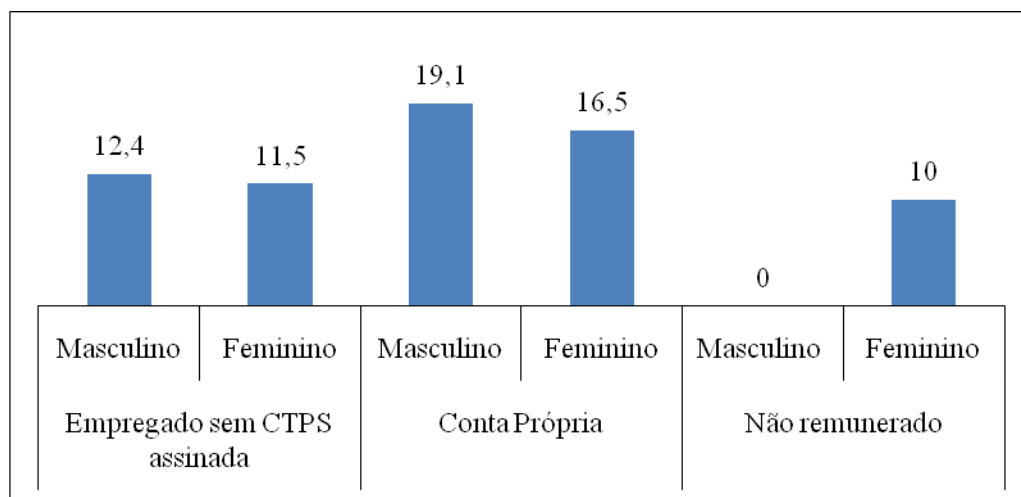
Gráfico 8 – Proporção de indivíduos que recebem pensão ou aposentadoria, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Recife, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Esse resultado, em especial, deve ser estudado com maior acuidade e receber a atenção da agenda de políticas públicas, a fim de que os trabalhadores presentes na informalidade e que recebem os rendimentos mais baixos possam ter garantidos seus direitos trabalhistas na doença ou na velhice, através das condições mínimas de vida asseguradas pela previdência social (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Proporção de indivíduos que contribuem para a Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Recife, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Deve-se enfatizar que a não contribuição torna as condições de sobrevivência mais precárias, pois os trabalhadores não têm assegurados os benefícios garantidos pela legislação ao contribuinte. A baixa contribuição pode ser causada pelos baixos níveis de renda auferidos nas ocupações informais. Conforme já apresentado, na categoria conta própria os níveis de renda observados são maiores que os observados na categoria empregado sem CTPS assinada (Gráfico 5), o que pode estar associado à razão da maior proporção de contribuição para os trabalhadores conta própria.

5.5 Mapeamento de gênero e Região Metropolitana de Salvador

A Região Metropolitana de Salvador abrange 13 municípios e a sede possui a maior concentração populacional entre os demais participantes dessa RM, com 74,86% da população total. A área é distribuída em 4.353, 89 km², com uma taxa de urbanização de 98,10%. O crescimento da RM de Salvador, desde a década de 2000, indicou taxas de crescimento maiores do que aquelas verificadas nas principais metrópoles, São Paulo e Rio de Janeiro. O dinamismo econômico ocorreu, essencialmente, no setor de serviços e nas indústrias automobilísticas e na petroquímica. Já a expansão urbana e econômica é verificada no litoral norte da Bahia, por meio da intensificação da atividade turística.

Com o objetivo de detalhar as informações referentes à composição do mercado de trabalho, no que se refere à disposição de gênero, serão analisadas as seguintes variáveis: constituição das categorias ocupacionais e variação da população ocupada segundo a posição na ocupação, gênero, raça, escolaridade e renda:

a) Categorias ocupacionais e variação da população ocupada segundo a posição na ocupação

Realizando uma análise geral da ocupação a partir dos dados do Censo IBGE (2010), observa-se que o maior percentual encontra-se na categoria empregado com CTPS assinada, 55,2% (Tabela 4).

Tabela 4 – Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Salvador – 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS Assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	5,5	4,7	0,1	0	0,4	0,6	1,2	1,4	2,2	1,6	0,5	0,3	0,1	0,1
Preta	9,6	6,2	0,1	0	0,4	0,6	2,5	3,5	3,0	2,0	0,1	0,1	0,1	0,2
Amarela	0,4	0,4	0	0	0	0	0,1	0,2	0,1	0,1	0	0	0	0
Parda	16,5	11,8	0,3	0	0,7	1,1	4,1	5,5	5,6	4,2	0,5	0,3	0,3	0,4
Indígena	0,1	0	0	*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	32,1	23,1	0,5	0	1,5	2,3	7,9	10,6	10,9	7,9	1,1	0,7	0,5	0,7

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nota: * Categorias que não apresentaram observações.

As categorias de valores iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

Entretanto, observou-se um percentual expressivo de trabalhadores sem carteira assinada no mercado de trabalho, cerca de 18,5%, demonstrando uma estrutura desigual na composição das ocupações. Esse dado indica a existência de uma expressiva parcela da população desprovida dos direitos trabalhistas. Entre os trabalhadores conta própria, verificou-se um percentual aproximado em relação aos “empregados sem CTPS assinada”.

b) Composição de gênero nas categorias ocupacionais

Atendendo às prerrogativas da tese, a análise dos dados do IBGE (2010), no que se refere à participação de homens e de mulheres nas categorias ocupacionais selecionadas, ocuparem 45,3% dos postos de trabalho.

O grupo feminino apresentou-se relativamente superior ao grupo masculino na categoria empregado sem CTPS assinada, caracterizando uma situação de maior precariedade. Identificou-se uma desigualdade de gênero na composição da categoria ocupacional empregado sem CTPS assinada, na medida em que se verificou que os homens apresentam um percentual de ocupados de 32,1% e o grupo feminino, 23,1%.

c) Composição racial das categorias ocupacionais

O mapeamento da composição de gênero conforme a raça indicou a melhor proporção do grupo negro na categoria empregado com CTPS assinada. Entretanto, o maior percentual nessa categoria ocupacional ocorre entre os homens pardos (16,5%). Os homens brancos apresentam uma proporção de apenas 5,5% de ocupados na categoria.

A ocupação conta própria indicou uma aproximação percentual entre brancos e negros, com uma ligeira melhora na posição na participação do grupo de negros. A melhor proporção de ocupados se encontra no grupo pardo.

Verificou-se, também, um maior percentual de negros na categoria empregado com CTPS assinada, especialmente no grupo masculino. Embora indique um importante avanço dos negros contra a desigualdade no mercado de trabalho, isso demonstra uma desigualdade entre homens e mulheres negros.

A diferença de proporção racial na composição das categorias, em relação à tradicional distribuição desigual dos grupos de cor nas ocupações, pode ser explicada pela baixa composição de brancos nas RMs.

Observa-se, na análise das variáveis de raça e de gênero, que, embora o grupo negro tenha apresentado uma melhor proporção, se comparado ao grupo branco, na RMS, permaneceu a sobreposição da discriminação entre as mulheres negras e entre os grupos negros, feminino e masculino, na mesma indicação dos estudos do Sistema PED (Pesquisa de

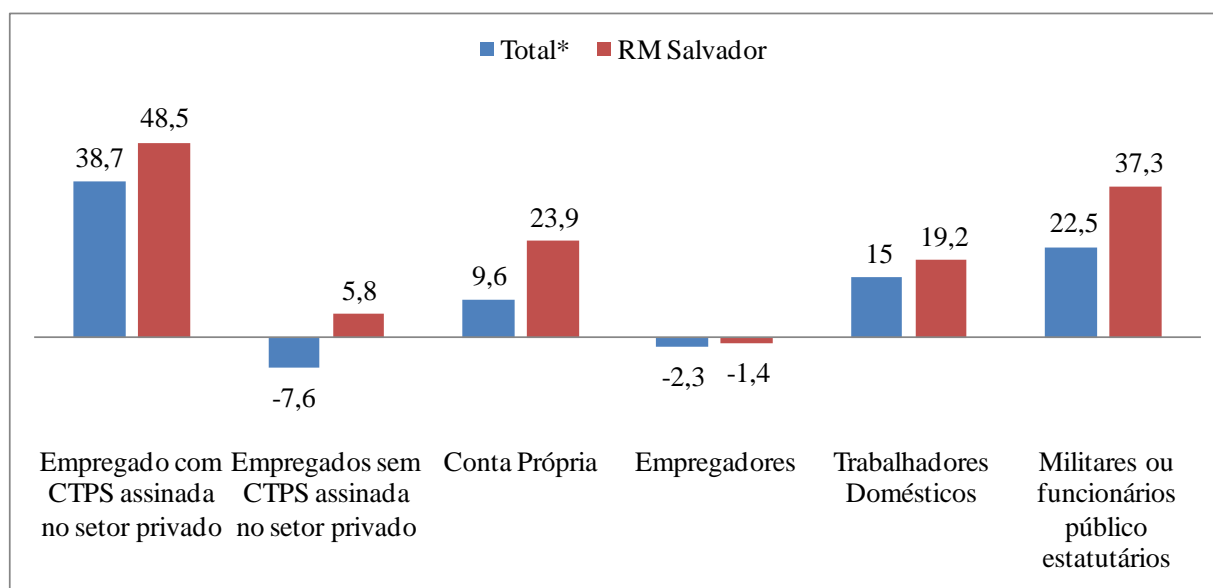
emprego e desemprego) desenvolvidos pelo DIEESE (2013) em convênio com a Fundação Seade, para desemprego, e de Souza (2010), para ocupação e renda.

d) Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação

O mapeamento utilizou os dados do IBGE (2011), com o objetivo de demonstrar uma variação das categorias ocupacionais em dois momentos do tempo: 2003 e 2010. Dessa maneira, é possível clarificar, na análise, o comportamento das categorias ocupacionais na RMS, aumentando a possibilidade compreensiva sobre em qual cenário do mercado de trabalho as mulheres estão inseridas.

Observa-se que na RMS ocorreu uma elevação da população ocupada entre o período de 2003 a 2010, em todas as categorias de trabalho, à exceção dos empregadores (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de Salvador – 2003 a 2010



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE (2011).

Nota: * Total das RMs que compõem a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

Pode-se destacar o aumento na categoria conta própria, na ordem de 23,9%, e de empregados com CTPS assinada, 48,5%. Em contrapartida, o crescimento dos empregados

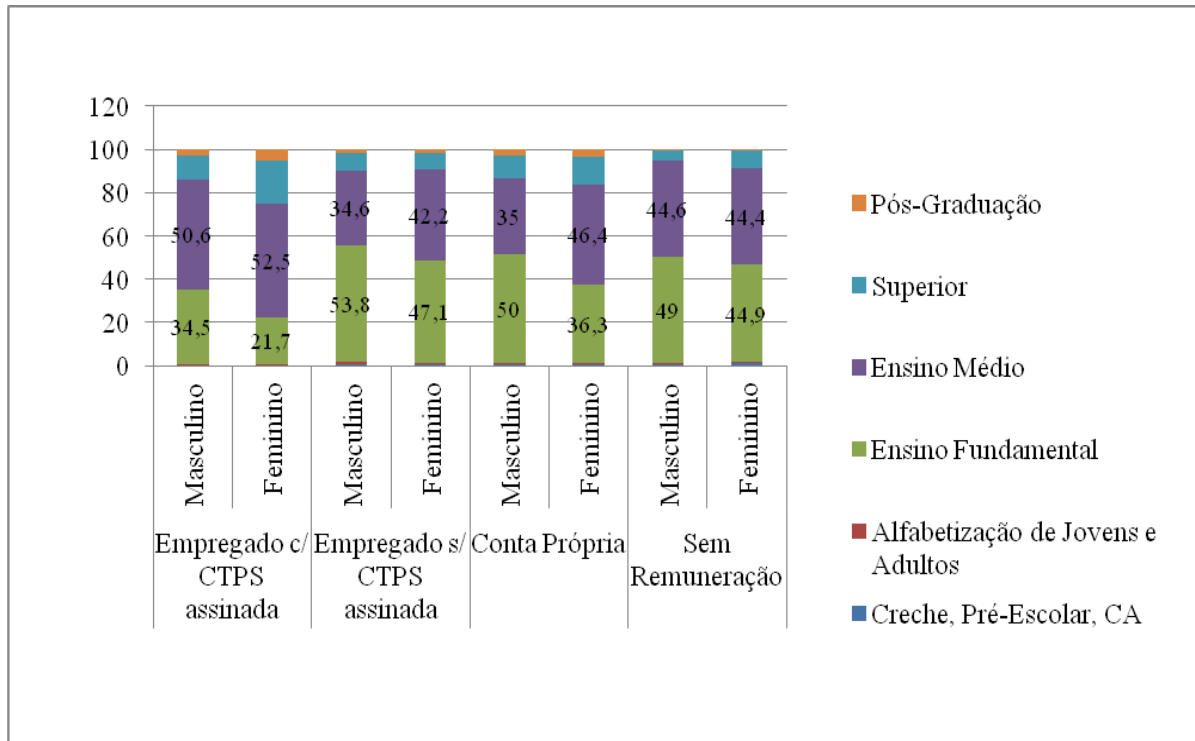
sem CTPS assinada no setor privado foi de apenas, 5,8%. Esses dados demonstram um crescimento importante do mercado de trabalho na RMS.

Ao se comparar esses dados com a média do percentual das RMs selecionadas nas categorias ocupacionais, verifica-se a melhora da posição na ocupação da população ocupada. Corrobora com essa informação a redução de 7,6% de indivíduos na categoria empregado sem CTPS assinada.

d) Níveis de escolaridade e gênero nas categorias ocupacionais

Realizando-se o estudo dos dados sobre a escolaridade, obteve-se como resultado que as mulheres, embora estivessem presentes nas ocupações mais precárias, apresentam os melhores percentuais de níveis de escolaridade, se comparadas à proporção dos homens (Gráfico 11).

Gráfico 11 - Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Salvador, 2010

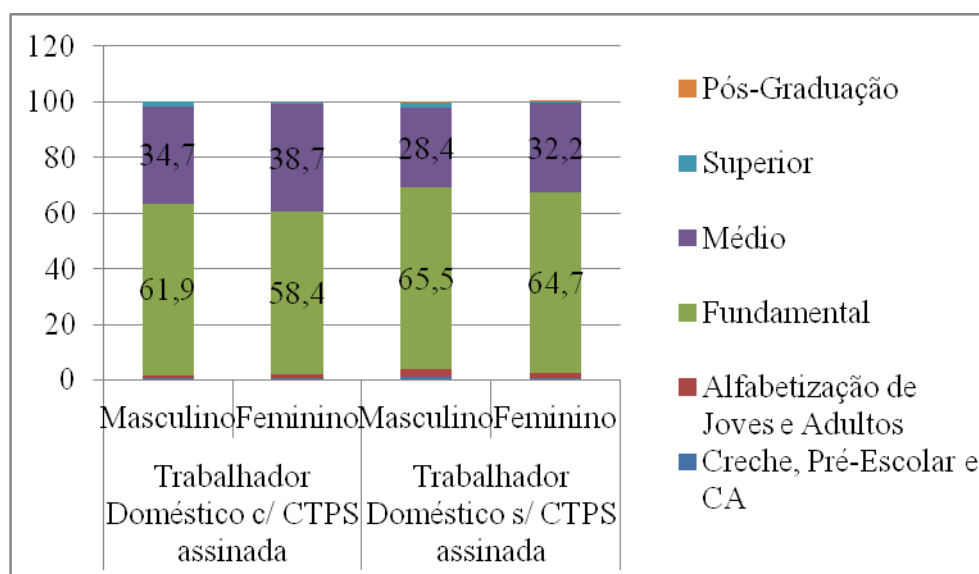


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Os níveis de escolaridade indicam os melhores resultados na categoria empregado com CTPS assinada. Nela foram observadas as menores proporções de indivíduos que tinham frequentado até o Ensino Fundamental. Já a categoria empregado sem CTPS assinada indicou os resultados mais preocupantes, com um alto percentual de trabalhadores nos níveis mais baixos de escolaridade. A proporção do Ensino Fundamental concluído indicou 47,1% do grupo feminino e 53,8% do grupo masculino.

No caso dos trabalhadores domésticos, tem-se que tanto os empregados com CTPS assinada quanto os empregados sem CTPS assinada completaram, em sua grande maioria, até o Ensino Fundamental. O grupo empregados sem CTPS assinada apresentou uma proporção ligeiramente maior ao percentual dos indivíduos presentes na categoria trabalhador doméstico com CTPS assinada (Gráfico 12).

Gráfico 12 - Proporção de trabalhadores domésticos por nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Salvador, 2010



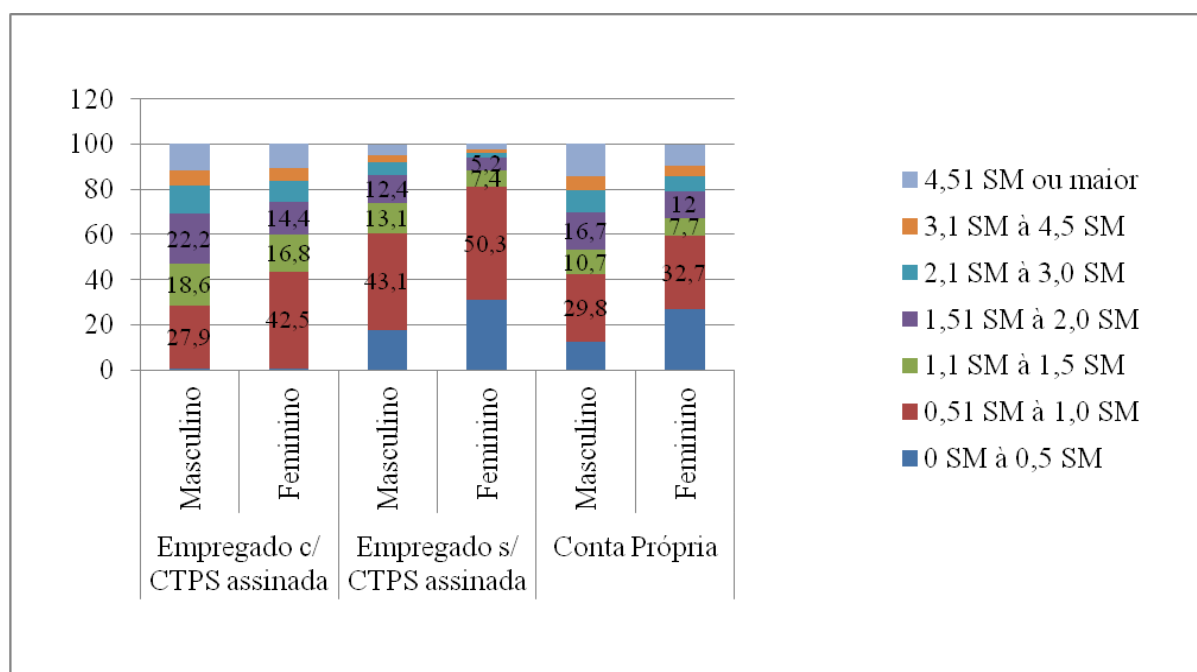
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A comparação percentual de gênero, em ambas as categorias, não indicou diferenças proporcionais significativas.

e) Rendimento proveniente da posição na ocupação principal:

O mapeamento de gênero na interface com os rendimentos provenientes do trabalho principal apresentou a seguinte disposição: confirmando as projeções iniciais, ao se considerar as faixas de renda, tem-se que os empregados com CTPS assinada e os conta própria são remunerados com os maiores salários, se comparados aos trabalhadores sem CTPS assinada (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda – Região Metropolitana de Salvador, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A participação mais expressiva de homens e de mulheres na faixa de rendimento acima de 2 salários mínimos está indicada na categoria conta própria.

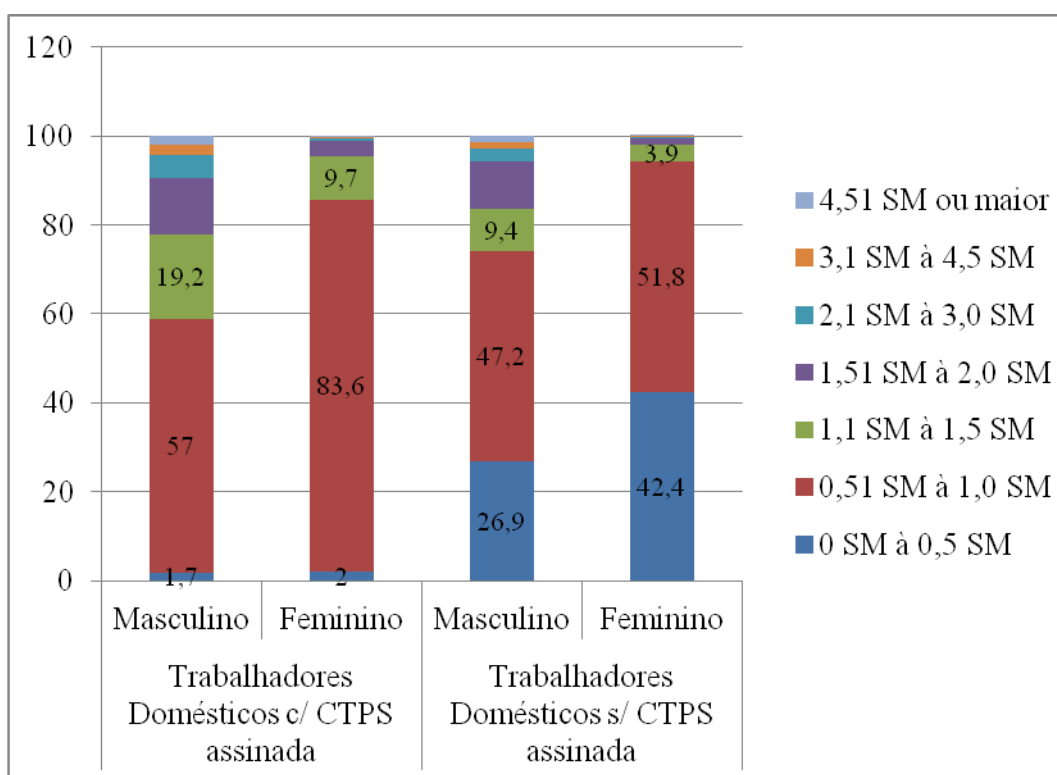
Confirmando as pesquisas do *gap* de renda de gênero no mercado de trabalho (SANTOS, 2005; BRUSCHINI et al, 2008), os rendimentos masculinos são superiores aos femininos em todas as categorias. Por exemplo, pode-se verificar que a proporção de mulheres e de homens recebendo menos de um salário mínimo se distancia acentuadamente nas categorias empregado com CTPS assinada, empregado sem CTPS assinada e conta própria. O percentual de participação das mulheres nessas três categorias é, respectivamente, 40%, 63% e 40%. E a presença do grupo masculino nas atividades incide em 20%, para

empregado com CTPS assinada, 41%, para empregado com CTPS assinada e 21% no que diz respeito à categoria conta própria.

As menores remunerações entre as categorias ocupacionais selecionadas foram predominantes na categoria dos “empregados sem CTPS assinada”.

A análise das categorias do trabalhador doméstico com CTPS assinada e trabalhador doméstico sem CTPS assinada indicou baixos salários em ambas as categorias (Gráfico 14).

Gráfico 14- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais “trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada”, na Região Metropolitana do Salvador, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A categoria dos empregados sem CTPS assinada apresenta os resultados mais expressivos referentes à proporção de trabalhadores que recebem entre 0 a 0,5 SM. O percentual das mulheres nessa faixa salarial e categoria foi o mais expressivo, 42,4%, se comparado à proporção masculina, 26,95%.

O grupo feminino da categoria do trabalhador doméstico apresenta uma sobreposição de desigualdade; primeiro, por estar em grande proporção na estrutura social do trabalho

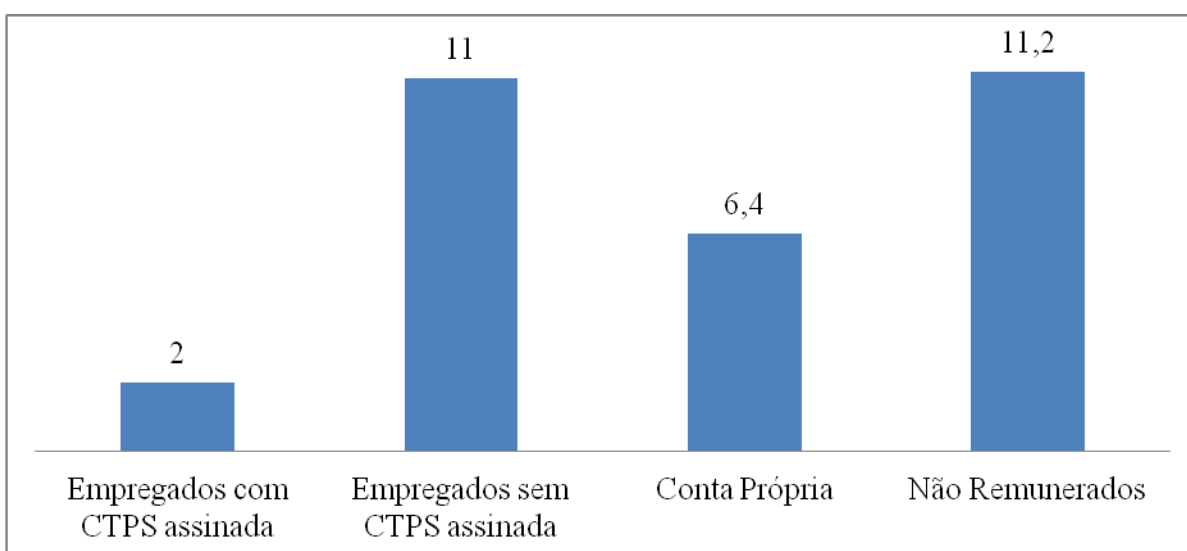
informal, em muitos casos, acentuado pela informalidade; segundo, pelos baixos rendimentos proporcionados pela profissão. Delineia-se a profissão por ser uma atividade tipicamente feminina, relacionada ao papel tradicional da mulher de cuidadora do lar. Somam-se aos baixos salários as características femininas que compõem essas atividades, pertencentes majoritariamente ao grupo negro, com escolaridade reduzida, mais velhas e de uma forma quase lógica, provenientes de famílias de baixa renda (BRITES, 2001 p. 39).

f) Acesso a outras fontes de renda: participação no Programa Bolsa Família e recebimento de pensão ou aposentadoria

f1) Programa Bolsa Família (PBF)

O mapeamento demonstrou que o PBF constitui-se em uma alternativa de complemento de rendimentos para as categorias analisadas. No caso das categorias empregado sem CTPS assinada e não remunerado (sem remuneração), cerca de 11% das trabalhadoras são beneficiadas com os recursos do Programa (Gráfico 15).

Gráfico 15 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Salvador, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

No caso das trabalhadoras domésticas, recebem o benefício do PBF cerca de 7,9% das empregadas com CTPS assinada, e 24,5% das empregadas sem CTPS assinada. A análise

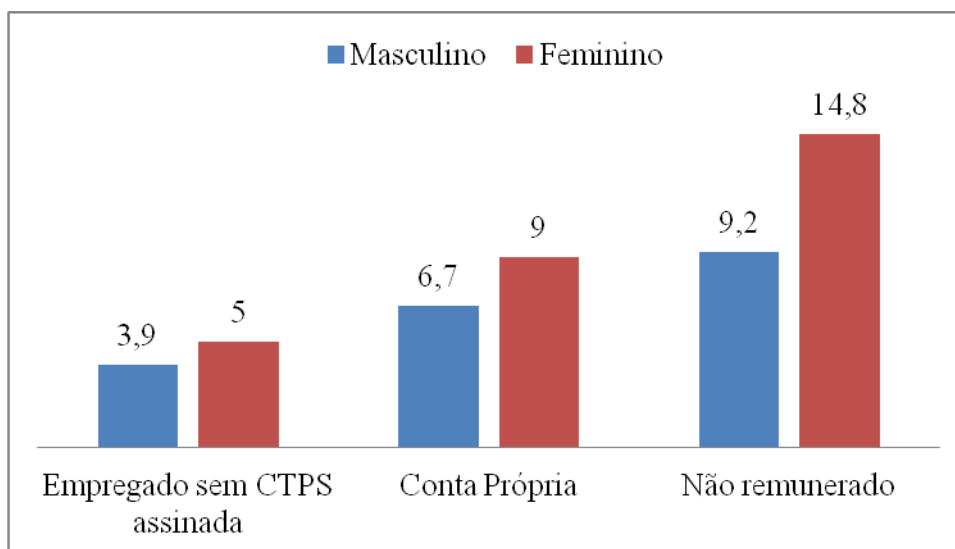
indicou que a maior proporção de beneficiárias ocorre na categoria em que há o maior percentual de ocupação com remuneração na faixa de 0SM a 1SM (94,2%).

A complementação da renda é mais expressiva nas categorias em que o trabalho é mais precário e os níveis de renda e de escolaridade são mais baixos.

f2) Recebimento de aposentadoria ou pensão

De acordo com os dados do IBGE (2010), o percentual do grupo masculino que recebe algum tipo de pensão ou aposentadoria nas categorias empregado sem CTPS assinada, é de 3,9%, conta própria, 6,7% e não remunerado (sem remuneração), 9,2%. A análise indicou a participação das mulheres nas categorias assinaladas na ordem de 5% para a categoria empregado sem CTPS assinada; 9%, para conta própria; e 14,8%, para não remunerado (sem remuneração) (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Proporção de indivíduos que recebem pensão ou aposentadoria, por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Salvador, 2010



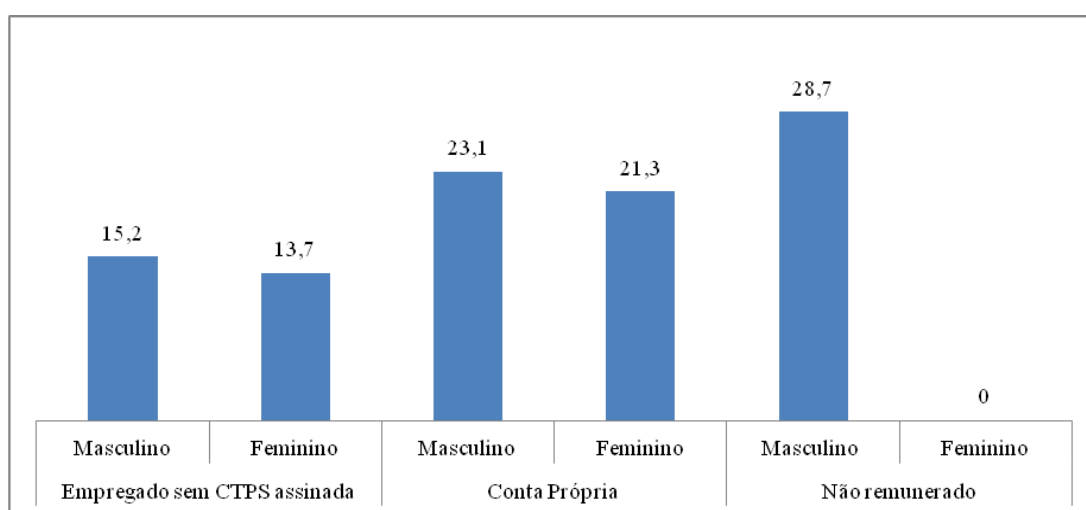
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Dessa maneira, a análise dos dados observou a necessidade, para alguns trabalhadores, da complementação do rendimento proveniente da aposentadoria ou pensão com a atividade no mercado de trabalho informal.

g) Contribuição para a Previdência Pública ou Privada

O mapeamento de gênero também aponta para a realidade dos indivíduos no mercado de trabalho informal, ao retratar os dados da proporção dos trabalhadores que contribuem para a Previdência (Gráfico 17).

Gráfico 17 – Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Salvador, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Encontra-se, de uma forma geral, a maior proporção de contribuintes na categoria conta própria. Nessa categoria cabe ressaltar a maior proporção de trabalhadores cuja remuneração se encontra nas faixas mais altas.

Destaca-se, contudo, que o grupo feminino presente na categoria não remunerado (sem remuneração) não contribuiu com a Previdência. Esse fato resulta na ausência de garantias.

As condições do mercado de trabalho caracterizadas pela precariedade demarcam a categoria ocupacional dos trabalhadores domésticos. Cerca de 7,3% dos homens e 6,6% das mulheres não contribuem para a Previdência Oficial e Privada. Desse modo, quando há o acometimento de doenças e/ou o momento de aposentadoria por idade, os indivíduos não possuem cobertura da legislação trabalhista.

5.6 Região Metropolitana de Belo Horizonte

A RM Belo Horizonte possuía, em 2010, uma população aproximada de 4,8 milhões de habitantes, correspondendo a 24,9% da população do estado de MG. Da população total da RM, cerca de 48,66% estão na capital. As atividades produtivas estão concentradas no perímetro de Belo Horizonte, em razão da formação da estrutura organizacional e funcional, se comparadas às cidades vizinhas. A economia é diversificada, com um acentuado terceiro setor produtivo. O setor industrial é delineado pela indústria automobilística e pela pesquisa em biotecnologia. Possui ainda uma importante atividade extrativista, com contribuições da mineração da região. Em diversas cidades da RM e do colar metropolitano (16 cidades), predomina a agricultura familiar, cuja produção fornece alimentos para a região e as cidades do entorno (IPEA, 2013).

O mapeamento de gênero na composição das categorias ocupacionais selecionadas é realizado nas variáveis: constituição das categorias ocupacionais e variação da população ocupada, segundo a posição na ocupação, gênero, raça, escolaridade e renda.

a) Constituição das categorias ocupacionais

O mapeamento da composição no mercado de trabalho indicou um importante percentual de empregados com CTPS assinada, 58,2%, se comparado à proporção de empregados sem CTPS assinada, 14,1% (Tabela 5).

Tabela 5 – Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Belo Horizonte– 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS Assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	12,1	10,2	0,2	0	0,9	1,8	2,2	2,8	5,1	3,4	0,9	0,4	0,1	0,3
Preta	4,4	2,9	0,1	0	0,2	0,3	0,8	1,0	1,2	0,6	0,1	0	0	0,1
Amarela	0,4	0,3	0	*	0	0	0,1	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0
Parda	16,1	11,8	0,2	0	0,7	1,3	3,1	4,0	5,4	3,0	0,3	0,2	0,1	0,3
Indígena	0	0	0	*	0	0	0	0	0	0	*	0	0	0
Total	33	25,2	0,5	0	1,8	3,4	6,2	7,9	11,8	7,1	1,3	0,6	0,2	0,7

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nota: * Categorias que não apresentaram observações.

As categorias de valor iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

A categoria conta própria constituiu uma proporção de 18,5%, apontando para uma alternativa de trabalho não restrita aos trabalhadores sem carteira de trabalho assinada. Verificou-se, também, uma proporção de mais de 5% da estrutura ocupacional no Serviço Público.

Analisando-se o percentual total de empregados com CTPS assinada, militar e empregador, tem-se uma proporção de 65,6% de ocupados em condições de cobertura trabalhista ou de rendimentos favoráveis, se comparados com as demais ocupações. Deve-se observar, ainda, que, na análise de rendimentos e escolaridade nas ocupações, será possível verificar como a categoria ocupacional conta própria se situa dentro dessa abrangência laboral, de acordo com as divisões internas da própria categoria.

b) Composição de gênero nas categorias ocupacionais

Destaca-se no mapeamento de gênero uma vantagem percentual dos homens em relação às mulheres na categoria ocupacional empregado com CTPS assinada, conta própria e empregador. A categoria Servidor Público abrangeu uma porcentagem maior de mulheres, se comparadas ao grupo masculino.

Na análise, dentro das categorias, verificou-se uma maior distância proporcional na participação de homens e de mulheres entre os empregados com CTPS assinada. As discrepâncias de gênero no interior de cada categoria foram reduzidas. De uma forma geral, os homens estão melhor colocados no mercado de trabalho.

c) Composição racial nas categorias ocupacionais

O mapeamento da composição racial indicou uma maior proporção de brancos e pardos nas categorias conta própria, servidor público e empregado com CTPS assinada. Nessa categoria, em especial, a proporção de homens pardos apresentou o percentual de 16,1%.

Na análise, dentro das categorias ocupacionais, o percentual de pardos presentes nas categorias ocupacionais formais mostrou-se superior ou próximo ao do grupo de brancos. Os negros permaneceram com uma baixa participação em todas as categorias ocupacionais.

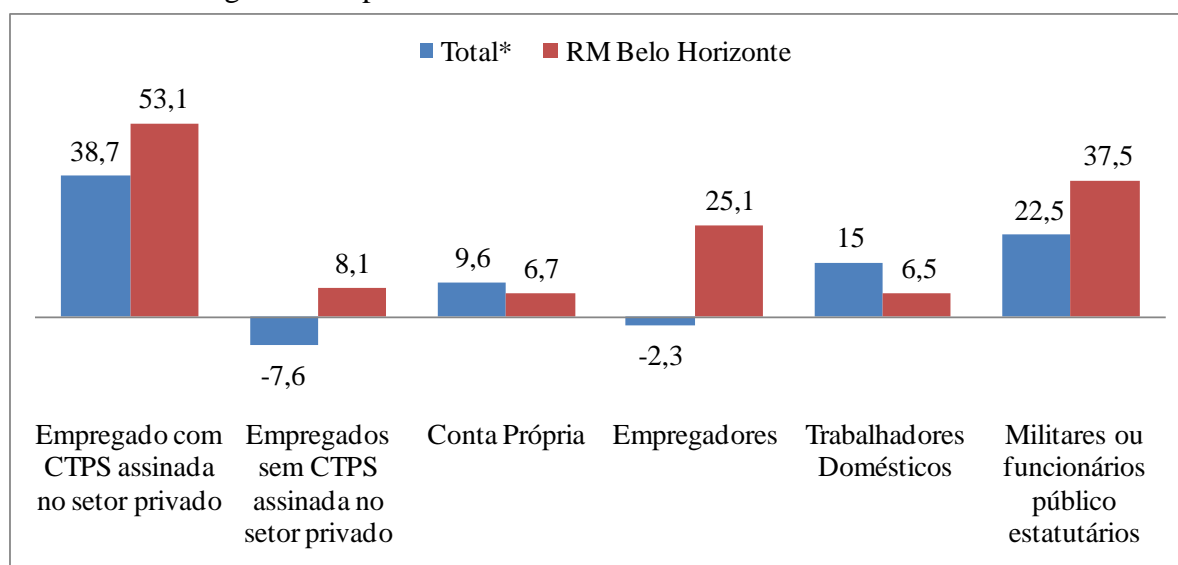
Verificou-se, na RM, um maior percentual do grupo branco se comparado ao grupo negro nas categorias ocupacionais, mas, dentro do grupo negro, a maior participação

concentra-se na categoria empregado com CTPS assinada, especialmente a presença dos homens. Mesmo com os avanços dos negros na RMBH, verifica-se, em outros estudos (PED, 2013), que a inserção dos negros no mercado de trabalho, em comparação ao percentual da entrada dos brancos, permaneceu mais desigual no período de 2011-2012.

d) Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação entre os anos de 2003 e 2010

Na análise da variação do aumento do percentual de participação dos trabalhadores nas categorias ocupacionais, entre os anos de 2003 e 2010, destaca-se que a categoria empregado com CTPS assinada, no setor privado, obteve um aumento de 53,1% e a categoria Empregadores, um crescimento de 25,1% (Gráfico 18).

Gráfico 18 – Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de Belo Horizonte – 2003 a 2010



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE (2011).

Nota: * Total das RMs que compõem a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

Observa-se que as categorias conta própria e, especialmente, trabalhador doméstico apresentaram um crescimento menor que a média percentual das RMs que compõem a PME. Constata-se, ainda, o comportamento inverso dos empregados sem CTPS assinada. Na RMBH, houve um aumento de 8,1%, frente à redução de 7,6% das RMs que compõem a

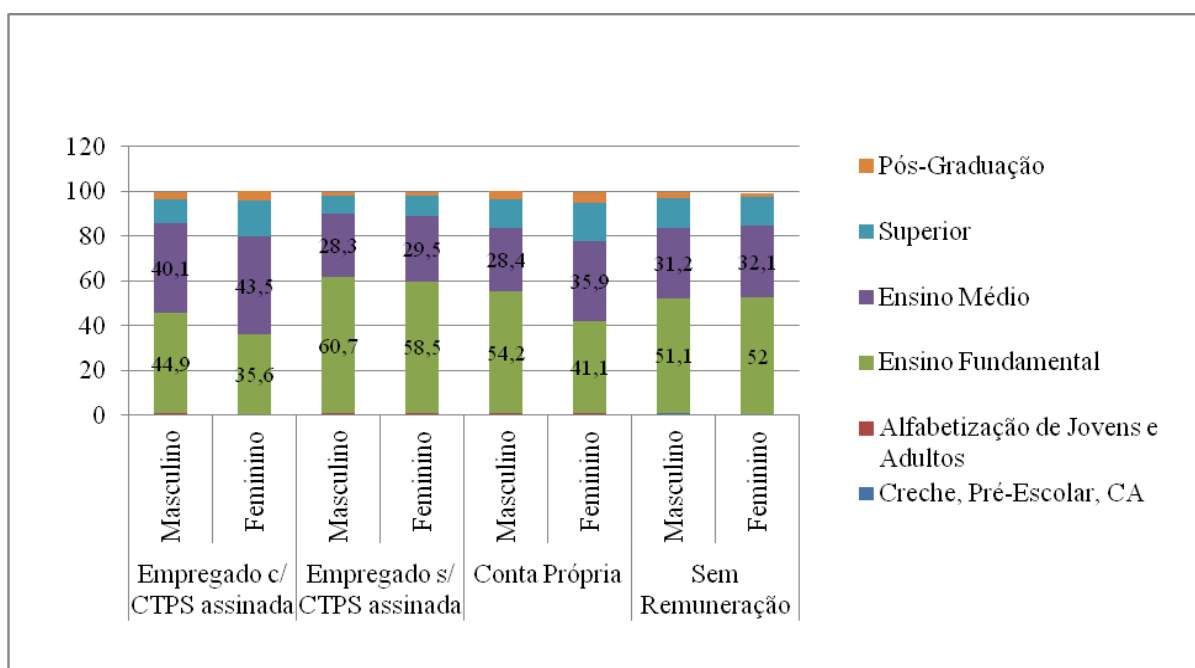
PME. Essas ocupações implicam em postos de trabalho de mais qualidade e mais garantias trabalhistas ao empregado e à sua família.

e) A composição da escolaridade por gênero nas categorias ocupacionais

Analisando a escolaridade de gênero nas categorias ocupacionais, observa-se uma melhor distribuição dos níveis educacionais na atividade empregado com CTPS assinada, em especial para o grupo feminino. Seja no Ensino Superior ou na Pós-Graduação (Gráfico 19).

A categoria Conta Própria, embora apresente um percentual mais concentrado de mulheres que cursaram até o Ensino Fundamental, também indica percentuais próximos à categoria empregado com CTPS assinada, nos níveis educacionais Superior e Pós-Graduação.

Gráfico 19 - Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana Belo Horizonte, 2010



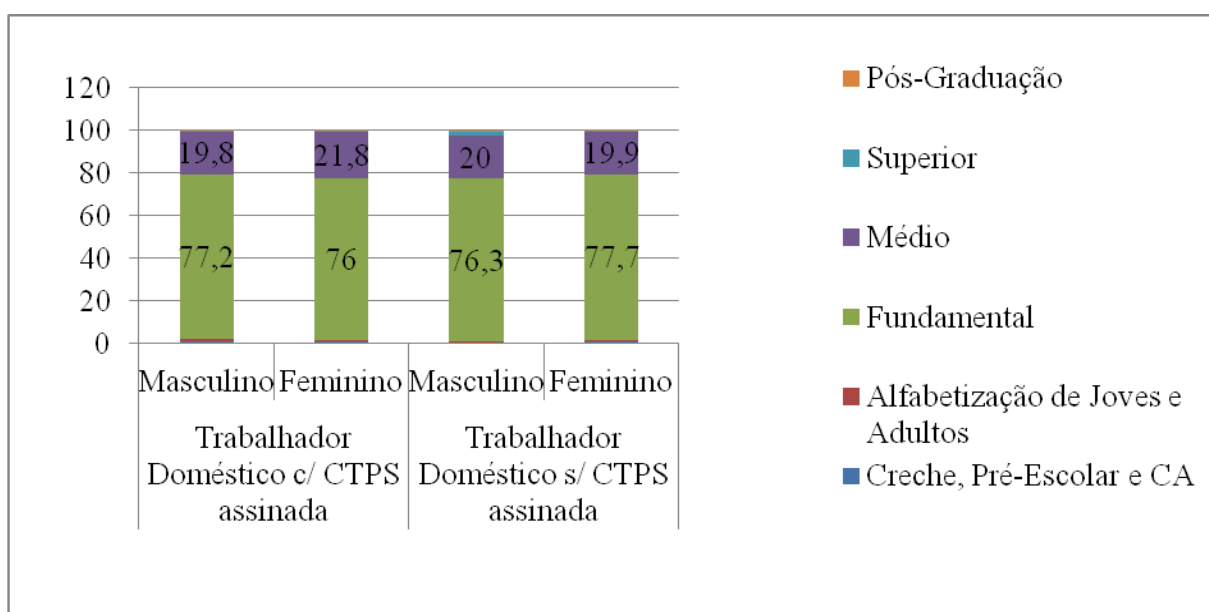
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

As mulheres apresentam um melhor percental de escolaridade nas duas categorias que oferecem as melhores condições de mobilidade feminina: empregado com CTPS assinada e Conta Própria.

Destaca-se que, na comparação dentro das categorias ocupacionais empregado sem CTPS assinada e sem remuneração, a proporção de participação nos níveis educacionais entre ambos os sexos é próxima. Na análise comparativa entre estas duas categorias, o percentual masculino da categoria com CTPS assinada no Ensino Fundamental é maior do que no grupo masculino sem remuneração.

A escolaridade da categoria trabalhador doméstico indicou um percentual aproximado de homens e de mulheres dentro e entre as ocupações com e sem CTPS assinada até o Ensino Fundamental completo. Destaca-se a alta proporção na participação deste nível educacional, 77,7% (Gráfico 20).

Gráfico 20 - Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo gênero - Região Metropolitana Belo Horizonte, 2010



Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

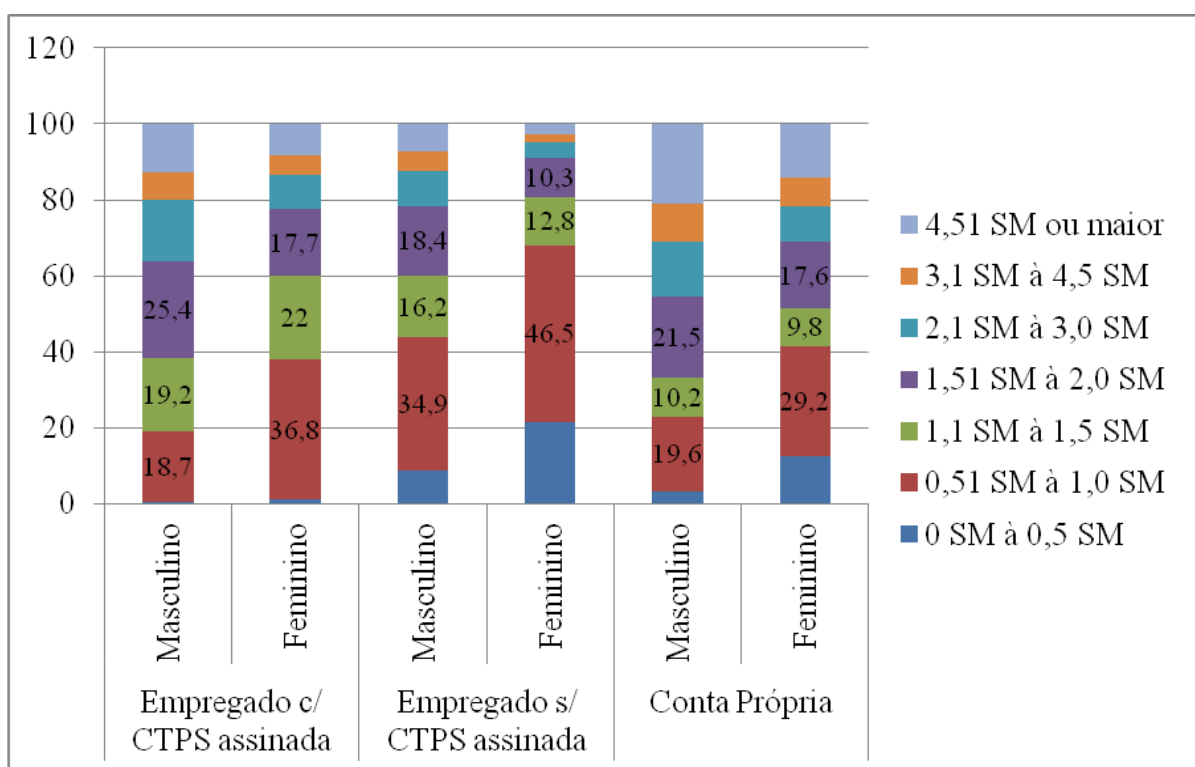
Conclui-se que, embora haja, por um lado, uma concentração nos níveis baixos de escolaridade, por outro, não há uma discrepância entre homens e mulheres dentro das faixas de escolaridade. É sintomático, da desigualdade no mercado de trabalho, a presença dos indivíduos cursando o Ensino Médio trabalhando como domésticos, a profissão que se mantém historicamente como uma das mais precárias e que concentra um grande percentual de mulheres da estrutura social brasileira.

f) Rendimento proveniente da posição na ocupação principal

O mapeamento dos rendimentos para verificar se ocorre, e em que proporção ocorre, a desigualdade de rendimentos de gênero no mercado de trabalho apresenta o seguinte resultado: a categoria sem CTPS assinada indica os rendimentos mais baixos para o grupo feminino. A proporção na faixa de 0SM a 1SM superou a participação das mulheres nas demais categorias selecionadas analisadas.

Os grupos masculino e feminino presentes na categoria Conta Própria apresentaram um menor percentual na faixa de renda mais baixa (0SM a 0,5SM), e a categoria com CTPS assinada não apresentou participantes neste grupo salarial (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

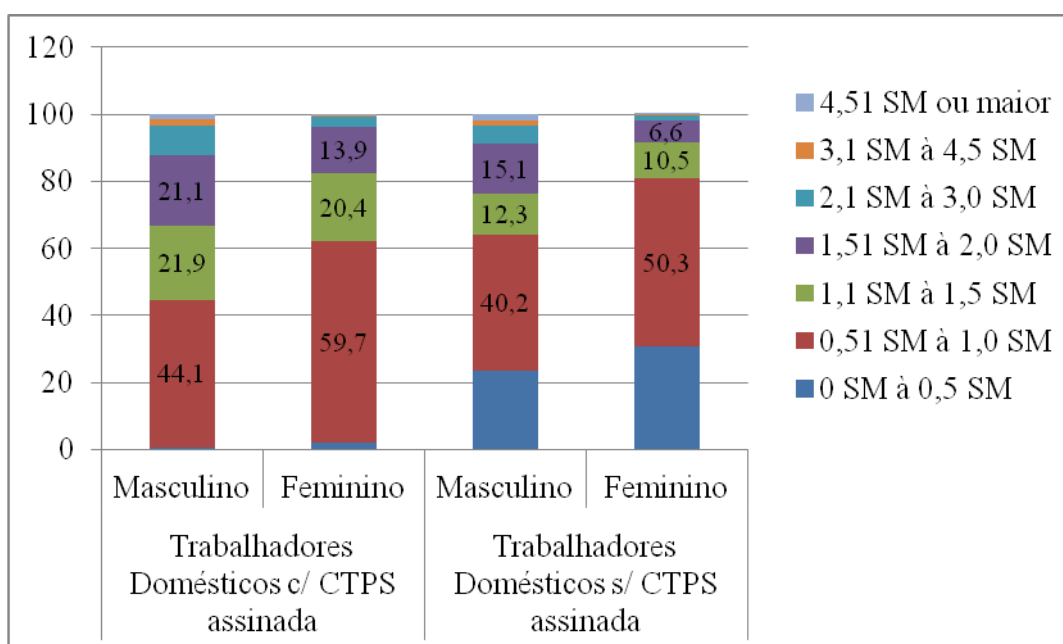
Mesmo apresentando um percentual de trabalhadores na faixa que se estende de 0SM a 1SM, a maior proporção de indivíduos, nas faixas de renda entre 3,1SM à faixa de renda

igual ou maior a 4,51SM, está na categoria ocupacional conta própria. Há, em particular, uma maior participação percentual do grupo masculino nestas maiores faixas de renda, tanto na categoria conta própria quanto na categoria empregado com CTPS assinada.

A proporção do grupo masculino nas maiores faixas de renda foi mais expressiva do que o percentual das mulheres. O resultado se iguala ao resultado de outras pesquisas que corroboram com a vantagem salarial masculina. Acrescenta-se, ainda, conforme Souza, que as relações entre a desigualdade de gênero e suas consequências nas discrepâncias salariais devem ser analisadas em um contexto amplo de desigualdade de renda, produzidas por meio dos mecanismos sociais e culturais que configuram os papéis sociais, as qualificações profissionais, as credenciais e redes sociais moldadas segundo a condição de ser homem ou mulher (SOUZA, 2010, 2013).

No que se refere aos rendimentos da categoria trabalhador doméstico, tem-se a seguinte observação: as mulheres que não possuem CTPS assinada participam em maior percentual da faixa de renda com o menor ganho salarial. À medida que aumenta o valor das faixas de rendimentos, a participação feminina, nos referidos rendimentos, reduz-se (Gráfico 22).

Gráfico 22- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do Belo Horizonte, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

No interior da categoria com CTPS assinada, os homens apresentam um melhor comportamento salarial. Já na faixa de renda compreendida entre 1,1SM a 1,5SM, dentro das duas categorias, com e sem CTPS assinada, a participação de ambos os sexos é próxima. Conclui-se que, nas faixas cujos rendimentos são menores, a presença do grupo feminino é maior. Nas melhores faixas salariais, o grupo masculino apresenta uma proporção expressiva de participação. Os dados são reflexos das proposições de Marques e Costa (2013), que exemplificam, entre as características do trabalho da mulher trabalhadora doméstica, a respeito dos baixos salários, a reduzida proteção social e a frequente ausência dos direitos trabalhistas. Acrescentam, ainda, as longas jornadas de trabalho, os acidentes de trabalho e os recorrentes casos de assédio moral e sexual.

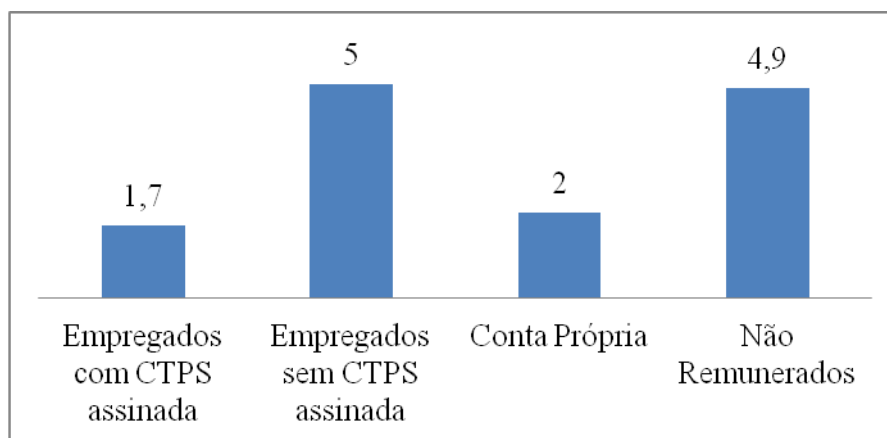
g) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e Recebimento de aposentadoria e pensão

g1) Programa Bolsa Família

O complemento de renda das categorias ocupacionais selecionadas, cujas faixas de rendimento são reduzidas, é viabilizado por programas sociais como o PBF. No estudo da RMBH, verifica-se que os maiores percentuais de beneficiárias ocorrem na categoria “sem CTPS assinada”, 5%, e não remunerada, 4,7% (Gráfico 23).

As menores proporções de beneficiárias do PBF permanecem nas categorias cujos rendimentos são maiores: empregado com CTPS assinada e conta própria.

Gráfico 23 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010



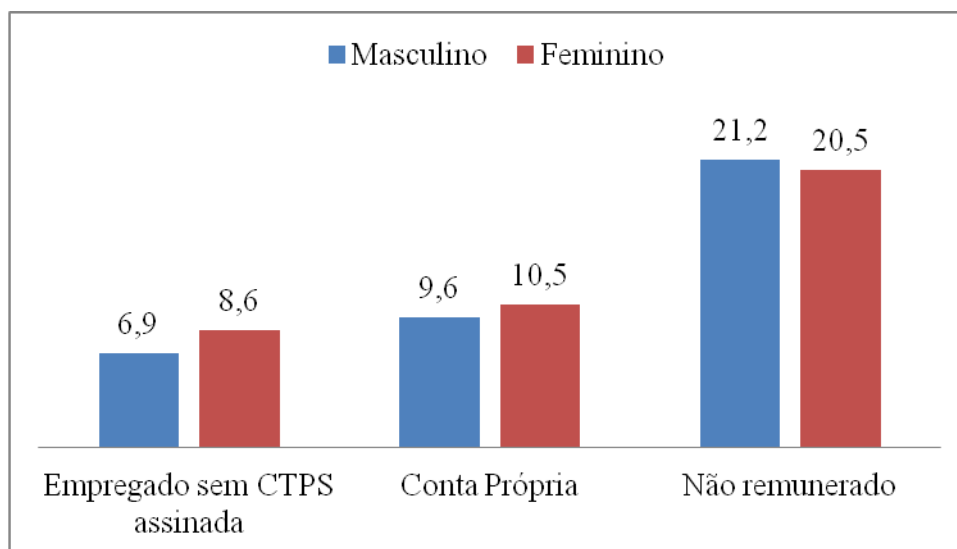
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

As ocupações trabalhador doméstico sem CTPS assinada e a empregado sem CTPS assinada indicam as maiores proporções de participação nas menores faixas de renda. Essas trabalhadoras também estão inseridas nas ocupações mais instáveis e/ou precárias da estrutura laboral brasileira. Esses dados, portanto, confirmam a prerrogativa de que as categorias ocupacionais condicionam muitas mulheres a uma situação de escassez material em maior proporção, se comparadas aos grupos femininos de outras ocupações.

g 2) Recebimento de aposentadoria ou pensão

Observou-se no mapeamento a proporção dos indivíduos presentes no mercado de trabalho informal que recebem aposentadoria ou pensão. É possível verificar que os empregados sem CTPS assinada apresentam os menores níveis de escolaridade, rendimento e também o menor percentual de ganho com pensão ou aposentadoria. Isso demonstra a instabilidade financeira da ocupação (Gráfico 24), na medida em que esses empregados atuam na informalidade não somente como um complemento de renda, mas como o principal rendimento em que apoiam a saúde financeira.

Gráfico 24 – Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010



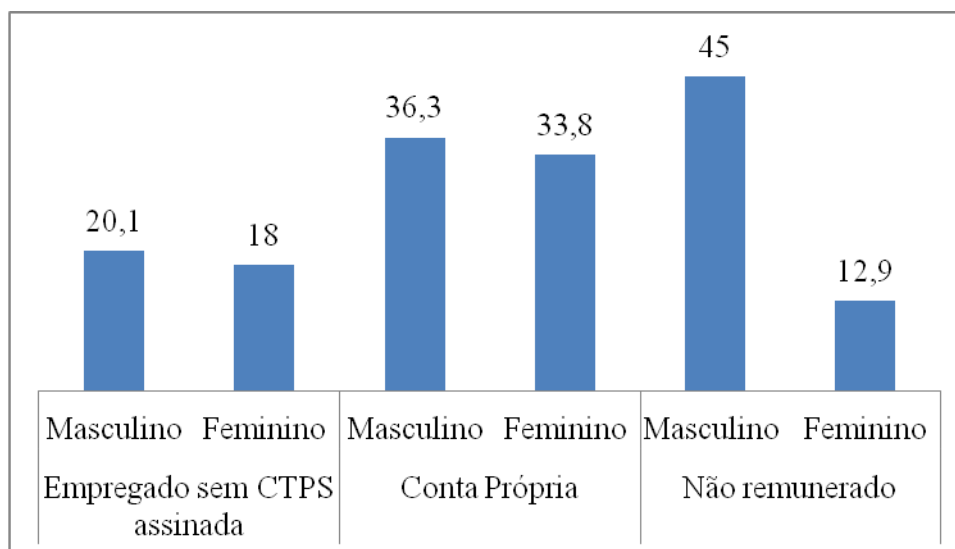
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Verificou-se, na comparação entre a categoria ocupacional sem CTPS assinada das categorias selecionadas e a categoria ocupacional sem CTPS dos trabalhadores domésticos, o percentual aproximado de recebimento de aposentadoria e pensão: 8,4%.

h) Contribuição à Previdência Oficial e Privada

Ao se analisar a categoria dos empregados sem CTPS assinada que contribuem para a Previdência, os percentuais feminino e masculino chegam a 18% e 20,1%, respectivamente (gráfico 25). Mas a contribuição do conta própria e do não remunerado (sem remuneração) do grupo masculino, definitivamente, insere uma maior proporção de trabalhadores na cobertura trabalhista da aposentadoria e na cobertura por doença.

Gráfico 25– Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Belo Horizonte, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE/2010.

A diferença entre homens e mulheres, na proporção de contribuintes, apresenta uma distinção acentuada na categoria não remunerado.

Os trabalhadores domésticos, por sua vez, contribuem para a Previdência em 8,2%, do grupo masculino e 11,1%, do grupo feminino. Esta baixa proporção pode estar relacionada aos rendimentos mais baixos dos salários, pois a retirada de parte do rendimento do trabalho pode dificultar a manutenção das despesas.

5.7 Região Metropolitana do Rio de Janeiro

A RM do Rio de Janeiro concentra 74% da população do estado, em uma área de 12% do estado do Rio de Janeiro. Cerca de 53% da população da RM está presente na cidade do Rio de Janeiro, que é a capital do estado e o núcleo da Região (IPEA, 2013).

Na atividade econômica, a cidade do Rio de Janeiro apresenta o maior percentual produtivo (50,8%), entre as cidades que compõem a RM. A Região assiste ao florescimento de novas centralidades referentes ao setor de comércio e de serviços. Somando-se às atividades industriais tradicionais, que estão em processo de revitalização, como os estaleiros

e a indústria pesqueira, há a implantação de importantes empreendimentos econômicos, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), o Arco Metropolitano e o Porto Centro Atlântico do Complexo Industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). A periferia da RM, populosa e com concentrado nível de pobreza, encontra-se em expansão. É nesta região, distante dos núcleos metropolitanos, que são realizadas as atividades rurais. Recentemente, contudo, sinalizam uma direção à dinâmica econômica regional (IPEA, 2013).

O mapeamento realizado abaixo se refere ao comportamento de gênero nas categorias ocupacionais e à posição na ocupação, ao gênero, à raça, à variação da população ocupada segundo a posição na ocupação, à escolaridade e ao rendimento proveniente da ocupação principal.

a) Categorias ocupacionais e posição na ocupação:

Conforme os dados do IBGE (2010), o nível de ocupação dos empregados com CTPS assinada é de 54,2%. As categorias conta própria e empregado sem CTPS assinada foram as duas outras categorias com maiores proporções de integrantes. A tabela 4 demonstra as variações nos níveis ocupacionais, indicativos da estrutura do mercado de trabalho que concentra 16,9% dos empregados na categoria sem CTPS assinada (Tabela 6).

Tabela 6 – Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS Assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	13,9	11,2	0,8	0,1	1,1	1,6	2,9	3,6	5,9	3,9	1,0	0,5	0,2	0,4
Preta	4,3	2,9	0,2	0	0,2	0,2	1,1	1,6	1,4	0,8	0,1	0	0	0,1
Amarela	0,2	0,2	0	0	0	0	0,1	0,1	0,1	0,1	0	0	0	0
Parda	12,7	8,8	0,7	0	0,5	0,7	3,3	4,2	4,8	2,7	0,2	0,1	0,2	0,3
Indígena	0	0	0	*	0	0	0	0	0	0	*	0	0	0
Total	31,1	23,1	1,7	0,1	1,8	2,5	7,4	9,5	12,2	7,5	1,3	0,6	0,4	0,8

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Censo Demográfico do IBGE/2010.

Nota: * Categorias que não apresentaram observações.

As categorias de valores iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

A categoria ocupacional conta própria apresentou um ligeiro aumento em relação à proporção geral de trabalhadores da categoria sem CTPS assinada, 19,7%. Um percentual total de 60,3% está presente nas categorias ocupacionais formais.

b) Composição de gênero na categoria ocupacional

A estratificação de gênero indicou um maior percentual do grupo masculino nas categorias empregado com CTPS assinada e Conta Própria. Na categoria empregado sem CTPS assinada, houve um pequeno aumento da participação feminina em relação à presença masculina, respectivamente, 9,5% e 7,4%. Os percentuais indicam a maior participação dos homens na categoria que condiciona os trabalhadores à participação nos direitos trabalhistas. Nas categorias ocupacionais formais, há um percentual de 34,6% do grupo masculino e 25,7% do grupo feminino. O resultado externaliza a vantagem dos homens em relação às mulheres no que se refere à composição dos trabalhos formalizados.

c) Composição racial da categoria ocupacional

O mapeamento da composição racial indica um percentual de homens brancos e pardos próximo na categoria empregado com CTPS assinada. O percentual de homens brancos é ligeiramente maior do que a proporção das mulheres do grupo branco.

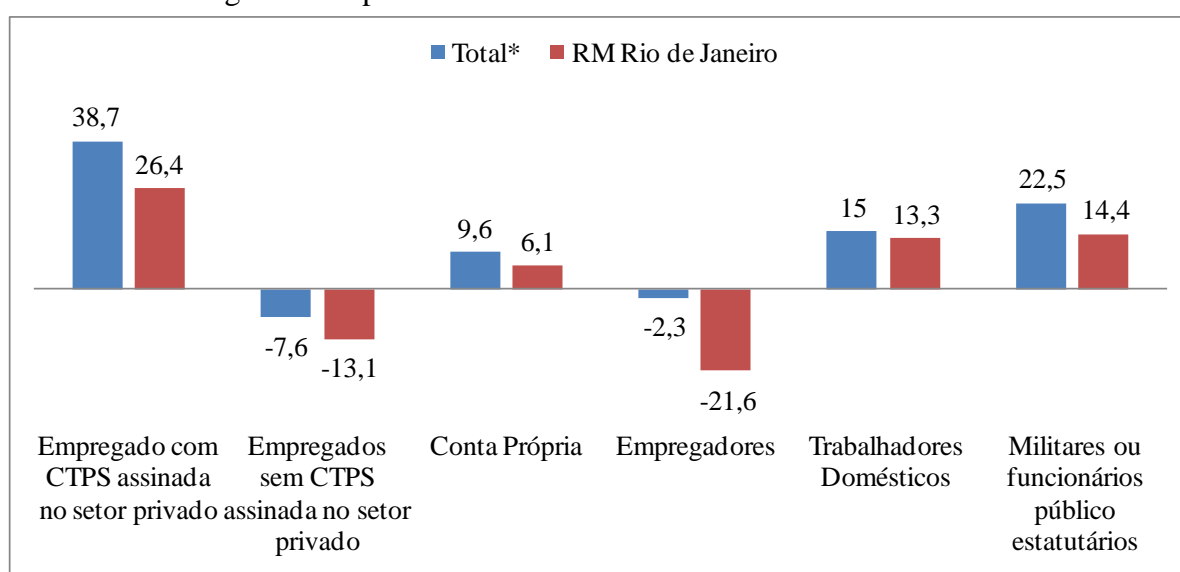
O percentual de homens negros, na categoria com CTPS assinada (4,35%), é o maior em comparação aos negros de outras categorias. E o percentual de mulheres negras, na categoria com CTPS assinada, é de apenas 2,9%.

A RMRJ apresenta, em sua composição, o segundo maior percentual do grupo negro nas RMs selecionadas, e o impacto da desigualdade na inserção deste grupo nas categorias ocupacionais pode ser verificado na participação de apenas 0,1% do percentual na categoria de empregador. Embora apresentem a sua maior proporção na categoria com CTPS assinada, 7,25%, comparando-se com os grupos de cor branca e parda, os negros apresentam uma baixa participação no mercado de trabalho.

d) Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação entre os anos de 2003 e 2010

A análise da variação dos participantes nas categorias ocupacionais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) indicou o importante crescimento no percentual de trabalhadores com CTPS no setor privado, resultado que, somado à redução na proporção dos empregados sem CTPS assinada, acarreta a melhoria na qualidade dos postos ocupados (Gráfico 26).

Gráfico 26 – Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana do Rio de Janeiro – 2003 a 2010



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE (2011).

Nota: * Total das RMs que compõem a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre

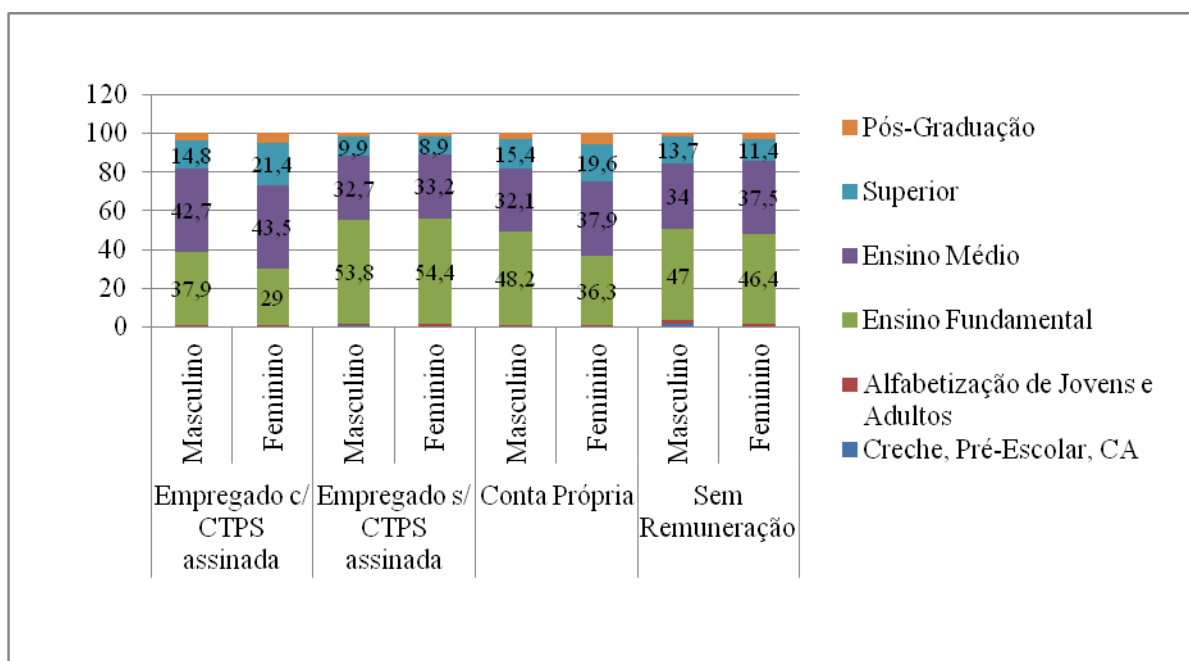
Como destaque na RMRJ, tem-se a redução do percentual dos empregadores em relação à média proporcional das RMs selecionadas: -21,6%, na RMRJ, e, na média das RMs, -2,3%.

e) Escolaridade de gênero na composição da categoria ocupacional

Verificou-se que as faixas de escolaridade que mais possuem a participação de trabalhadores são os níveis educacionais Fundamental e Médio. No caso da categoria com CTPS assinada, observam-se os melhores resultados quanto à menor proporção de indivíduos

que frequentam até o Ensino Fundamental e o maior percentual nas faixas de maior escolaridade (Superior e Pós-Graduação) (Gráfico 27).

Gráfico 27 - Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

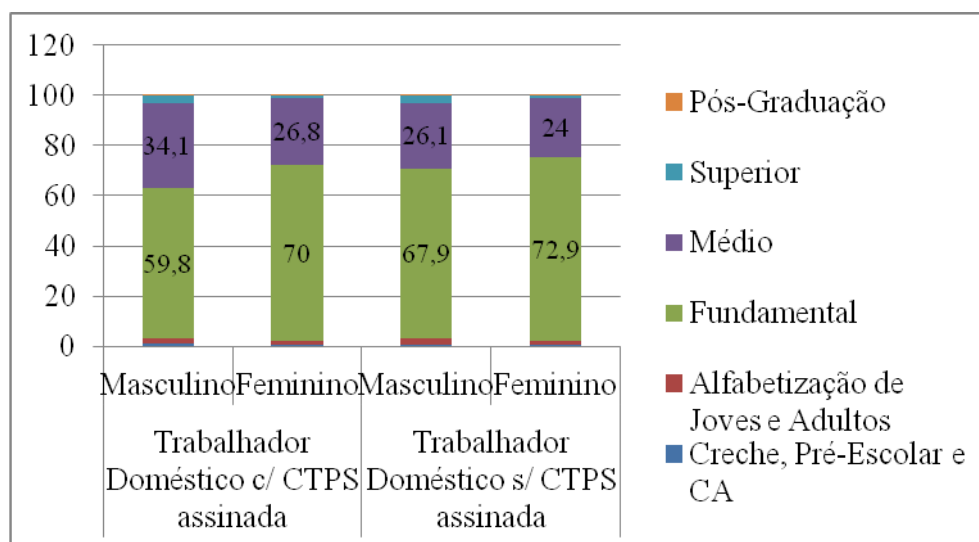
Na análise da composição de gênero, na categoria empregada com CTPS assinada, verificou-se a melhor proporção de mulheres na faixa de escolaridade Superior Completo e Pós-Graduação.

A categoria trabalhador doméstico sem CTPS assinada indicou um alto percentual de empregados na faixa de escolaridade até o Ensino Fundamental. A proporção das mulheres nesta faixa de escolaridade, 54,4%, é acentuadamente maior que o grupo feminino presente na mesma faixa educacional nas demais categorias ocupacionais.

Observou-se a participação com percentual próximo de homens e de mulheres dentro das duas categorias ocupacionais: trabalhador doméstico com CTPS assinada e trabalhador doméstico sem CTPS assinada, nos níveis educacionais Ensino Fundamental e Ensino Médio (Gráfico 28). Constatou-se, entretanto, uma desigualdade acentuada dentro dos grupos

feminino e masculino, em ambas as categorias, no que tange à participação nas ocupações Ensino Fundamental e Ensino Médio. Há uma concentração no primeiro nível de ensino.

Gráfico 28 - Proporção de trabalhadores domésticos por nível de escolaridade e gênero - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

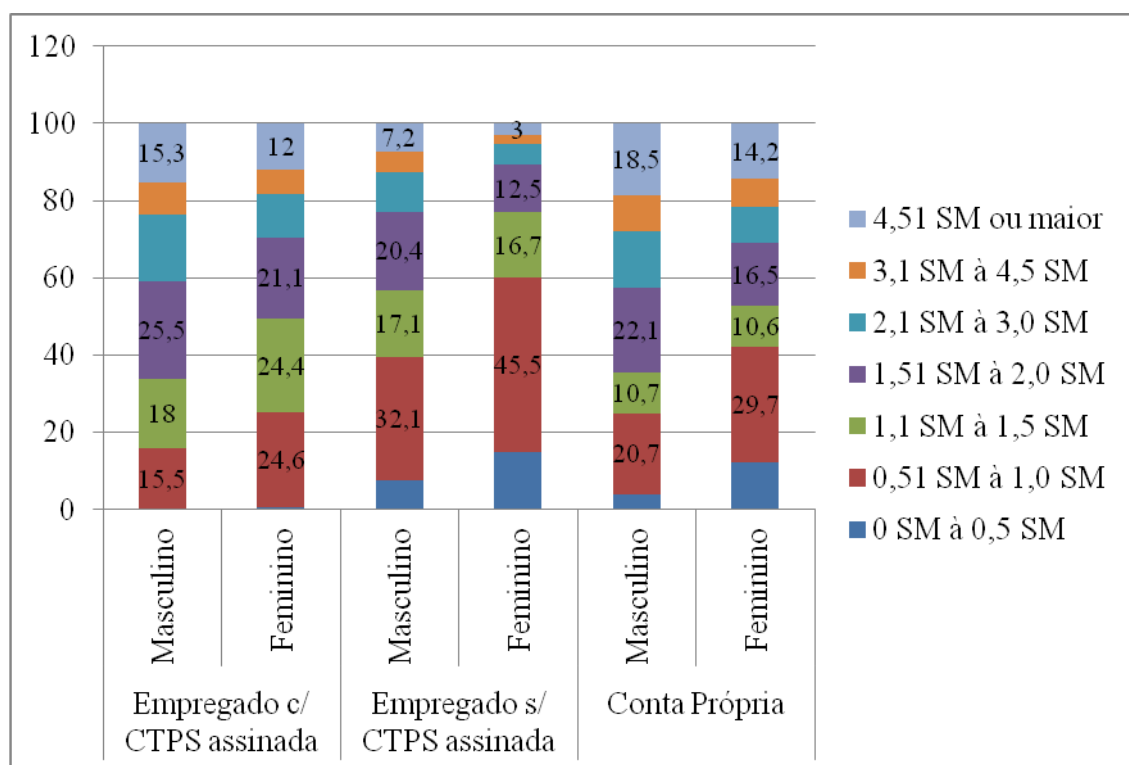
Destaca-se uma diferença percentual no grupo masculino presente na categoria trabalhador doméstico sem CTPS assinada e com CTPS assinada, respectivamente, 67,9% e 59,8%.

A escolaridade para ambos os sexos, na categoria dos trabalhadores domésticos, de uma forma geral, demonstra a demarcação da precariedade e da baixa qualificação da profissão.

f) Rendimento na composição da categoria ocupacional

No que se refere ao rendimento proveniente do trabalho principal, a categoria com CTPS assinada apresentou os melhores percentuais de renda, em especial o grupo masculino (Gráfico 29).

Gráfico 29 – Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal selecionadas, gênero e renda – Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010

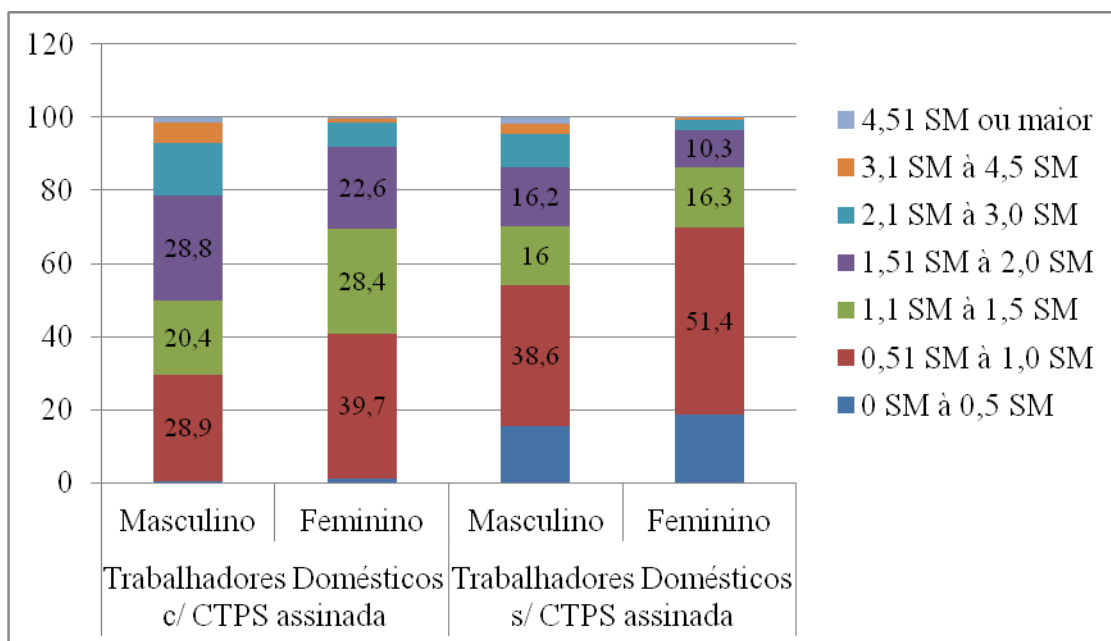


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Verificou-se, ainda, que as mulheres da categoria sem CTPS assinada permanecem com o percentual mais alto na faixa de rendimento de 0,5SM a 1SM, 45,5%, enquanto os homens indicam a proporção de 32,1%. Além do alto percentual destas mulheres na categoria e na faixa de renda, deve-se considerar que as mesmas não possuem garantias trabalhistas como 13º salário, férias e seguro-desemprego.

A análise da categoria do trabalhador doméstico (Gráfico 30) demonstra um maior percentual do grupo feminino na categoria sem CTPS assinada, nas faixas salariais mais baixas, como 0SM a 0,05SM, a faixa 0,51SM a 1SM, tendo uma proporção de 51,4% de mulheres, mas a categoria com CTPS assinada apresenta o percentual de 39,7%.

Gráfico 30- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico, IBGE/2010.

Em uma análise geral, o percentual salarial dos homens da categoria trabalhador domésticos, seja na categoria com CTPS assinada ou sem CTPS assinada, é melhor que as proporções indicadas no grupo feminino.

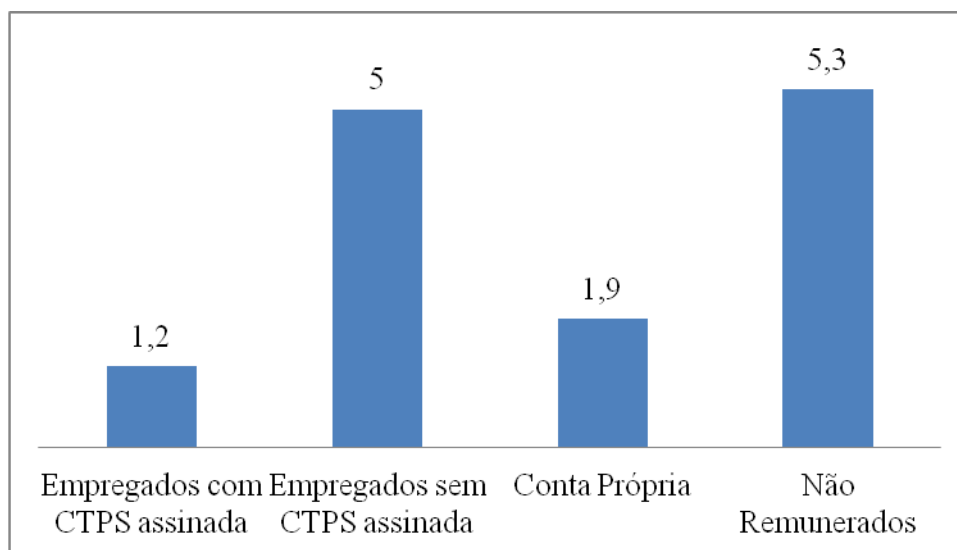
Os dados referentes ao trabalho doméstico corroboram o estudo do IPEA (2011) sobre o aspecto paradoxal do perfil da profissão no Brasil. Embora tenham sido reduzidos o número de trabalhadoras domésticas em idade escolar e o número das trabalhadoras que moravam no local de trabalho, permanecem as desigualdades dos grupos de gênero "na inserção no mercado do trabalho doméstico e também das desigualdades raciais entre as trabalhadoras domésticas, associadas à manutenção do quadro de precariedade e de desproteção do trabalho doméstico" (IPEA, 2011, p. 29).

g) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e Recebimento de aposentadoria e pensão

g1) Programa Bolsa Família

A avaliação da condição dos trabalhadores em relação à existência de fontes alternativas (ou diferentes fontes), ou fontes complementares de renda, permite conhecer mais sobre as categorias e concluir sobre as condições gerais de vida das mesmas (Gráfico 31).

Gráfico 31 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nas categoriais ocupacionais selecionadas, empregado não remunerado e sem CTPS assinada apresentam os maiores percentuais de beneficiárias do PBF.

Por sua vez, a categoria ocupacional trabalhador doméstico sem CTPS assinada possui o percentual de 10,1% de beneficiárias. O dobro da proporção em relação às mulheres empregadas sem CTPS assinada participantes no Programa.

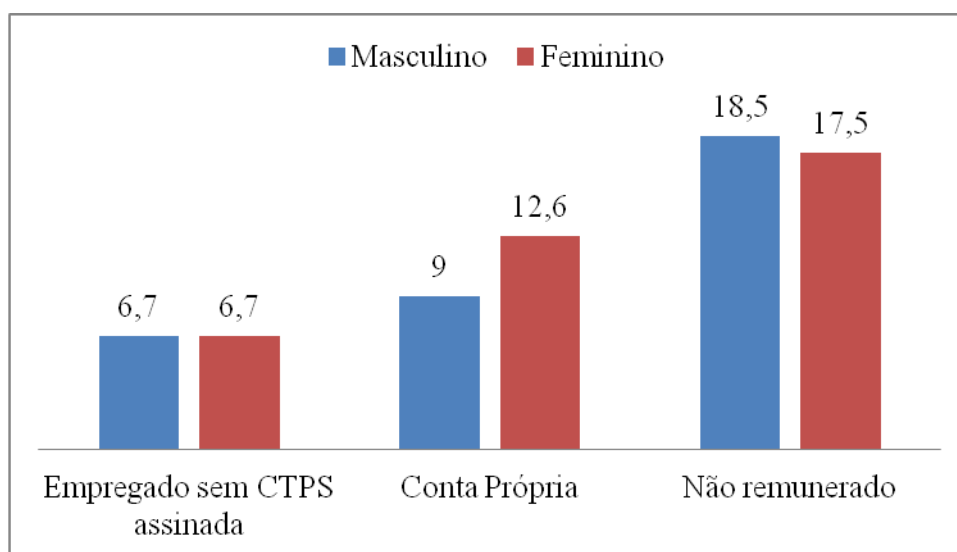
g 2) Recebimento de pensão e aposentadoria

A outra variável a ser observada, recebimento de pensão e aposentadoria, torna ainda mais robusta a análise do percentual de indivíduos que realizam suas atividades profissionais de maneira informal e sem outra fonte de rendimento.

Na categoria ocupacional não remunerado, as proporções de homens e de mulheres que recebem estas formas de rendimento são, respectivamente, 18,5% e 17,5%.

A categoria ocupacional sem CTPS assinada, que concentra os rendimentos mais baixos e nos menores níveis de escolaridade, apresenta os menores percentuais de participação na variável (Gráfico 32).

Gráfico 32 – Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Rio de Janeiro, 2010



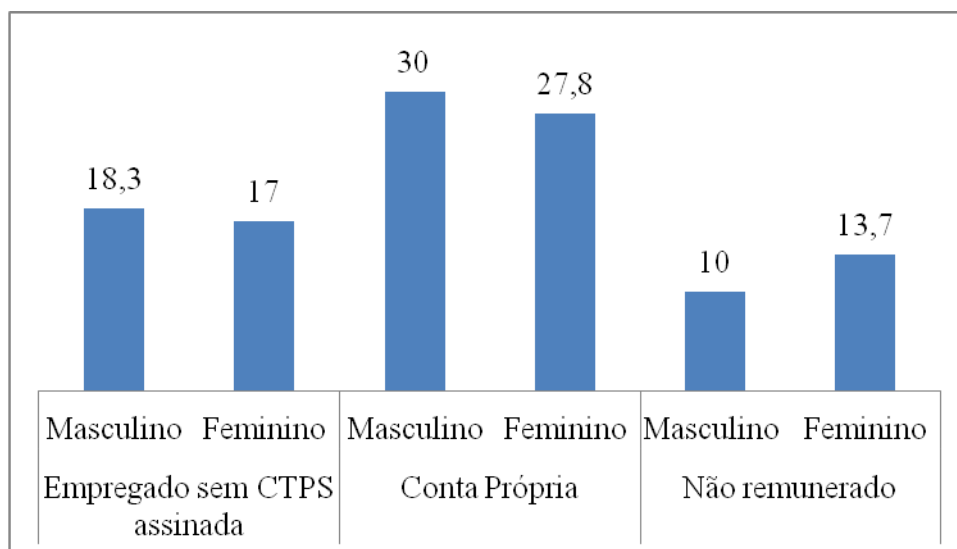
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico, IBGE/2010.

Já os trabalhadores domésticos sem CTPS assinada, que recebem aposentadoria ou pensão, estão na ordem de 7,6%, para os homens e 9,3%, para as mulheres. O que demonstra a necessidade de voltar para o mercado de trabalho para o complemento da renda.

É importante verificar, também, a contribuição à Previdência Oficial ou Privada (Gráfico 33), pois ela incide em parte das garantias trabalhistas, como aposentadoria por

tempo de contribuição e por problemas saúde, embora não garanta férias, 13º salário e seguro desemprego.

Gráfico 33 – Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Uma possibilidade é verificar o maior percentual de conta própria contribuindo para a Previdência Oficial ou Privada, em razão dos maiores salários auferidos. A proporção de gênero na contribuição à Previdência variou entre as categorias.

5.8 Região Metropolitana de São Paulo

a) Categorias ocupacionais e posição na ocupação

Os dados do Censo IBGE (2010) indicam que o nível de ocupação empregado com CTPS assinada apresentou um expressivo percentual de trabalhadores com CTPS assinada, 60%. A análise observou também (Tabela 7) o baixo percentual de empregador, 2,2%, e de servidor público, 2,9%.

Tabela 7 – Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de São Paulo – 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F*	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	18,8	16,1	0,1	0	0,7	1,3	3,7	4,5	7,1	4,5	1,2	0,6	0,2	0,5
Preta	2,6	1,8	0	0	0,1	0,2	0,6	0,7	0,7	0,3	0	0	0	0
Amarela	0,5	0,4	0	0	0	0	0,1	0,1	0,3	0,2	0,1	0,1	0	0
Parda	11,5	8,3	0,1	0	0,2	0,4	2,6	3,2	3,3	1,7	0,1	0,1	0,1	0,2
Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	33,4	26,6	0,2	0	1	1,9	7	8,5	11,4	6,7	1,4	0,8	0,3	0,7

Fonte: Elaborado pela autora, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nota: As categorias de valores iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total (à exceção da categoria militar indígena, que não apresentou observações).

Verificou-se que a proporção de trabalhadores atuando na informalidade, nas categorias conta própria ou empregado sem CTPS assinada, varia, respectivamente, entre 18,1% e 15,5%, totalizando 33,6%. Esse percentual é mais da metade da proporção de trabalhadores informais.

b) Composição de gênero nas categorias ocupacionais

A avaliação da participação por gênero apresentou um maior percentual masculino nas categorias empregado com CTPS assinada (33,4% do grupo masculino, contra 26,6% do grupo feminino) e conta própria (11,4% do grupo masculino, e 6,7% do grupo feminino). As mulheres permanecem, em maior proporção ou em percentuais similares, nas categorias ocupacionais com as condições de trabalho mais instáveis, como a categoria sem CTPS assinada.

c) Composição racial na categoria ocupacional

Observa-se a vantagem do grupo de cor branca na inserção nas categorias ocupacionais formais, como a categoria empregado com CTPS assinada, mas deve-se destacar o percentual pouco expressivo na diferença entre o grupo masculino branco e o grupo feminino branco, respectivamente, 18,8% e 16,1%.

Em todas as categorias ocupacionais, a participação do grupo negro mostra-se reduzida, em comparação aos grupos branco e pardo. Observou-se a participação de apenas 1,8% do grupo feminino negro.

A baixa participação dos negros em todas as categorias ocupacionais é um indicativo da desigualdade racial nas categorias ocupacionais. Mesmo que os negros tenham se inserido no mercado de trabalho da RM de São Paulo nos anos recentes, em razão do desenvolvimento econômico, o panorama apresentado nesta tese indica uma acentuada desigualdade entre as categorias de cor (DIEESE, 2013).

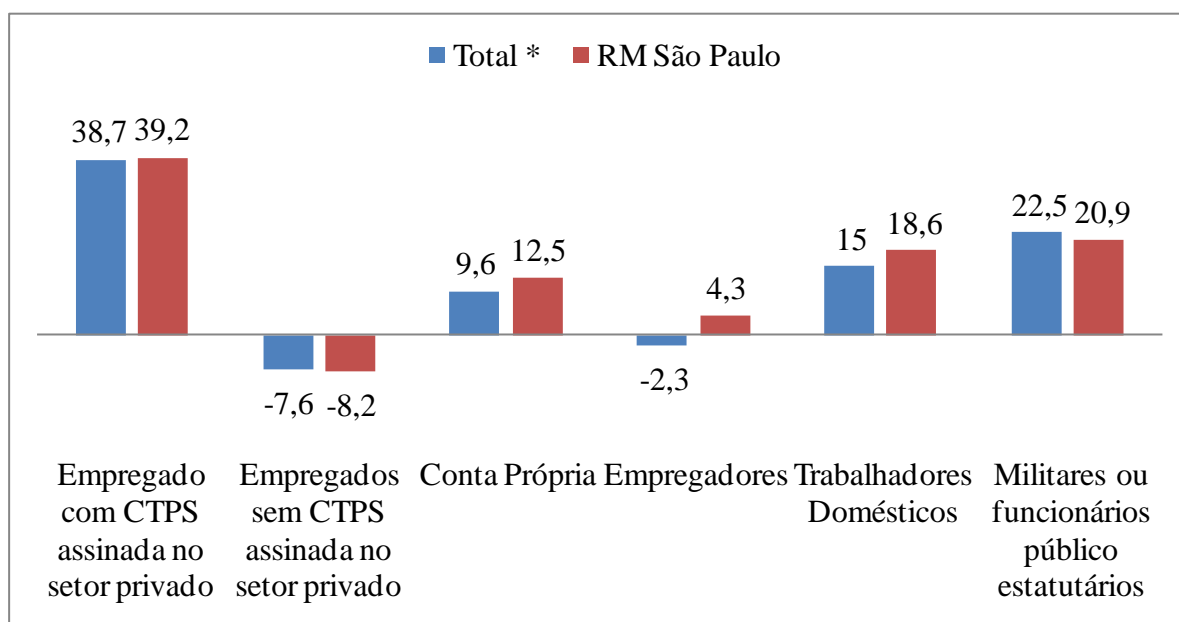
Tem-se que o

crescimento econômico por si só não é capaz de garantir igualdade de oportunidades em um horizonte razoável de tempo para as atuais e futuras gerações de trabalhadores, enquanto não se atenuarem as discrepâncias socioeconômicas e, mais especificamente, do nível de escolaridade, importante elemento na melhoria de acesso e trajetória dos indivíduos no mercado de trabalho e das suas possibilidades de ascensão social e econômica (PED, 2013, p. 12).

d) Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação

A RMSP apresenta a variação dos trabalhadores próxima à proporção indicada na média das categorias ocupacionais das RMs. A categoria trabalhador doméstico apresentou um ligeiro acréscimo, na ordem de 3,6%, como pode ser verificado no gráfico abaixo (Gráfico 34).

Gráfico 34 – Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de São Paulo – 2003 a 2010



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE (2011).

Nota: * Total das RMs que compõem a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

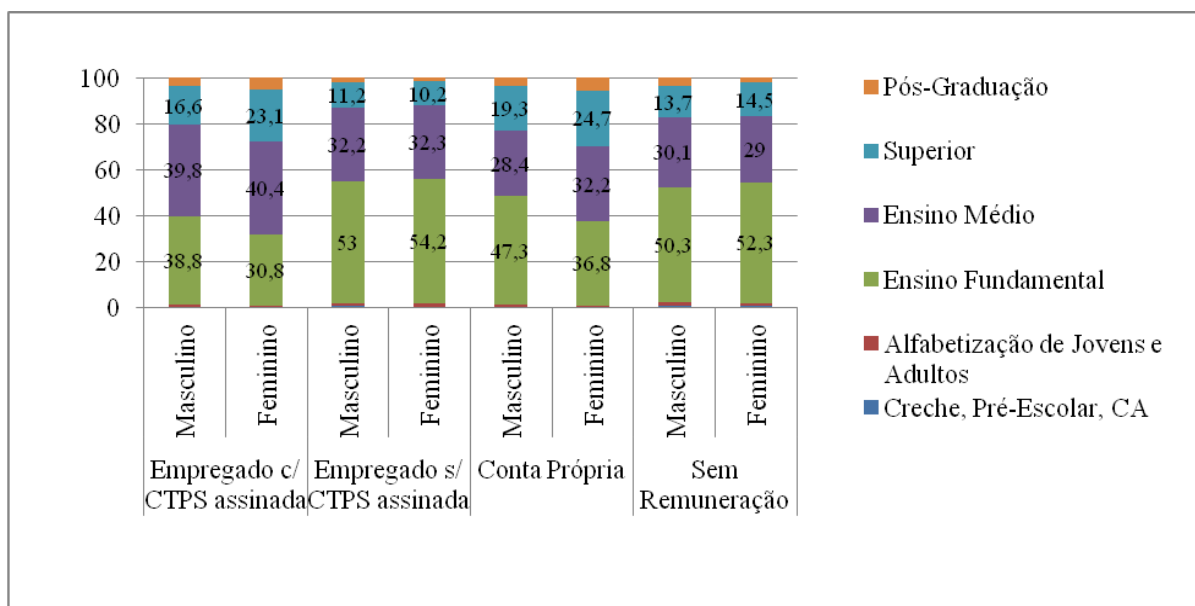
De uma forma geral, portanto, a tendência da RMSP segue a direção proporcional média das RMs que compõem a PME. Destacam-se o aumento do empregado com CTPS assinada, 39,2%, e o decréscimo de 8,2% do empregado sem CTPS assinada.

e) Escolaridade por gênero nas categorias ocupacionais

A análise da composição educacional de gênero, nas categorias sem CTPS assinada e conta própria, apresenta os maiores percentuais de trabalhadores no Ensino Médio. Observou-se, no interior das categorias com CTPS assinada, sem CTPS assinada e conta própria, o percentual de homens e de mulheres aproximado dentro de cada categoria no nível educacional no Ensino Médio.

O gráfico 35 apresenta a composição das faixas dos níveis educacionais com as maiores proporções de pessoas ocupadas.

Gráfico 35 - Proporção de Trabalhadores selecionados por nível de escolaridade segundo gênero - Região Metropolitana São Paulo, 2010

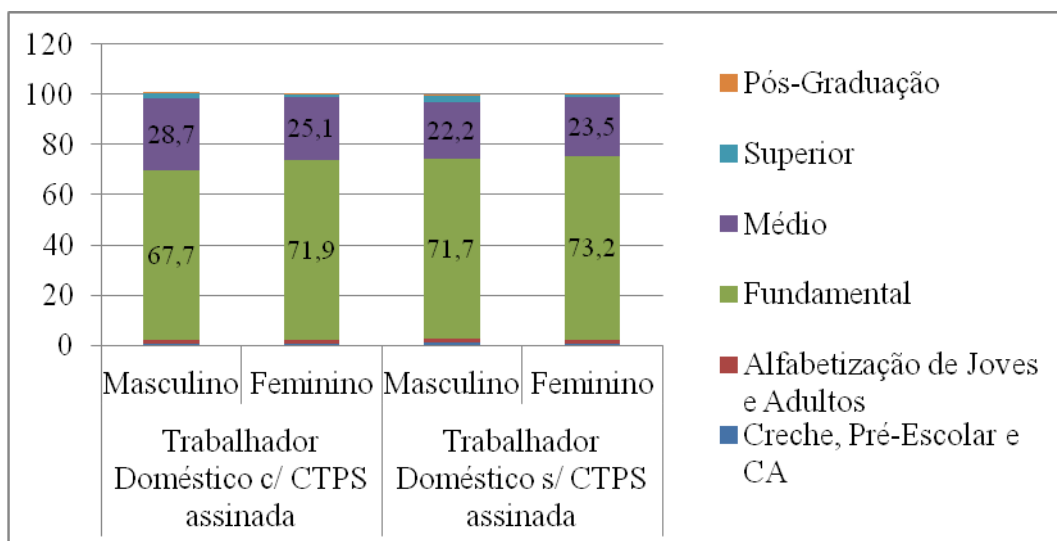


Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Foi verificada a participação de homens e de mulheres no nível Superior, em todas as categorias ocupacionais. Em especial, encontrou-se uma maior proporção das mulheres nas categorias com CTPS assinada e conta própria. Constata-se que a escolaridade das mulheres, nos níveis educacionais, foi superior ou aproximada ao percentual apresentado pelo grupo masculino.

A análise da escolaridade de gênero, na categoria do trabalhador doméstico sem CTPS assinada, apresentou os homens com melhores percentuais, na faixa educacional do Ensino Superior, se comparados ao grupo feminino, conforme indica o gráfico 36.

Gráfico 36 - Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana São Paulo, 2010



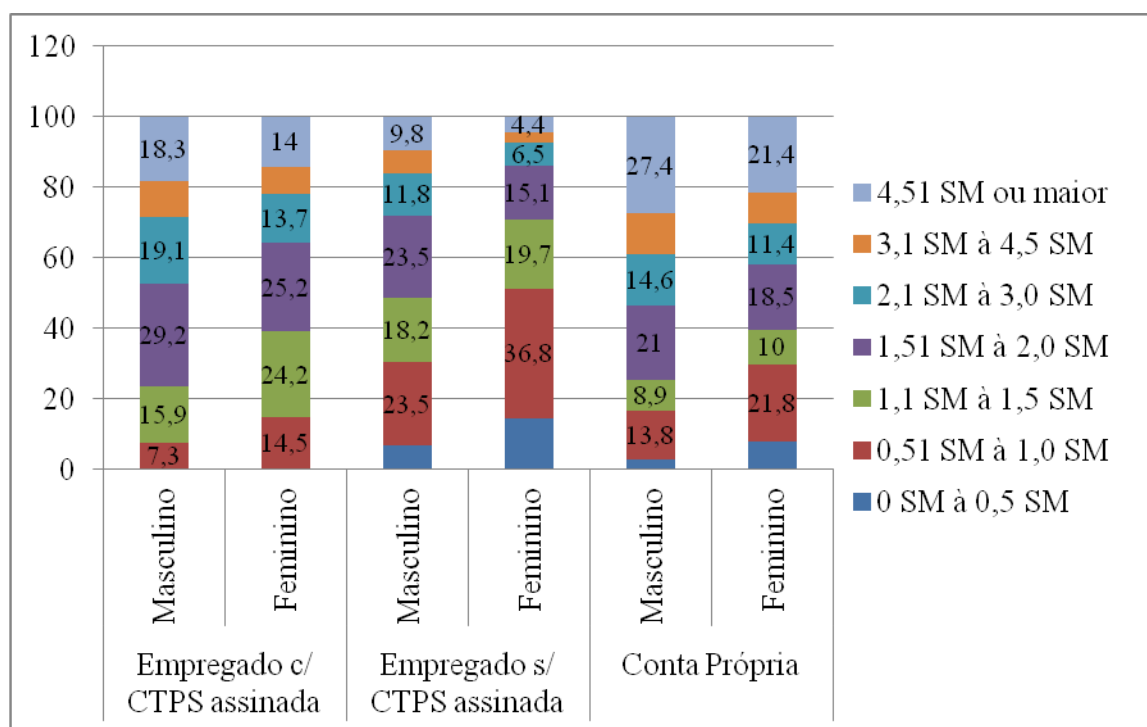
Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Verifica-se que o percentual de trabalhadores de ambos os sexos, na categoria sem CTPS assinada, e o grupo feminino com CTPS assinada, mostra a mesma alta proporção de trabalhadores que cursam o Ensino Fundamental. Todas as categorias apresentam trabalhadores cursando a Alfabetização de Jovens e Adultos, embora com baixos percentuais.

f) Rendimento na composição da categoria ocupacional

Observa-se, no mapeamento dos dados, o pior percentual na renda do grupo feminino sem CTPS assinada. Estas mulheres participam, em maior proporção, na faixa de 0SM a 1SM. Como resultado dos próprios condicionamentos da categoria sem carteira de trabalho assinada, verifica-se o menor percentual de mulheres com mais de 4,51SM. Como pode ser verificado no gráfico abaixo, as categorias ocupacionais analisadas por gênero apresentam uma variação acentuada na renda auferida (Gráfico 37).

Gráfico 37– Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Região Metropolitana de São Paulo, 2010



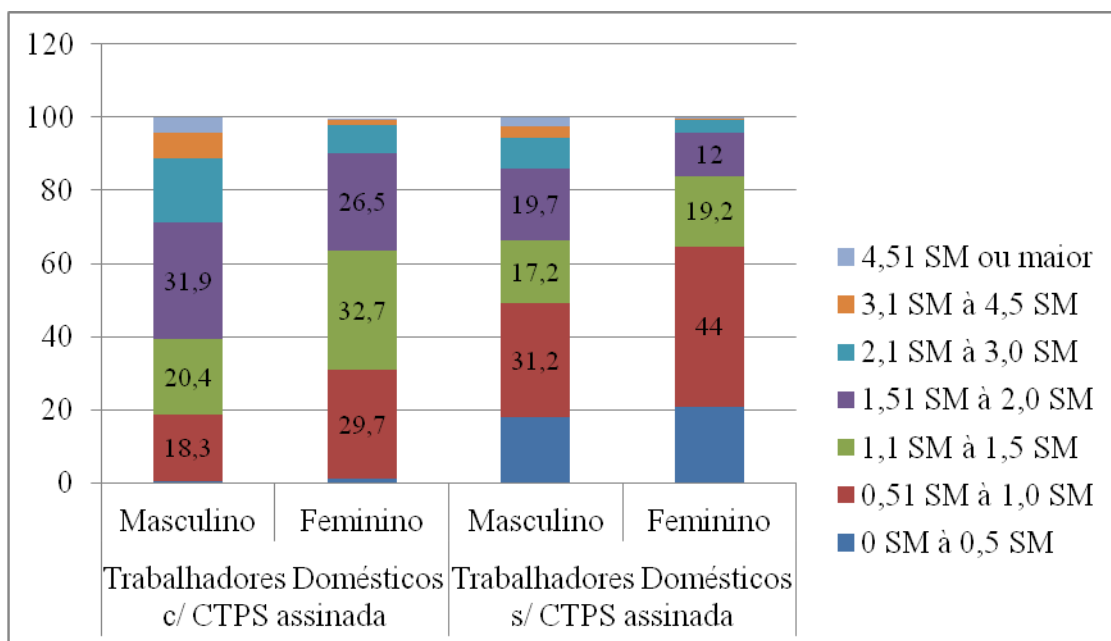
Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A categoria ocupacional Conta Própria apresenta os melhores rendimentos nas faixas salariais mais elevadas, embora apresente uma pequena proporção de homens e de mulheres na faixa salarial de 0SM a 0,5SM.

Destaca-se que, em todas as categorias, o grupo masculino apresenta uma vantagem salarial em relação ao grupo feminino, resultado que é reforçado por Abramo (2006), cuja pesquisa indica que a estrutura ocupacional, tal qual se encontra segmentada por gênero e raça, mesmo com as modificações, continua a exercer uma acentuada influência sobre a renda do trabalho e os indicadores da qualidade do emprego entre o sexo e a raça.

Os rendimentos da categoria ocupacional trabalhador doméstico sem CTPS assinada indicam um percentual próximo na participação de ambos os sexos, na faixa de rendimento entre 0SM a 0,5SM. Os homens apresentam a melhor proporção de inserção nas faixas salariais acima de 1,51SM. O gráfico 38 demonstra a composição do grupo feminino, nas demais faixas de renda, na categoria sem CTPS assinada.

Gráfico 38- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na Região Metropolitana do São Paulo, 2010



Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

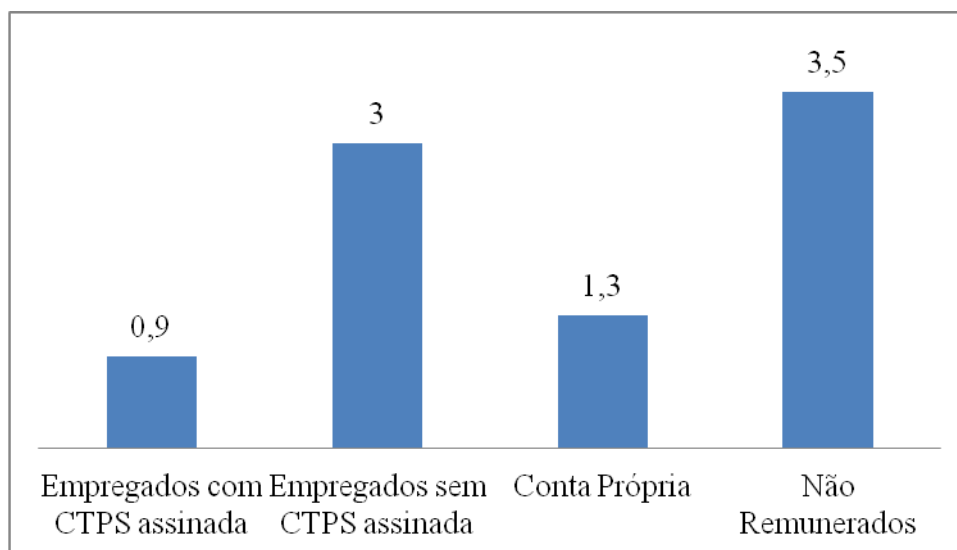
Na análise entre as categorias com e sem CTPS assinada, as mulheres trabalhadoras domésticas com CTPS assinada apresentaram uma relevante vantagem salarial em relação ao grupo feminino da categoria empregado sem CTPS assinada. E o percentual dos homens nas faixas de renda mais altas da categoria com CTPS assinada é mais expressivo do que a participação proporcional feminina.

g) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e recebimento de aposentadoria e pensão

g1) Programa Bolsa Família

A análise do PBF na RMSP indica que, na metrópole com a melhor geração de renda, se encontra a menor proporção de beneficiárias por categorias de trabalho (Gráfico 39).

Gráfico 39 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de São Paulo, 2010



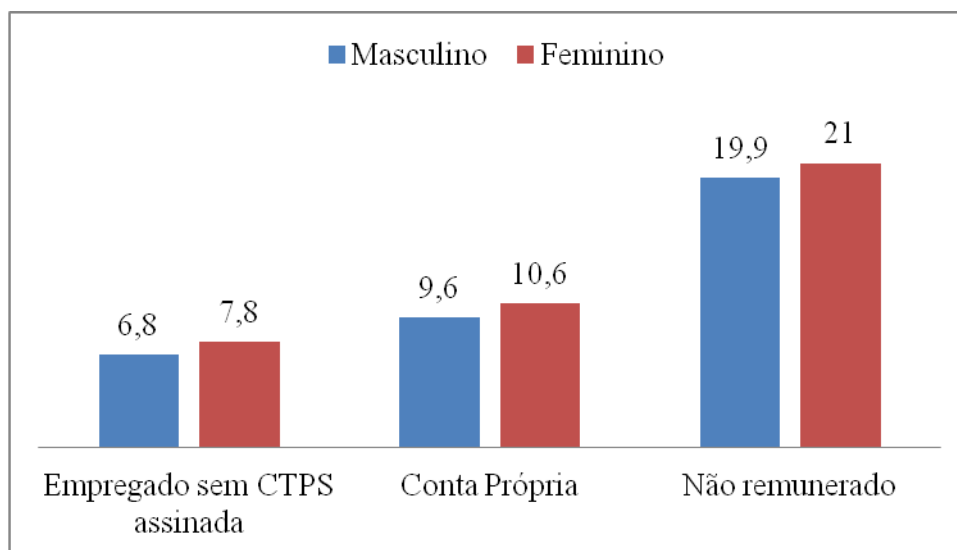
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Verifica-se, nas categorias empregado sem CTPS assinada e não remunerados, os maiores percentuais de assistidos. Ressalta-se que ambas as categorias ocupacionais são as que sofrem o maior impacto da desigualdade de renda do trabalho.

g2) Recebimento de aposentadoria ou pensão

A análise de dados indica à categoria ocupacional não remunerado uma maior proporção da renda recebida, em virtude de pensão ou de aposentadoria. Dessa forma, os trabalhadores possuem a cobertura previdenciária, ao contrário de um grande percentual dos empregados sem CTPS assinada (Gráfico 40).

Gráfico 40 – Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

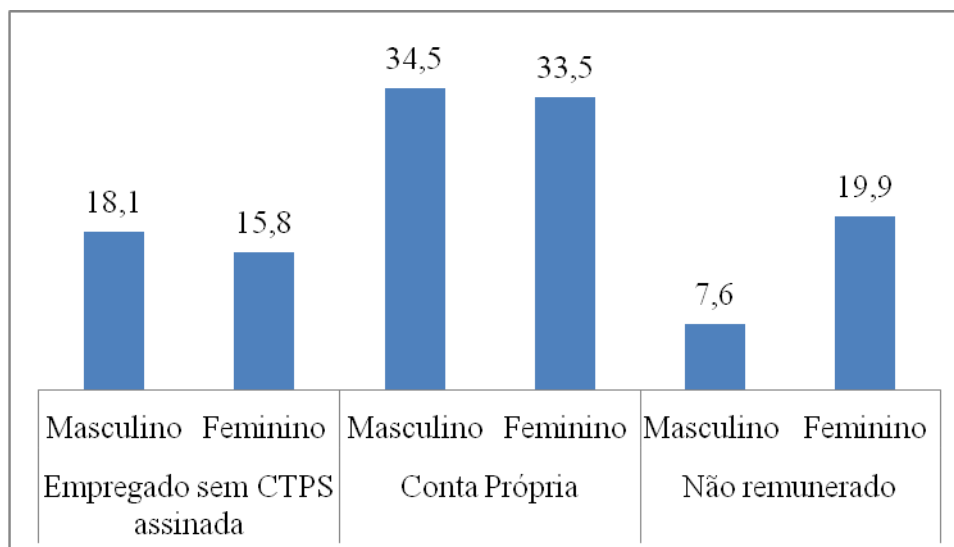
Embora os percentuais de participação nas categorias ocupacionais selecionadas sejam diferentes entre si, com maior distanciamento da categoria não remunerado para a categoria conta própria e empregado sem CTPS assinada, não houve proporções acentuadamente distintas entre homens e mulheres dentro de cada categoria.

h) Previdência Oficial e Privada

Verificou-se, no mapeamento dos trabalhadores que contribuem para a Previdência Oficial ou Privada, que a categoria conta própria apresenta uma alta proporção de homens e de mulheres contribuintes, respectivamente, 34,5% e 33,5%.

Os trabalhadores desta categoria abrangem os melhores salários da RMSP e também os melhores níveis de escolaridade nesta RM (os níveis educacionais ao lado da categoria com CTPS assinada). Os melhores recursos provenientes da ocupação, em relação às categorias comparadas, é uma das possíveis razões para que um alto percentual de trabalhadores desta categoria possa contribuir com a Previdência (Gráfico 41).

Gráfico 41 – Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de São Paulo, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Observou-se que o grupo masculino não remunerado apresentou o menor percentual de trabalhadores contribuindo para a Previdência. Verificou-se como baixa, também, a proporção de contribuintes na categoria ocupacional trabalhador doméstico. O percentual para ambos os sexos é de, aproximadamente, 9,3%.

5.9 Região Metropolitana de Porto Alegre

A RMPOA apresentava, em 2010, uma população correspondente a 37,70% dos habitantes do Rio Grande do Sul. A capital, Porto Alegre, concentrava, na época, 34,95% da população metropolitana. Do ponto de vista socioeconômico, embora tenha ocorrido um reordenamento demográfico e econômico do Rio Grande do Sul, a RM de Porto Alegre apresenta o maior polo de crescimento econômico do estado. Um ponto que indica a importância da economia é a capacidade de absorção de mão de obra, com uma efetiva geração de renda familiar. Destaca-se, contudo, que a RM perdeu importância no PIB nacional, além de ter apresentado o menor crescimento médio. O resultado dessas

transformações econômicas apresenta efeito negativo reduzido sobre a estrutura social, em virtude, possivelmente, da menor taxa de crescimento demográfico (IPEA, 2013).

De uma forma geral, as variáveis observadas no mapeamento da tese - categoria ocupacional e posição na ocupação; gênero; raça; variação da população ocupada segundo a posição na ocupação; escolaridade e renda - apresentam o seguinte comportamento na RMPOA:

a) Categoria ocupacional e posição na ocupação

O nível de ocupação da categoria ocupacional empregado com CTPS assinada apresenta uma proporção de 61,5% nas categorias ocupacionais formais. A tabela 8 demonstra, também, o baixo percentual de militares da RM.

Tabela 8 – Proporção de trabalhadores por categoria de trabalho principal, gênero e raça – Região Metropolitana de Porto Alegre – 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	25,1	21,2	0,4	0	1,5	2,5	5,3	6,4	10,8	6,8	1,8	0,9	0,2	0,5
Preta	2,6	2,3	0	0	0,1	0,2	0,5	0,7	0,7	0,3	0	0	0	0
Amarela	0,1	0,1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Parda	3,0	2,1	0,1	0	0,1	0,1	0,8	0,7	1,0	0,4	0,1	0	0	0,1
Indígena	0	0	0	*	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	30,8	25,7	0,5	0	1,7	2,8	6,6	7,8	12,5	7,5	1,9	0,9	0,2	0,6

Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nota: As categorias de valores iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

O percentual de trabalhadores sem CTPS assinada não atinge os 15%, o que indica uma baixa proporção, se comparados aos 61,5% de trabalhadores com CTPS assinada, estatutários ou militares.

b) Composição de gênero na categoria ocupacional

O mapeamento de gênero indica um maior percentual do grupo masculino, em comparação à proporção do grupo feminino, na categoria empregado com CTPS assinada, empregador e conta própria. Na categoria empregado sem CTPS assinada, os percentuais entre homens e mulheres foram aproximados (6,6% e 7,8%). Esses dados demonstram o melhor condicionamento masculino nas categorias ocupacionais que permitem um posicionamento socioeconômico com melhor efetividade na qualidade de vida.

c) Composição racial na categoria ocupacional

Observa-se, na composição racial das categorias ocupacionais, um alto percentual de brancos na categoria ocupacional com CTPS assinada. O percentual dos grupos negro e pardo, na categoria, varia entre 2% e 3%. Notou-se, dentro do grupo branco, uma participação mais elevada dos homens, mas em torno de 4%.

Por sua vez, a categoria conta própria também apresenta o maior percentual de brancos, mas, também, com uma diferença percentual de 4% entre os sexos, a favor do grupo masculino, 10,8% contra 6,4%.

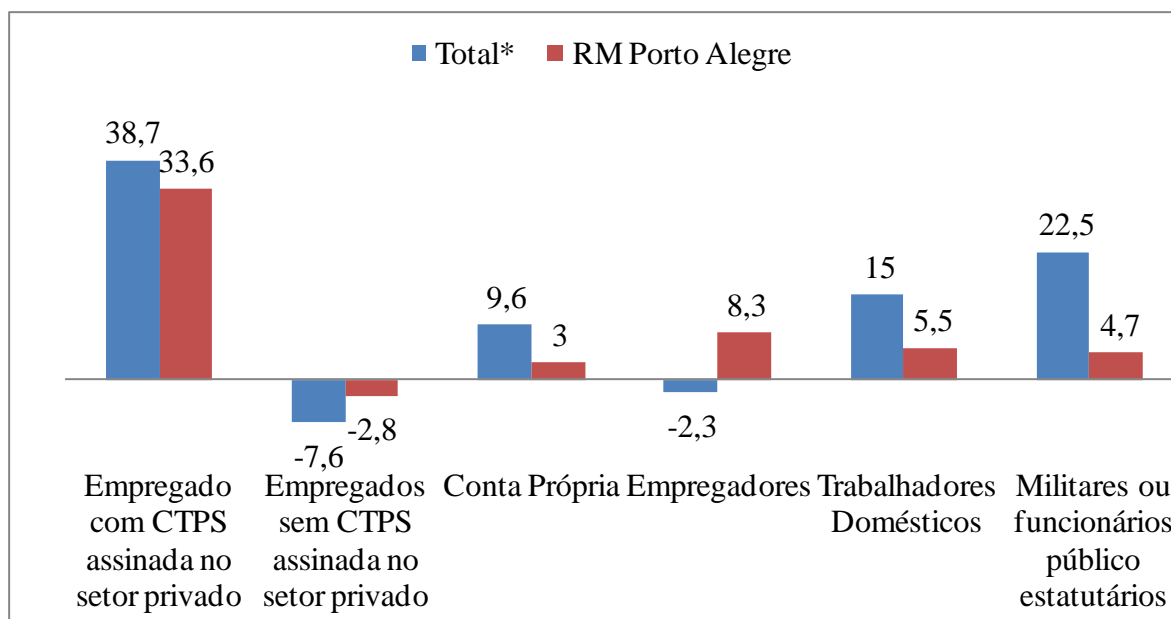
O grupo negro não indica uma desigualdade acentuada na proporção de gênero dentro das categorias ocupacionais.

O grupo branco foi o mais expressivo em todas as ocupações, entretanto, pesquisas afins (PED, 2013) indicam o avanço dos negros nas categorias ocupacionais em relação aos não-negros nos anos recentes (2011-2012), principalmente no setor de serviços; construção e indústria de transformação.

d) Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação

Observa-se que a RMPOA apresenta os menores percentuais na variação das categorias ocupacionais formais em comparação à média das RMs nas seguintes ocupações: empregado com CTPS assinada, conta própria e militar ou funcionário público estatutário (exceção para a categoria empregador, 8,3% contra -2,3% da média proporcional das RMs) (Gráfico 42).

Gráfico 42 – Variação da população ocupada segundo a posição na ocupação (em %) – Região metropolitana de Porto Alegre – 2003 a 2010



Fonte: Pesquisa Mensal do Emprego – IBGE (2011).

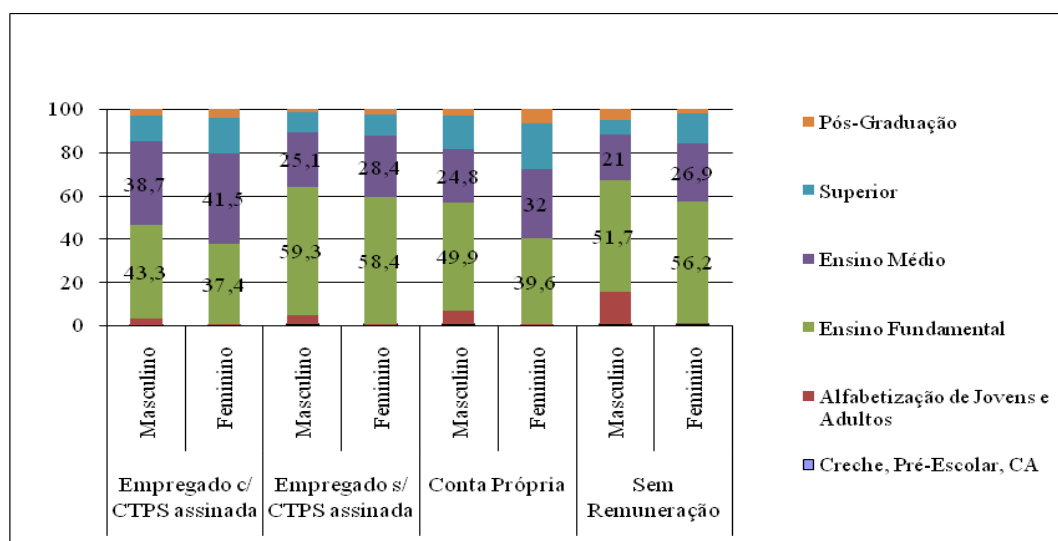
Nota: * Total das RMs que compõem a PME: Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre.

De uma forma geral, a análise dos dados do IBGE (2011) parece indicar uma tendência da RMPOA de apresentar um ritmo menor no desempenho e desenvolvimento econômico, se comparado às demais RMs (IPEA, 2013).

e) Escolaridade por gênero nas categorias ocupacionais

O mapeamento indica uma vantagem percentual do grupo feminino em proporções superiores às participações do grupo masculino nos níveis educacionais do Ensino Médio; Ensino Superior e da Pós-Graduação. Essa análise se estende às categorias com CTPS assinada; sem CTPS; Conta Própria e Não remunerado (sem remuneração) – nesta categoria, exceto o Ensino Médio, mesma proporção de gênero. Como o gráfico 43 indica, o grupo masculino está presente no nível de ensino Alfabetização de Jovens e Adultos em todas as categorias ocupacionais, contrariamente ao comportamento feminino.

Gráfico 43 - Proporção de Trabalhadores selecionados por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana Porto Alegre, 2010

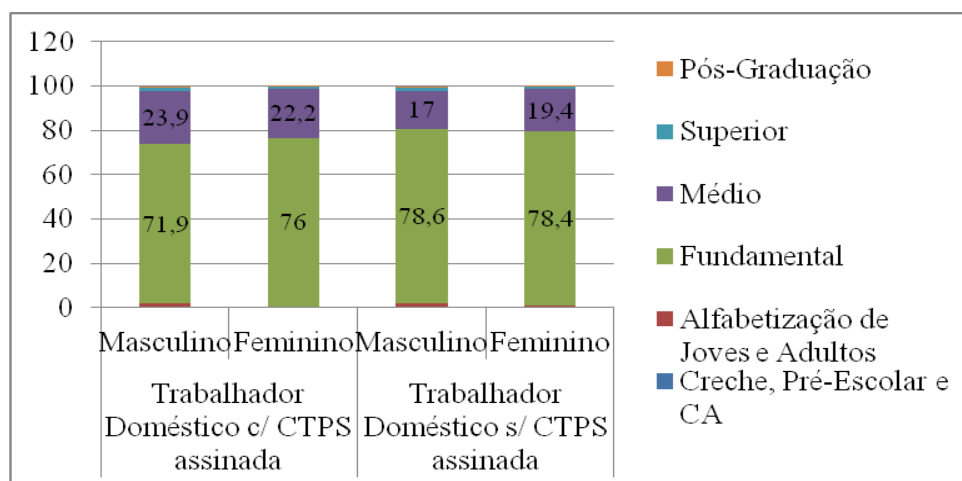


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

O nível educacional Ensino Fundamental apresenta uma maior proporção masculina em relação ao grupo feminino nas categorias empregado com CTPS assinada e conta própria.

Na análise do comportamento de gênero na categoria ocupacional trabalhador doméstico com CTPS assinada, observa-se a participação de ambos os sexos em proporções próximas, em todos os níveis de escolaridade (Gráfico 44).

Gráfico 44 - Proporção de Trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo o gênero - Região Metropolitana Porto Alegre, 2010



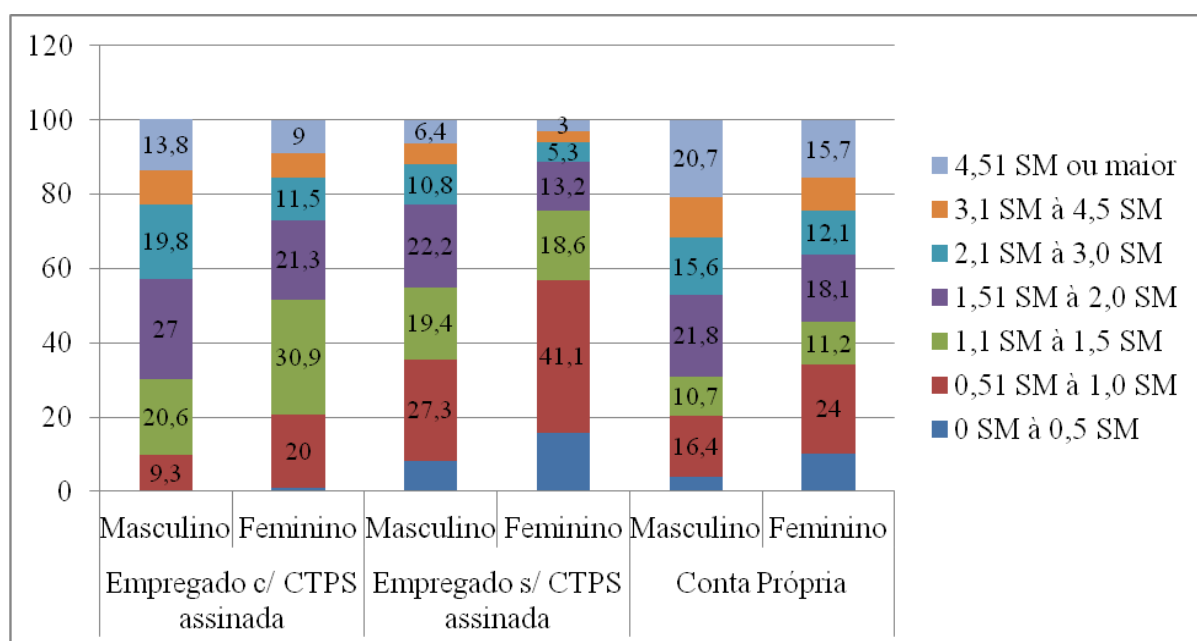
Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Embora em percentuais pequenos, destaca-se a participação nos níveis educacionais com Ensino Superior e Pós-Graduação, completos.

f) Rendimento na composição da categoria ocupacional

A análise dos rendimentos provenientes da ocupação principal mostra a vantagem salarial do grupo masculino nas maiores faixas de renda. Esse resultado é o sintoma da desigualdade de gênero nos rendimentos do trabalho. As distintas bases de rendimentos podem ser verificadas no gráfico 45. Embora as mulheres possuam os melhores níveis educacionais, esse fato não implica em salários superiores àqueles recebidos pelos homens.

Gráfico 45 – Proporção de indivíduos por categoria de trabalho principal, gênero e renda – Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

É importante, inclusive, demonstrar que a maior participação feminina nas faixas de renda ocorreu na base dos rendimentos que se estende de 0SM a 1SM, e a categoria é a do empregado sem CTPS assinada, ou seja, as mulheres foram condicionadas a uma dupla inserção de desigualdade no mercado de trabalho.

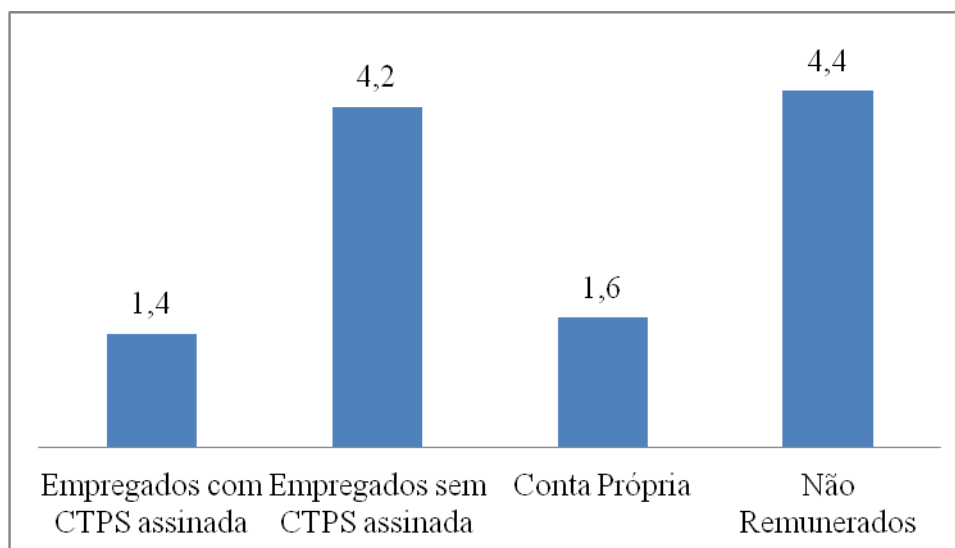
Marques e Costa (2013) demonstram, no estudo das trabalhadoras domésticas, que a RMPOA caracterizou-se pela pouca variação nos percentuais (-1,9%) dessa categoria no período de 2001 a 2011, reforçando, nesta região, o papel do grupo feminino nesta posição de cuidado e reprodução da vida doméstica.

g) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e recebimento de pensão e aposentadoria

g1) Programa Bolsa Família

Respondendo aos objetivos da tese, foram analisadas as categorias ocupacionais selecionadas no que compete às proporções do grupo feminino beneficiárias do PBF, que recebem esta renda como complemento aos rendimentos familiares. O maior percentual de assistidas pelo Programa encontra-se nas categorias sem CTPS assinada e Não Remunerada, respectivamente, 4,2% e 4,4% (Gráfico 46).

Gráfico 46 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

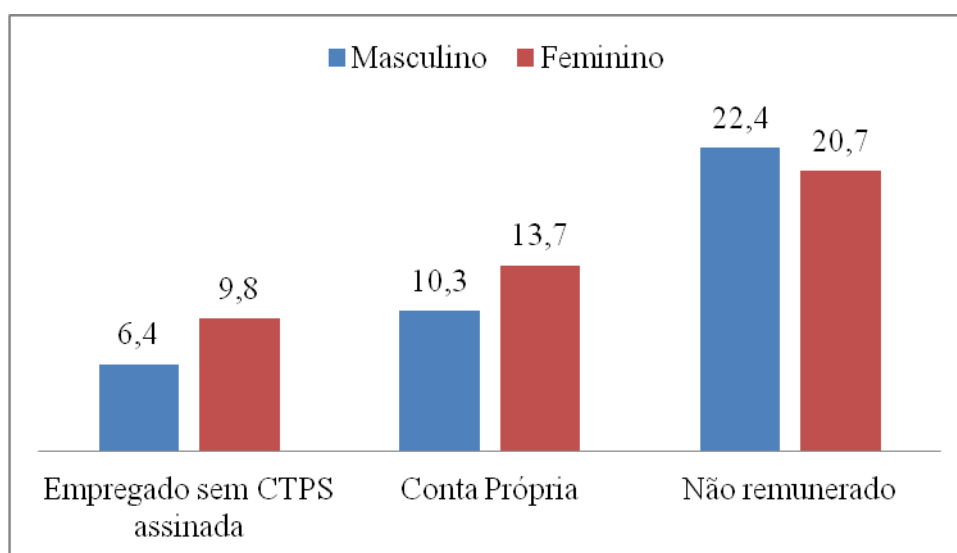
A categoria ocupacional trabalhador doméstico sem CTPS assinada exibe um percentual de assistidas que é o dobro da proporção das trabalhadoras domésticas que possuem a carteira assinada. Tem-se: 11,2% e 5%.

g2) Recebimento de aposentadoria ou pensão

A análise da proporção de homens e de mulheres que recebem aposentadoria ou pensão na RMPOA mostra que o percentual de trabalhadores da categoria não remunerado (sem remuneração) recebendo o benefício é o dobro da proporção da categoria sem CTPS assinada (Gráfico 47).

Observou-se, contudo, que, dentro das categorias, os percentuais de gênero não se diferem acentuadamente, como pode ser observado no gráfico abaixo:

Gráfico 47 – Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de pensão ou aposentadoria por gênero e categorias selecionadas, para Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A análise demonstra, dessa forma, a alta proporção de mulheres, e de mulheres na categoria sem CTPS assinada, que possui baixo rendimento do trabalho e sem uma renda proveniente da cobertura previdenciária.

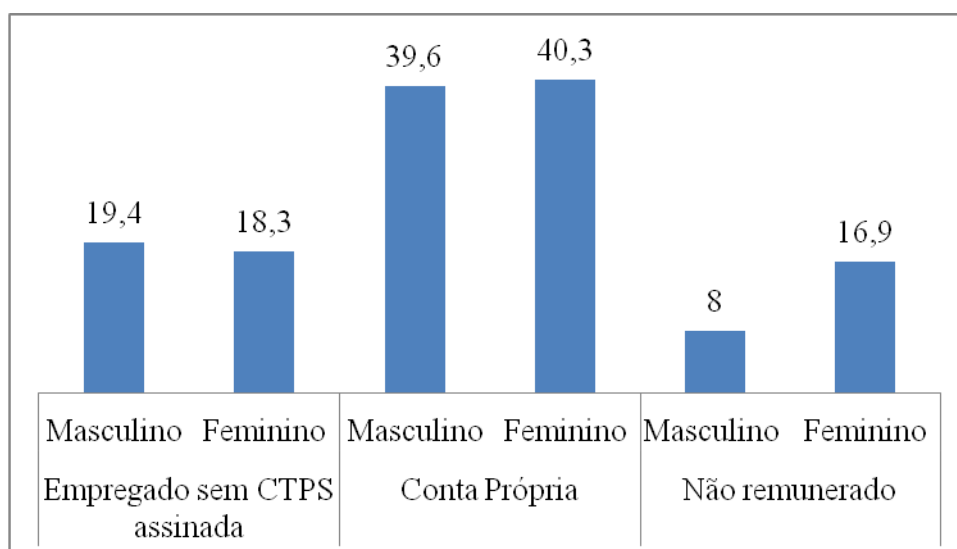
No caso dos trabalhadores domésticos sem CTPS assinada, o percentual de homens e de mulheres que recebem aposentadoria ou pensão chega a respectivamente: 7% e 10,2%.

h) Previdência Oficial e Privada

A análise da proporção de trabalhadores contribuintes da Previdência demonstra o percentual de ocupados que não estão totalmente desprotegidos dos direitos e das garantias dos trabalhadores.

Destaca-se, nesse aspecto, o maior percentual de contribuintes homens (39,6%) e mulheres (40,3%) na categoria conta própria (Gráfico 48).

Gráfico 48 – Proporção de indivíduos que contribuem para a Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para a Região Metropolitana de Porto Alegre, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

O menor percentual apresentado está no grupo masculino na categoria não remunerado, 8%. Ressalta-se que a contribuição dos trabalhadores empregados domésticos à Previdência, tanto no grupo masculino, quanto no grupo feminino, é de, respectivamente, 8,1% e 9,8%.

5.10 Análise comparativa do mapeamento de gênero entre as Regiões Metropolitanas

Atendendo aos objetivos da tese, são apresentadas as principais relações comparativas no que compete ao mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal entre as Regiões Metropolitanas.

a) Análise geral e comparativa dos dados

Observa-se, na análise geral e comparativa dos dados, as seguintes disposições de gênero, raça, demografia, PIB e nível de ocupação.

Há uma composição percentual aproximada dos grupos masculino e feminino nas RMs selecionadas, com uma proporção ligeiramente maior do grupo masculino (4%). Já a composição racial apresenta as concentrações de brancos, pardos e negros, em suas respectivas maiores proporções, nas RMs de Porto Alegre; Salvador e Recife e Salvador.

Na constituição demográfica, a RMSP apresenta o maior número de municípios e da população (Tabela 1).

Destaca-se a RMSP, com o maior PIB *per capita* das RMs selecionadas e, também, com o PIB que mais contribui para a economia do estado e do país. No caso contrário, o menor PIB *per capita* é o apresentado pela RMS, com 46% do PIB da RMSP (tabela 1). É também a RMSP, ao lado da RMBH, que apresenta as maiores proporções do nível de ocupação (56% e 56,3%, respectivamente). O menor percentual de ocupados se encontra na RMR (48,5%). Esses dados demonstram uma grande heterogeneidade econômica e de acesso ao mercado de trabalho entre as regiões (Tabela 2).

b) Análise comparativa da categoria ocupacional por gênero

Verifica-se, na análise comparativa entre as RMs, a seguinte composição nas categorias ocupacionais:

As RMs apresentam proporções aproximadas dentro da categoria ocupacional empregado com CTPS assinada para o grupo masculino (varia entre 30,8%, RMPOA, a 33,4%, RMSP). O grupo feminino também exibe percentuais aproximados de composição da categoria entre as RMs (20,6%, RMR, a 26,6%, RMSP), entretanto, a participação dos

homens é mais expressiva em todas as RMs selecionadas na categoria ocupacional empregado com CTPS assinada.

As RMs exibem um percentual aproximado na composição da categoria ocupacional sem CTPS assinada para ambos os sexos. E, em todas as categorias, ocorreu um maior percentual de mulheres do que de homens. Enquanto o grupo masculino se mostra mais expressivo nas ocupações com carteira de trabalho assinada, o grupo feminino se apresenta em proporção ligeiramente maior na categoria sem carteira de trabalho assinada.

A análise das RMs indicou, na categoria conta própria, uma participação mais expressiva de ambos os sexos, se comparada à categoria empregado sem CTPS assinada. Mas as proporções dentro dos grupos masculino e feminino apresentam pouca variação entre as RMs. As diferenças ocorrem no percentual da composição de ambos os sexos.

Esses dados apresentam uma maior proporção de empregados com CTPS assinada, seguidos do conta própria, empregados sem CTPS assinada e, finalmente, não remunerados. Nas categorias cujos trabalhadores gozam de maior segurança trabalhista laboral e/ou salarial, os homens permanecem em vantagem na composição da categoria.

c) Análise comparativa da categoria ocupacional por idade

Entre os objetivos da tese de mapeamento de gênero e seus atributos, procurou-se verificar a composição etária, por gênero, nas categorias ocupacionais selecionadas e na categoria trabalhador doméstico.

O processo demográfico que acompanha a população brasileira nos últimos anos - queda da mortalidade, somada à diminuição dos níveis de fecundidade - não alterou apenas o crescimento da população de uma forma geral, sendo também um dos determinantes das transformações na pirâmide etária, que culminou em um maior percentual de adultos e de idosos¹⁷ (GUIMARÃES, 2012; KRELING, 2008).

Essa nova configuração etária causa efeitos em diversas áreas, sendo uma delas o mercado de trabalho. De uma forma geral, os idosos encontram desafios maiores para se

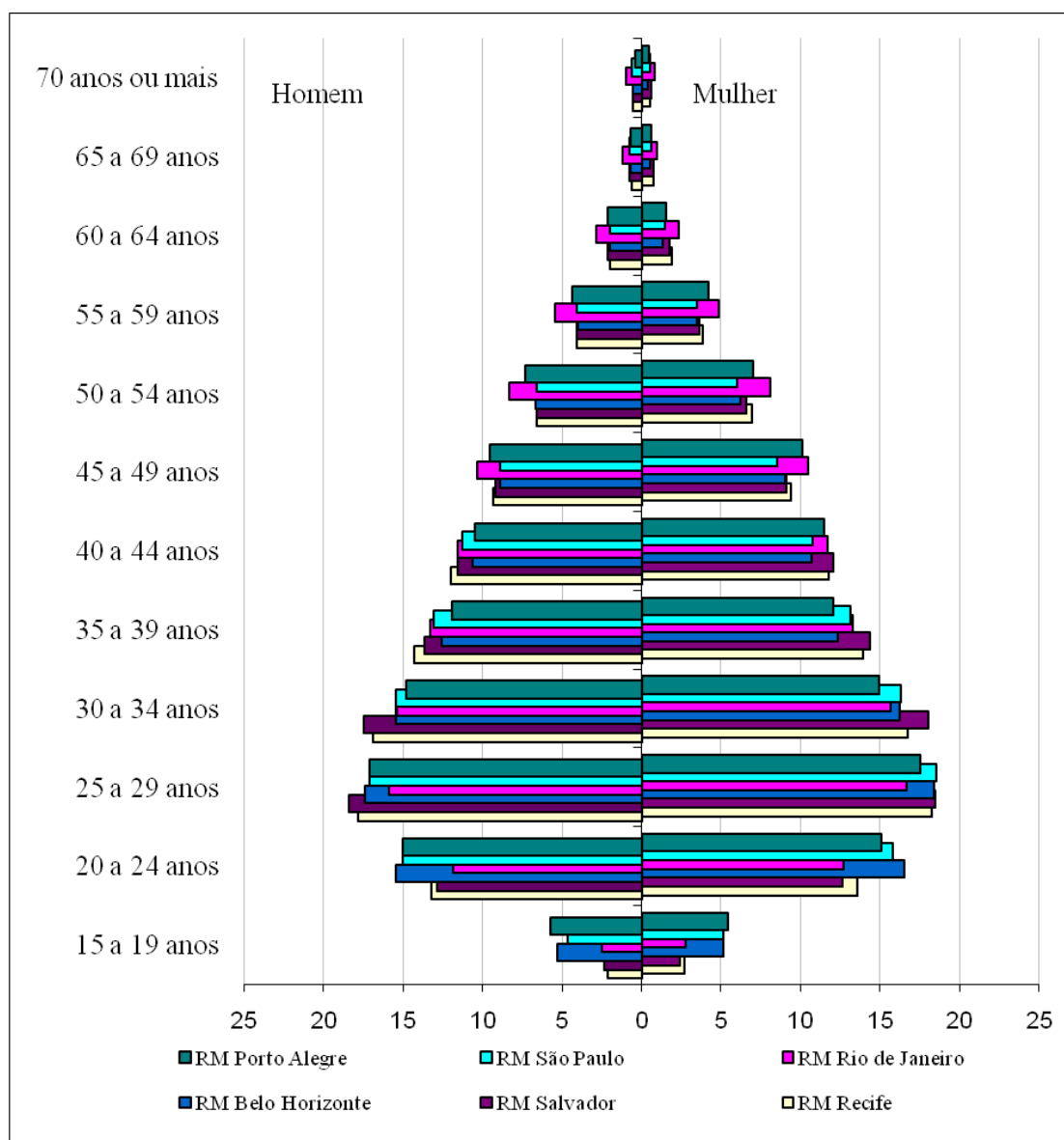
¹⁷ É considerada idosa, neste estudo, a população com idade de 60 anos e mais. Esse critério baseia-se na Resolução nº 39/125 da ONU, que, em 1982, na Assembléia Mundial das Nações Unidas sobre o envelhecimento da população, estabeleceu a idade de 60 anos como o início da terceira idade nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento e de 65 anos nos desenvolvidos (CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO/RS, 1997, p. 20).

inserir no trabalho, em razão da escolaridade, da idade, do número de vagas e, comumente, das condições de trabalho mais frágeis. Além disso, destacam-se a instabilidade do emprego e as baixas remunerações. O desemprego e a aposentadoria podem causar efeitos diversos, como a desvalorização da autoestima ou dos projetos de vida. O padrão de vida, condicionado pelos fatores citados, se torna também reduzido. O reingresso no mercado de trabalho, na maior parte das vezes, está relacionado à supressão das necessidades financeiras e, o que é mais grave, em muitos casos, o retorno ao mercado de trabalho ocorre de forma precária ou com menos vantagens de rendimentos ou ainda sob condições instáveis de emprego, se comparadas à ocupação que exerciam no momento anterior (GUIMARÃES, 2012; KRELING, 2008; IBGE, 2012).

O mapeamento indicou a seguinte composição percentual nas categorias ocupacionais, de acordo com idade e gênero:

Na categoria com CTPS assinada, observou-se que, nas RMs selecionadas, não há uma concentração da população idosa (Gráfico 49).

Gráfico 49 - Pirâmide Etária - Empregados com CTPS assinada por sexo, Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

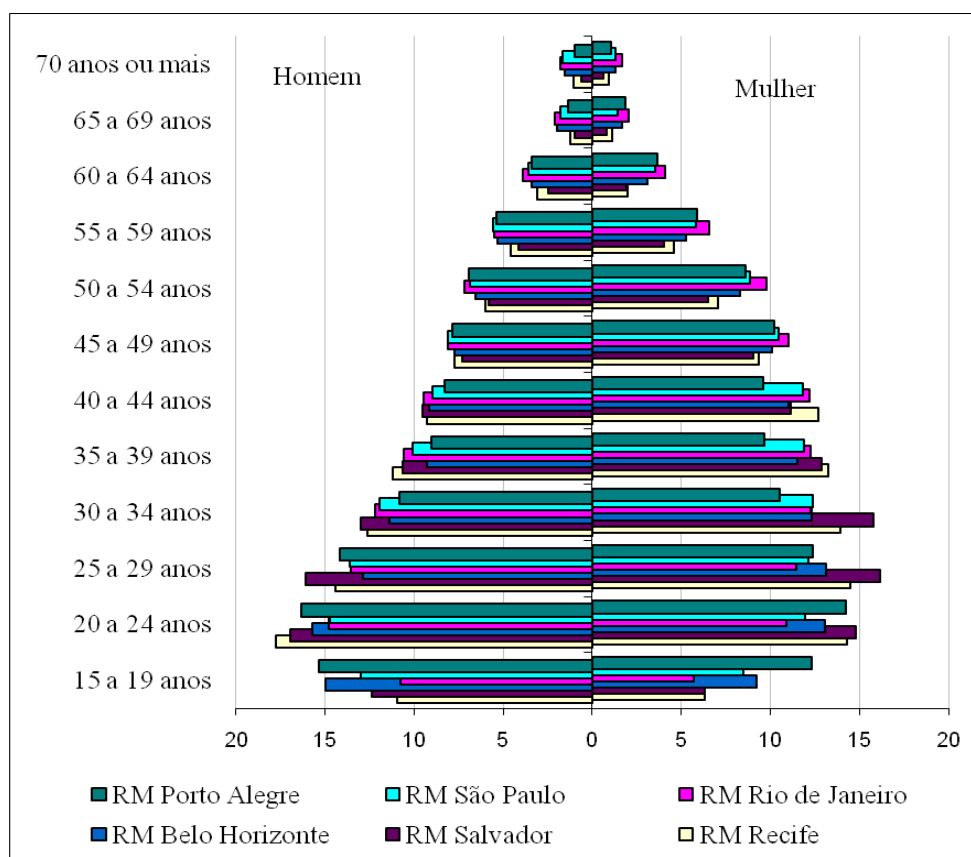
O grupo masculino apresenta uma acentuada distribuição de jovens nas RMs de São Paulo, Porto Alegre e Belo Horizonte. Destaca-se a maior participação do grupo masculino da RMRJ nas seguintes faixas etárias: 30 - 34; 40 -59. Por sua vez, o grupo etário masculino compreendido entre 60 a 64 anos exibe um percentual aproximado nas RMs do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e Belo Horizonte.

O mapeamento indica o maior percentual de participação do grupo feminino na RMS nas faixas etárias compreendidas entre 30-39 anos. Houve um percentual aproximado na participação das mulheres na faixa 25-29 nas RMs de Belo Horizonte, São Paulo, Salvador e Recife.

Observa-se que a pirâmide apresenta uma distribuição da proporção etária aproximada entre os grupos masculino e feminino, embora haja variações de homens e de mulheres dentro da mesma RM e entre as RMs. A pirâmide demonstra, também, o perfil intrínseco da participação etária nas categorias ocupacionais cuja CTPS é assinada.

Por sua vez, a análise da pirâmide sem CTPS assinada demonstra uma ampla base de jovens trabalhando na informalidade. Especialmente no grupo feminino, esta base ampla (em comparação com a categoria com CTPS assinada) se estende até aos 44 anos, com exceção da RMPOA (Gráfico 50).

Gráfico 50 - Pirâmide Etária - Empregados sem carteira assinada por sexo, Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Ao comparar-se os percentuais das faixas etárias das categorias empregado sem CTPS assinada e empregado com CTPS assinada, verifica-se que o perfil dos trabalhadores informais demonstra uma participação maior de percentual de adolescentes e jovens de ambos os sexos, e que o topo da pirâmide também contou com uma presença mais acentuada dos profissionais informais. Este resultado confirma as pesquisas de Bruschini (2007), que indicam os traços da população feminina, no mercado de trabalho informal, marcado pela presença de mulheres jovens e na fase madura.

A categoria conta própria mostrou uma reduzida proporção de jovens e uma concentração de adultos, na ampla faixa que se estende dos 30 anos aos 54 anos, principalmente, e destaca-se pela alta proporção de idosos na categoria (Gráfico 51).

Gráfico 51- Pirâmide Etária - Trabalhadores Conta Própria por sexo, e Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010



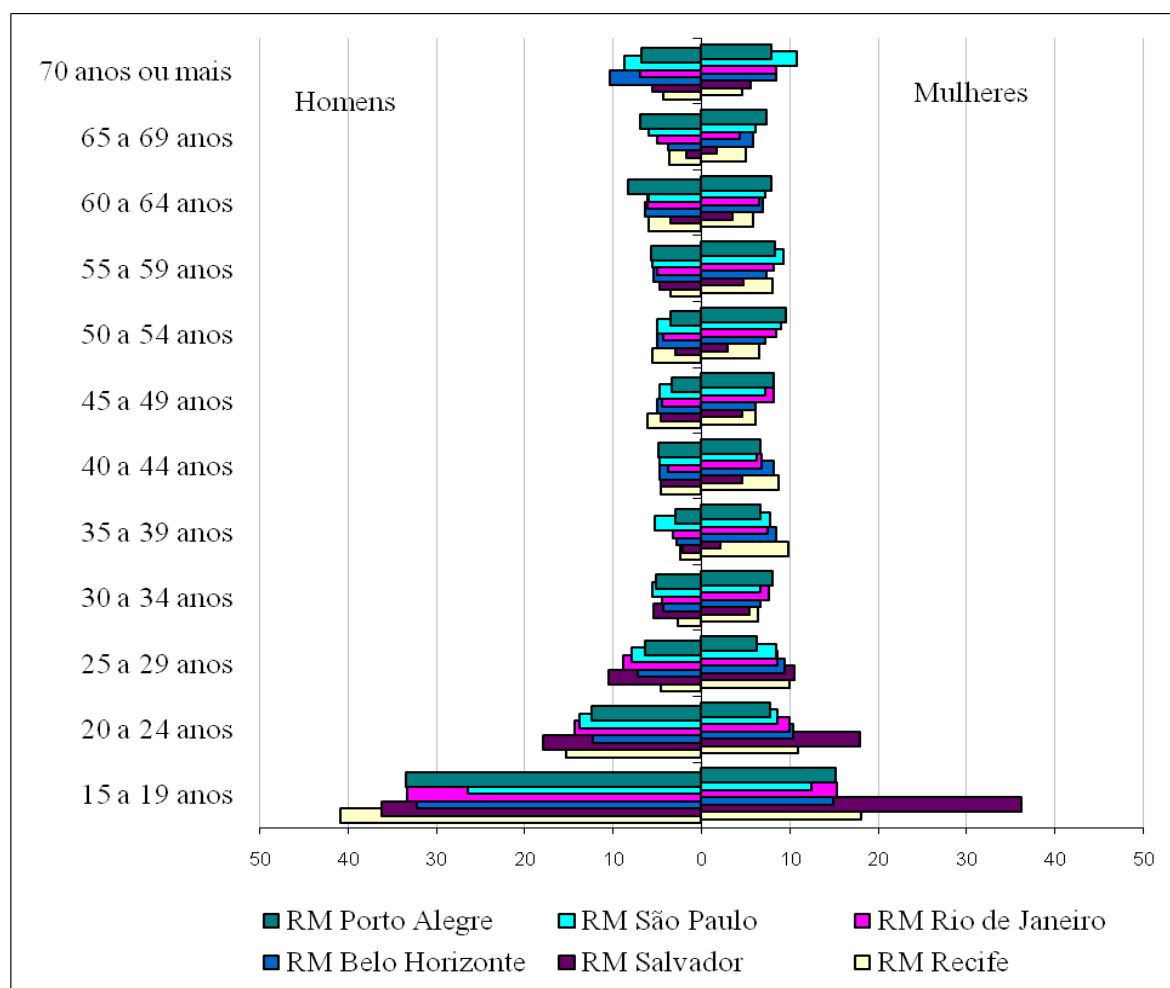
Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A pirâmide é caracterizada pelo alargamento mais acentuado do topo, se comparado, proporcionalmente, à disposição dos empregados sem CTPS assinada e com CTPS assinada. Essa comparação é verificada em todas as RMs, mesmo indicando percentuais distintos de homem e de mulher.

Guimarães (2012) explica a existência de disposições renovadas entre os trabalhadores idosos, condicionadas pelas transformações econômicas e na estrutura do emprego que tornam, inclusive, o Brasil como o país com um dos maiores percentuais de idosos no mercado de trabalho. Observa-se o fato de ocorrer um aumento na expectativa de vida e, dessa forma, o aumento do consumo, a entrada na educação e, também, a permanência ou o retorno ao mercado de trabalho. Essas disposições se inserem, sobretudo, nas relações de gênero, de geração e de idade. Guimarães demonstra, em grandes linhas, "que existe maior concentração dos trabalhadores idosos atuando como autônomos e pequenos empregadores, geralmente, em atividades que se caracterizam por relativa autonomia e diferenciações nas jornadas de trabalho" (2012, p. 108).

A análise da categoria ocupacional não remunerado mostra uma acentuada participação percentual na faixa etária de 15 a 24 anos. Destaca-se uma expressiva participação percentual do grupo feminino na RM de Salvador, nesse intervalo de grupos de idade. De uma forma geral, as mulheres apresentaram uma maior participação, se comparadas proporcionalmente à dos homens (Gráfico 52).

Gráfico 52 - Pirâmide Etária - Não remunerado (sem remuneração)s por sexo e Regiões Metropolitanas selecionadas, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A categoria não remunerado apresenta uma base ampla, em virtude da própria caracterização da ocupação da atividade econômica, para auxiliar ao proprietário do domicílio, cujo trabalho é conta própria, empregador ou, ainda, empregado do setor privado. Muitos destes empregados não remunerado são estudantes e estagiários.

d) Ocupação por categoria e variação da população ocupada segundo a posição na ocupação entre os anos de 2003 e 2010

Na variação temporal assinalada, 2003-2010, o percentual da categoria do trabalhador doméstico, historicamente um reduto de informalidade no emprego feminino, apresentou uma importante retração na RMR, -22,6%. Já a RMBH indicou um aumento de 8,1%, e a RMRJ

obteve uma retração de -13,1%. De uma forma geral, analisando-se as demais RMs selecionadas, o percentual da categoria ocupacional trabalhador doméstico obteve um expressivo aumento (Tabela 9).

Tabela 09 – Síntese dos resultados encontrados - Ocupação por categoria e Variação 2003-2010

	Ocupação por categoria (%)								Variação 2003-2010			
	CC		SC		CP		NR		SC	CC	CP	TD
Gênero	M	F	M	F	M	F	M	F				
RM Recife	31	20,6	9,1	10,9	12	7,7	0,3	0,7	-22,6	57,3	4,7	23,9
RM Salvador	32,1	23,1	7,9	10,6	10,9	7,9	0,5	0,7	5,8	48,5	23,9	19,2
RM Rio de Janeiro	31,1	23,1	7,4	9,5	12,2	7,5	0,4	0,8	-13,1	26,4	6,1	13,3
RM de São Paulo	33,4	26,6	7,0	8,5	11,4	6,7	0,3	0,7	-8,2	39,2	12,5	18,6
RM Belo Horizonte	33	25,2	6,2	7,9	11,8	7,1	0,2	0,7	8,1	53,1	6,7	37,5
RM Porto Alegre	30,8	25,7	6,6	7,8	12,5	7,5	0,2	0,6	-2,8	33,6	3	5,5

Fonte: dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada; CP – Conta Própria; NR – Não remunerado (sem remuneração); TD – Trabalhador Doméstico.

e) Análise comparativa da escolaridade por gênero

Observa-se, no mapeamento de gênero, uma maior proporção do grupo feminino nos níveis do Ensino Superior e da Pós-Graduação e, no nível Ensino Médio, as proporções femininas foram ligeiramente maiores, se comparadas ao percentual do grupo masculino, com exceção de poucas RMs e categorias ocupacionais (Tabela 10).

Tabela 10 – Síntese dos resultados encontrados – Escolaridade categorias selecionadas e Trabalhador Doméstico

	Escolaridade															
	Até o Ensino Fundamental								Ensino Médio							
	CC		SC		CP		NR		CC		SC		CP		NR	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
RM Recife	39,4	24,4	60,3	54,2	55,6	41,5	55,3	49,2	46,6	48,7	32,1	36,5	31,4	41,7	37,9	38,7
RM Salvador	35,3	22,4	55,7	48,6	51,5	37,4	50,3	46,6	50,6	52,5	34,6	42,2	35	46,4	44,6	44,4
RM Rio de Janeiro	38,9	29,8	55,4	56	49,4	37	50,3	48,2	42,7	43,5	32,7	33,2	32,1	37,9	34	37,5
RM de São Paulo	39,8	31,6	54,7	55,8	48,5	37,7	52,5	54,3	39,8	40,4	32,2	32,3	28,4	32,2	30,1	29
RM Belo Horizonte	45,7	36,3	61,7	59,7	55,2	41,9	52,3	52,5	40,1	43,5	28,3	29,5	28,4	35,9	31,2	32,1
RM Porto Alegre	46,3	37,8	64,1	59,1	56,8	40	57,3		38,7	41,5	25,1	28,4	24,8	32	26,9	

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada; CP – Conta Própria; NR – Não remunerado (sem remuneração).

	Escolaridade								Escolaridade – Trabalhador Doméstico							
	Ensino Superior e Pós-Graduação								Até o Ensino Fundamental				Ensino Médio, Superior e Pós-Graduação			
	CC		SC		CP		NR		CC		SC		CC		SC	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
RM Recife	14	26,9	7,7	9,3	13	16,9	6,7	12,2	67,2	73,1	78,5	77,8	32,7	26,9	21,4	22,3
RM Salvador	14	25,1	9,6	9,2	13,5	16,1	5,1	8,9	63,5	60,5	69,3	67,3	36,5	38,8	30,7	32,8
RM Rio de Janeiro	18,5	26,7	11,9	10,8	18,5	25,1	15,7	14,3	62,9	72,2	70,9	75,1	37,1	27,8	29	24,9
RM de São Paulo	20	28	13	11,9	23	30,1	17,3	16,7	69,8	73,9	74,5	75,5	30,8	26	25,5	24,4
RM Belo Horizonte	13,8	20,2	9,9	10,7	16,4	22,1	16,4	14,4	79,5	77,6	77,2	79,5	20,4	22,3	22,6	20,6
RM Porto Alegre	14,9	20,6	10,8	12,5	18,4	27,9	16		73,8	76,6	80,7	79,4	26,1	23,4	19,2	20,6

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada.

Observa-se, na RMPOA, uma maior proporção de empregados com CTPS assinada no nível Ensino Fundamental; verificou-se, também, que as maiores proporções de participação podem ser realizadas nas categorias sem CTPS assinada e conta própria. De uma forma geral, o menor percentual da composição, nesse nível educacional, é encontrado na RMR.

Nas RMs do Rio de Janeiro e de São Paulo, a categoria ocupacional com CTPS assinada exibiu as proporções mais elevadas nos níveis educacionais Ensino Superior e Pós-Graduação.

Em todas as RMs, observou-se, dentro da categoria ocupacional sem CTPS assinada, uma variação na proporção aproximada das mulheres nos níveis educacionais (9,2% a 12,5%). Por sua vez, o menor percentual do grupo masculino é na RMR (7,7%).

Destaca-se a RMSP no nível educacional Ensino Superior e Pós-Graduação, cujo grupo de sexo apresenta as melhores proporções entre as RMs. As mulheres exibem um percentual de 30,1% e, para homens, 23%. As menores proporções nos grupos de sexo são encontradas nas RMs do Recife e de Salvador.

As RMs do Recife, Belo Horizonte e São Paulo apresentam os melhores percentuais do grupo masculino no nível educacional Ensino Superior e Pós-Graduação. E, no grupo feminino, a melhor proporção está presente na RMS (16,7%).

Destaca-se, mais uma vez, a RM de São Paulo que, ao lado das RMs de Belo Horizonte e Porto Alegre, exhibe, na categoria empregado com CTPS assinada, os menores percentuais do grupo masculino no Ensino Médio. Por outro lado, os maiores percentuais da presença feminina, nesse nível educacional, estão nas RMs de Salvador e do Recife. Por sua vez, a RM de Salvador apresentou os maiores percentuais de participação das mulheres (42,2%) e dos homens (34,6%).

A análise da escolaridade, nas categorias ocupacionais selecionadas, indicou a maior proporção de mulheres nos níveis do Ensino Superior e da Pós-Graduação. A categoria ocupacional com CTPS assinada apresentou, no Ensino Médio, percentuais parecidos entre homens e mulheres. A categoria sem CTPS assinada exhibe proporções maiores, ou iguais, de mulheres em relação aos homens. Já a categoria Conta Própria também demonstra um melhor percentual feminino no Ensino Médio.

A pesquisa também realizou o mapeamento da escolaridade por gênero nas categorias ocupacionais trabalhador doméstico com e sem CTPS assinada.

Observa-se na análise, como característica inerente à própria ocupação, o alto percentual dos trabalhadores domésticos nos níveis educacionais mais baixos.

Destaca-se, de uma forma geral, em todas as RMs, o alto percentual dos trabalhadores domésticos no Ensino Fundamental. Verifica-se essa distribuição dentro das categorias com e sem carteira assinada da seguinte forma: entre os empregados com CTPS assinada, a menor proporção de participação para o grupo feminino é na RMS, 60,5%, e a menor presença do grupo masculino é na RMRJ, 62,9. Por sua vez, a RMRJ apresenta a melhor proporção no grupo masculino, 37,1%, no Ensino Médio, Superior e Pós-Graduação. E a RMS exibe a melhor proporção do grupo feminino (38,8%). Verificaram-se, entretanto, diferenças relativamente baixas entre algumas RMs.

A RMS apresenta, na categoria dos trabalhadores domésticos sem CTPS assinada, os menores percentuais para ambos os sexos no Ensino Fundamental. É, também, a RMS que mostra os melhores percentuais de homens, 30,7%, e de mulheres, 32,8%, no Ensino Médio, Superior e Pós-Graduação. Destacam-se, entretanto, as desigualdades nos níveis educacionais anteriormente citados, entre as categorias com e sem CTPS assinada.

f) Análise comparativa da renda por gênero

Uma variável fundamental na elaboração do mapeamento de gênero é o rendimento do trabalho principal. A desigualdade de renda de gênero é um sintoma claro das assimetrias nos acessos produtores de valor de homens e de mulheres. A comparação dos rendimentos de gênero, nas categorias ocupacionais entre as RMs, demonstra uma clara desigualdade no acesso às melhores faixas de rendimento entre homens e mulheres (Tabela 11), mesmo nas ocupações cujo nível de escolaridade das mulheres é superior ao masculino.

Tabela 11 – Síntese dos resultados encontrados – Renda

Região Metropolitana	Renda											
	Até 1 salário mínimo						De 1,1 a 3,0 salários mínimos					
	CC		SC		CP		CC		SC		CP	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
RM Recife	34	43,6	65	82,3	47,6	62	50,9	42,4	29,2	14,8	35,3	25,2
RM Salvador	28,4	43,4	60,7	81,2	42,4	59,5	53,4	40,2	31,4	15,1	37,2	26,1
RM Rio de Janeiro	15,7	25	39,6	60,2	24,7	42	60,7	56,7	47,8	34,3	47,2	36,5
RM de São Paulo	7,5	14,9	30,4	51,3	16,5	29,7	64,2	63,1	53,5	41,3	44,5	39,9
RM Belo Horizonte	19,1	37,9	43,8	68	22,9	41,6	60,8	48,7	43,7	27,1	46	36,6
RM Porto Alegre	9,7	20,8	35,5	56,9	20,3	34,3	67,4	63,7	52,4	37,1	48,1	41,4

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada; CP – Conta Própria; NR – Não remunerado (sem remuneração).

Região Metropolitana	Renda					
	Acima de 3,1 salários mínimos					
	CC		SC		CP	
	M	F	M	F	M	F
RM Recife	15	13,9	5,7	2,9	17,1	12,8
RM Salvador	18,3	16,4	7,8	3,8	20,4	14,3
RM Rio de Janeiro	23,6	18,3	12,6	5,4	28,1	21,4
RM de São Paulo	28,3	21,9	16,2	7,5	38,9	30,4
RM Belo Horizonte	20,1	13,2	12,4	4,7	31	21,8
RM Porto Alegre	23	15,5	12,1	6	31,6	24,3

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada; CP – Conta Própria; NR – Não Remunerado. Continua

continua

continuação

Tabela 11 – Síntese dos resultados encontrados – Renda

Região Metropolitana	Renda – Trabalhador Doméstico											
	Até 1 salário mínimo				De 1,1 a 3 salários mínimos				Acima de 3 salários mínimos			
	CC		SC		CC		SC		CC		SC	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
RM Recife	58,1	86,6	83,1	94,4	40,3	13,3	16,1	4,9	1,6	0,1	0,8	0,2
RM Salvador	58,7	85,6	74,1	94,2	37,1	13,9	23	5,6	4,1	0,5	2,8	0,2
RM Rio de Janeiro	29,5	40,9	54,2	70	63,6	57,7	41,1	29,3	6,8	1,4	4,7	0,8
RM de São Paulo	18,8	30,8	49	64,7	69,9	67	45,4	34,4	11,2	1,6	5,6	0,9
RM Belo Horizonte	44,7	62	63,9	81	51,9	37,4	32,8	18,6	3,3	0,6	3,3	0,4
RM Porto Alegre	31	44,1	68,4	71,8	62,4	55,1	29,2	27,3	6,6	0,8	2,4	0,8

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada.

Na RMR, tem-se 34% do grupo masculino na categoria empregado com CTPS assinada, na faixa de renda até 1SM, com as RMs de Salvador e do Recife mostrando 43,6% para o grupo feminino.

A RMR apresenta, na categoria sem CTPS assinada, na faixa de renda até 1SM, os maiores percentuais de participação nos grupos masculino e feminino. Observa-se, dentro desse grupo, um aprofundamento da desigualdade de rendimento entre homens e mulheres (65%, para os homens; e 82,3%, para as mulheres).

É, também, a RMR que apresenta o maior percentual de homens e de mulheres recebendo até 1SM na categoria ocupacional conta própria.

A RMR e a RMS apresentam os dois menores níveis de ocupação entre as RMs selecionadas analisadas, respectivamente, 48,5% e 52,3% (Tabela 2) e somam-se a esse panorama do mercado de trabalho os piores rendimentos provenientes do trabalho, até a faixa de 1SM, situação que se dá de forma mais perversa com as mulheres.

Por outro lado, as RMs de Porto Alegre e de São Paulo apresentam os melhores percentuais dos grupos masculino e feminino na categoria com CTPS assinada, na faixa de renda 1,1SM a 3SM. No caso da RM de São Paulo, os percentuais entre ambos os sexos foram próximos, com uma ligeira vantagem para o grupo feminino. No exemplo de Porto

Alegre, o grupo masculino ampliou o percentual em relação aos rendimentos auferidos pelas mulheres.

A RM de São Paulo também demonstra o melhor rendimento na categoria sem CTPS assinada. Entretanto, houve um melhor ganho proveniente do trabalho no grupo masculino, com 53,5%; o feminino, por sua vez, obteve 41,3%. Os menores rendimentos estão na RM do Recife: grupo masculino, 29,2%; grupo feminino, 14,8% (o percentual feminino está na proporção aproximada da RMR).

A RMPOA apresenta os melhores percentuais na categoria conta própria, mas com uma clara vantagem do grupo masculino, 48,1%, em comparação com o grupo feminino, 41,4%. Os menores percentuais estão novamente na RMR, e as mulheres permanecem, ainda, com os menores rendimentos de todos os ocupados dessa categoria, cerca de 25,2%.

São as RMs de São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro que apresentam os melhores percentuais do grupo masculino na categoria com CTPS assinada, cujo rendimento do trabalho é acima de 3,1SM. Com um percentual de participação abaixo do grupo masculino, as melhores proporções do grupo feminino estão nas RMs de São Paulo e do Rio de Janeiro.

O comportamento de gênero na desigualdade dos rendimentos entre as metrópoles permanece na categoria sem CTPS assinada. As melhores proporções estão na RMS e os percentuais mais baixos na RMR (grupo masculino, 5,7%; grupo feminino, 2,9%).

A RMPOA apresentou, também nesta faixa de renda acima de 3,1SM, as maiores proporções de ocupados na categoria ocupacional conta própria.

Como os dados demonstram, ocorre uma vantagem salarial masculina nas categorias ocupacionais selecionadas nas RMs que compõem a PME, independente do nível de ocupação das regiões e da escolaridade dos grupos de sexo.

Foram analisados, também, os percentuais de rendimentos dos trabalhadores domésticos com e sem CTPS assinada entre as RMs, conforme a composição de gênero (Tabela 11).

Em todas as RMs, identificou-se o maior percentual feminino recebendo até 1SM na categoria com CTPS assinada, com destaque para a RMR (86,6%). Na categoria sem CTPS assinada, a RMR e a RMS apresentaram a proporção mais expressiva do grupo feminino (94%).

A RMS apresentou a maior proporção nos rendimentos de 1,1SM a 3SM nas categorias com e sem CTPS assinada, especialmente no grupo masculino. Houve pouca

variação nos grupos de sexo, na categoria com CTPS assinada, masculino, 69,9%, e feminino, 67%, mas a categoria sem CTPS assinada exibiu um percentual de 45,4% de homens e 34,4% de mulheres.

A RMSP apresentou um alto percentual de homens na categoria com CTPS assinada, na faixa de rendimentos Acima de 3,1SM, se comparado com as outras RMs.

O resultado dos dados dos trabalhadores domésticos demonstrou a desigualdade salarial da categoria, permitindo enfatizar, ainda mais, como as atividades informais carecem de políticas que alterem a estrutura desigual das ocupações.

g) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e recebimento de pensão e aposentadoria

Respondendo aos objetivos da tese, observou-se, nas categorias ocupacionais selecionadas e entre as trabalhadoras domésticas, a proporção do grupo feminino beneficiário do PBF nas RMs, com o objetivo de mapear as trabalhadoras informais em maior situação de vulnerabilidade e sua alternativa ou complemento de rendimento (Tabela 12).

Tabela 12 – Síntese dos resultados encontrados – Proporção dos que recebem pensão ou aposentadoria, contribuem para a previdência e recebem Bolsa Família (%)

Região Metropolitana	Recebem Aposentadoria ou Pensão						Contribuem para Previdência Pública ou Privada					
	SC		CP		NR		SC		CP		NR	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
RM Recife	4,9	6	7,7	10	12,8	13,7	12,4	11,5	19,1	16,5	0	10
RM Salvador	3,9	5	6,7	9	9,2	14,8	15,2	13,7	23,1	21,3	28,7	0
RM Rio de Janeiro	6,7	6,7	9	12,6	18,5	17,5	18,3	17	30	27,8	10	13,7
RM de São Paulo	6,8	7,8	9,6	10,6	19,9	21	18,1	15,8	34,5	33,5	7,6	19,9
RM Belo Horizonte	6,9	8,6	9,6	10,5	21,2	20,5	20,1	18	36,3	33,8	45	12,9
RM Porto Alegre	6,4	9,8	10,3	13,7	22,4	20,7	19,4	18,3	39,6	40,3	8	16,9

Nota: SC – Empregado sem CTPS assinada; CP – Conta Própria; NR – Não remunerado (sem remuneração); M – Masculino; F – Feminino.

Região Metropolitana	Mulheres que recebem Bolsa Família			
	CC	SC	CP	NR
RM Recife	2,2	12,7	6,5	11,2
RM Salvador	2	11	6,4	11,2
RM Rio de Janeiro	1,2	5	1,9	5,3
RM de São Paulo	0,9	3	1,3	3,5
RM Belo Horizonte	1,7	5	2	4,9
RM Porto Alegre	1,4	4,2	1,6	4,4

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada; CP – Conta Própria; NR – Não Remunerado.

Tabela 12 – Síntese dos resultados encontrados – Proporção dos que recebem pensão ou aposentadoria, contribuem para a previdência e recebem Bolsa Família (%).

Região Metropolitana	Recebem Aposentadoria ou Pensão		Contribuem para Previdência Pública ou Privada		Mulheres que recebem Bolsa Família	
	SC		SC		CC	SC
	M	F	M	F	F	F
RM Recife	5	5,9	4,4	4,8	5	11,2
RM Salvador	4,1	4,4	7,3	6,6	1,1	11
RM Rio de Janeiro	7,6	9,3	13,5	12	4,1	10,1
RM de São Paulo	8,5	7,6	9,3	9,3	3,4	6,7
RM Belo Horizonte	7,9	8,4	8,2	11,1	6,3	14,5
RM Porto Alegre	7	10,2	8,1	9,8	5	11,2

Nota: CC – Empregado com CTPS assinada; SC – Empregado sem CTPS assinada.

A RMR apresentou o maior percentual (2,2%) de mulheres assistidas pelo PBF, na categoria com CTPS assinada, se comparada às demais RMs estudadas. Essas não apresentaram mais do que 1,9% na composição das assistidas. Entretanto, a categoria sem CTPS assinada mostrou uma proporção de beneficiárias na RMR de 12,7% e, na RMS, 11%; percentuais próximos a esses foram encontrados na categoria Não remunerado, 11,2%.

Outro dado conclusivo da pesquisa demonstra que essa proporção de homens e mulheres presentes no mercado de trabalho informal ocorre como um meio de complementar a renda, visto que recebem pensão ou aposentadoria.

As RMs do Recife e de Salvador apresentaram o maior distanciamento do recebimento de aposentadoria e pensão dos grupos masculino e feminino, entre as RMs selecionadas. Os homens constituem o percentual que mais recebe o benefício previdenciário, enquanto as mulheres têm no trabalho informal a fonte de renda. Verifica-se, portanto, para os grupos masculinos da RMR e RMS, 49% e 39%, e, para o grupo feminino, 6% e 5%.

Com um comportamento inverso, as RMs do Recife e de Salvador apresentaram o menor percentual no grupo masculino na categoria Conta Própria, se comparado à categoria sem CTPS assinada. RMR, 7,7% e RMS, 6,7%. As demais RMs apresentaram um ligeiro aumento nos percentuais de ambos os sexos no recebimento de aposentadoria ou pensão, se comparados à categoria sem CTPS assinada.

As RMs do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Belo Horizonte e de Porto Alegre apresentaram os maiores percentuais de trabalhadores com recebimento de aposentadoria e pensão na categoria não remunerado. Destaca-se que a análise da faixa etária por gênero, na categoria ocupacional não remunerado, apresentou a maior proporção de idosos no mercado de trabalho. O que, conforme Guimarães (2012) e Kreling (2008), indica a tendência, no Brasil, de aposentados e de pensionistas retornarem ao, ou se inserirem no, mercado de trabalho.

A RMPOA mostrou o maior percentual dos trabalhadores domésticos que recebem aposentadoria ou pensão, o que, no entanto, não ultrapassa os 10%. Isso demonstra que, diante dos baixos rendimentos da categoria profissional, há o maior percentual dos que não possuem uma forma de renda, cuja cobertura previdenciária garanta os direitos trabalhistas.

No âmbito do trabalho doméstico, Marques e Costa (2013) ressaltam a necessidade de uma mudança na estrutura econômica e trabalhista dessa categoria ocupacional. Este processo também é político, na medida em que envolve poder e decisão política para a redistribuição de recursos e políticas de superação das desigualdades (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011). A implementação da PEC das Domésticas¹⁸ é um resultado deste esforço de redução das desigualdades e das forças de poder, tanto no âmbito institucional, quanto nas relações microsociais, estabelecidas entre patrões e empregados.

É importante que sejam feitas adequações na legislação para que se igualem os direitos das trabalhadoras domésticas aos dos demais assalariados. Acrescente-se a necessidade de se desenhar um sistema de proteção social que garanta às trabalhadoras, sejam elas mensalistas, com ou sem carteira, ou diaristas, os direitos básicos de aposentadoria, mediante uma contribuição factível para trabalhadoras e empregadores. Além disso, é preciso levar em consideração a necessidade de respeito à jornada de trabalho, ao pagamento de horas extras caso exceda o tempo contratado, bem como pensar em cursos de qualificação que capacitem essas trabalhadoras a desempenhar as tarefas da melhor forma possível (MARQUES; COSTA, 2013, p. 42).

¹⁸ Mais informações sobre a PEC das domésticas no artigo NOVA lei do trabalho doméstico começa a valer a partir desta quarta-feira (3). Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/04/nova-lei-do-trabalho-domestico-comeca-a-valer-a-partir-desta-quarta-feira-3>>. Acesso em: 04 mar. 2014.

h) Contribuição à Previdência Oficial ou Privada

No que tange à contribuição à Previdência Oficial ou Privada, observa-se, entre as RMs, uma diferença na proporção dos contribuintes para os ambos os sexos e nas categorias ocupacionais selecionadas. Esta distinção nas proporções da contribuição leva a um percentual de 12,4%, de homens, e 11,5%, de mulheres, que contribuem para a previdência na RMR, na categoria sem CTPS assinada, indicando, ao lado da análise do recebimento de aposentadoria ou pensão nessa categoria ocupacional, que uma ampla faixa de mais de 80% de mulheres não possui nenhuma cobertura trabalhista.

As proporções das contribuições apresentam-se maiores entre as RMs na categoria conta própria, se comparadas à categoria sem CTPS; entretanto, encontram-se as diferenças percentuais mais acentuadas entre as RMs, no que se refere à contribuição. Os grupos masculino e feminino da RMR indicaram, respectivamente, 19,1% e 16,5%. Já a RMPOA demonstra o percentual masculino com 39,6% e o feminino com 40,3%. É importante ressaltar que a RMPOA apresenta os maiores rendimentos dos trabalhadores, o que pode possibilitar maiores índices de contribuição.

Destaca-se, ainda, a não ocorrência de nenhum caso de contribuição para a Previdência na RMR para o grupo masculino e, na RMS, para o grupo feminino, na categoria não remunerado.

Em uma análise dos resultados parciais da pesquisa, verificou-se que foram obtidas informações relevantes, que permitiram o mapeamento das Regiões Metropolitanas no que se refere ao gênero no mercado de trabalho informal e à composição de gênero nas categorias selecionadas na cidade de Juiz de Fora, bem como das variáveis que condicionam o comportamento dos trabalhadores nas referidas atividades ocupacionais.

De maneira geral, confirmando a hipótese principal, observou-se que, embora as mulheres apresentem um percentual maior do que o grupo masculino, no que tange à escolaridade, elas permanecem em desigualdade nos rendimentos provenientes do trabalho. Verificaram-se, também, as disparidades entre as RMs, no que se refere à composição de homens e de mulheres nas categorias ocupacionais formais, ao nível educacional e ao rendimento.

A partir da avaliação geral do comportamento de gênero nas categorias ocupacionais selecionadas, que resultou no mapeamento do mercado de trabalho informal, buscou-se

estudar, de maneira mais detalhada, o entendimento das formas como se dá a inserção de homens e de mulheres nas categorias informais de trabalho, através da avaliação de variáveis que condicionam a entrada e a permanência dos mesmos na referida categoria.

Para tanto, foram selecionadas algumas categorias historicamente demarcadas pela informalidade e precariedade, a saber, catadores de resíduos sólidos recicláveis e reutilizáveis, ambulantes e trabalhadores domésticos.

Nesse contexto, foi feito um recorte geográfico, que delimitou a cidade de Juiz de Fora, MG, como base para o estudo. A opção ocorreu devido à importância da cidade como polo econômico no estado de Minas Gerais e, ainda, por permitir a aplicação de uma pesquisa específica para se alcançar um dos objetivos da tese.

No próximo capítulo, serão apresentados os resultados do mapeamento de gênero para a cidade de Juiz de Fora nas categorias ocupacionais selecionadas: a) empregado com CTPS assinada; b) empregado sem CTPS assinada; c) Conta Própria e e) Não Remuneradas. Além dos resultados obtidos através da pesquisa junto aos ambulantes, catadores de resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis e dos trabalhadores domésticos (com CTPS assinada e sem CTPS assinada) – esta última categoria pesquisada a partir dos dados do Censo Demográfico do IBGE/2010.

6 TRABALHO INFORMAL E PRECÁRIO EM JUIZ DE FORA

6.1 Introdução

O objetivo do sexto capítulo é apresentar um detalhamento no mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal por meio do estudo de três categorias ocupacionais tradicionalmente demarcadas pela informalidade e/ou precariedade: ambulante; catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável e trabalhador doméstico. Para cumprir tal objetivo, foi necessário realizar o recorte geográfico a fim de se empreender a pesquisa, e o mesmo ocorreu na delimitação da cidade de Juiz de Fora, MG.

No tópico "Apresentação do campo: Juiz de Fora, MG", serão delineadas as características geográficas e socioeconômicas gerais da cidade. O objetivo é demonstrar em qual cenário social são traçadas as configurações do mercado de trabalho pesquisado.

Posteriormente, será apresentado o mapeamento das "Categorias ocupacionais selecionadas e posição na ocupação", entre elas, a categoria ocupacional Trabalhador Doméstico (com e sem CTPS assinada). O objetivo é verificar a disposição de homens e de mulheres nos aspectos demográfico, racial, escolaridade, renda, recebimento de aposentadoria e/ou pensão e contribuição à Previdência.

No subcapítulo "Mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais do Ambulante e Catador de Material e Resíduos Sólidos Recicláveis e Reaproveitáveis" realiza-se a análise geral das categorias ocupacionais no que tange a gênero, à raça e à idade; à composição da categoria por gênero e escolaridade; à composição da categoria por gênero e renda; à categoria ocupacional, raça e escolaridade; à categoria ocupacional, raça e renda; às características gerais das atividades ocupacionais: inserção e permanência na ocupação; ao recebimento de aposentadoria e pensão e contribuição à previdência pública ou privada. Este mapeamento foi realizado, sobretudo, sem a decomposição das categorias selecionadas em ambulante e catador. O objetivo foi verificar (por meio dos testes não-paramétricos de Mann-Whitney e Kruskal-Wallis) se os diferenciais de gênero, raça e as variáveis correlacionadas, no capítulo, apresentavam relação estatística nas médias dos grupos, a fim de desenvolver a pesquisa com a clareza das ligações entre os dados já estabelecidos teoricamente no corpo da tese.

Os dois tópicos subsequentes, "Trabalhadores da categoria ocupacional Ambulante" e "Categoria Catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável", centram-se nas análises:

composição da categoria por gênero e raça; composição da categoria por gênero e escolaridade e composição da categoria de gênero por renda.

Finalmente, é apresentado o tópico conclusivo do capítulo, cujas sínteses do mapeamento das categorias serão apresentadas: "Considerações gerais: Categoria Ocupacional Seleccionada, Trabalhador Doméstico, Ambulante e Catador de Resíduos Sólidos Recicláveis".

O capítulo Inicia-se, portanto, com o conhecimento do campo geográfico da pesquisa.

6.2 Apresentação do campo: Juiz de Fora/MG

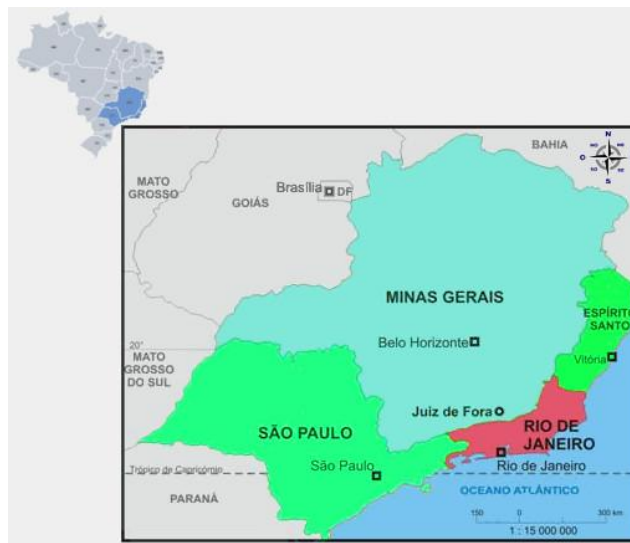
A cidade de Juiz de Fora está localizada na Zona da Mata Mineira, MG e possui sete centros regionais e 124 bairros. Ela insere-se como um importante polo educacional, sediando a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e mais 13 instituições privadas de ensino superior¹⁹. No aspecto cultural, entre entidades e centros culturais, museus e pontos turísticos, escolas e galerias de artes, a cidade conta com 110 espaços para visitação pública²⁰.

A cidade é banhada pelo Rio Paraibuna e está localizada a uma distância de 272 km da capital do Estado, Belo Horizonte, a 184 km do Rio de Janeiro e a 506 km de São Paulo (Figura 2). Somam-se 48 áreas de especial interesse ambiental e oito unidades de preservação ambiental (CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS, 2011); encontra-se em curso a construção do Jardim Botânico pela UFJF.

¹⁹ Fonte: Instituições citadas; Coordenadoria de Administração de Pessoal / CDARA, PRORH, UFJF; Centro de Pesquisas Sociais / Anuário 2011. Disponível em: <<http://www.cps.ufjf.br/anuarios/Anuario2011/index.html>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

²⁰ Fonte: FUNALFA - Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage; Guia Turístico de Juiz de Fora 2008 - CPS/UFJF; Centro de Pesquisas Sociais / Anuário 2011. Disponível em: <<http://www.cps.ufjf.br/anuarios/Anuario2011/index.html>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

Figura 8 - Mapa da Região Sudeste – Destaque Juiz de Fora



Fonte: www.jfminas.com.br

A posição estratégica da cidade, em relação aos grandes centros comerciais, torna-a uma potencial área industrial e de prestação de serviços, sendo estes dois setores, respectivamente, as principais fontes de arrecadação de Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS). Através do estudo do PIB de 2011, a Fundação João Pinheiro divulgou o resultado relatando o PBI de Juiz de Fora como responsável por 2,4% do PIB do Estado, ocupando o quinto lugar, após Belo Horizonte, 14,2%; Betim, 7,3%; Contagem, 4,9% e Uberlândia, 4,8%. Entre as quatro primeiras cidades, apenas Uberlândia não pertence à RMBH (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2013).

A cidade possui 545.942 habitantes. Deste total, cerca de 46,8% da população é formado pelo grupo masculino e 53,2% pelo grupo feminino.

A composição de gênero nas categorias ocupacionais selecionadas e a posição na ocupação e os trabalhadores domésticos serão apresentados no próximo subtópico. As categorias serão analisadas conjuntamente, para detalhar as informações referentes às proporções de homens e de mulheres no mercado de trabalho informal, em um cenário da crescente formalização do trabalho no Brasil.

6.3 Categorias ocupacionais selecionadas e posição na ocupação

Dentro dos objetivos da tese de detalhar o comportamento de gênero nas categorias ocupacionais selecionadas e a posição na ocupação na cidade de Juiz de Fora, analisa-se o comportamento de gênero nas ocupações em suas interfaces com as variáveis idade, escolaridade e renda da ocupação principal.

a) Análise da categoria ocupacional por gênero e raça

No que tange a verificação da proporção total dos trabalhadores presentes nas categorias ocupacionais, observa-se uma proporção de 65,6% dos empregados em atividades profissionais formais e na atividade de empregador (Tabela 13).

Tabela 13 – Proporção de trabalhadores por categoria do trabalho principal, gênero e raça – Juiz de Fora – 2010

Raça	Ocupação													
	Empregado com CTPS assinada		Militar		Servidores Públicos		Empregado sem CTPS assinada		Conta Própria		Empregador		Não remunerado	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
Branca	15,6	13,8	0,7	0	1,7	2,6	2,7	3,3	7,8	5,4	2	1,1	0,2	0,5
Preta	5,4	4,3	0,2	0	0,3	0,3	1,1	1,4	1,4	0,5	0	0	0,1	0,1
Amarela	0,3	0,3	0	0	*	*	0,1	0,1	0,1	0	*	*	0	0
Parda	8,6	6,6	0,3	0	0,5	0,6	2,1	2,4	3,3	1,6	0,3	0,1	0,1	0,1
Indígena	0	0	*	*	0	0	0	0	0	0	0	0	*	*
Total	29,9	25	1,2	0	2,5	3,5	6	7,2	12,6	7,5	2,3	1,2	0,4	0,7

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Nota: * Categorias que não apresentaram observações.

As categorias de valores iguais a zero apresentam proporção muito pequena em relação ao total.

O percentual do empregado Conta Própria também foi expressivo, 20,1%.

Verificou-se uma desigualdade de gênero na composição das categorias ocupacionais formais e como empregador. Os percentuais são 35,9%, grupo masculino, e 29,7%, grupo feminino, seguindo, portanto, a mesma tendência das RMs estudados, no que se refere às maiores proporções de homens nas melhores ocupações laborais, e confirma, em Juiz de Fora, a existência de uma realidade laboral confirmada nas pesquisas de outras regiões e no Brasil (BRUSCHINI et al, 2008; IPEA, 2011; SOUZA, 2010).

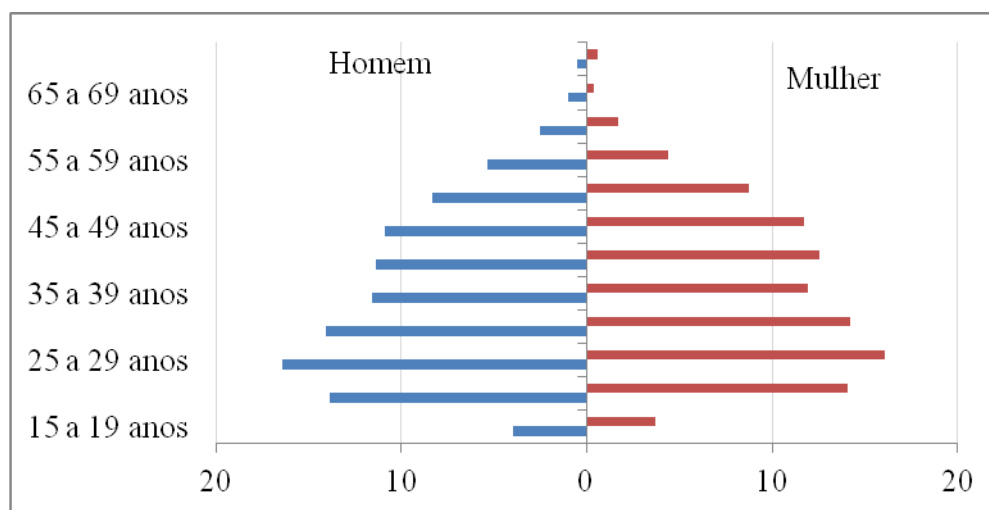
b) Análise da categoria ocupacional por gênero e raça

A desigualdade de gênero no mercado de trabalho torna-se mais acentuada se analisada com a agregação da variável raça. A maior proporção na ocupação se refere aos percentuais de brancos na categoria com CTPS assinada, 15,6% para os homens e 13,8% para as mulheres. A proporção de mulheres negras empregadas com CTPS assinada é de apenas 4,3%; conta própria, 0,5%, e o resultado mais sintomático da desigualdade, os percentuais do grupo negro na categoria ocupacional empregador, é acentuadamente baixo em relação a todas as outras categorias ocupacionais e grupos de cor.

c) Análise da categoria ocupacional por gênero e idade

Observa-se que a composição de gênero e idade, na cidade de Juiz de Fora, na categoria com CTPS assinada, apresentou a mesma disposição das proporções apresentadas nas RMs (Gráfico 53).

Gráfico 53 - Pirâmide Etária - Empregados com CTPS assinada por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG, 2010



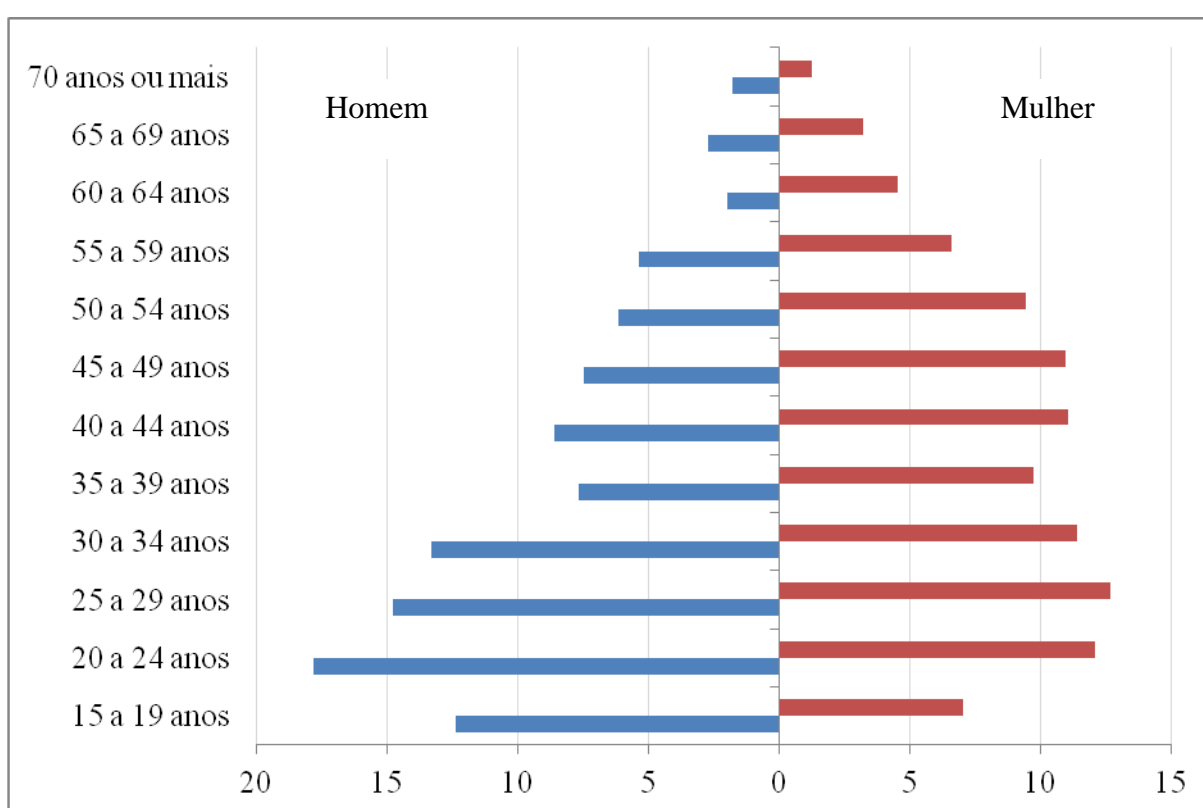
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A proporção dos grupos masculino e feminino está concentrada, especialmente, na faixa etária que se estende dos 25 a 54 anos, com os percentuais aproximados de participação

entre ambos os sexos. Na verificação do percentual dos ocupados com mais de 55 anos, o grupo masculino apresenta a maior proporção.

A categoria empregado sem CTPS assinada denota outra disposição etária, se comparada aos trabalhadores com carteira de trabalho assinada. Destaca-se que a participação dos trabalhadores sem CTPS assinada também exhibe o formato assimétrico, tal qual as RMs estudadas no capítulo anterior da tese (Gráfico 54).

Gráfico 54 - Pirâmide Etária - Empregados sem CTPS assinada por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG, 2010

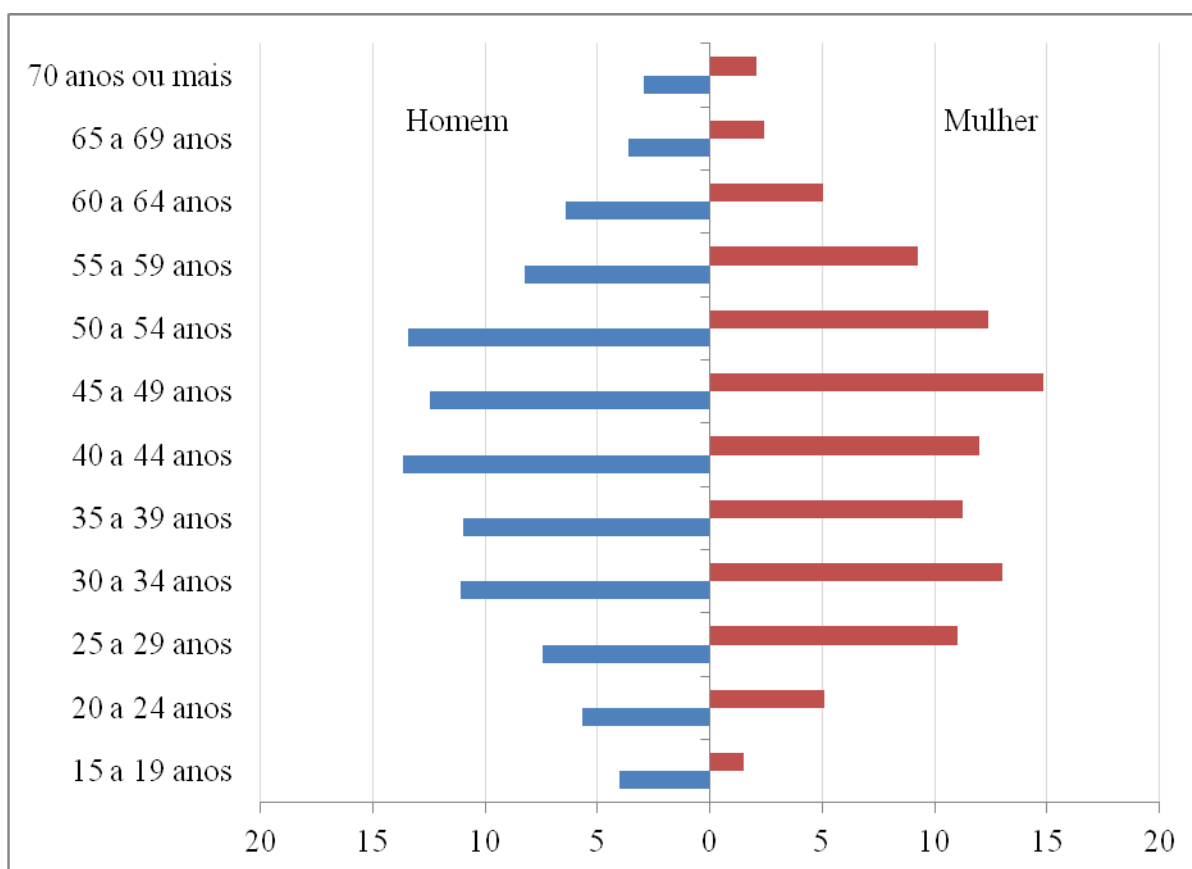


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Verifica-se uma alta proporção de jovens dedicando-se ao trabalho informal, especialmente do grupo masculino.

A categoria ocupacional conta própria apresenta um percentual predominantemente adulto, se comparado à categoria ocupacional analisada anteriormente, que concentrou uma participação mais elevada entre os jovens e adultos até 34 anos (Gráfico 55).

Gráfico 55 - Pirâmide Etária - Empregados conta própria por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG, 2010

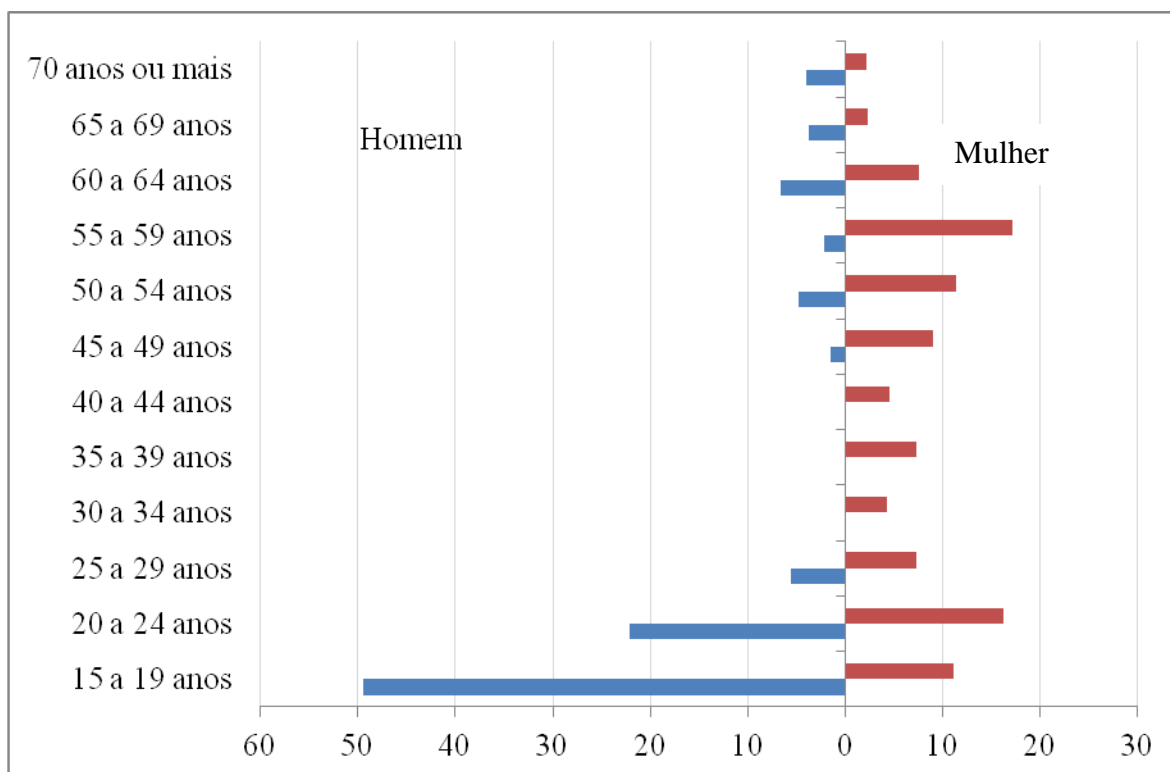


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A participação de homens e de mulheres na participação diferiu acentuadamente na maior parte das faixas etárias. A proporção de empregados do grupo masculino se aproxima na faixa de 30 a 39 anos, com a maior concentração na faixa 40 a 54 anos. Por sua vez, os maiores percentuais da participação feminina ocorrem nas faixas 30 a 34 anos; 45 a 54 anos.

A categoria não remunerado apresenta uma baixa participação de empregados na totalidade da atividade profissional. Em especial, a faixa de 30 a 44 anos não apresenta percentuais de trabalhadores (Gráfico 56).

Gráfico 56 - Pirâmide Etária - Empregados não remunerados por sexo, cidade de Juiz de Fora, MG, 2010



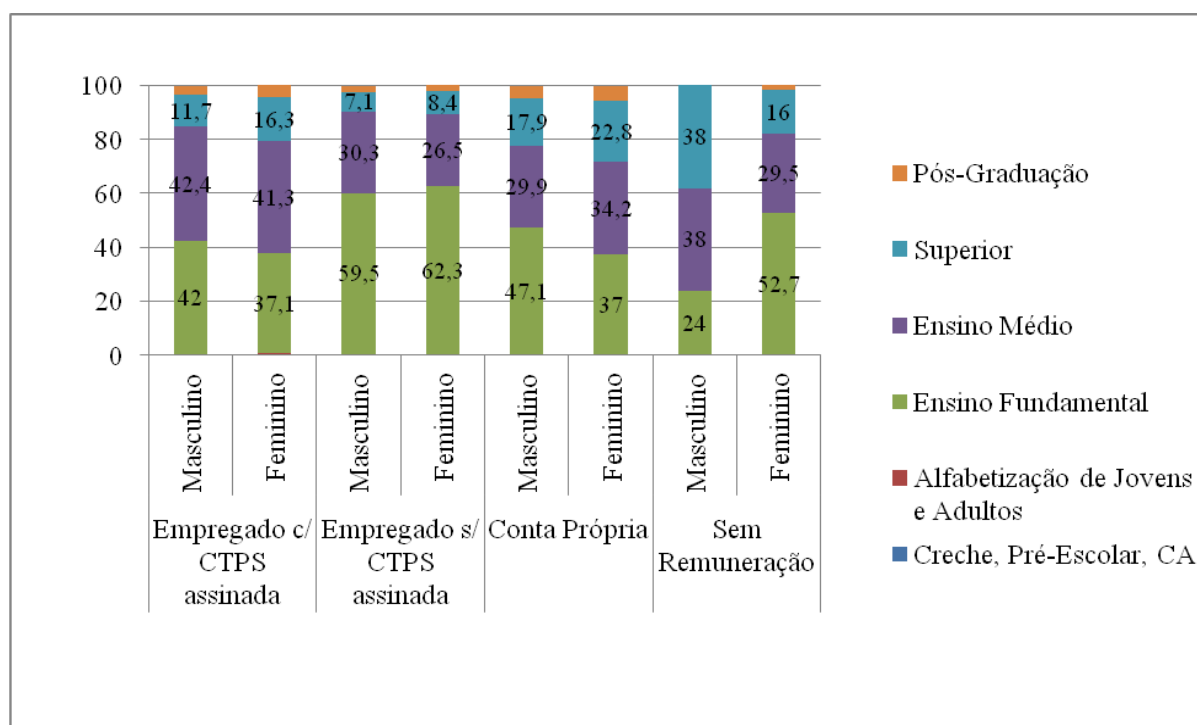
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

A maior proporção do grupo masculino, na faixa de 15 a 24 anos, pode estar relacionada ao fato de parte da categoria ser constituída por estudantes e estagiários. Os maiores percentuais femininos estão nas faixas, também, de treinamento profissional ou de terceira idade que exercem atividades profissionais não remuneradas.

d) Análise da categoria ocupacional por gênero e escolaridade

Verifica-se a maior desigualdade de gênero na escolaridade no grupo feminino da categoria ocupacional sem CTPS assinada, que apresenta uma proporção na categoria de 7,2% mulheres (tabela 12), cujo nível “Ensino Fundamental” indica um percentual de 62,3%. Este percentual é quase o dobro de mulheres neste nível educacional presentes no Ensino Fundamental (Gráfico 57).

Gráfico 57 - Proporção de trabalhadores por categorias de trabalho principal selecionadas, nível de escolaridade e gênero - Juiz de Fora, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

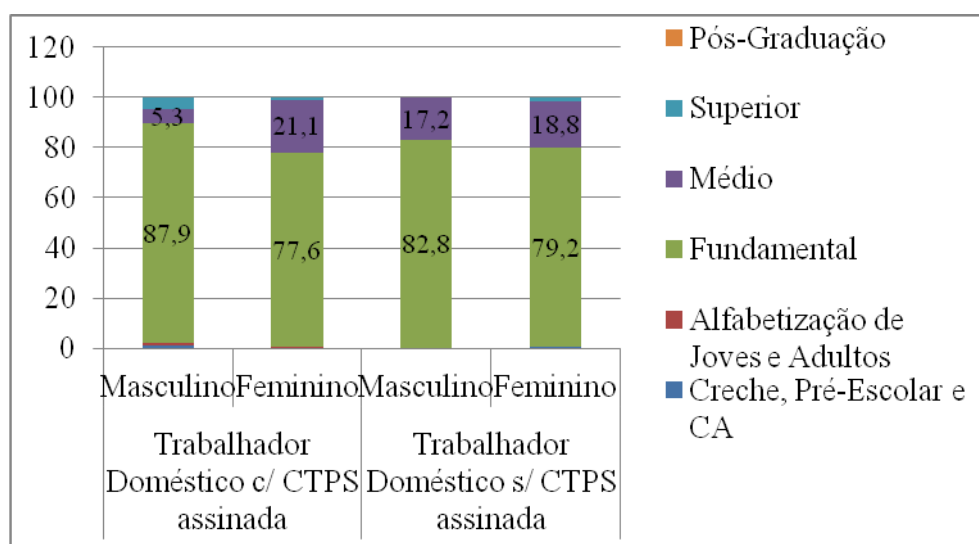
A categoria conta própria apresentou um relevante percentual de homens (22,9%) e de mulheres (22,8%) no Ensino Superior. As proporções no Ensino Superior da categoria com CTPS assinada são menores, se comparadas à categoria conta própria, independente do sexo analisado. Na Pós-Graduação, os grupos femininos das categorias com CTPS assinada e conta própria apresentaram proporções próximas, 5%.

Estas proporções indicam uma vantagem relativa da categoria ocupacional conta própria em relação às outras ocupações, na medida em que apresenta o segundo maior percentual de composição entre todas as categorias (Tabela 12).

Por sua vez, as categorias ocupacionais trabalhador doméstico com e sem CTPS assinadas apresentam uma alta proporção de empregados no Ensino Fundamental. Entretanto, ao contrário das disposições dos domésticos no cenário das RMs analisadas, na cidade de Juiz

de Fora, as mulheres exibem um menor percentual nos níveis educacionais mais baixos, especialmente entre os trabalhadores com CTPS assinada.

Gráfico 58 - Proporção de trabalhadores domésticos por nível de escolaridade segundo gênero - Juiz de Fora, 2010



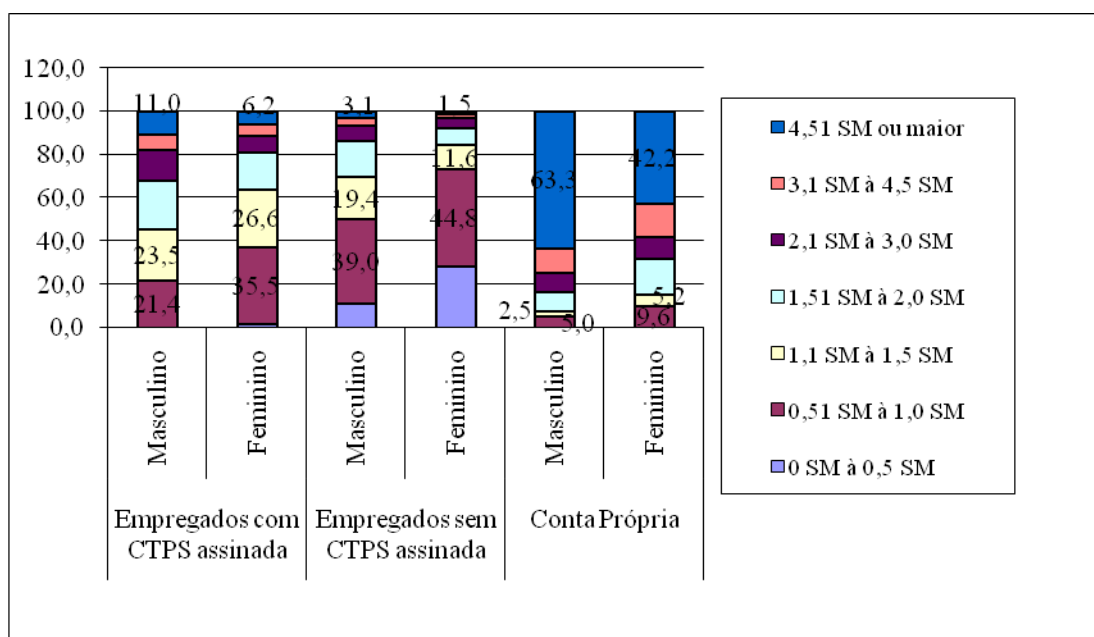
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Destaca-se, ainda, o percentual de empregados no Ensino Superior, especialmente homens trabalhadores domésticos com CTPS assinada.

e) Análise da categoria ocupacional por gênero e renda

A análise do percentual de homens e mulheres nas categorias ocupacionais selecionadas indicou a melhor participação do grupo masculino nas faixas de rendimento mais elevadas (Gráfico 59).

Gráfico 59 - Proporção de indivíduos por categorias de trabalho principal seleccionadas, gênero e renda - Juiz de Fora, 2010

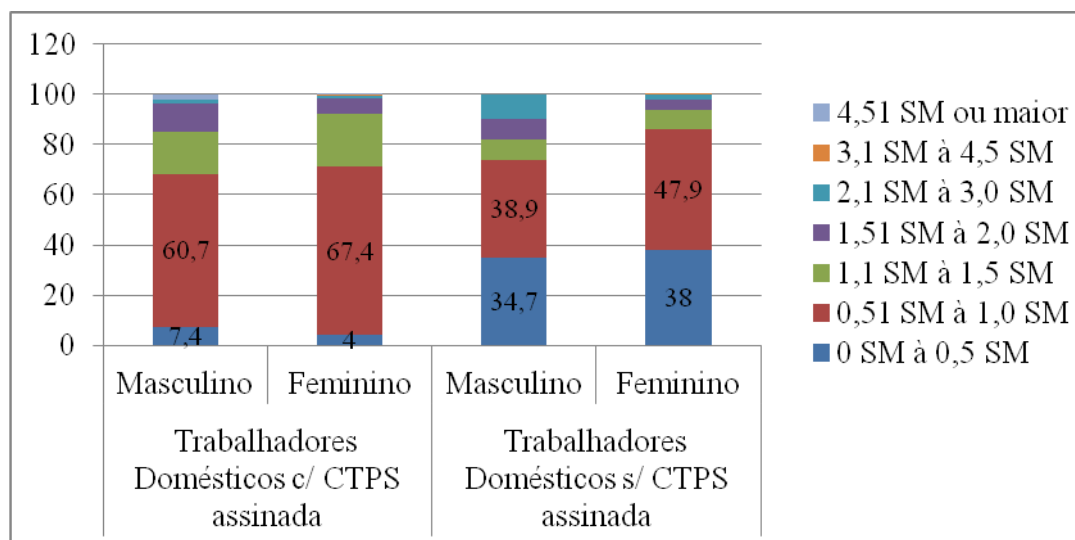


Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir de dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Verificou-se, também, a categoria ocupacional conta própria com a melhor participação percentual dos trabalhadores nas faixas de renda mais altas. Observou-se, ainda, o grupo feminino da categoria empregado sem CTPS assinada com os percentuais mais acentuados nas menores faixas de renda.

Constatou-se na análise dos dados que embora o grupo feminino tenha apresentado os melhores níveis de escolaridade em comparação ao grupo masculino, os rendimentos provenientes da categoria ocupacional são maiores para os homens entre os trabalhadores sem CTPS assinada (Gráfico 60).

Gráfico 60- Proporção de indivíduos por renda e gênero nas categorias ocupacionais trabalhadores domésticos com CTPS e sem CTPS assinada, na cidade de Juiz de Fora, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE2/010.

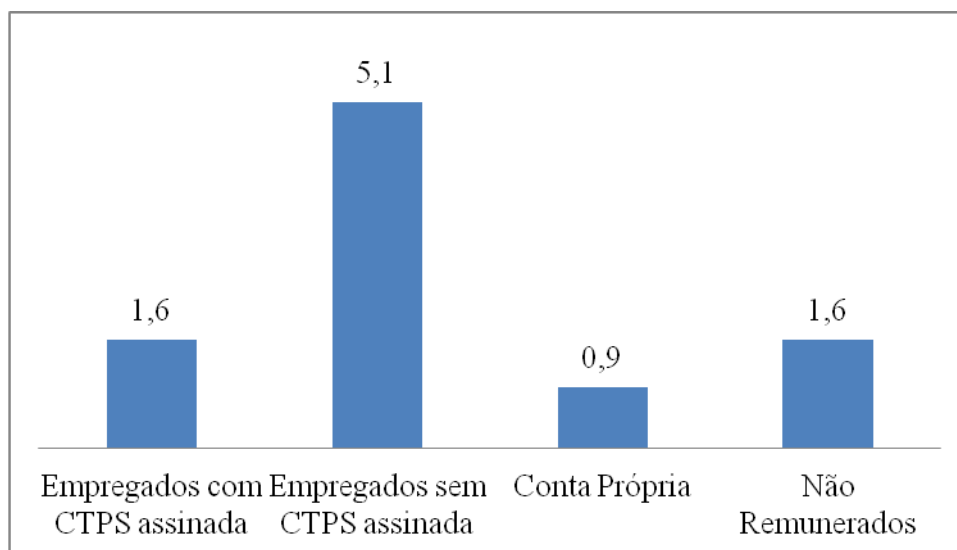
Entretanto, a análise da categoria trabalhador doméstico com CTPS assinada indicou o grupo masculino com o menor rendimento se comparado às faixas de rendimento da ocupação feminina.

f) Outros rendimentos: Programa Bolsa Família e recebimento de aposentadoria ou pensão

f1) Programa Bolsa Família

A participação no Programa, na cidade de Juiz de Fora, apresenta o maior percentual de assistidas na categoria ocupacional sem CTPS assinada, 5,9%. A categoria conta própria, que apresentou participações relevantes nas faixas salariais mais altas, foi a ocupação que teve a menor proporção de assistidas (Gráfico 61).

Gráfico 61 – Proporção de mulheres que recebem o benefício do Bolsa Família por categorias de trabalho selecionadas – Juiz de Fora, 2010



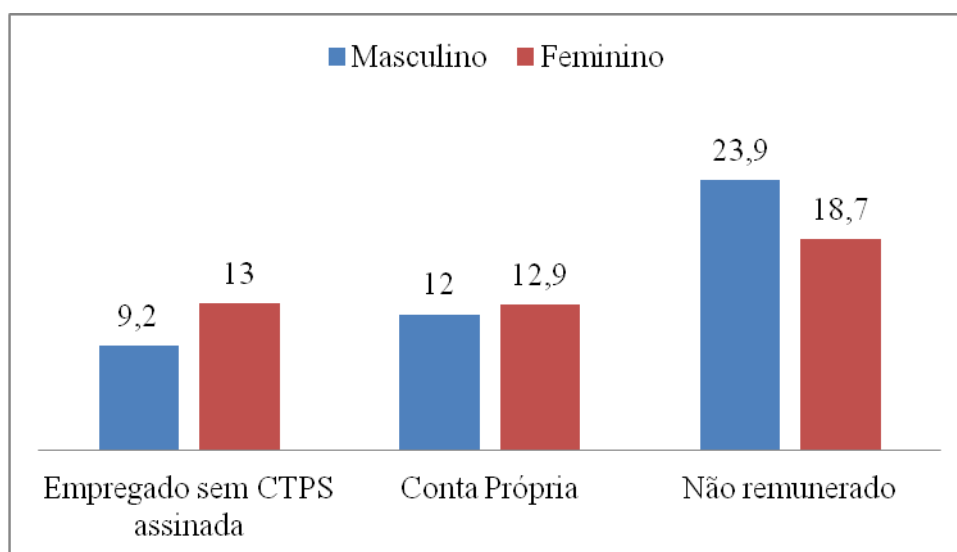
Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Entretanto, os trabalhadores domésticos sem CTPS assinada apresentam mais do dobro da proporção que os demais empregados sem CTPS assinada, 12,6%, o que revela como as restrições financeiras da categoria dos domésticos são mais acentuadas. Além disso, os trabalhadores domésticos com CTPS assinada, 6%, se aproximam, proporcionalmente, dos empregados com CTPS assinada nos percentuais de assistidos.

f2) Recebimento de aposentadoria ou pensão

A proporção de trabalhadores que recebem aposentadoria ou pensão e que estão, por isso, cobertos pela Previdência, e que voltam para o mercado ou permanecem no mesmo para o complemento da renda, apresenta-se maior entre os empregados não remunerados. Entretanto, o percentual de trabalhadores presentes nesta categoria é muito baixo, 1,1% do total dos ocupados das categorias selecionadas (Gráfico 62).

Gráfico 62 – Proporção de indivíduos que recebem algum tipo de aposentadoria ou pensão por gênero e categorias selecionadas, para Juiz de Fora, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

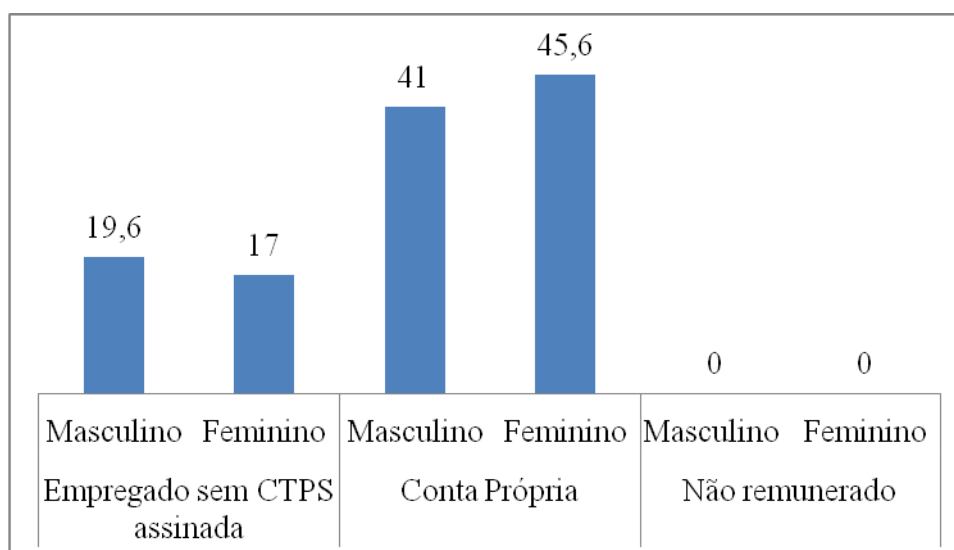
Destaca-se que a categoria conta própria, que abrange uma proporção total na categoria ocupacional de 21%, apresentou um percentual de ocupados na faixa de 12%, indicando, nestes termos, um número maior de ocupados recebendo aposentadoria ou pensão.

Entre os trabalhadores domésticos, o grupo masculino exibiu o maior percentual entre os empregados que recebem aposentadoria ou pensão, cerca de 16,2%; no exemplo feminino, esta proporção é de 12%. Desta forma, esta parcela tem direito ao 13º salário e ao rendimento mensal garantido, o que possibilita reduzir as inseguranças provenientes de quem recebe apenas o salário do trabalho informal.

g) Contribuição para Previdência Pública ou Privada

A análise das categorias ocupacionais selecionadas e dos trabalhadores domésticos, com relação à Previdência, fornece um importante panorama referente aos empregados presentes no mercado de trabalho informal, os quais, através da contribuição, passam a ter direito aos benefícios da Previdência (Gráfico 63).

Gráfico 63 – Proporção de indivíduos que contribuem para Previdência Pública ou Privada, por gênero e categorias selecionadas, para Juiz de Fora, 2010



Fonte: Elaborado pela autora da tese, a partir dos dados do Censo Demográfico IBGE/2010.

Na cidade de Juiz de Fora, os trabalhadores da categoria conta própria, além de apresentarem altas proporções da renda e de níveis de escolaridade, exibem uma elevada proporção de contribuintes para a Previdência. No grupo feminino, este percentual chega a 45,6%. Por sua vez, o grupo não remunerado não apresenta proporção na contribuição.

A contribuição para a Previdência, no âmbito dos trabalhadores domésticos, alcança uma pequena proporção, 11,9% no grupo feminino e 11,1% no grupo masculino, percentuais que demonstram uma larga parcela da categoria sem investimento na seguridade.

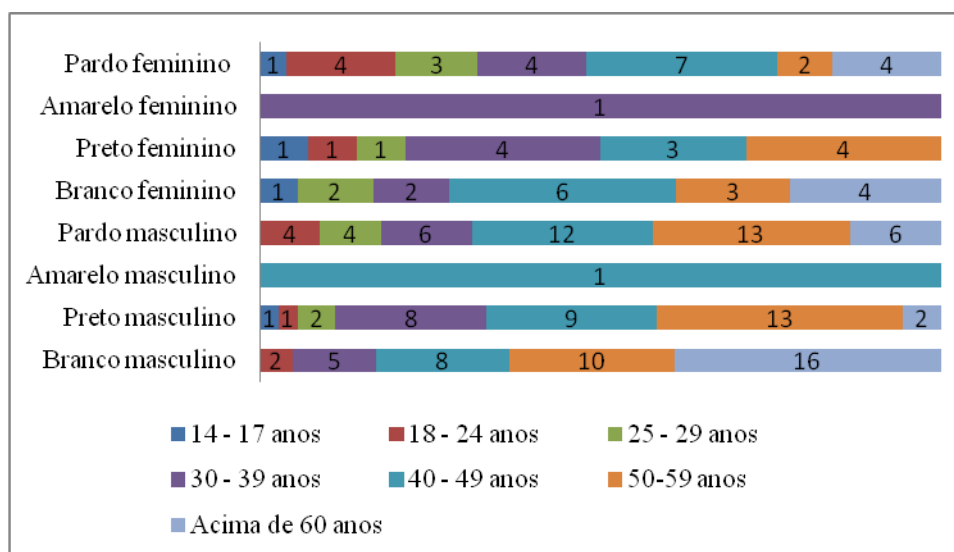
No que tange aos objetivos específicos da tese - pesquisar com maior acuidade o processo de inserção e de permanência no mercado de trabalho informal - os próximos subcapítulos centrarão suas análises nas categorias ocupacionais ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável.

6.4 Mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais ambulante e catador de material e resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis

a) Análise geral das categorias ocupacionais: gênero, raça e idade

Como foi apresentado nas notas metodológicas na Introdução da Tese, o *survey* abrangeu 181 entrevistados: 123 homens e 58 mulheres. Entre os catadores de papel, foram 32 homens e 91 ambulantes e, entre as mulheres, 26 catadores de papel e 32 ambulantes (Gráfico 64).

Gráfico 64 - Proporção de entrevistados por gênero, raça e idade



Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se, na análise, uma alta participação dos respondentes entre 50 a 59 anos, 45 trabalhadores; e, acima de 60 anos, 32 trabalhadores.

Na composição geral da raça, obteve-se um percentual mais expressivo dos homens dos grupos pardo, 45 e branco, 41. No grupo feminino, o maior percentual ocorre no grupo pardo, 25.

Para verificar se houve significância estatística na composição de homens e de mulheres na população pesquisada, realizou-se o teste de Mann-Whitney.

Ranks

Sexo		N	MeanRank	Sum ofRanks
Ocupação Principal	Masculino	123	96,46	11864,00
	Feminino	58	79,43	4607,00
	Total	181		

Test Statistics(a)

	Ocupação Principal
Mann-Whitney U	2896,000
Wilcoxon W	4607,000
Z	-2,524
Asymp. Sig. (2-tailed)	,012

aGroupingVariable: Sexo

Observou-se, no resultado, que há diferença estatística entre a proporção de homens e mulheres entrevistados, sendo este resultado, Asymp. Sig. (2-tailed) < ,012.

Estudos (SILVA, 2006) sobre o mercado de trabalho informal e precário demonstram a posição subalterna da população negra. Para compreender se há desigualdade racial na composição da população entrevistada, verificou-se a proporção da média racial dos grupos de cor através do teste de Kruskal-Wallis.

Ranks²¹

	Cor	N	MeanRank
Ocupação Principal	Branca	59	98,28
	Preta	50	76,83
	Parda	70	92,43
	Total	179	

Test Statistics(a,b)

	Ocupação Principal
Chi-Square	7,582
DF	2
Asymp. Sig.	,023

aKruskal Wallis Test

bGroupingVariable: Cor

O resultado do teste demonstra que há a significância estatística. Isto significa a existência de uma diferença na média dos grupos dos pardos, brancos e pretos na distribuição entre as categorias profissionais.

b) Composição da categoria por gênero e escolaridade

²¹ O teste está contabilizando o número de 179 casos, pois duas raças se referem à amarela, sem dimensão estatística para a análise.

Oliveira (2004), citando Bruschini e Lombardi (2002), afirmam que algumas posições precárias são marcadamente femininas, constituindo uma importante característica do trabalho feminino no país. Ambas demonstram, também, que estas ocupações de mulheres pertencentes à População Economicamente Ativa (PEA) encontram-se em contexto de responsabilidade familiar, como referências e cônjuges.

A análise da escolaridade, por gênero, das ocupações dos catadores de material e resíduo sólido reciclável e reaproveitável e do comerciante ambulante, demonstrou a tendência da escolaridade por indivíduo, não apresentando diferença estatística entre homens e mulheres. Entretanto, a análise dos dados não mostrou uma diferença significativa entre as médias de gênero.

O teste Mann-Whitney indicou Asymp. Sig. (2-tailed) < ,177.

	Sexo	N	MeanRank	Sum ofRanks
Escolaridade Entrevistado	Masculino	123	89,39	10994,50
	Feminino	58	94,42	5476,50
	Total	181		

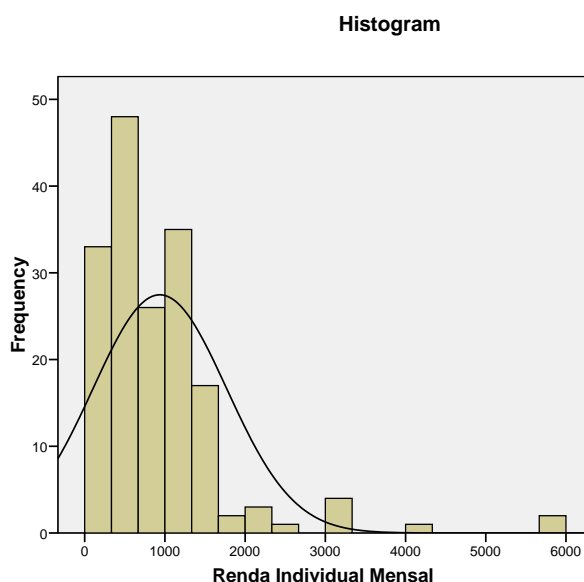
	Escolaridade Entrevistado
Mann-Whitney U	3368,500
Wilcoxon W	10994,500
Z	-1,349
Asymp. Sig. (2-tailed)	,177

aGroupingVariable: Sexo

Embora não tenha ocorrido diferença estatística entre a escolaridade de homens e de mulheres, pode-se concluir, baseado em pesquisas diversas (BRUSCHINI et al, 2008; KON, 2003, 2006; Ipea, 2013) que o mundo do trabalho é permeado por segregações e discriminações de ordens distintas, como a de gênero. Desta forma, os avanços das mulheres na escolaridade e na esfera laboral não traduzem, em sua totalidade, a equidade de ambos os sexos nas ocupações profissionais.

c) Composição da categoria por gênero e renda

No que tange à desigualdade de gênero na renda, realizou-se o teste não paramétrico de Mann-Whitney para verificar se ocorrem as referidas desigualdades. O objetivo foi verificar se as desvantagens dos rendimentos ocupacionais por gênero, propostas pela literatura, eram uma realidade entre a população pesquisada. Embora o teste de Kolmogorov-Smirnov tenha indicado a normalidade da amostra, a análise do histograma revelou uma assimetria muito acentuada à esquerda, fazendo com que a aplicação do teste paramétrico se tornasse questionável.



Embora não tenha ocorrido diferença estatística na média do grupo de gênero dos entrevistados, nem na escolaridade de gênero no interior das categorias profissionais, quando se trata dos rendimentos os homens ganham mais que as mulheres.

Ranks²²

	Sexo	N	Mean Rank	Sum of Ranks
Renda Individual Mensal	Masculino	117	94,57	11065,00
	Feminino	55	69,33	3813,00
	Total	172		

²² O número de casos de renda está no valor de 172, pois o teste não computa "sem declaração, sem rendimentos". Há dois casos que permaneceram no banco como "um salário mínimo" e "um salário mínimo" que foram acrescentados numericamente ao gráfico, mas não participaram da análise dos testes. Esta é a regra de funcionamento do próprio teste.

	Renda Individual Mensal
Mann-Whitney U	2273,000
Wilcoxon W	3813,000
Z	-3,106
Asymp. Sig. (2-tailed)	,002

aGroupingVariable: Sexo

A análise de gênero, somada às categorias precárias de trabalho, pode demonstrar o comportamento desigual vivenciado pelas mulheres, mas, adicionando-se a categoria raça a esta dissolução do dualismo classe/gênero, a indicação dos processos discriminatórios pode se acentuar. Quando se analisam as questões raciais, é importante ter em mente que a noção de raça é imbuída de ideologia, a qual traz, na prática e na potencialidade, de forma velada ou explícita, as relações de dominação. Por essa razão, racismo e raça se encontram indissociados, de forma híbrida e multifacetada (HELBOM; ARAÚJO; BARRETO, 2011).

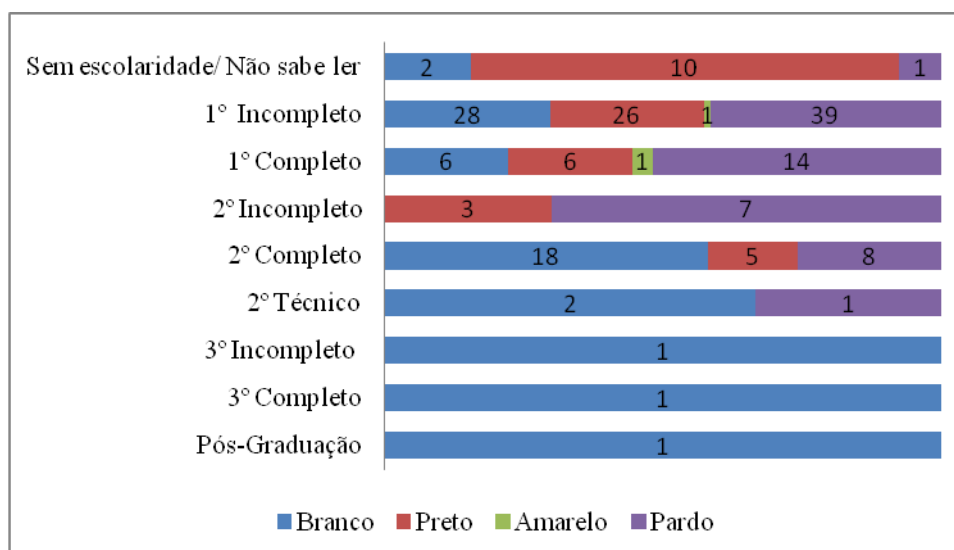
d) Categoria ocupacional, raça e escolaridade

As pesquisas demonstram que o Brasil contemporâneo é marcado por desigualdades históricas (POCHMANN, 2008, 2011). As chances de vida e de mobilidade social ascendente estão vinculadas à trajetória dos indivíduos e às categorias excludentes a que estas pessoas pertencem. Os pobres encontram várias barreiras para ultrapassar este filtro historicamente construído.

O Brasil encontra-se entre as maiores economias do mundo e foi considerado, ao longo de várias décadas, o país da “democracia racial”. Entretanto, embora nunca tenha se consolidado no país um regime de segregação racial legal e formal, a realidade brasileira é outra. As distinções e desigualdades raciais são contundentes, facilmente visíveis e de graves consequências para a população afro-brasileira e para o país como um todo (HERINGER, 2002 p.58).

O acesso ao mercado de trabalho, à renda proveniente do trabalho e à educação, indica pontos importantes do comportamento do negro na estrutura social. Ao analisar os dados por raça e escolaridade, verificou-se o maior número de negros e pardos concentrados até o 1º completo.

Gráfico 65 - Número de entrevistados por raça



Fonte: Dados da pesquisa

Embora tenham ocorrido avanços importantes no âmbito da educação e do acesso ao mercado de trabalho desta categoria racial, seu posicionamento na sociedade permanece subjugado e, ainda, reproduzido por mecanismos sistemáticos da desigualdade em campos distintos da esfera social. É por este quadro que têm se estabelecido políticas de promoção da igualdade, face a cenários como o da inserção em profissões precárias, com rendimentos superiores dos homens, em especial, dos brancos, ainda que na mesma ceifa laboral precária (SEN, 2001; IPEA, 2010 apud SILVA, 2013).

Para verificar se houve uma diferença real na média do grupo de raça das categorias analisadas, aplicou-se o teste não-paramétrico Kruskal-Wallis.

Kruskal-Wallis Test²³ Ranks

Cor		N	MeanRank
Escolaridade Entrevistado	Branca	59	93,62
	Preta	50	78,33
	Parda	70	95,29
	Total	179	

²³ O teste não engloba a categoria amarelo, com apenas dois casos.

Test Statistics(a,b)

	Escolaridade Entrevistado
Chi-Square	17,559
DF	2
Asymp. Sig.	,000

aKruskal Wallis Test
bGrouping Variable: Cor

O resultado do teste foi significativo, Asymp. Sig. < ,000, indicando que há diferenças de escolaridade na análise entre brancos, pretos e pardos. A estatística significativa, que reflete a desigualdade educacional por raça, segue uma tendência nacional apresentada no estudo "Igualdade Racial no Brasil" (SILVA; GOES, 2013), em que a população negra sofre com déficits educacionais acumulados, cujas consequências, seja para a população madura ou ainda para aqueles que estão em fase escolar, influenciam, decisivamente, os efeitos negativos da educação.

e) Categoria ocupacional, raça e renda

No mapeamento, foi realizada a análise do grupo de raça ou cor na verificação das desigualdades de rendimento, por meio do teste de Kruskal-Wallis.

Ranks

	Cor	N	MeanRank
Renda Individual Mensal	Branca	54	98,40
	Negra	49	65,45
	Parda	67	89,77
	Total	170	

Test Statistics (a,b)

	Renda Individual Mensal
Chi-Square	12,389
DF	2
Asymp. Sig.	,002

aKruskal Wallis Test
bGrouping Variable: Cor

O teste indicou uma diferença estatisticamente significativa na média da composição de renda dos grupos. Os brancos mais pardos apresentam renda superior à das pessoas negras. Embora a inserção no mercado de trabalho seja idealmente um razão para se construir identidades, estabelecer relações sociais e conquistar os recursos financeiros por meio autônomo e independente, a população negra procura enxergar no próprio acesso ao trabalho a superação da privação e da pobreza. Entretanto, o que os dados referentes à escolaridade e à renda revelam é que, mesmo em situações de precariedade laboral, o negro permanece nas condições mais preocupantes, em especial, as mulheres negras (IPEA, 2011).

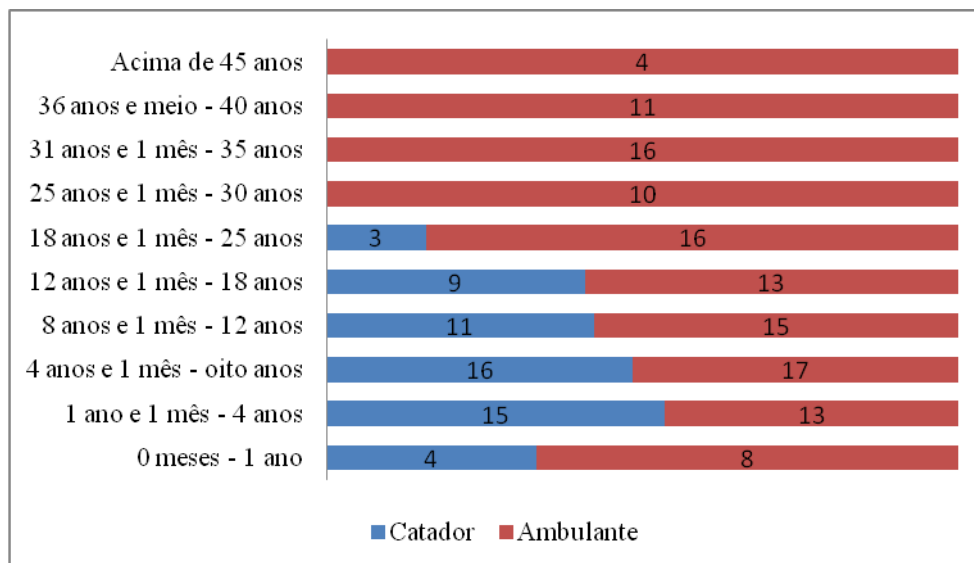
Este resultado se insere no contexto dos reflexos do racismo na distribuição de recursos de ordem econômica, cultural, política e de oportunidades, para realizar funcionamentos que os negros enfrentam historicamente. Na análise de Octávio Ianni, as diversidades raciais se recriam, continuamente, à luz das desigualdades persistentes que permanecem como uma ferida aberta e que podem ser visualizadas nas lutas e nos movimentos sociais, na realidade vivida e na vida social compreendida pelo pensamento brasileiro. "Manifestam-se continuamente, em diferentes lugares e situações, em âmbito local, regional e nacional. Estão sempre vivas" (IANNI, 2004, p. 131).

f) Características gerais das atividades ocupacionais: inserção e permanência na ocupação

Para um maior detalhamento do mapeamento, é importante frisar as condições socioeconômicas restritas das famílias de origem destes ocupados. No que tange ao início das atividades profissionais, muitos respondentes explicaram que iniciaram a vida laboral ainda crianças. Este fato demonstra a condição de vulnerabilidade financeira familiar e a importância do rendimento do trabalho de todos os membros da família para auxiliar nas despesas da casa. Cerca de 59 pessoas começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade. Um número de 88 respondentes iniciou as atividades profissionais na faixa etária de 11 a 15 anos. Os 147 entrevistados responderam que o sustento da casa foi o principal motivo que os levou a trabalhar.

Respondendo à necessidade de mapear o quadro de inserção e permanência na ocupação, verifica-se o longo período em que parte dos trabalhadores tem atuado nas atividades. Entre os catadores, cerca de 12 profissionais atuam no ramo há mais de 12 anos (Gráfico 66).

Gráfico 66 - Tempo de exercício na atividade profissional por categoria profissional



Fonte: dados da pesquisa.

É importante observar o alto número de trabalhadores atuando na categoria há mais de 25 anos, principalmente em relação aos ambulantes - cerca de 41.

A necessidade econômica é um elemento fundamental que torna propícia a inserção dos indivíduos em atividades de tamanha insalubridade, como a ocupação do catador. Entre estes, 43 trabalham mais de 8 horas. Por sua vez, entre os ambulantes, um total de 101 pessoas trabalha mais de 8 horas/dia.

Entretanto, mesmo com uma carga horária de trabalho mais acentuada, os entrevistados das duas categorias declararam, em sua maioria, gostar das atividades exercidas. Entre os catadores, 18 homens e 12 mulheres estão muito satisfeitos com a própria atividade. Embora satisfeitos com a ocupação atual, 12 pessoas do grupo feminino pensam em exercer outra atividade. No que tange aos ambulantes, 74 homens estão muito satisfeitos com a atividade e 29 mulheres também gostam da ocupação.

g) Recebimento de aposentadoria e pensão e contribuição à Previdência Pública ou Privada

Observa-se o seguinte perfil de abrangência Previdenciária na população estudada:

Os dados demonstram que, na categoria ocupacional ambulante, há 34 aposentados e 50 indivíduos contribuindo para a Previdência. A pesquisa indica que, entre os respondentes da categoria ocupacional Catador, quatro são aposentados e seis contribuem para o INSS. Há um alto número de profissionais sem nenhuma proteção trabalhista, 48 pessoas. Estes dados demonstram um número expressivo de trabalhadores sem nenhum tipo de cobertura Previdenciária.

As próximas reflexões do capítulo traçam, de forma distinta, o perfil das categorias ambulante e catador, com o objetivo de elucidar e detalhar as formas que as variáveis correlacionadas à categoria de gênero implicam, ainda que parcialmente, no cenário socioeconômico apresentado acima.

6.5 Trabalhadores da categoria ocupacional Ambulante

Os ambulantes se dedicam à atividade comercial em barracas instaladas em diversos pontos da cidade, em especial onde há grande fluxo de pessoas, como nas regiões centrais, como é o caso de Juiz de Fora. Nos grandes centros urbanos, a concentração destes profissionais pode ser encontrada nos terminais rodoviários e metrô (MARTINS; DOMBROWSKI, 2001). A Lei nº 8120²⁴, que "Dispõe sobre o exercício de comércio ambulante em área de domínio público do município de Juiz de Fora", considera como comércio ambulante, para efeito de Lei, todas e quaisquer atividades ocasionais exercidas individualmente nas vias ou logradouros públicos, sem, contudo, apresentarem uma localização fixa (PAMPLONA, 2013; MELO; TELES, 2000; SDEER/PJF, 2013).

Algumas problemáticas incidem sobre a atuação dos ambulantes (MARTINS; DOMBROWSKI, 2001; PAMPLONA, 2013):

a) De qual maneira e se a atuação profissional destes trabalhadores apresenta benefícios comerciais;

²⁴ A Lei que "Dispõe sobre o exercício de comércio ambulante em área de domínio público do município" é a Lei nº 8120 - de 29 de julho de 1992. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1992/812/8120/lei-ordinaria-n-8120-1992-dispoe-sobre-o-exercicio-de-comercio-ambulante-em-area-de-dominio-publico-do-municipio.html>. Acesso em: 26 dez. 2013.
O Decreto nº 4860 - de 13 de setembro de 1993, Regulamenta a Lei nº 8120, de 29 de julho de 1992, que "Dispõe sobre o exercício de Comércio Ambulante em área de domínio público do Município de Juiz de Fora."
O Decreto, a alteração e o acréscimo estão disponíveis em:
<http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br/c_norma.php?chave=0000015013>. Acesso em: 26 dez 2013.

- b) A ocupação não gera impostos e os postos de trabalhos de criados são reduzidos;
- c) Não há valores agregados para serem repassados para a mercadoria.

Há problemas relacionados à infraestrutura do trabalho:

- d) Ausência de banheiro, lugar para se proteger da chuva, do sol forte, montagem da barraca, horário de almoço, proteção da barraca contra furto, mau cheiro de determinadas vias públicas em caso de esgoto entupido;
- e) Desproteção previdenciária: ausência de 13º salário, férias e seguro-desemprego;
- f) Discriminação e segregação social.

Conforme Pamplona (2013), a atividade do ambulante pode ser considerada importante na cadeia de comercialização, especialmente para a população mais pobre, pois as mercadorias podem ser vendidas a um preço mais baixo e com fácil acesso. Se o conceito de informalidade tem seus parâmetros heterogêneos, o comércio de rua apresenta esta mesma característica, o que impede de se classificá-lo em termos de bom ou ruim, devido a esta heterogeneidade de seus resultados.

Pamplona (2013) explica que as motivações e os estímulos para a inserção nesta categoria profissional são diversos. O serviço dos ambulantes não se atém, necessariamente, às crises conjunturais, à pobreza ou à ilegalidade. É possível encontrar profissionais ambulantes que têm recursos para manter a atividade econômica de forma viável e com acesso a recursos produtores de bem-estar. Deve-se investigar o comércio de rua tendo em vista suas matizes constituidoras, como o grau e a forma de atuação.

O estudo de Melo e Teles (2000) demonstrou que a literatura econômica, representada em trabalhos de pesquisadores como Prebisch (1963) e Pinto (1984) justifica a expansão destas atividades em função, por um lado, da mão de obra desqualificada e, por outro, da ausência de emprego formal no campo ou na indústria. Por essa razão, estes trabalhadores encontram um espaço de sobrevivência nestas ocupações (PREBISCH, 1963 apud MELO; TELES, 2000; PINTO 1984 apud MELO; TELES, 2000).

Melo e Teles (2000) explicam a necessidade de refletir sobre o comércio ambulante no âmbito das teorias sobre a informalidade e, para compreender o dinamismo da ocupação, salientam a necessidade de demarcar o perfil do segmento e de conhecer seus principais atributos.

Na cidade de Juiz de Fora os ambulantes precisam conseguir um alvará de funcionamento da Prefeitura e pagar uma taxa de R\$ 280,00 anuais. Com o objetivo de se mobilizarem em prol do melhoramento das condições de trabalho, há a Associação de Apoio

aos Camelôs, Ambulantes e Artesões de Juiz de Fora, que busca garantir direitos à categoria. Cerca de 31 participantes declararam participar da Associação.

O gênero alimentício é o produto mais comercializado, mas existem barracas que vendem produtos diversos: sombrinhas, relógios, produtos de beleza, artigos infantis e material esportivo, a preços mais populares. A oferta múltipla de produtos permite atrair um número maior de clientes e manter a freguesia. As mercadorias são adquiridas pelos ambulantes em cidades vizinhas ou em outros estados e 15 pessoas declararam produzi-las.

A atividade, para muitos ambulantes, ocorre em parceria. Embora 75 entrevistados trabalhem sozinhos, 35 respondentes atuam com os familiares, entre cônjuges, filhos e parentes, e oito ambulantes possuem funcionários.

Além da ocupação de ambulantes, há trabalhadores que também exercem as atividades de camareira, garçom, pedreiro, porteiro e professor (inglês).

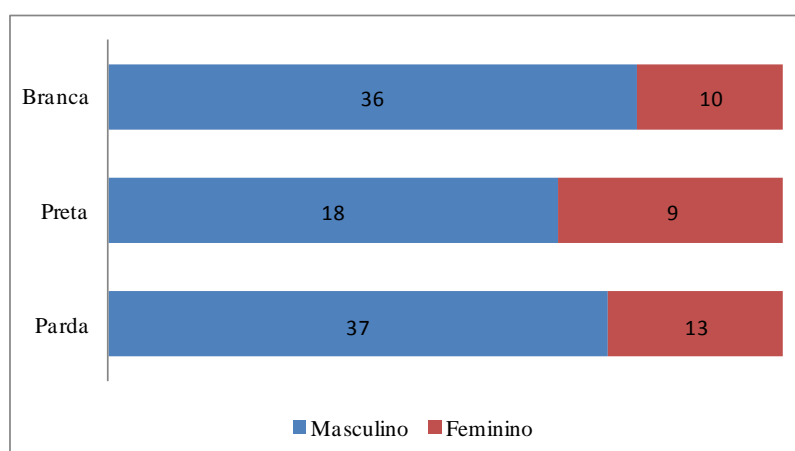
Neste contexto, analisa-se, em Juiz de Fora, o perfil da categoria e as variáveis relacionadas, que podem condicionar a inserção e a permanência neste ramo de atividade informal.

6.6 Perfil da categoria ocupacional Ambulante

a) Composição da categoria por gênero e raça

Observa-se, no mapeamento, a presença de 91 homens e 32 mulheres, perfazendo um total de 123 ambulantes (Gráfico 67).

Gráfico 67 - Proporção de ambulantes por gênero e raça

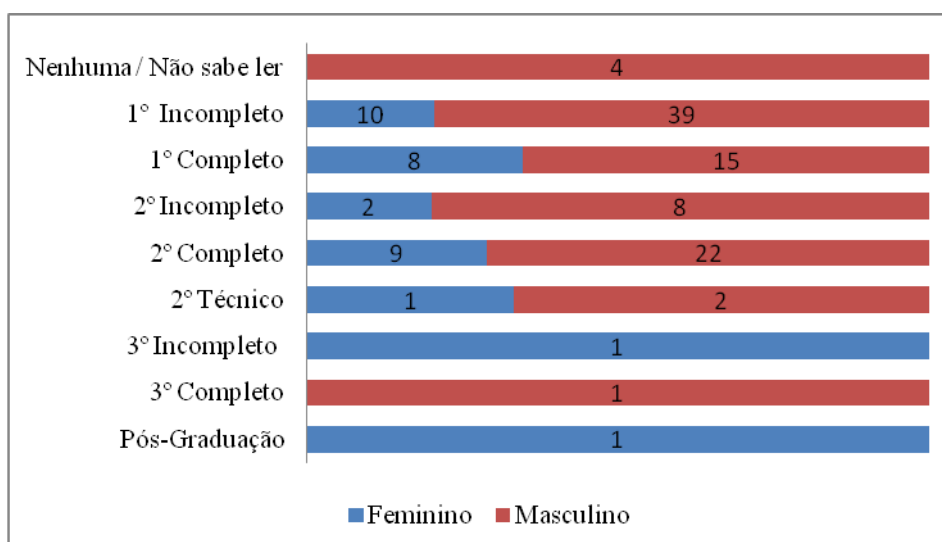


Fonte: dados da pesquisa.

b) Composição da categoria por gênero e escolaridade

A análise dos dados indica que a escolaridade dos ambulantes concentra-se no 1º incompleto, mas, o número de ambulantes com nível educacional acima do 2º concluído é de 37. Este resultado aponta para a heterogeneidade escolar dentro da categoria (Gráfico 68).

Gráfico 68 - Número de ambulantes por nível de escolaridade e gênero



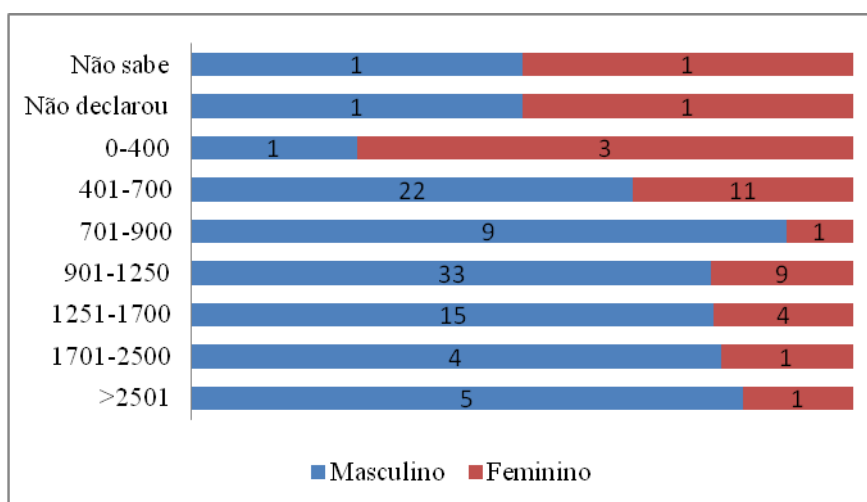
Fonte: dados da pesquisa

Esta heterogeneidade na categoria está relacionada a fatores distintos, como a inserção na atividade produtiva ainda crianças e adolescentes, dificultando a permanência no sistema educacional. Os ambulantes com formação técnica e superior podem permanecer no mercado de trabalho informal, não apenas em razão do desemprego, mas pela flexibilidade característica da profissão e dos rendimentos auferidos por parte da categoria em Juiz de Fora.

c) Composição da categoria de gênero por renda

Verifica-se, na totalidade dos 123 ambulantes, que um número superior a 70 trabalhadores recebia mais de R\$ 900,00. Este valor é maior que o salário de comércio de Juiz de Fora no ano de 2014, R\$ 808,00.

Gráfico 69 - Número de ambulantes por faixa de renda e gênero



Fonte: dados da pesquisa

O resultado encontrado implica no paradoxo de se caracterizar a categoria Ambulante de Juiz de Fora como precária, na medida em que se verifica uma atividade heterogênea não apenas na escolaridade, mas, também, nos rendimentos. Por essa razão, os ambulantes serão enquadrados terminologicamente apenas como informais, pois a informalidade permite incluir os precários e não-precários.

6.7 Categoria catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

Conforme Oliveira (2011), o termo "lixo", proveniente do latim "*lix*", se refere aos resquícios das cozinhas e das lenhas carbonizadas no fogão; o termo significava material inútil, sem utilidade em momento específico. A denominação "lixo" assume o termo técnico de Resíduo Sólido (RS) quando é produzido nas conglomerações humanas. É com o objetivo de coletar o RS que a profissão do Catador se constitui e se torna uma alternativa à reutilização de materiais antes destinados aos aterros sanitários²⁵ - quando aliado ao apoio do governo local ou estadual, com a construção e a escoação em usinas de reciclagem e/ou a viabilização de venda do material reciclável recolhido nas ruas aos depósitos.

O trabalho de catador de resíduos é uma ocupação regulamentada no Brasil, descrita como a função da cata, da seleção e da venda de materiais recicláveis, compondo-se de papeis, vidros, ferros, alumínio e outros produtos reaproveitáveis. O grande questionamento é que a regulamentação não implica em melhorias para a profissão, pois a mesma já é constituída legalmente, sem garantias sociais ou trabalhistas, em um contexto de precarização (MACIEL et al, 2011).

Ressaltam-se o caráter antigo da profissão e a desigualdade no acesso aos recursos produtores de valor. Homens, mulheres e adolescentes coletam o material e os separam nos depósitos. A categoria não apresenta uma infraestrutura para a realização do exercício da profissão, nem legislação que a ampare, e sofre, determinadamente, com a discriminação. Os catadores são uma grande interrogação para os problemas sociais que uma administração pública enfrenta (OLIVEIRA, 2011).

Embora desempenhando um trabalho penoso e árduo, com baixa remuneração, os catadores encontram, em países com a dinâmica econômica como a brasileira, uma possibilidade de inserção laboral. Em Juiz de Fora, a atividade de catador consiste em recolher o material reciclado, desde o início da manhã, nos resíduos em lixeiras nas residências, mercados, comércios e vias públicas. À tarde, os profissionais deixam o material recolhido em um ponto que para eles já é de referência. Finalmente, no final do dia, depois de percorrer pontos comerciais e residenciais, eles retornam para recolher o material e levá-lo

²⁵ A reciclagem é apresentada, na "Política Nacional de Resíduos Sólidos" (2012), como um processo de transformação dos resíduos sólidos em que se envolvem as modificações das propriedades físicas do material a fim de gerar novos produtos, observando-se as condições e os padrões especificados pelos órgãos competentes do Sisnama e, caso necessário, do SNVSe do Suasa (OLIVEIRA, 2011; BRASIL, 2010).

ao depósito ou à Associação (cerca de 11 respondentes declararam participar da Apares e 7 da Ascajuf).

Um trabalho que é iniciado, muitas vezes, às 7h no depósito e termina às 22h (dados da pesquisa, 2012).

Pesquisas sobre os catadores indicam que, em momentos diversos, a experiência de selecionar o lixo é traduzida no recolhimento dos materiais utilizados para a sobrevivência imediata (MACIEL et al, 2011; OLIVEIRA, 2010). No reconhecimento do campo para a construção do *survey*, a autora da tese presenciou trabalhadores retirando alimentos vencidos da lixeira e outros produtos de higiene pessoal para o consumo, como cremes e sabonetes. Esta ação, entretanto, implica em riscos diversos para a saúde do catador: riscos de saúde por ordem química, física, social, entre outras de ordem orgânica, à saúde do trabalhador; assim como, também, se traduz em risco à saúde a própria coleta para a venda dos resíduos. Além de o serviço ser penoso e oferecer riscos, o valor do produto é pequeno. Durante a coleta, o material selecionado é papel, papelão, alumínio e cobre. O valor que recebem varia de acordo com o tipo de material que foi coletado, a sucata. Na última verificação de preço realizada pela autora, em 12 de janeiro de 2013, junto à Apares, o quilo do papel misto custa R\$ 0,05; do plástico, R\$ 0,60; da latinha, R\$ 6,50 e da garrafa pet, R\$ 1,20 (APARES, 2014).

Assistiu-se, durante a pesquisa, aos catadores com seus carrinhos, debaixo de chuva e de sol, os quais, quando cheios, pesam cerca de 60 quilos. Eles enfrentam visibilidade social, mas, sob a ótica de muitos transeuntes e a percepção dos motoristas que os veem como "entraves" ao trânsito. Estes profissionais são invisíveis nos demais aspectos da vida social. A catadora V. L., por exemplo, possui 51 anos, se autodeclara parda e explica que, entre os desafios a serem vencidos, está o preconceito. O que a deixava mais impressionada era que as pessoas mais ricas apresentavam um menor distanciamento na relação profissional no dia a dia, se comparadas às pessoas de classe média e até mesmo às pobres. Em seu sentimento e vivência: "catadores são um nada para muita gente". A profissional da reciclagem é enfática ao declarar que a profissão é honesta, não é de malandro e complementa: "Nunca passei fome, morei na rua com meus filhos, mas sempre trabalhei; pego papel desde os 30 anos. Nunca me prostitui, nem roubei. Também não uso drogas. Não devo nada de errado a ninguém", ressalta V. L.

Neste ponto, é interessante considerar a reflexão de Axel Honneth (2008). Em um panorama teórico, cuja tentativa é excluir a reflexão crítica do mundo do trabalho, o filósofo

destaca que, para a população, de uma forma geral, este assunto permanece basilar. No mundo socialmente vivido, conforme Honneth, a identidade estimulada primariamente para a maioria das pessoas é aquela proveniente do papel no processo organizado do trabalho e, com o avanço efetivo das mulheres no mercado de trabalho, esta proporção populacional que relaciona a identidade ao trabalho possivelmente aumentou, acrescenta.

Ao citar Morgenthroth (2003) e Wilson (1996), Honneth (2008) demonstra que não houve a perda da importância no mundo do trabalho. Em um contexto socioeconômico e político como o vivido pelos catadores, marcados pela ausência de reconhecimento por parte da população, pela luta e mobilização em prol da visibilidade ou de condições de trabalho que permitam uma existência digna, desconsiderar realidades como as citadas é, para o pesquisador, falso na realidade, além de se constituir em um pensamento cínico.

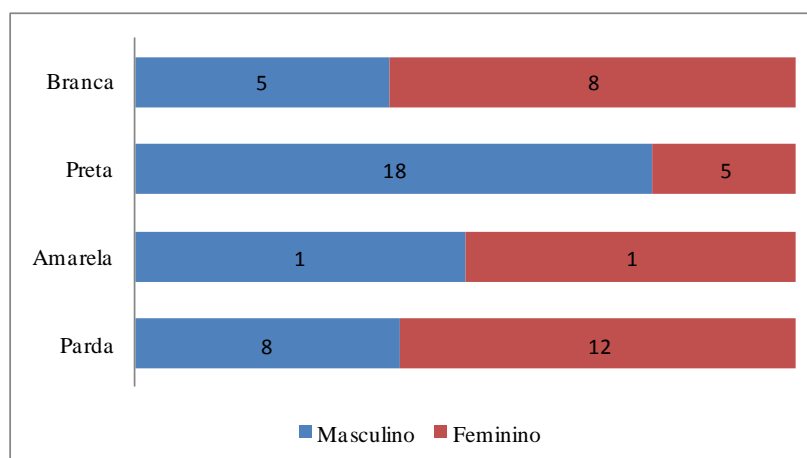
As profissões precárias e com baixo rendimento, como a dos catadores, são analisadas como fardos e, quase por consequência, os indivíduos que atuam nestas atividades também são interpretados desta maneira, com reservas e mal-estar. Ao conhecer-se o campo para a elaboração do questionário para a pesquisa, constatou-se a impaciência de muitos motoristas, com buzinas e reclamações, pois estes profissionais necessitam interromper o trânsito para passar com os carrinhos cheios.

É possível encontrar-se com os catadores em diversas áreas centrais da cidade, especialmente no final do dia, como na Rua Santo Antônio, Rua Halfeld, Rua Marechal Deodoro, Avenida Olegário Maciel, recolhendo o material. Após trabalharem de segunda a sábado, muitos catadores participam dos finais da "Feira da Avenida Brasil" aos domingos, vendendo as revistas e os livros que ganham de comerciantes ou nas residências, ou ainda, recolhendo o resto de material reciclado ou alimentos.

6.8 Perfil socioeconômico da categoria ocupacional catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

a) Composição da categoria por gênero e raça

Gráfico 70- Número de catadores de resíduo sólido reciclável e reaproveitável



Fonte: dados da pesquisa.

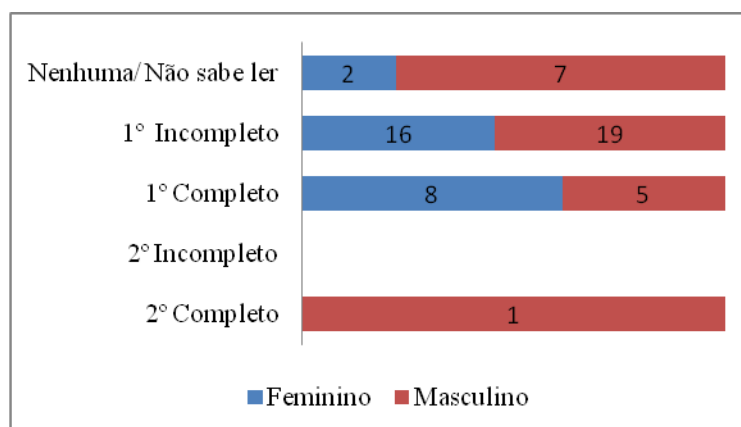
Conforme Regina Maciel e colaboradores, a trajetória de vida dos catadores é marcada por privações determinantes para a atual condição de vida laboral. Eles realizam trabalhos precários ou sob condições que, em diversos momentos, os afastam da possibilidade do bem-estar e da segurança, com escassez de conteúdo e de resultado material (MACIEL et al, 2011).

b) Categoria ocupacional por gênero e escolaridade

Na análise de Hasenbalg (2003), as distribuições de recursos familiares, em distintos contextos, são, em determinado momento, um importante motor para as mudanças geracionais e para a socialização das novas gerações. Parte-se da ideia de que a privação na distribuição é determinante para a transmissão das desigualdades sociais entre as gerações.

A baixa escolaridade dos catadores demonstra o resultado de um curso geracional na educação e no rendimento caracterizadamente desigual. Observa-se, por exemplo, que nove entrevistados não sabem ler ou não têm escolaridade. Com exceção de um indivíduo, os demais se concentram, sobretudo, no primeiro grau incompleto.

Gráfico 71 - Escolaridade do entrevistado por ocupação - catador de resíduo sólido e reciclável e gênero



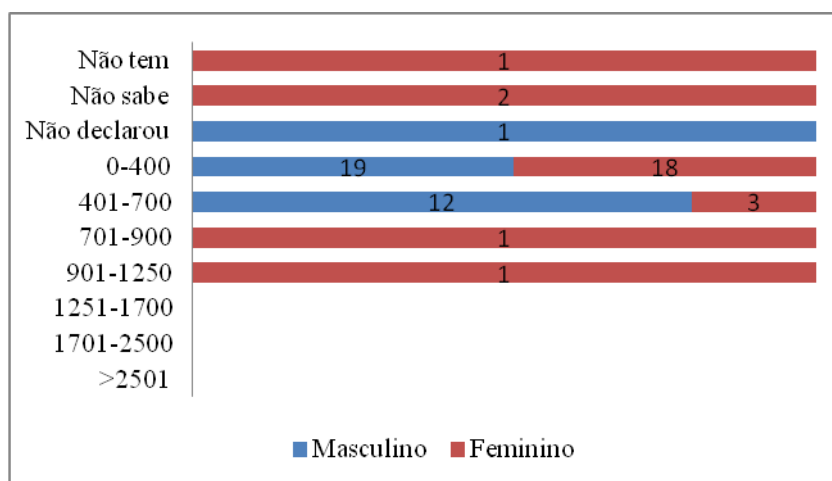
Fonte: dados da pesquisa.

As desigualdades na educação dos indivíduos que integram as ocupações precárias como os catadores demonstram como, mesmo diante dos esforços das políticas educacionais para a universalização do ensino, as populações pobres e que precisam de uma mudança na estrutura de desigualdade que vivem permanecem ainda sem alfabetização, como observado em alguns casos. O que torna mais agravante o processo de desigualdade é a discriminação sofrida pelos catadores, por exemplo, pois são vistos como “desocupados e sujos” e, ainda, como 'peças descartáveis da engrenagem social' (MACIEL, 2011).

c) Categoria ocupacional por gênero e renda

Um dos efeitos mais nocivos do trabalho precário se refere aos rendimentos do trabalhador. Em um total de 58 respondentes, a renda de 37 destes não ultrapassava R\$ 400,00. Além do trabalho insalubre, sem garantias trabalhistas e sujeito a todo o tipo de preconceito e discriminação, a renda, que é variável, é muito baixa.

Gráfico 72 - Número de catadores por faixa de renda e gênero



Fonte: dados da pesquisa.

Estabelecendo uma relação entre o número de horas trabalhadas e o número de dias por semana que dedicam à atividade com a renda auferida no trabalho, 36% dos catadores trabalham diariamente mais de oito horas, mas, um percentual 62,7% deste grupo recebe apenas R\$ 400,00 mensais, os demais, até R\$ 700,00. Uma possível explicação para os dois *outliers* é que, *os de maior salário*, provavelmente, são catadores específicos de materiais como ferro e aço e/ou que trabalham para depósitos específicos. A participação dos indivíduos em categorias profissionais como a dos catadores, caracterizadas por baixa escolaridade e rendimentos, pode ser explicada pela necessidade de trabalhar para a manutenção da casa.

Entre os catadores, 4 exercem outras funções, como babá, faxina e doméstica; 3 são feirantes; 7 são pedreiros, pintores e serventes e 1 toma conta de carro.

Mesmo com a literatura, de uma forma geral, e os resultados da pesquisa, de uma forma particular, indicando o baixo rendimento da categoria, em especial a de “catador de papel”, é importante demonstrar a satisfação de parte dos trabalhadores com as atividades exercidas. Entre os catadores, 18 homens estão muito satisfeitos com a atividade e, também, 13 mulheres. Entre elas, 12 estão satisfeitas com a própria atividade, embora pensem em mudar de profissão. Mas, ainda assim, a necessidade econômica é um elemento fundamental que torna propícia a inserção dos indivíduos em atividades de tamanha insalubridade, especialmente no caso dos catadores. Entre estes, 43 profissionais trabalham mais de 8 horas.

Os trabalhadores inseridos em ocupações precárias sofrem com os efeitos negativos

diversos da atividade, como a sensação da desintegração da existência, devido à degradação das relações humanas e de integração da existência de espaço e de mundo, na medida em que os indivíduos são compulsoriamente submetidos a tais processos. Os efeitos, tanto no plano do consciente quanto do inconsciente, são acumulados e extensivos a outras áreas da vida social e aos indivíduos relacionados com as "vítimas" da situação de precariedade. Nestes parâmetros, a insegurança objetiva se refere à falta da estabilidade no trabalho e à insegurança subjetiva aos efeitos pessoais da precariedade. A operacionalização da precariedade mantém os indivíduos no contexto da submissão e da aceitação e ressalta o comportamento permanente de insegurança (BOURDIEU, 1998; CINGOLANI, 2006).

6.9 Considerações gerais: categoria ocupacional selecionada, trabalhador doméstico, ambulante e catador de resíduos sólidos recicláveis

Os resultados encontrados para Juiz de Fora, embora demonstrem segregações dentro de raça e gênero, revelam uma grande proporção de indivíduos em ocupações caracterizadas pela formalidade, somadas aos empregadores (Tabela 12). Entretanto, nas ocupações selecionadas empregado com CTPS assinada e Conta Própria, o grupo masculino apresenta uma maior proporção na participação nas categorias ocupacionais. Nas categorias ocupacionais sem CTPS assinada e não remunerado houve a aproximação entre os percentuais de participação entre ambos os sexos.

Na composição de grupo de cor, verificam-se as proporções mais altas de brancos nas ocupações com o maior percentual de inserção de trabalhadores, rendimentos, escolaridade e contribuição à Previdência Pública e Privada. A estrutura da desigualdade é verificada na observação de que apenas 0,5% de mulheres de negras, na composição total do grupo feminino, está presente na categoria ocupacional conta própria. No caso dos empregadores, não houve percentual de participação na categoria Empregador.

A decomposição de gênero por idade apresenta a categoria ocupacional com CTPS assinada com a proporção de ambos os sexos na faixa etária que se estende dos 25 a 54 anos. A análise da categoria ocupacional sem CTPS assinada apresenta uma alta proporção de jovens dedicando-se ao trabalho informal, e as faixas superiores a 55 anos mostram um maior percentual de participação do grupo feminino, comparando-se ao grupo masculino. Por sua vez, a categoria ocupacional conta própria abrange empregados com um percentual

predominantemente adulto. A categoria não remunerado apresenta um público jovem, sem a participação de empregados nas faixas 30 a 44 anos.

O mapeamento de gênero, com a avaliação de escolaridade e renda, permite observar, na análise da escolaridade e da renda, a categoria conta própria com uma proporção acentuada de trabalhadores com alto rendimento e altos níveis de escolaridade, se comparados às demais categorias ocupacionais. A categoria com CTPS assinada seguiu-se à categoria conta própria nas melhores proporções nos níveis educacionais mais elevados e nas faixas mais expressivas de rendimento. Ao contrário, como reflexo da própria informalidade, a categoria sem CTPS assinada permanece nas condições de desigualdade entre as ocupações, com os rendimentos mais baixos e os menores níveis de escolaridade.

Na verificação dos outros rendimentos, no PBF, as categorias sem CTPS assinada e Não Remunerada apresentam o maior percentual de assistidas no PBF, e, no recebimento de aposentadoria ou pensão, a categoria não remunerado possui o maior percentual de abrangidos pela Previdência.

E, finalmente, no que tange à contribuição à Previdência Pública e Privada, a categoria conta própria apresenta uma alta proporção de contribuintes, fato correspondente ao próprio perfil da ocupação dos melhores rendimentos, níveis educacionais e concentração de trabalhadores adultos.

No que se refere aos objetivos da tese de mapear o comportamento de gênero na categoria trabalhador doméstico, a análise dos dados apresenta a seguinte disposição no nível de escolaridade, rendimento, participação no PBF, recebimento de aposentadoria ou pensão e contribuição à Previdência Pública ou Privada:

Observa-se, no nível de escolaridade, as maiores taxas de participação dos trabalhadores com CTPS assinada e sem CTPS assinada no Ensino Fundamental. Ao contrário do comportamento das RMs selecionadas, as mulheres trabalhadoras domésticas possuem, de uma forma geral, a melhor escolaridade, se comparadas ao grupo masculino.

Entretanto, em relação aos rendimentos provenientes da ocupação, mesmo apresentando os melhores níveis de escolaridade em comparação ao grupo masculino, as faixas salariais são maiores para os homens entre os trabalhadores sem CTPS assinada (gráfico 54), mas, o grupo masculino empregado doméstico com CTPS assinada permanece recebendo mais que as mulheres.

A análise dos outros rendimentos, o PBF e o recebimento de aposentadoria ou pensão, revela o percentual de 12,6% de trabalhadores domésticos sem CTPS assinada como beneficiários do Programa; enquanto os demais empregados sem CTPS assinada apresentam um percentual de 6%. Este resultado indica uma própria necessidade material recorrente entre os domésticos.

Entre os trabalhadores domésticos que recebem aposentadoria e pensão, o grupo masculino apresenta o maior percentual de beneficiados, 16,2%; no caso do grupo feminino, 12%. Desta forma, esta parcela possui direito ao 13º salário e ao rendimento mensal garantido, o que possibilita reduzir as inseguranças provenientes de quem recebe apenas o salário do trabalho informal.

A contribuição para a Previdência, no âmbito dos trabalhadores domésticos, alcança uma pequena proporção, 11,9% no grupo feminino e 11,1% no grupo masculino. Estes percentuais exibem uma ampla parcela da categoria sem investimento na seguridade.

No que tange aos objetivos específicos da tese, de pesquisar com a maior acuidade as variáveis indicativas do processo de inserção e de permanência no mercado de trabalho informal, verificam-se os seguintes comportamento e composição das categorias ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável:

A análise geral demonstrou, na categoria ocupacional Ambulante, um total de 91 homens e 32 mulheres; com um número menor de negros (27), se comparados aos de indivíduos brancos e pardos.

A escolaridade entre os trabalhadores ambulantes concentrou-se no 1º grau incompleto, mas, deve-se ressaltar que cerca de 31 pessoas apresentaram o 2º grau completo, além de participação no Curso Técnico e Ensino Superior. Este fator demonstra uma heterogeneidade escolar dentro da categoria.

Analisando-se o salário dos ambulantes, constatou-se que, dos 123 entrevistados, cerca de dez entrevistados recebiam entre R\$701,00 a R\$900,00 no período. Ressalta-se que mais de 70 ambulantes recebiam mais de R\$900,00, renda superior àquela paga pelo salário do comércio. Entretanto, cerca de 101 entrevistados trabalham mais de 8 horas por dia (exceto aos domingos, no caso das barracas de produtos diversos).

Os dados demonstram que, na categoria ocupacional Ambulante, há 34 aposentados e 50 indivíduos contribuindo para a Previdência.

A categoria ocupacional catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável apresentou, em sua composição, 32 homens e 26 mulheres, com um número maior de negros (23), se comparada ao número de indivíduos brancos e pardos.

No que se refere à escolaridade, 8 catadores declararam não ter escolaridade nem saber ler. Os demais trabalhadores se concentram na faixa 1º grau incompleto, com exceção de 1 catador com o 2º grau completo, demonstrando a desigualdade educacional típica da ocupação.

Em relação aos rendimentos da ocupação, os catadores de papel apresentam um número expressivo de indivíduos recebendo apenas até R\$ 400,00 (37), mais um demarcador da precariedade da atividade. A condição da ocupação se torna mais preocupante ao se verificar que apenas seis trabalhadores são aposentados e seis contribuem para a Previdência.

Embora a análise da cidade de Juiz de Fora tenha apresentado bons percentuais referentes à participação nas categorias ocupacionais formais ou conta própria, mas com bons rendimentos salariais, demonstrou também a face mais precária das ocupações informais, especialmente, a categoria catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável. Verificou-se as variáveis que condicionam as três ocupações foco do capítulo, ambulante, catador e trabalhador doméstico a permanecerem nestas atividades, como a baixa escolaridade, experiência e qualificação profissionais, o atributo de cor e idade, que potencializam a discriminação sofrida. Nas considerações finais, estes dados serão apresentados em conjunto com a realidade das RMs selecionadas, o que permitirá robustecer as análises sobre os mecanismos de participação dos indivíduos em categorias ocupacionais vulneráveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral da tese foi realizar o mapeamento de gênero no mercado de trabalho informal, no cenário da expansão dos postos de trabalho formais e da maior escolaridade e inserção da mulher nas categorias ocupacionais. Para cumprir com as metas propostas no estudo, foi necessário, em um primeiro momento, revistar o conceito de informalidade, o qual traz em si uma multiplicidade de leituras. Nesse âmbito, verificou-se as escolas que procuraram pensar o subdesenvolvimento e/ou a condição de dependência ou de marginalidade para o Brasil, em suas propostas particulares para o avanço econômico do país. Finalizou-se com uma nova visão para repensar a desigualdade brasileira em sua "modernidade periférica".

Mas, no emaranhado teórico apresentado, a abordagem adotada pela pesquisa se centra no fato de que a semente do mercado de trabalho informal foi plantada ainda no Brasil escravocrata. Posteriormente, com a abolição, o excedente de indivíduos livres se tornou uma massa marginalizada e desempregada. O país assistiu, na década de 1930, um complexo comportamento do mercado de trabalho, com o novo cenário demográfico e da urbanização; a expansão econômica e produtiva; a crise do petróleo e, finalmente, a crise da década de 1980. Entretanto, mesmo neste período, dos anos 1930 até o final de 1970, quando as condições econômicas foram favoráveis, uma massa permaneceu desempregada e na informalidade.

Após a década de 1990, com instabilidade no mercado de trabalho, mas com uma inserção mais acentuada do grupo feminino, a década de 2000 assistiu a uma regulação do mercado de trabalho, com a expansão da economia e o aumento dos anos de estudo. Com a reestruturação produtiva, o mercado pautado cada vez mais pela globalização e pela flexibilidade, com formas delineadas de subcontratação, indicou novos perfis de trabalhadores informais.

Nesse contexto, o grupo feminino vivenciou, paulatinamente, o aumento nos anos de estudos e a inserção em ocupações qualificadas no mercado de trabalho. Entretanto, essa participação feminina se encontra em contextos de mudanças e continuidades. E são nessas continuidades que a tese se ateve.

A fim de verificar o mapeamento do comportamento de gênero no mercado de trabalho informal, delineou-se o estudo das RMs presentes na PME. E, para aprofundar e detalhar o estudo referente ao mercado de trabalho informal, delineou-se a pesquisa sobre os ambulantes, os catadores de papel e de resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis na cidade de Juiz de Fora, MG.

De uma forma geral, a tese chegou às seguintes considerações finais:

- a) Mapeamento da categoria ocupacional, posição na ocupação e variação na participação dos trabalhadores nas RMs e na cidade de Juiz de Fora

No mapeamento da categoria ocupacional, posição na ocupação e variação na participação de trabalhadores nas categorias, verificou-se, de uma forma geral, no período de 2003-2010, uma expansão de postos de trabalho com CTPS assinada, principalmente em RMs mais vulneráveis economicamente, como a RMR e RMS, em comparação às médias das RMs selecionadas.

Observou-se a redução de empregado sem CTPS assinada. Com exceção da RMPOA e, principalmente, da RMBH, houve uma redução no percentual de empregadores. No que se refere à categoria conta própria, com exceção das RMs de Salvador e de Belo Horizonte, as RMs apresentaram uma proporção de aumento inferior à média das proporções das RMs selecionadas. Observou-se, ainda, que, embora as RMPOA e RMRJ tenham apresentado um pequeno crescimento na categoria militares e funcionários públicos estatutários, a expansão nesses postos nas demais regiões foi expressiva. Embora haja um percentual considerável de trabalhadores domésticos, o país apresentou uma melhora no comportamento do mercado de trabalho.

Na variação temporal na composição das categorias ocupacionais, observou-se uma importante expansão das categorias formais na RMR. Embora a região tenha apresentado uma retração do percentual dos Empregadores e um aumento na proporção dos Trabalhadores Domésticos, apresentou uma importante elevação nas proporções da variação das categorias ocupacionais empregado com CTPS assinada no setor privado e militares ou funcionários públicos estatutários, em relação ao percentual médio das RMs selecionadas. Outro aspecto importante ocorreu na retração dos empregados sem carteira de trabalho. Esse resultado demonstra que, mesmo com as condições de maior vulnerabilidade salarial e de posição na ocupação, em comparação com as demais RMs analisadas, a RMR obteve empregos com maior qualidade, com impactos individuais e em distintas esferas sociais.

Como a RMR, a RMS também apresentou percentuais preocupantes em relação ao rendimento da ocupação. Na variação da ocupação, indicou um aumento na categoria empregado com CTPS assinada e da categoria militares ou funcionários públicos estatutários.

Mas, em termos percentuais, a expansão do emprego formal implicou no percentual aproximado da diferença da retração da categoria empregado sem CTPS assinada no setor privado e o aumento no percentual dessa categoria. Destaca-se que a categoria conta própria também apresentou um expressivo aumento, e a elevação da taxa percentual dos trabalhadores domésticos apresentou uma menor elevação na porcentagem em relação à RMS.

A RMBH apresentou uma importante mudança na composição do mercado de trabalho em comparação a todas as RMs selecionadas, com uma virtuosa expansão do mercado de trabalho formal e de empregadores. Verificou-se que a expansão do percentual de empregados com CTPS assinada e a redução dos empregados sem CTPS assinada foram, em ambos os casos, mais proeminentes, se comparados à média percentual das RMs selecionadas, demonstrando um importante salto de qualidade na oferta do emprego. Os empregadores também indicaram um relevante aumento proporcional em relação à média das demais RMs. Os trabalhadores domésticos apresentaram a redução de mais da metade de empregados em relação à média das RMs selecionadas, assumindo a segunda posição na retração.

Ao contrário, a RM do Rio de Janeiro apresentou o pior percentual no comportamento geral das categorias ocupacionais em relação às médias das demais RMs, comparando-se a todas as RMs selecionadas. A retração da região metropolitana apresentou resultados notórios e, ao mesmo tempo, preocupantes. Embora tenha ocorrido a redução da categoria sem CTPS assinada, houve uma queda expressiva na categoria dos Empregadores. Os percentuais das categorias com CTPS assinada e dos militares ou funcionários públicos estatutários apresentaram aumentos inferiores à média.

No âmbito comparativo, a RMSP foi a única metrópole a apresentar percentuais mais próximos ao comportamento das médias das demais RMs, mantendo uma relativa estabilidade geral nas variações das categorias informais e formais.

Na RMPOA, por sua vez, embora tenha ocorrido um crescimento da categoria com CTPS assinada inferior à média percentual das RMs, não houve um aumento da proporção dos empregados sem CTPS assinada no setor privado, e a retração do percentual dos trabalhadores domésticos foi expressiva.

O mapeamento da composição das categorias ocupacionais das RMs selecionadas indicou, para o ano de 2010, a maior proporção de empregados com CTPS assinada na RMSP. Entretanto, como resultado do próprio crescimento no mercado de trabalho, a RMBH apresentou a segunda melhor proporção de empregados com CTPS assinada, seguida da

RMPOA. Embora tenha aumentado sensivelmente os postos de carteira assinada, comparando-se às demais RMs selecionadas, a RMR permaneceu com a menor participação de trabalhadores com carteira assinada. No que tange à categoria ocupacional empregado sem CTPS assinada, a RMR apresentou o maior percentual de indivíduos, seguida da RMS. A menor proporção de empregados sem a carteira assinada foi verificada na RMBH e, posteriormente, na RMSP. Por sua vez, embora a categoria ocupacional Conta própria tenha apresentado percentuais aproximados em sua composição, é importante verificar a diferença qualitativa dessa ocupação conforme a RM analisada, variando para positiva na RMSP, RMPOA, e negativa na RMR e RMS. Verificou-se, portanto, um melhor comportamento do mercado de trabalho nas RMs de São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre. Seja em termos de participação nas categorias ocupacionais formais, seja na presença em categorias informais de trabalho.

Atendo-se aos objetivos da tese de detalhar as ocupações informais na cidade de Juiz de Fora, observou-se as categorias ocupacionais selecionadas na cidade. Verificou-se uma grande proporção de indivíduos em ocupações formais e de empregador.

b) Mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais e na posição da ocupação, trabalhador doméstico, ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

Respondendo ao objetivo geral da tese, de mapear a participação da mulher no mercado de trabalho informal, verificou-se a composição de gênero no quadro apresentado acima, no que se refere aos percentuais das categorias ocupacionais selecionadas em cada região metropolitana.

Mapeou-se na categoria ocupacional empregado com CTPS assinada a maior proporção do grupo masculino em todas as RMs selecionadas.

Na análise da categoria empregado com CTPS assinada, pôde-se verificar que, em termos percentuais, a maior distância da composição de gênero entre as RMs ocorreu na RMR, ou seja, as mulheres da RMR, em comparação ao grupo feminino das demais RMs selecionadas, estão em pior condição no mercado de trabalho, seguidas das mulheres da RMS. Embora a RMBH tenha apresentado uma expansão na categoria formal, a região ocupa, ao lado da RMRJ, a maior distância de gênero entre homens e mulheres. A RMPOA apresenta, nesse aspecto, a proporção mais próxima entre ambos os sexos.

No que se refere à comparação da categoria empregado com CTPS assinada entre a composição feminina nas RMs selecionadas, a RM de São Paulo possui os melhores percentuais de participação feminina. Seguiram-se as RMBH e RMPOA. O menor percentual apresentado da participação feminina ocorreu na RMR. Isso significa que a virtuosa expansão da categoria empregado com CTPS assinada na RMR necessita estar alinhada às políticas de promoção da mulher no mercado de trabalho, para reduzir paulatinamente a estrutura de desigualdade vivenciada pelo grupo feminino. No âmbito da ocupação do grupo masculino, verificou-se a participação percentual aproximada nas RMBH e RMSP. As menores participações ocorreram na RMS e RMR.

Na verificação da composição de gênero na categoria sem CTPS assinada, observou-se a menor distância proporcional entre homens e mulheres nas RMSP e RMBH. Encontrou-se a maior distância na RMS. A comparação dentro do grupo feminino verificou os maiores percentuais na categoria sem CTPS assinada nas RMR e RMS. O menor percentual de mulheres sem carteira de trabalho assinada está na RMSP e RMBH. Esses dados confirmam, mais uma vez, a situação de maior vulnerabilidade laboral das mulheres da RMR e RMS.

Em relação à categoria ocupacional conta própria, as maiores distâncias percentuais de gênero ocorreram na RMR e RMPOA e a menor distância proporcional ocorreu na RMS. Entre as mulheres, a menor participação na categoria foi na RMSP. No grupo masculino, os menores percentuais ocorreram na RMS e RMBH.

No mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais na cidade de Juiz de Fora, verificou-se o mesmo perfil das RMs selecionadas. As ocupações empregado com CTPS assinada e conta própria indicaram uma maior proporção de homens. Nas categorias ocupacionais empregado sem CTPS assinada e Não remunerado (sem remuneração) houve aproximação entre os percentuais de participação entre ambos os sexos.

Na análise do mapeamento da categoria dos ambulantes e dos catadores de resíduos sólidos e recicláveis, encontrou-se um maior número de entrevistados do sexo masculino. Entretanto, os testes estatísticos não apresentaram uma significância nessa diferença.

c) Mapeamento de gênero por cor nas categorias ocupacionais selecionadas, ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

Um aspecto central na análise do mapeamento de gênero nas categorias ocupacionais consistiu em verificar a composição racial, pois o seu resultado demonstrou a formação de uma complexa relação de variáveis distintivas de gênero.

Verificou-se, de uma forma geral, uma baixa participação nos percentuais do grupo negro na categoria com CTPS assinada, em especial nas RMSP, RMPOA e RMR. Os menores percentuais de mulheres negras e pardas foram nas RMR e RMSP. O grupo branco apresentou as maiores proporções nas RMPOA e RMSP.

Na categoria ocupacional sem CTPS assinada, os menores percentuais de negros estavam na RMSP e na RMPOA. Entretanto, a RMBH, que apresentou percentuais importantes no mercado de trabalho, indicou um pequeno percentual de trabalhadores negros sem CTPS assinada. Na categoria conta própria, na RMR, houve uma participação quase não significativa de mulheres negras em sua composição.

Os maiores percentuais de pardo foram encontrados na categoria com CTPS assinada nas RMR, RMS e RMBH.

Analisando-se a cidade de Juiz de Fora, observou-se uma acentuada desigualdade racial nas categorias ocupacionais selecionadas. Por exemplo, não houve identificação de percentuais significativos de negros na categoria de empregador e conta própria.

Por sua vez, o número de brancos, pretos e pardos na categoria ambulante apresentou o menor percentual do grupo negro, se comparado aos brancos e pardos. Por outro lado, a categoria catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável indicou o maior percentual de negros.

Analisando-se o conjunto das RMs e da cidade de Juiz de Fora por gênero e cor, verificou-se a desigualdade racial na composição das categorias ocupacionais.

Para a população negra, a participação no mercado de trabalho permite a superação da pobreza e da privação. No Brasil, a presença feminina não é mais intermitente, mas essencial à dinâmica das mudanças nos papéis sociais e laborais. Contudo, essa inserção ocorre de forma diferenciada, conforme o contexto de gênero e de raça e está “sobre representada” nos trabalhos precários. A constante inserção feminina também não alterou profundamente a estrutura da redivisão dos cuidados entre homens e mulheres, ainda que seja nas atividades remuneradas. As mulheres, especialmente as negras, estão presentes em ocupações precárias, que exigem baixas escolaridade e qualificação, nos serviços sociais e também no trabalho doméstico (IPEA, 2011).

d) Mapeamento de gênero por idade nas categorias ocupacionais selecionadas, ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

A composição etária figura como ponto de análise, na medida em que detalha o desenho de gênero presente nas categorias ocupacionais das RMs selecionadas e demonstra o comportamento das mulheres de idades distintas no mercado de trabalho, caracterizando de forma específica cada categoria ocupacional. Verificou-se: a) uma concentração de jovens e idosos na categoria não remunerada; b) uma concentração de adultos e uma proporção mais acentuada de indivíduos na terceira idade e c) que a categoria informal apresentou uma participação expressiva das mulheres adultas, mas apresentou, também, a base da pirâmide de forma mais larga para ambos os sexos.

No que se refere à composição etária da categoria ocupacional com CTPS assinada, obteve-se a seguinte formação por sexo:

O grupo masculino da RMS e da RMRJ apresentou a maior proporção de empregados compreendida na faixa etária de 25 a 34 anos. Já o grupo feminino apresentou o maior percentual na faixa etária de 30 a 39 anos. De uma forma geral, a disposição da pirâmide se apresentou aproximadamente simétrica, se comparada às pirâmides das demais categorias ocupacionais selecionadas. A categoria ocupacional sem CTPS assinada indicou uma maior proporção do grupo feminino dos 30 aos 49 anos. O grupo masculino, por sua vez, apresentou uma proporção maior de jovens até 24 anos. A categoria ocupacional conta própria apresentou uma concentração de adultos, de ambos os sexos, e um percentual maior de indivíduos na terceira idade. Já a categoria ocupacional empregado não remunerado indicou uma larga proporção de jovens até 19 anos. O grupo feminino apresentou um maior percentual de trabalhadores na RMS e, o masculino, na RMR.

A cidade de Juiz de Fora apresentou em sua composição etária o mesmo perfil de pirâmide das categorias ocupacionais das RMs nas seguintes especificações: empregado com CTPS assinada, empregado sem CTPS assinada, conta própria e não remunerada.

Em uma análise geral das categorias ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável, observou-se uma população mais madura na composição, tendo sido computadas cerca de 105 pessoas com mais de 50 anos. Verificou-se que nessas duas ocupações mais vulneráveis houve uma maior exposição dos trabalhadores já presentes em uma etapa mais avançada.

e) Mapeamento de gênero por escolaridade nas categorias ocupacionais selecionadas, trabalhador doméstico, ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

Ao propor a análise da participação de gênero nas categorias ocupacionais conforme a escolaridade, o intuito da pesquisa era verificar, no período analisado, as diferenças percentuais nos níveis de escolaridade, para captar a desigualdade educacional de gênero dentro das categorias ocupacionais nas RMs selecionadas. Essa distinção nos níveis educacionais é uma das causalidades da inserção nos postos de trabalho (sem) com qualificação, resultando em baixos salários e condições vulneráveis de ocupação.

Observou-se na análise da síntese dos resultados, o seguinte panorama:

No nível até o Ensino Fundamental, todas as RMs, em todas as categorias ocupacionais, apresentaram uma maior proporção do grupo masculino.

Entretanto, no nível Ensino Médio, com exceção da RMS, que apresentou um percentual próximo para homens e mulheres, as demais RMs, em todas as categorias ocupacionais, indicaram uma maior proporção do grupo feminino.

No nível Ensino Superior e Pós-Graduação, o grupo feminino apresentou uma maior proporção em todas as RMs selecionadas nas categorias ocupacionais com CTPS assinada e conta própria. Na categoria ocupacional empregado sem CTPS assinada, os homens apresentaram maior percentual nas RMRJ e RMS. E na categoria empregado não remunerado, a RMRJ, a RMBH e a RMS apresentaram a maior proporção masculina no nível Ensino Superior.

Esse resultado indica, no geral, uma concentração percentual do grupo masculino no nível Ensino Fundamental e uma melhor participação proporcional do grupo feminino no Ensino Médio, no Ensino Superior e Pós-Graduação, indicando uma importante mudança estrutural de gênero na escolaridade.

Na categoria trabalhador doméstico com CTPS assinada, com exceção da RMS, houve o maior percentual feminino até o Ensino Fundamental. Na categoria trabalhador doméstico sem CTPS assinada, não houve uma definição no percentual maior de um dos grupos de sexo, como ocorreu na categoria anterior.

No nível Ensino Médio, no Ensino Superior e na Pós-Graduação, na categoria trabalhador doméstico com CTPS assinada, o percentual de homens e de mulheres variou

entre as RMs, sem uma concentração em um único sexo, masculino ou feminino. O mesmo comportamento foi observado na categoria trabalhador doméstico sem CTPS assinada.

Esse resultado indicou um maior percentual das mulheres trabalhadoras domésticas com CTPS assinada no nível Ensino Fundamental.

No mapeamento das categorias ocupacionais da cidade de Juiz de Fora por escolaridade, as categorias conta própria e empregado com CTPS assinada apresentaram as melhores proporções nos melhores níveis de escolaridade. Entretanto, a categoria ocupacional sem CTPS assinada indicou as piores colocações, em especial o grupo feminino.

As mulheres trabalhadoras domésticas da cidade de Juiz de Fora apresentaram um perfil contrário no âmbito da escolaridade, se comparadas ao grupo feminino das RMs selecionadas. No caso da cidade, os homens apresentaram um percentual maior de participação nos melhores níveis educacionais.

Verificou-se, na categoria Ambulante, um grande número de trabalhadores no nível 1º grau completo. Entretanto, verificou-se participantes com 2º grau completo, com Cursos Técnicos e até com Pós-Graduação. Ao contrário, a categoria catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável apresentou a maioria dos trabalhadores com 1º grau completo, e oito se declararam sem escolaridade/não sabiam ler.

e) Mapeamento de gênero por renda nas categorias ocupacionais selecionadas, trabalhador doméstico, ambulante e catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável

Embora a mulher tenha apresentado um importante avanço na escolaridade nas categorias ocupacionais selecionadas, os percentuais de participação nas maiores faixas de renda foram do grupo masculino.

O mapeamento indicou, na síntese dos resultados até 1 SM, um percentual expressivo feminino, em todas as categorias ocupacionais, nas RMs selecionadas. Destaca-se a maior proporção da participação feminina na RMR e na RMS.

Entretanto, o posicionamento do grupo masculino foi consideravelmente maior na faixa de renda de 1,1 SM a 3 SM. Com exceção da RMSP, na categoria empregado sem CTPS assinada, cujos percentuais de ambos os sexos foram próximos.

O mesmo comportamento foi observado na faixa de renda superior a 3,1 SM, com um percentual do grupo masculino sensivelmente superior ao do grupo feminino.

Notória desvantagem do grupo feminino foi encontrada na categoria trabalhador doméstico (com e sem carteira assinada). Em todas as categorias ocupacionais, o grupo masculino apresentou uma melhor participação, se comparado ao grupo feminino. Na faixa de rendimentos até 1 salário mínimo, a maior concentração proporcional foi das mulheres. Já entre os intervalos de 1,1 a 3 salários mínimos, e acima de 3 salários mínimos, os melhores percentuais foram do grupo masculino.

Uma ressalva que deve ser feita é que na categoria dos trabalhadores domésticos estão incluídas as diaristas, trabalhadores em hora cheia, motoristas, jardineiros. Entretanto, independente da forma como essa ocupação está estruturada, as mulheres estão, de forma sensível, percentualmente distantes dos homens nas melhores faixas de rendimento, mesmo nas categorias e nas RMs onde o nível de escolaridade é superior ao universo masculino pesquisado.

Na análise dos rendimentos das categoriais ocupacionais selecionadas em Juiz de Fora, verificou-se os percentuais mais baixos de rendimentos na categoria ocupacional sem CTPS assinada, em especial o grupo feminino. Embora a categoria conta própria tenha apresentado percentuais de ambos os sexos na faixa de renda até 0,5 SM, a categoria apresentou os melhores percentuais de rendimento nas faixas mais altas.

Por sua vez, os rendimentos do grupo masculino, na categoria trabalhador doméstico sem CTPS assinada, apresentaram os melhores percentuais nas faixas mais altas de rendimento. Na categoria com CTPS assinada, embora os homens tenham apresentado um maior percentual na faixa até 0,5 SM, verificou-se uma proporção maior nas faixas acima 1,51 SM.

O estudo da categoria Ambulante indicou que mais de 50% dos trabalhadores ganhavam acima de R\$ 900,00, trabalhando cerca de 8h/dia.

Preocupante foi a situação do catador de resíduo sólido reciclável e reaproveitável. Entre os 36% dos ambulantes, que se dedicam à atividade mais de 8 h/dia, 62,7% recebe até R\$ 400,00.

f) Mapeamento de gênero, categoria ocupacional e trabalhador doméstico por Programa Bolsa Família

Destaca-se, neste contexto de vulnerabilidade de rendimentos, a elaboração de políticas sociais de transferência de renda com capacidade de alterar o panorama assimétrico de distribuição dos recursos. Como exemplo brasileiro, o PBF situa-se entre um dos mais importantes programas sociais. O mapeamento da participação de gênero no PBF demonstrou que são nas RMs cujos níveis escolares são mais baixos e os rendimentos permanecem nas faixas até 1SM, principalmente, que se encontram os maiores percentuais de beneficiárias do PBF, em particular nas categorias ocupacionais empregado sem CTPS assinada e Não Remunerada, na RMR e RMS.

Na categoria trabalhador doméstico, em especial aqueles empregados sem CTPS assinada, o percentual de beneficiárias foi próximo às categorias ocupacionais sem CTPS assinada e não Remunerado. O menor percentual de trabalhadoras domésticas assistidas pelo PBF foi registrado na RMSP.

Na cidade de Juiz de Fora, como reflexo da própria estrutura ocupacional da categoria conta própria, essa atividade abrange o menor percentual de beneficiárias do PBF, ao contrário da categoria sem CTPS assinada.

Já o percentual dos trabalhadores domésticos sem CTPS assinada, em Juiz de Fora, apresenta o dobro do percentual dos empregados sem CTPS.

O PBF, em seus três eixos, é uma política social fundamental, mas que, para ser efetivada, deve, especialmente, estimular também a possibilidade de participação das mulheres em cursos profissionalizantes e na inserção laboral. Uma reflexão, por exemplo, refere-se ao horário em que os cursos são disponibilizados; o período de oferta do curso precisa, obrigatoriamente, englobar a possibilidade de participação das mulheres que precisam levar os filhos aos colégios, cuidarem da casa ou exercerem alguma atividade profissional. É fundamental disponibilizar os cursos em uma região de fácil acesso. Um ponto essencial está relacionado à realização profissional das mulheres: os cursos ofertados correspondem a uma perspectiva da autoestima e do reconhecimento das mulheres? E como pode ser otimizada a participação dessas pessoas no mercado de trabalho? Essas observações se inserem na proposta do Pronatec, no âmbito do PBF, e necessitam, por isso, de políticas que favoreçam seu pleno funcionamento em abrangência e qualidade.

g) Mapeamento de gênero, categoria ocupacional e trabalhador doméstico - recebem aposentadoria ou pensão

O percentual de trabalhadores que recebem aposentadoria ou pensão, mas que retornam ou permanecem no mercado de trabalho informal para a complementação da renda, é um importante indicativo de uma alternativa (estratégia) para a otimização financeira, ainda que essa permanência no trabalho seja delineada, em muitos casos, com vulnerabilidade em suas condições. Entretanto, receber aposentadoria ou pensão indica, também, um maior percentual de trabalhadores com cobertura previdenciária. De uma forma geral, a categoria que inclui mais participante nessa forma de rendimento é a não remunerada.

Já em Juiz de Fora, o maior percentual que recebe aposentadoria ou pensão é a categoria ocupacional não remunerado. As categorias conta própria, empregado sem CTPS assinada (percentual mais reduzido para o homem) e trabalhador doméstico apresentam, aproximadamente, a mesma proporção.

O número de trabalhadores ambulantes e catadores de papel que recebe aposentadoria ou pensão não chega a 50%. Indicando, principalmente entre os catadores, uma exposição muito maior na precariedade do trabalho e nos baixos rendimentos.

h) Mapeamento de gênero, categoria ocupacional, trabalhador doméstico e contribuição à Previdência Oficial ou Privada

Embora a contribuição à Previdência não garanta ao trabalhador informal direitos como seguro desemprego, férias, 13º salário, inclui-o na cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada. Isso significa que, mesmo parcialmente, o informal não ficará sem nenhuma garantia trabalhista. Entretanto, a contribuição à Previdência está, em parte, relacionada ao poder aquisitivo, pois há a necessidade de retirar mensalmente do salário o valor correspondente à contribuição. Talvez, por essa razão, os trabalhadores da categoria conta própria estão em maior percentual na contribuição, comparando-se às categorias ocupacionais selecionadas em todas as RMs. E, em maior proporção, a categoria conta própria das RMBH, RMSP e RMPOA.

Na cidade de Juiz de Fora, é também a categoria ocupacional conta própria que apresentou a maior proporção de contribuintes. A categoria não remunerado não apresentou

nenhum percentual e os trabalhadores domésticos, além de apresentaram um baixo percentual de empregados recebendo aposentadoria ou pensão, indicou poucos trabalhadores contribuindo com a Previdência, assumindo, em grandes proporções, o percentual total de domésticos sem nenhum direito trabalhista.

As considerações da tese indicam que, de fato, houve a expansão das categorias ocupacionais formais. A categoria que apresentou o melhor percentual em níveis de escolaridade e rendimentos foi a categoria ocupacional conta própria.

Nesse panorama, mapeou-se a presença significativa das mulheres em níveis de escolaridade superiores aos homens dentro das categorias ocupacionais. Entretanto, a participação das mulheres, nas categorias ocupacionais com CTPS assinada, empregadoras, conta própria (nas RMs em que esta ocupação é mais qualificada nos rendimentos), permanece abaixo do grupo masculino nos percentuais de sua composição. As mulheres são maioria no grupo sem CTPS assinada e, em algumas regiões, na categoria conta própria.

Os rendimentos femininos também são inferiores aos masculinos, em todas as categorias ocupacionais selecionadas, entre os trabalhadores domésticos com CTPS assinada. Na cidade de Juiz de Fora, na categoria ocupacional selecionada, trabalhadores domésticos com CTPS assinada, os homens também receberam melhor rendimento. Os testes estatísticos indicaram diferenciais no rendimento por gênero e também por cor.

Um ponto importante que se verificou foi que a desigualdade de gênero não se apresenta sozinha, as mulheres negras sofrem uma dupla discriminação, pois elas concentram-se nas faixas com baixo rendimento.

Dentro do objetivo de compreender o porquê da inserção e da permanência dos trabalhadores no mercado de trabalho informal nas categorias selecionadas em Juiz de Fora, verificou-se que os atributos da profissão, como o número de horas trabalhadas; a baixa escolaridade dos catadores e de boa parte dos ambulantes; a falta de qualificação profissional; a ausência de experiência profissional em outras áreas de exercício profissional; os atributos pessoais, como a idade, a cor e o gênero, influenciam nos baixos rendimentos e na possibilidade de se procurar outras alternativas de trabalho. A ausência de reconhecimento dessas profissões, e o estigma que, principalmente, os catadores de resíduos sólidos recicláveis e reaproveitáveis carregam, dificultam a reinserção em outras ocupações mais qualificadas e com menor vulnerabilidade social e nas condições de trabalho.

As considerações realizadas no decorrer da pesquisa demonstraram que, mesmo gradualmente, mudanças estruturais estão sendo tecidas, tanto no âmbito da ampliação dos postos de trabalho formais, quanto da melhor escolaridade do grupo feminino. Torna-se necessário, portanto, elaborar políticas eficazes de incentivo e de valorização da mulher no mercado de trabalho e na realização de cursos técnicos ou profissionalizantes, além do Ensino Superior, a fim de que essas transformações, já em curso, sejam direcionadas para uma maior equidade entre homens e mulheres no espaço laboral. Principalmente o universo feminino constituído de negras, pobres, jovens e idosas, assistidas pelos programas sociais e moradoras das RMs selecionadas que apresentaram maior vulnerabilidade ocupacional e de rendimentos. Esse é o desafio que as agendas de políticas públicas precisam superar.

REFERÊNCIAS

- ABRAM, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Ciência e Cultura** [online], v. 58, n. 4, p. 40-41, 2006. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252006000400020&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 20 nov. 2013.
- ALVES, Giovanni. Trabalho e sindicalismo no Brasil: um balanço crítico da “década neoliberal” (1990-2000). **Revista Sociologia Política**, Curitiba, n. 19, p. 71-94, nov. 2002.
- AMARAL, Marisa Silva; Duarte, Pedro Henrique Evangelista. Neoliberalismo e dialética do capital fictício: a constituição de um novo padrão de dependência. **Revista Leituras de Economia Política**, UNICAMP, v. 13, p. 111-138, 2010.
- ANDERSON, Perry. Neoliberalismo: un balance provisório. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDRADE, Rogério Pereira de; SILVA, Renata Carvalho. Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 4 (120), p. 539-559, out/dez 2010.
- ARAÚJO, Clara; GUEDES, Moema. Igualdade de oportunidade: a distância entre proposições e ações. **Revista do observatório Brasil da igualdade de gênero**, Brasília, p. 50-66, dez. 2010.
- APARES. **Relatório Diário de Compra e Venda**. Juiz de Fora: Apares, 2014.
- BALTAR, P.; LEONE, E. Contribuição à previdência social e informalidade do mercado de trabalho. **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, Unicamp/IE/Cesit, n. 6, p. 9-14, 2006. Disponível em: <http://www.eco.unicamp.br/Cesit/boletim_visualizar.html>. Acesso em: mar. 2013.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e desemprego na cidade de São Paulo. **Novos estudos CEBRAP** [online], n. 80, p. 91-106, 2008. ISSN 0101-3300.
- BEM, Sandra Lipsitz. Gender Schema Theory and its implications for child development: raising gender-aschematic children in a gender-schematic society. **Signs**, Chicago: The University of Chicago Press, v. 8, n. 4, p. 598-616, 1983.
- BEM, S. L.; ANDERSEN, S. M. Sex typing and androgyny in dyadic interaction: Individual differences in responsiveness to physical attractiveness. **Journal of Personality and Social Psychology**, n. 41, p.74-86, 1981.
- BELTRÃO, Kaizô Iwakami; ALVES, José Eustáquio Diniz. A reversão do hiato de gênero na educação brasileira no século XX. **Cadernos de pesquisa**, v. 39, n. 136, p. 125-156, jan/abril, 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. (Org.) **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**: uma resenha. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Les trois états du capital culturel. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 30, p. 3-6, nov. 1979.

_____. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. La précarité est aujourd'hui partout. In: BERNSTEIN, Jared. **Contre-feux**. Paris: Liber-Raison d'Agir, 1998. p. 95-101.

_____. **A distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: EDUSP, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento no Brasil**. Temas clássicos (e não tanto) do pensamento social no Brasil. Organizado por André Bueno e Lilia Moritz Schwarcz, 2010.

BRITES, Jurema. **Afeto, desigualdade e rebeldia**: bastidores do serviço doméstico. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; RICOLDI, Arlene Martinez; MERCADO, Cristiano Miglioranza. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Arletina de Oliveira et al (Org.). **Mercado de trabalho e gênero**. Comparações internacionais. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008. p. 15-34

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; LOMBARDI, Maria Rosa. A bi-polaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, Fundação Carlos Chagas, SP, v. 1, n.110, p. 67-104, 2000.

_____. Instruídas e trabalhadeiras - trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, UNICAMP, Campinas, SP, v. 17/18, p. 157-196, 2002.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha; UNBEHAUM, Sandra Gouretti; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: CEPIA. (Org.). O progresso das mulheres no Brasil contemporâneo. 1ed. Rio de Janeiro: CEPIA, v. 1, 2006, p. 62-93.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p.537-572, dez. 2007.

BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York: Routledge, 2004.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia)-Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

_____. A economia informal 20 anos depois. **Indicadores Econômicos**. Fee: análise conjuntural, Porto Alegre, v. 21, n. 4, p. 217-232, 1994.

_____. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**. São Paulo: UNICAMP, v.14, n.1, p. 153-175, jul. 2000.

_____. (Pré-)Conceitos sobre o setor informal, reflexões parciais, embora instigantes. Comentários ao artigo. **Econômica**, Niterói, v. 9, p. 145-168, 2007.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Desestruturação do mercado de trabalho brasileiro e limites do seu sistema público de emprego**. Brasília: IPEA, 2000. (Texto para discussão, n. 751). Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewPDFInterstitial/1684/2050>>. Acesso em: 15 dez. 2009.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. São Paulo: Difel, 1970.

_____. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In: CARDOSO, Fernando Henrique (Org.). **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 13-31.

CASTEL, Robert, **Les métamorphoses de la question sociale**. Une chronique du salariat. Paris: Fayard, 1995.

CENTRO DE PESQUISAS SOCIAIS. **Anuário**. 2011. Disponível em: <<http://www.cps.ufjf.br/anuarios/Anuario2011/index.html>>. Acesso em: 20 fev. 2012.

CINGOLANI, Patrick. **La précarité**. Paris: Presses Universitaires de France, 2006.

CONDÉ, Eduardo Salomão. **Desafiando a vida danificada: desenvolvimento, políticas sociais e semiperiferia**, 2014. prelo.

CONDEPE/FIDEPEM. **Desenvolvimento regional, participação social e governança metropolitana**. Recife: Secretaria de Planejamento e Gestão, 2014.

CONNELL, Robert William. **Gender and power: society, the person, and sexual politics**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

_____. **Gender**. Cambridge, UK: Polity Press, 2002.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO. **Os idosos do Rio Grande do Sul**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: Conselho Estadual do Idoso, 1997.

COSTA, Márcia da Silva. Trabalho informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, abr. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-9792010...>. Acesso em: 16 mar. 2014.

DIEESE. **A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

_____. **Pesquisa de emprego e desemprego**. São Paulo: DIEESE, 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/ped.html>>. Acesso em: 13 dez. 2013.

EPSTEIN, Cynthia Fuchs. **Deceptive distinctions: sex, gender and the social order**. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

ESPÍNDOLA, Gabriela. **A trajetória do poder da mulher: do lar ao mercado de trabalho**. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/eudelucy/a-trajetria-do-poder-da-mulher-do-lar-ao-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 20 jan. 2013.

FRANK, André Gunder. The development of underdevelopment. **Monthly Review**, New York, v.18, n. 4, p.17-31, 1966.

FREITAS, Henrique et al. O método de pesquisa survey. **Revista de Administração**, v. 35, n. 3, p. 105-112, 2000.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Fundação João Pinheiro divulga PIB dos municípios de Minas Gerais**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/noticias-em-destaque/2678-fundacao-joao-pinheiro-divulga-pib-dos-municipios-de-minas-gerais>>. Acesso em: 28 dez. 2014.

GIDDENS, Anthony. **Sociology**. A brief but critical introduction. London: Macmillan, 1982.

_____. **A constituição da sociedade**. Cambridge: Polity, 1984.

GOFFMAN, Erving. **The presentation of self in everyday life**. New York: Doubleday, 1956.

_____. The arrangement between the sexes. **Theory and Society**, v. 4, n. 3, p. 301-331, 1977.

GUEDES; Moema de Castro; ALVES, José Eustáquio Diniz. **A população feminina no mercado de trabalho entre 1970 – 2000: particularidades do grupo com nível universitário**. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 14. **Anais...** Caxambú, MG: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2004. p. 1-19. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/site_eventos_abep/PDF/ABEP2004_116.pdf>. Acesso em: 29 ago. 2013.

GUEDES, Maria Eunice Figueiredo. Gênero: o que é isso? **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília, v. 15, n.1-3, p. 4-11, 1995.

Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1414-98931995000100002&script=sci_arttext> Acesso: 12 jan. 2014.

GUIMARÃES, Iracema Brandão. Os idosos em um contexto de trabalho e de disposições renovadas. **Revista Mediações**, v. 17, p. 108-125, 2012.

HAYEK, Friedrich Von. **Camino de servidumbre**. Madrid: Alianza, 1995.

HART, Karl. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, n.11, p. 61-89, 1973.

HASENBALG, C. A transição da escola ao mercado de trabalho. In: HASENBALG, C.; SILVA, N. V. (Org.). **Origens e destinos** : desigualdades sociais ao longo da vida. Rio de Janeiro: Iuperj; TopBooks, 2003. p. 147- 172.

HELBOM Maria Luiza; ARAÚJO, Leila; BARRETO, Andréia (Coord.). **Gestão de políticas públicas de gênero e raça**. Mód. 5. 2011. Disponível em: <[www.amde.ufop.br/arquivos/biblioteca/livros GPP/Modulo 5.pdf](http://www.amde.ufop.br/arquivos/biblioteca/livros_GPP/Modulo_5.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2012.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Cadernos Saúde Pública**, v.18, p.57-65, 2002.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. Participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade da renda domiciliar per capita no Brasil: 1981-2002. **Nova Economia**. Revista do Departamento de Ciências Econômicas da UFMG, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, maio-agosto, p. 35-58, 2004.

HONNETH, Axel. Trabalho e reconhecimento: tentativa de uma redefinição. **Civitas**, Porto Alegre, v. 8 n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2008.

IANNI, Octavio. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

IBGE. **Regiões de Influências das Cidades/2007** (Regic/2007). Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

_____. **Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2000**. Rio de Janeiro: 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

_____. **Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Mídia digital.

_____. **Censo Demográfico. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2014.

IPEA. O Brasil em 4 Décadas. In: _____. Texto para Discussão nº 1500. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1452>. Acesso em: 12 jan. 2014.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. v. 2, n. 51, Brasília: Ipea: MTE, maio 2012.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. v.1, n. 54, Brasília: Ipea: MTE, fev. 2013.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. **Mercado de trabalho**: conjuntura e análise. v.1, n. 55, Brasília: Ipea: MTE, ago. 2013.

JAKOBSEN, Kjeld et al. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, v. 69, n. 24, p. 21-30, 2009.

KON, Anita. **Divisão do trabalho no Brasil**: a questão do gênero. Texto para Discussão n. 5, 2003, PEPGEP/PUCSP. São Paulo, 2003. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf>. Acesso em: 10 set. 2008.

_____. Segmentação e informalidade do trabalho nas empresas, em uma perspectiva de gênero, **Mulher e Trabalho**, v. 6, p. 01-20. Porto Alegre: FEE. Disponível em: <www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2006/artigo3.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Capitalismo e marginalidade na América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

KRELING, Norma Herminia. Envelhecimento, trabalho e renda: uma análise na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos - FEE**, Porto Alegre, 36, ago. 2008. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/1640>> . Acesso em: 20 jan. 2014.

KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. **Revista de Estudos Avançados**, São Paulo, v. 7, n. 18, ago. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 nov. 2013.

LEFÈVRE, C. Governar as metrópoles: questões, desafios e limitações para a constituição de novos territórios políticos. **Cadernos Metrôpoles Educ**, São Paulo, v.11, n. 22, p. 299-317, 2009.

LORBER, Judith; FARRELL, Susan. **The social construction of gender**. Newbury Park: Sage, 1991.

LORBER, Judith. **Paradoxes of gender**. New Haven, CT: Yale University Press, 1994.

MACHADO, Lia Pinheiro. Alcance e limites das teorias da modernização. **Revista de Administração de Empresas**, v. 10, n. 3, p.169-172, 1970.

MACEDO, Márcia. **Mulheres chefes de família não são mais pobres e nem sozinhas, diz pesquisadora**. Reportagem de Fernando Cymbaluk, 22/09/2012. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/09/22/mulheres-chefes-de-familia-nao-sao-mais-pobres-e-nem-sozinhas-diz-pesquisadora.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MACIEL, Regina Heloisa et al. Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE. **Arquivos Brasileiros de Psicologia** [online], v. 63, número especial, p.71-82, 2011. 71-82. ISSN 1809-5267.

MARTIN, Patrícia. **Gender as social institution**. Louisiana: Southern Sociological Society, 2004.

MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir. Mapa do trabalho informal na cidade de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld. **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 24-40.

MARUANI, Margareth. Emprego, desemprego e precariedade: uma comparação européia. In: COSTA, Arletina de Oliveira et al (Org.). **Mercado de trabalho e gênero. comparações internacionais**. Rio de Janeiro: FGV, 2008. p. 35-51.

MATSUO, Myrian. **Trabalho informal e desemprego: desigualdades sociais**. São Paulo: USP, 2009.

MELO, Hildete Pereira de. **Gênero e pobreza no Brasil**. Relatório final do projeto governabilidade democrática de gênero en América Latina y el Caribe. Convênio: Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Brasília: CEPAL/SPM, 2005.

MELO, Hildete Pereira de; TELES, Jorge Luiz. **Serviços e informalidade: o comércio ambulante no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000, 22 p. (IPEA. Texto para Discussão, 773).

NERI, Marcelo. Apresentação. In: COSTA, Marco Aurélio; TSUKUMO, Isadora Tami Lemos (Org.). **40 anos de Regiões Metropolitanas no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013. p. 9-11.

NORONHA, Eduardo Garuti. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 53, p.111-179, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-909007&lng=en&nrm=iso>. Disponível em: 16 mar. 2014.

NUN, José. La marginalidad en América Latina. Extractado de Nun, José, "Superoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal". **Revista Latinoamericana de**

Sociología Buenos Aires, v. 5, n. 2, p. 180-225, jul. 1969. Disponível em: <<http://amauta.lahaine.org>>. Acesso em: 25 set. 2013.

NUN, José. El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal. **Revista Desarrollo Económico**, v. 38, n. 152, p. 985-1003, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Employment, incomes and equality: a strategic for increasing productive employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972.

OLIVEIRA, Olinto Zuleica Lopes Cavalcante de. **Gênero e trabalho precário no Brasil**. Niterói, v. 5, n.1, p. 209-223, 2. Sem. 2004.

OLIVEIRA, Denise Alves Miranda. 2011. **Percepção de riscos ocupacionais em catadores de materiais recicláveis**: estudo em uma Cooperativa em Salvador-Bahia. Dissertação (Mestrado em Saúde, Ambiente e Trabalho)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

PAIS, José Machado. **Ganchos, tachos e biscates**. Jovens, trabalho e futuro. 3. ed. Porto: Ambar, 2005.

PAMPLONA, João Batista. Mercado de trabalho, informalidade e comércio ambulante em São Paulo. **Revista brasileira de estudos populacionais**, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 225-249, jun. 2013.

PAYNE, Georg (Ed.). **Social divisions**. New York: Santin's Martin Press, 2000.

PED. **População Negra, 2013**. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/analiseped/negros.html>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

PICANÇO, Felícia Silva. Amélia e a mulher de verdade: representações dos papéis da mulher e homem em relação ao trabalho e vida familiar. In: SCALON Maria Celi; ARAÚJO, Clara Maria (Org.). **Gênero, trabalho e família no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2005. p.149-172.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 567-583.

POCHMANN, Márcio. O excedente de mão de obra no município de São Paulo. In: JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, Renato; DOMBROWSKI, Osmir (Org.). **Mapa do trabalho informal: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo**. São Paulo: CUT, 2001, p.18-23.

_____. Informalidade reconfigurada. **Fórum**, v. 5, p. 38-39, 2007.

_____. Retrato das desigualdades: de gênero e raça. In: _____. **Apresentação**. Brasília: IPEA/ SPM/ UNIFEM, 2008. p. 7.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. Parte I e II. São Paulo: Boitempo, 2008a.

PREBISCH, Raúl. **Dinâmica do desenvolvimento latino-americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1968.

_____. Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 451-494.

PINTO, Aníbal. Natureza e implicações da "heterogeneidade estrutural" da América Latina. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000. p. 569-588.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 578-606.

REIS, Maurício. Um panorama do mercado de trabalho brasileiro no período 1996-2009. **Boletim Mercado de Trabalho - Conjuntura e Análise** n. 50, p. 27-41, fev. 2012. Nota Técnica.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz et al (Coord.). **Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs, RIDEs e AUs à dinâmica da metropolização**. Relatório de Pesquisa. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles INCT/CNPq/CAPES/ FAPERJ, 2012.

RIVERO, Patricia; SILVEIRA, Sonia. **Trabalho: opção ou necessidade?** Um século de informalidade no Rio de Janeiro. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

RISMAN, Barbara. Gender as a social structure - Theory arestling with Activism, **Gender & Society**, v. 18, n. 4, p. 429-450, 1994.

_____. **Gender vertigo: American Families in Transitioin**. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.

_____. Gender as social structure: Theory wrestling with activism. **Gender & Society**, n. 18(4), p. 429-450, 2004.

_____. From Doing to Undoing Gender. **Gender & Society**, n. 23(1), p. 81-84, 2009.

SAMARA, Eni de Mesquita; MATOS, Maria Izilda Santos de. Cotidiano e trabalho feminino (1890-1940). **Trabalho Feminino e cidadania**, São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, v. 1, p. 57-71, 2000.

SANTOS, José Alcides de Figueiredo. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. **Dados**, v. 51, p. 353-402, 2008.

_____. Classe social e desigualdade de gênero no Brasil. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 29. **Anais...** Caxambu, MG: ANPOCS, 2005. p. 1-27.

SANTOS, Theotônio dos. The Structure of Dependence. **American Economic Review**, v. 60, issue 2, p. 231-36, 1970.

_____. **A Teoria da dependência**: um balanço histórico e teórico. Grupo de Pesquisa sobre Economia Mundial, Integração Regional & Mercado de Trabalho, 1997. (IPEA: TEXTOS DISCUSSÃO Nº 22). Disponível em: <<http://www.reggen.org.br/discussion/index.html>>. Acesso em: 30 set. 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SDDER/PJF. **Dispõe sobre o exercício de comércio ambulante em área de domínio público do município/Lei nº 8120**. Disponível em: <<https://www.leismunicipais.com.br/a/mg/j/juiz-de-fora/lei-ordinaria/1992/812/8120/lei-ordinaria-n-8120-1992-dispoe-sobre-o-exercicio-de-comercio-ambulante-em-area-de-dominio-publico-do-municipio.html>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

SEN, Amartya. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter** – consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Ferreira Silva. **Gênero e pobreza**: um estudo de caso das mulheres chefes de domicílio das comunidades de baixa renda do Caju. 2006. Dissertação (Mestrado em Economia) Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2006.

SILVA, Tatiana Dias; GOES, Fernanda Lira (Org.). **Igualdade racial no Brasil reflexões no ano internacional dos afrodescendentes**. Brasília: Ipea, 2013.

SINGER, Paul Israel; MADEIRA, Felícia Reicher. Estrutura de emprego e trabalho feminino no Brasil. **Cadernos Cebrap**, n. 13, 1973.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 326-400.

SOTELO, Adrián Valencia. **Desindustrialización y crisis del neoliberalismo, maquiladoras y telecomunicaciones**. México: Plaza y Valdés-UOM-ENAT, 2004.

SOUZA, Jessé José Freire de. A gramática social da desigualdade brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 79-96, 2004.

_____. **A construção social da subcidadania**. Belo Horizonte: UFMG, 2006a.

_____. (Org.). **A invisibilidade da desigualdade brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006b.

SOUZA, Marcela Fernanda da Paz. **Estrutura social, inserção feminina e efeitos na renda no Brasil**. 2010. Dissertação (Mestrado Ciências Sociais)-Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora: UFJF, 2010.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A Classe operária tem dois sexos**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

THEODORO, Mário. A Questão do desenvolvimento - uma releitura. In: RAMALHO, Jether Pereira; ARROCHELLAS, Maria Helena (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004. p. 15-44.

VASCONCELOS, Márcia et al. Crise Econômica Internacional e o impacto sobre as Mulheres: respostas e desafios no Brasil. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, p. 101-119, 2010.

VASCONCELOS, Marcia et. al. Crise financeira internacional e mercado de trabalho: crise econômica internacional e o impacto sobre as mulheres: respostas e desafios no Brasil. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Tema Trabalho e Gênero. Brasília: Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres, p. 101-116, 2010.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing gender. **Gender & Society**, v. 1 n. 2, p. 125-151, 1987. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/1/2/125.abstract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WEST, Candace; ZIMMERMAN, Don. Doing Gender. In: LORBER, Judith; FARRELL, Susan (Ed.). **The social construction of gender**. London: Sage, 1991. p. 13-37.

WEST, C.; ZIMMERMAN, D. H. Accounting for doing gender. **Gender & Society**, v. 23, n. 1, p. 11-122, 2009. Disponível em: <<http://gas.sagepub.com/content/23/1/112.extract>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

WHARTON, Amy. **The sociology of gender: an introduction to theory and research**. Oxford: Blackwell, 2005.

WRIGHT, Erik Olin. A conceptual menu for studying the interconnections of class and gender. In: BAXTER, J.; WESTERN, M. (Ed.). **Reconfigurations of class and gender**. Stanford: Stanford University Press, 2001. Disponível em: <<http://www.ssc.wisc.edu/~wright>>. Acesso em: 09 jul. 2009.

WILLIAMSON, John. No hay consenso. Reseña sobre el Consenso de Washington y sugerencias sobre los pasos a dar. **Finanzas & Desarrollo**, p. 11-13, Septiembre 2003

ANEXO 1

Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais

QUESTIONÁRIO

PESQUISA DE DOUTORADO

O perfil de gênero no mercado de trabalho informal e precário em Juiz de Fora, M.G.

CONTROLE DO APLICADOR

Número do questionário:

PARTE I
INFORMAÇÃO RESIDENCIAL E FAMILIAR DO *RESPONDENTE*

1.Sexo

- A.Masculino
 B.Feminino

02.Idade

- A.14-17 anos
 B.18-24 anos
 C.25-29 anos
 D.30-39 anos
 E.40-49 anos
 F.50 anos ou mais
 G.Outra

Anotar:

03. Bairro

A.Anotar:

04.Condição do (a) respondente na unidade familiar

- A.Esposo (a), sustenta sozinho (a) a casa
 B.Esposo (a), auxilia no sustento da casa
 C.Filho (a), sustenta sozinho (a) a casa
 D.Filho (a), auxilia no sustento da casa
 E.Outro parente em relação ao (a) responsável pela casa

05.Cor ou Raça [AUTOCLASSIFICAÇÃO DO (A) RESPONDENTE]

- A.Branca
 B.Preta
 C.Parda
 D.Amarela
 E.Indígena

06.Estado Civil

- A.Solteiro
 B.Casado (legalmente)
 C.Mora com o companheiro, mas sem estar casado legalmente
 D.Separado
 E.Divorciado
 F.Viúvo
 G. Outro

Anotar:

07. Têm filhos?

- A.Sim
 B.Não

Anotar (quantos):

08. Quem cuida dos seus filhos enquanto você trabalha?

- A.Esposo (a)
 B.Babá
 C.Familiar
 D.Vizinho
 E.Filho/filha
 F.Outro

Anotar:

09. Você exerce as atividades domésticas sozinha?

- A.Sim
 B.Não

10. Quantas pessoas moram na sua casa?

- A.Moro sozinha
 B.Outro

Anotar:

11. A sua casa é

- A.Própria
 B.Cedida – Temporária
 C.Alugada
 D.Doadada
 E.Invadida
 F.Financiada por programa habitacional do governo municipal e/ou estadual e/ou federal
 G.Outro

Anotar:

12. Qual escolaridade da sua mãe?

- A.Não sabe ler e escrever
 B.Não sabe
 C. Outro

Anotar:

13. Até que série seu pai estudou?

- A.Não sabe ler e escrever
 B.Não sabe
 C. Outro

Anotar:

14. Até que série seu filho estudou?

- A.Anotar

PARTE II**INFORMAÇÃO PROFISSÃO e RENDA do *RESPONDENTE*****15. Até que série o (a) sr (a) estudou?**

- A. Não sei ler nem escrever
B. Nenhuma
C. Outro

Anotar:

16. Com quantos anos começou a trabalhar?

Anotar:

17. Porque começou a trabalhar?

- A. Para ajudar no sustento de casa
B. Para pagar meus estudos
C. Para pagar minhas próprias despesas
D. Por exigência dos meus pais

18. Qual o número de horas que o (a) sr (a) trabalha diariamente?

- A. Horas:
B. Oito horas ou mais

19. Quantas vezes por semana o (a) sr (a) trabalha?

- A. Diariamente
B. Outro

Anotar:

20. Qual sua ocupação principal ou atividade principal?

A. Anotar:

21. Você gosta da ocupação principal ou da atividade principal que exerce?

- A. Sim, estou muito satisfeito
B. Sim, mas gostaria de exercer outra atividade Anotar:
C. Não

22. Por que você escolheu a atividade profissional ou a ocupação profissional principal?

- A. Eu me identifico com a profissão e procuro realizar cursos para melhorar a qualidade do serviço que ofereço.
- B. Para continuar o trabalho que minha família já exercia.
- C. Por falta de opção, pois estava desempregado (a) .

23. Há quanto tempo o (a) senhor (a) exerce a atividade profissional ou a ocupação profissional principal?

Anotar:

24. Com quem o (a) senhor (a) exerce a atividade profissional ou a ocupação profissional principal?

- A. Sozinho
- B. Funcionário
- C. Esposo (a)
- D. Filho (a)
- E. Parente

25. Onde o (a) senhor (a) adquire a mercadoria que vende?

- A. Eu mesmo a produzo em casa
- B. Eu mesmo a produzo com o auxílio de parentes ou funcionários
- C. Compro em cidades vizinhas ou em outros estados
- D. Compro no exterior
- E. Eu recolho o material em residências, lojas e comércios

26. Qual é o tipo de mercadoria que você comercializa?

- A. Alimentos
- B. Roupas
- C. Eletro-eletrônicos
- D. Diversos
- E. Outros

Anotar:

27. Caso exerça mais de uma ocupação ou atividade, qual é a ‘outra atividade’?

Anotar:

28.O (a) senhor (a) é aposentado (a)?

A.Sim

B.Não

29.O (a) sr (a) ficou desempregado nos últimos cinco anos?

A.Sim

B.Não

30.O (a) sr (a) possui alguma deficiência física, auditiva ou visual?

A.Sim

B.Não

Anotar:

31.Qual a sua renda individual mensal? (ATENÇÃO APLICADOR. ANOTAR VALOR BRUTO)

Anotar:

32.Qual sua renda familiar? (ATENÇÃO APLICADOR. ANOTAR VALOR BRUTO)

Anotar:

33.Seus filhos trabalham?

A.Sim, e pagam apenas as próprias despesas

B.Sim, e auxiliam com até 50% do orçamento familiar

C.Sim, e pagam todas as despesas da casa

D.Não trabalham e dependem do meu salário

E.Não trabalham e dependem do meu salário e do salário do meu marido

34.O (a) senhor (a) participa de sindicato e/ou associação profissional?

A.Sim

B.Não

Anotar: sindicato ou associação

35.Paga algum tipo de mensalidade à prefeitura pelo uso do ponto?

A.Sim

B.Não

Anotar:

36.O (a) senhor (a) paga o INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) ou algum plano de previdência privado?

A.Sim

B.Não

37.O (a) senhor (a) tem vontade de voltar a trabalhar na formalidade?

A.Sim

B.Não

PARTE III

INFORMAÇÃO PERCEPÇÃO e ANÁLISE DO (A) RESPONDENTE

38. Qual a importância que o (a) senhor (a) atribui à ocupação principal ou à atividade principal que exerce?

39. O (a) senhor (a) acredita que sua profissão seja valorizada ou desvalorizada pela sociedade?

40. Quais são as maiores dificuldades da ocupação principal ou atividade principal que exerce?

41. Quais são os pontos positivos que o (a) senhor (a) considera na ocupação principal ou atividade principal que exerce?

42. O (a) senhor (a) sofre preconceito em razão da sua ocupação principal ou atividade principal?

- A. Sim
- B. Não

[ATENÇÃO APLICADOR. SE **NÃO**, PASSAR PARA A PERGUNTA 35].

43. Qual tipo de preconceito o (a) senhor (a) sofre? [ATENÇÃO APLICADOR, CASO O RESPONDENTE TENHA DÚVIDAS COM A PERGUNTA, FALAR SOBRE O PRECONCEITO DE COR, SEXO, IDADE, RENDA, DEFICIÊNCIA, PARA ELE SE INTEIRAR SOBRE POSSIBILIDADES DE **PRECONCEITO QUE PODE SOFRER OU NÃO**].

44. O grupo profissional que o (a) senhor (a) integra fornece um sentimento de pertencimento ao grupo, de cooperação e participação?

45. Como a sua realidade de vida e a realidade de vida da sua família contribuíram para a sua inserção na atividade principal ou ocupação principal que exerce?
